BOLETIM DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VOL. 52 (2022)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Bulletin of the General Library of the University of Coimbra

VOL. 52 (2022)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA, 2022

FICHA TÉCNICA

DIRETOR / DIRECTOR
A. E. Maia do Amaral (BGUC – aemaia@bg.uc.pt)

COORDENADORA / COORDINATOR
Iuliana Filimon Barros Gonçalves (BGUC – ifilimon@bg.uc.pt)

SECRETARIADO DA REDAÇÃO / SECRETARIAT
Jaquelina Neves (BGUC – jneves@bg.uc.pt)

CONSELHO CIENTÍFICO / SCIENTIFIC BOARD
Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Ana Maria Araújo Leitão Bandeira (Universidade de Coimbra, Portugal)
Ana Paula Gordo (Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal)
António Manuel Lopes Andrade (Universidade de Aveiro, Portugal)
Armando Malheiro da Silva (Universidade do Porto, Portugal)
Carla Alexandra Gonçalves (Universidade Aberta, Portugal)
Cristina Robalo Cordeiro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Elizama Almeida de Oliveira (Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, Brasil)
Fernanda Maria Guedes de Campos (Universidade Nova de Lisboa e U. dos Açores, Portugal)
Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal)
Fernando Taveira da Fonseca (Universidade de Coimbra, Portugal)
Isabel Ferreira da Mota (Universidade de Coimbra, Portugal)
João Gouveia Monteiro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Jon Zabala Vázquez (U. C. de Madrid; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha)
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra, Portugal)
José Vicente Rodríguez Muñoz (Universidade de Múrcia, Espanha)
Julio Alonso-Arévalo (Universidade de Salamanca, Espanha)
Manuel Cadafaz de Matos (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Manuel Simplício Geraldo Ferro (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Beatriz P. de Sá M. Marques (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Cristina Vieira de Freitas (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Inês Cordeiro (Biblioteca Nacional, Portugal)
Maria José de Azevedo Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria Manuel Lopes Borges (Universidade de Coimbra, Portugal)
Maria do Rosário Morujão (Universidade de Coimbra, Portugal)
Onésimo Teotónio Almeida (Brown University, Providence, EUA)
Pedro Penteado (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Portugal)
Ricarda Musser (Ibero-Amerikanische Institut, Berlin, Alemanha)
Saul António Gomes (Universidade de Coimbra, Portugal)
Viviana Fernández Marcial (Universidade da Coruña, Espanha)

PROPRIEDADE / OWNER
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA / ADDRESS FOR CORRESPONDENCE
Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3000-447 Coimbra
E-mail: boletim@bg.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/bguc/

EDIÇÃO / PUBLISHER
Imprensa da Universidade de Coimbra
E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA / INFOGRAPHICS
Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN 2184-7673 (impresso)

ISSN 2184-7681 (em linha)

DEPÓSITO LEGAL 431919/17

DOI DA REVISTA 10.14195/2184-7681

PERIODICIDADE / PERIODICITY Anual / Annual

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.
© Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

Sumário / Contents

ESTATUTO EDITORIAL / EDITORIAL STATUS 7

NOTA DE APRESENTAÇÃO / PRESENTATION NOTE 11

ARTIGOS / ARTICLES

Arquitetura do livro / Architecture of the book
José Pacheco 17

Os irmãos Galinha e o estado da investigação histórica sobre o prelo da Biblioteca Geral / The Galinha brothers and the state of the historical research on the Haas-Galinha printing press of the General Library
Maria Beatriz de Matos França 55

O manuscrito dos Estatutos da Universidade (1653): notas marginais e anotações para impressão / The manuscript of the University Statutes (1653): marginalia and notes for the printing
Ana Maria Leitão Bandeira 83

La construcción de las encuadernaciones de un conjunto de manuscritos musicales de mediados del siglo XVII de la Biblioteca General de la Universidad de Coimbra / The construction of the bindings of a set of musical manuscripts from the mid-seventeenth century of the General Library of the University of Coimbra
Mariano Caballero Almonacid 115

Dúvidas e acertos sobre uma figura do tempo da Monarquia Dual Filipina quase desconhecida em Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668) / Doubts and clarification about a figure from the time of the

Philippine Dual Monarchy almost unknown in Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668)
Manuel Cadafaz de Matos 125

Umberto Eco em Coimbra: memória de uma investigação / Umberto Eco in Coimbra: memory of an investigation
Pedro Miguel Gon 181

Evocações camonianas: o IV Centenário da Estada de Luís Vaz de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969). Parte II: As obras artísticas comemorativas / Camonian evocations: the IV Centenary of the stay of Luis Vaz de Camões on the Island of Mozambique (1569-1969). Part II: The commemorative artistic works
Milton Pedro Dias Pacheco 201

VIDA DA BIBLIOTECA / LIFE OF THE LIBRARY

Atividades culturais 2021 / Cultural activities 2021
Maria Luísa Sousa Machado, José Alberto Mateus 275

Catálogos de exposições bibliográficas / Exhibitions catalogues
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra 295

"Toda a redondeza do mundo": Magalhães-Elcano (1519–1522) / " All the roundness of the world" : Magellan-Elcano (1519-1522) 297

"Sou um tipo que faz coisas" : Cruzeiro Seixas (1920–2020) / "I'm a stuff maker" : Cruzeiro Seixas (1920-2020) 319

Livros sagrados / Sacred books 327

Fernando Pessoa (1888–1935) 337

José Saramago (1922–2010) 349

Japão e Portugal : a fusão de duas culturas nas Artes e nas Letras no século XVI / Japan and Portugal : the fusion of two cultures in Arts and Letters in the 16th century 357

Exposição bibliográfica comemorativa do centenário da Faculdade de Farmácia da UC (1921-2021) / Bibliographic exhibition on the centenary of the Faculty of Pharmacy of the University of Coimbra 369

Natal : uma mostra de incunábulos e gravuras (sécs. XV-XIX) / Christmas : an exhibition of incunabula and prints (XVth-XIXth c.) 381

Estatuto Editorial / Editorial Status

1. Âmbito e objetivo

O *Boletim* assume-se como herdeiro do *Archivo Bibliographico da Bibliotheca da Universidade de Coimbra* que veio pela primeira vez a lume em janeiro de 1901 e que se manteve, sem interrupções, até maio de 1913. De janeiro de 1914 até finais de 1916, viria a público com uma designação ligeiramente diferente: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. A partir do vol. 4 (jan./jun. 1917) publicou-se com o título *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, e assim se manteve até ao vol. 46/47 (2015/2016), quando assumiu a atual designação de *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*.

O *Boletim* tem como principal objetivo o estudo e a divulgação dos fundos documentais da Biblioteca Geral e de todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra. Encontra-se aberto à comunidade científica portuguesa e estrangeira para a publicação de trabalhos no âmbito da Biblioteconomia e da Cultura, dando preferência aos que tenham por objeto acervos existentes na Universidade ou com eles relacionados.

Colaborarão na revista, por convite e/ou sob proposta de submissão, especialistas em ciências da informação e da documentação e outros investigadores de reconhecida idoneidade e mérito, com artigos originais, recensões, notícias ou outro tipo de trabalhos.

2. Acesso

Com uma periodicidade anual, o Boletim é publicado em versão impressa e em versão eletrónica. O formato eletrónico, em acesso

aberto, encontra-se alojado na plataforma *Impactum* da Imprensa da Universidade de Coimbra: https://impactum-journals.uc.pt ou https://impactum-journals.uc.pt/bbguc

3. Informações para os Autores

Local e data da submissão de artigos

Os trabalhos deverão ser submetidos através da plataforma OJS (Open Journal System), até finais de mês de SETEMBRO de cada ano, no seguinte endereço: https://impactum-journals.uc.pt/bbguc/about/submissions

Registe-se e siga as instruções.

Seleção dos artigos

Os trabalhos propostos para publicação devem ser originais e devem seguir as normas de redação adotadas pelo *Boletim*. Uma vez aceites pelo conselho editorial serão submetidos a um sistema de arbitragem científica anónima de pelo menos dois pares externos. Todo o processo seguirá o *Código de Ética* e o *Guia de Boas Práticas para Editores de Revistas da Universidade de Coimbra* (https://impactum-journals.uc.pt/codeofethics).

Direitos de autor

Ao aceitarem publicar um artigo no *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, os autores cedem à Biblioteca Geral o direito de o publicar, em formato impresso e/ou digital, em qualquer momento e por tempo indeterminado, e sem quaisquer contrapartidas.

No caso de os autores incluírem nos seus artigos qualquer material que envolva a autorização de terceiros, é da responsabilidade do autor obter a respetiva autorização escrita, assumindo os eventuais encargos que daí possam decorrer.

Línguas de publicação

São admitidos textos em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

Apresentação e extensão dos artigos

Os artigos, apresentados em formato Microsoft Office Word, não devem exceder 50.000 carateres (espaços incluídos) e devem conter:

a) o título, na língua do artigo e em inglês;

b) o/os nome(s) do(s) autores e respetivo(s) endereço(s) de e-mail, a identificação ORCID e indicação da afiliação institucional;

c) resumo com o máximo de 300 palavras em português e em inglês;

d) duas a seis palavras-chave, na língua do artigo e em inglês;

e) bibliografia, no final do artigo;

f) as notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais considerados indispensáveis. A chamada surge antes do sinal de pontuação;

g) ilustrações, tabelas e gráficos devem ser gravados em ficheiros individuais, com indicação, no texto do artigo, do local exato onde devem ser inseridas as figuras com as respetivas legendas.

Formatação

a) Título: tipo de letra Arial Bold, tamanho de letra 14, espaçamento entre linhas 16,36 pts, alinhamento à esquerda;

b) Subtítulo / Capítulos: Arial Bold, tamanho 9 pt, alinhamento à esquerda;

c) Resumos e palavras-chave: Arial, tamanho 9 pt;

d) Texto principal: Arial 10 pt, espaçamento entre linhas 16,36 pt, alinhamento justificado, início de parágrafo 5 mm, numeração de páginas e de notas sequencial; Não serão admitidos sublinhados, nem outros negritos além dos títulos;

e) Citações: entre aspas portuguesas («»), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, tamanho da letra 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada; alinhamento justificado, recuo à esquerda 10 mm;

f) Notas de rodapé: Arial 8 pt, espaçamento entre linhas 10 pt, alinhamento justificado;

g) Referências bibliográficas: Arial 8 pt, espaçamento ente linhas 10 pt, alinhamento justificado;

h) Material gráfico e ilustrações: formato TIFF com 300 dpi de resolução.

Referências bibliográficas

A bibliografia deverá constar no final de cada artigo.

As referências e as citações bibliográficas devem ser elaboradas de acordo com uma das seguintes normas:

Norma NP 405

Norma APA (American Psychological Association)

Para mais informações, aceder aos exemplos elaborados pela Imprensa da Universidade de Coimbra:

NP 405: https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/np405

Norma APA: https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/apa

Revisão de provas

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 10% do texto original.

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_0

Nota de apresentação

Presentation note

Em relação aos números anteriores, este fascículo 52 apresenta inovações que merecem referência e, talvez, uma pequena justificação.

A primeira é a normalização que nos pareceu desejável das "Palavras-chave" (um conceito ultrapassado) que acompanham cada artigo. Em rigor, ao contrário do corpo do artigo, notas e bibliografia, que são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es) e dependem da aprovação dos avaliadores, trata-se aqui de produtos documentais que pertencem completamente ao domínio da nossa técnica profissional de bibliotecários. Porquê deixá-los, então, ao arbítrio (tantas vezes enfadado) dos autores, que os olham como coisa secundária e como obrigação penosa a cumprir? Quando falamos do *Boletim* de uma Biblioteca, esses conteúdos não responsabilizarão mais o editor do que o autor ou os avaliadores? Porque assim nos pareceu, e mantendo por imperativo editorial a designação de "Palavras-chave", demos-lhes a forma de "rubricas de assunto" e uma ordem alfabética. Para levar a bom termo esta decisão editorial e para a plena adoção do *Acordo Ortográfico* em uso, tivemos de contar com a boa-vontade de todos os colaboradores, cuja compreensão e generosidade desde já agradecemos.

Também introduzimos pequenas melhorias no projeto gráfico deste número, que esperamos que sejam sensíveis (mais do que visíveis), pelo que nos dispensamos de as elencar aqui.

*

Este número começa com um texto do professor José Artur Pacheco, que retoma uma ideia original em que ele vem trabalhando há anos e que ainda não tinha conhecido publicação autónoma. Trata-se do conceito de "arquitipografia" como uma "arquitetura" do livro. Trabalho que junta com segurança os domínios da história do livro e do *design* gráfico a um aprofundado conhecimento da história social e cultural da edição em Portugal, bem evidente nos quatro volumes do seu *As artes gráficas e a imprensa em Portugal, séculos XV–XIX* (2018). Estamos-lhe muito gratos por nos ter dado o privilégio de o publicar neste número, cumprindo assim o desejo de não deixar de fora do *Boletim* contributos (neste caso, teóricos) na área do chamado tecnicamente "Livro Antigo".

O texto que se segue no alinhamento é uma notícia de investigação da Mestre Maria Beatriz de Matos França, verdadeiro e atualizado "estado da arte" no que respeita ao artista a quem, até há pouco, o prelo da BGUC se atribuía exclusivamente. Contratada pela Biblioteca Geral, em 2020, para fazer investigação histórica acerca da família Galinha e tentar esclarecer as circunstâncias que levaram à aquisição do prelo pela Biblioteca, há quase 150 anos, pareceu-nos útil que os resultados dessa investigação ficassem disponíveis para futuros investigadores e não se reduzissem a um *Relatório* interno depositado no arquivo da BGUC. Jovem e estreante em publicações científicas, cremos que o resultado dos seus (e nossos) esforços ficou à altura das expectativas iniciais do *Boletim*.

O manuscrito dos *Estatutos* filipinos reimpressos em Coimbra (1653) é o objeto de análise da arquivista e conceituada investigadora Dra. Ana Maria Leitão Bandeira. O artigo dá conta das "sinalefas" e das *marginalia* que funcionaram como um código de comunicação estabelecido entre o editor e o oficial impressor. E assegura-nos ainda de que são sumamente raros os casos em que se conservaram ma-

nuscritos com estas caraterísticas, para esta época. Trata-se, pois, de mais um "tesouro" exumado nos riquíssimos fundos documentais do Arquivo da Universidade de Coimbra e que aqui nos desvenda segredos até agora ignorados.

Encontrando-se ainda a decorrer o restauro minucioso de uma série de manuscritos musicais conhecidos como os "Cartapácios" da Biblioteca Geral, fomo-nos apercebendo ao longo desse trabalho da singularidade das suas encadernações. Tal fez-nos solicitar ao distinto restaurador Dom Mariano Caballero um curto artigo sobre o tema. Este contribuirá, decerto, para o enriquecimento do conhecimento que se vem acumulando nos últimos anos sobre estes manuscritos tão importantes e poderá pesar muito na candidatura que queremos propor deste conjunto à "Memória do Mundo", da Unesco.

Um utilizador muito assíduo dos recursos desta Biblioteca é o antigo docente da Universidade Católica Portuguesa e do Centro de História da Cultura da UNL, Prof. Doutor Manuel Cadafaz de Matos. Para publicação neste *Boletim*, disponibilizou-nos um texto em que tem trabalhado ao longo dos anos sobre um ignoto arquiteto bracarense ao serviço de Espanha, que se notabilizou em Lima (Perú), no século 17. Personagem tão ignorada que ainda nem o seu nome é certo! As considerações que no artigo se tecem sobre as estratégias de mudança (oportunística?) de nome no contexto de uma mudança de espaço vital, parecem-nos sobremaneira interessantes e de alcance muito para além da quase ignorada personagem que lhes deu aso.

Segue-se um trabalho que solicitámos a Pedro Miguel Gon com o objetivo expresso de que não se perdesse a investigação feita pelo autor acerca da estadia de U. Eco em Coimbra e na "nossa" Biblioteca Joanina. O resultado das suas indagações tinha saído em crónica publicada (e premiada) no jornal "Diário de Coimbra". Mas, bibliograficamente quase impossível de recuperar e, assim, destinada a uma imerecida irrelevância no panorama da história cultural da cidade e da Universidade, como acontece com tantos outros artigos de jornal,

ao longo dos anos. Com esta publicação, num formato mais extenso e numa revista disponível em *Open Access*, passará a não poder mais ser ignorada por quem queira repetir (erradamente) que Eco esteve entre nós em 1996.

Neste número não poderia, naturalmente, faltar a conclusão do artigo iniciado no número anterior sobre as *Comemorações Camonianas* de 1969, em Moçambique. O doutorando Milton Pedro Dias Pacheco termina, assim, a crónica minuciosa dos meandros da política cultural do Estado Novo e do seu pendor celebrativo numa antiga colónia portuguesa, um palco muito menos investigado desse ponto de vista do que o da "metrópole".

*

Depois dos artigos propriamente ditos, e como já é habitual, segue-se no *Boletim* a secção "Vida da Biblioteca", com o elenco das Atividades Culturais e a publicação dos Catálogos das exposições realizadas.

Como tem acontecido nos últimos anos, o registo das atividades do ano de 2021 resultou do trabalho de Maria Luísa Sousa Machado e de José Alberto Mateus e evidencia eloquentemente a ambição do programa cultural que a BGUC vem desenvolvendo, sob a direção do Prof. Doutor João Gouveia Monteiro.

Na publicação dos Catálogos de exposições, passámos a incluir a respetiva Apresentação (ou, não existindo esta, o texto do *Press Release* distribuído) e ainda os locais, as datas e as Fichas Técnicas de cada exposição, para deixar memória mais permanente e exaustiva de um esforço coletivo que muitas vezes fica invisível. Se o Comissário de uma exposição pode dar-lhe uma alma, todo o corpo lhe vem de quem traduz, quem pagina e corta as legendas, quem restaura os livros e quem os coloca nas vitrines, até de quem, insistentemente, não deixa que a exposição seja esquecida no exigente palco das

redes sociais. É apenas justo que esses intervenientes fiquem referidos, sem esquecer os patrocinadores, quando existem.

Neste âmbito dos Catálogos da Exposições, começamos por apresentar neste novo formato um catálogo (e apenas na versão portuguesa) que não pode ser incluído na edição anterior, o de Magalhães-Elcano. Seguem-se os das exposições próprias do ano de 2021: "*Sou um tipo que faz coisas*": Cruzeiro Seixas (1920-2020); Livros Sagrados; Fernando Pessoa 1888-1935; José Saramago 1922-2010; Portugal e Japão: a fusão de duas culturas nas Artes e nas Letras; Exposição bibliográfica comemorativa do centenário da Faculdade de Farmácia da UC (1921-2021) e Natal: uma mostra de Incunábulos e Gravuras (sécs. XV-XIX).

*

Graças às ferramentas disponíveis na plataforma OJS, sabemos que o número de *downloads* do volume 51 mais do que duplicou em relação ao anterior, para um período idêntico de tempo. Esperamos ir sempre melhorando cada ano este *Boletim* e que os leitores continuem a apreciar os nossos esforços.

Aproveito para agradecer à equipa com que trabalhei durante este ano na Biblioteca, nomeadamente às colegas Iuliana Gonçalves e Jaquelina Neves e aos vários elementos envolvidos do lado da Imprensa da Universidade, que este ano comemora os seus 250 anos. Parabéns a todos.

O Diretor do "Boletim"
A. E. Maia do Amaral

(Página deixada propositadamente em branco)

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_1

Arquitetura do livro

Architecture of the book

José Pacheco[1]

RESUMO

Ao procurarmos uma possível relação entre a tipografia e a arquitetura, pudemos verificar que a «composição», que se traduz nas ações de planear, edificar e ornar segundo as regras e as proporções convenientes, é uma arte e um ofício que, do ponto de vista conceptual, o tipógrafo e o arquiteto partilham. Para desvendar esta teoria, nada melhor que tentarmos aferir quais as regras e os princípios que estiveram na génese desta lógica partilha.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura. Teoria; Design gráfico ; Imprensa; Livro ; Tipografia

ABSTRACT

When looking for a potential parallel between typography and architecture, we may find that «compositio», which translates into the actions of planning, building and ornamenting following precise rules and proportions, is an art and a craft that, from a conceptually point of view, is shared by the typographer and the architect. To unveil this theory, we

1 Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. MIA.ISMAT.
https://orcid.org/0000-0002-6370-3884; joseampacheco@sapo.pt

should try to assess which rules and principles were behind the foundation of this shared logic.

KEYWORDS

Architecture. Theory; Book; Graphic design; Press; Typography

Do livro de pedra ao livro de papel

A consciência de que o livro é objeto de uma arte que se cruza com todas as artes numa relação de dependência mútua é tão antiga quanto a invenção da imprensa. E este facto ficou gravado numa lápide em memória do impressor Lourenço Coster, onde se afirma a tipografia como a *ars artium omnium conservatrix*.

Todavia, acreditar que esta é uma ideia passível de descortinar no momento em que, na hierarquia das artes, os tipógrafos colocaram a imprensa no lugar da arquitetura, é não só admitir uma relação próxima entre as duas disciplinas, mas igualmente uma simbólica disputa entre ambas.

Victor Hugo (1802-1885), o escritor que acreditava estar o destino de Deus contido no alfabeto[2], demonstrou aprovar essa contraditória ideia de relação e disputa, e o mesmo Victor Hugo, ensaísta e tipógrafo, também. «Isto há de matar aquilo»[3] trata-se de uma tirada literária que ele, ainda na primeira metade do século XIX, decidiu imprimir em letra de forma no frontispício da Catedral de *Notre--Dame de Paris,* para falar dos livros de pedra e dos livros de papel. E ali lembrou o espanto e o deslumbramento do homem do santuário ante o prelo luminoso de Gutenberg (1400-1468), adiantando que o primeiro abecedário, a que chamava arquitetura, havia começado como qualquer outra forma de escrita. Nesta direção,

2 Hugo [1843], p. 28.

3 Hugo (1967), pp. 173-185.

e através de uma síntese admirável, viajaria ao longo de muitas das páginas da história da arte, para chegar à conclusão de que, depois da invenção da mecanização da escrita, a divulgação do conhecimento deixara de depender da mediação da arquitetura, e, por isso, o grande poema, o grande edifício, a grande obra da Humanidade não seria mais construída em alvenaria, mas sim estampada no papel.

Alicerçado numa teoria, numa convicção ou apenas na retórica de um romântico contrariado com a generalização do gosto pelo revivalismo clássico, a verdade é que o texto de Victor Hugo teria seguidores. Por exemplo, o seu compatriota André Suarès (1868-1948), num artigo sobre a arte do livro afirmaria que apesar de tudo começar no monumento, tudo terminava no livro, o que, no fundo, fazia deste livro um edifício, uma ordem e uma morada para os deuses[4], ou seja, arquitetura. E também, num texto a propósito daquelas que considerava as duas vertentes de um livro, Paul Valéry (1871-1945) não teve dúvida em afirmar que uma página podia ser vista como uma imagem, para concluir que esta forma de olhar um livro aproximava a tipografia da arquitetura[5].

Transpondo estas perspetivas do livro, que resultam de intuitivos pontos de vista enquadrados por belas metáforas discursivas, olhemos concretamente para ele como um objeto que se processa numa sequência teórico-prática complexa de transição do plano do papel (texto manuscrito e desenho das ilustrações), para o espaço tridimensional dos caracteres de chumbo e das matrizes de madeira que, por sua vez, viabilizam o regresso das palavras e das imagens às duas dimensões através da sua impressão em cadernos cuja dobragem, montagem e acabamentos determinam as três dimensões das suas múltiplas e transitórias formas.

4 Suarès (1928), p. 135.

5 Valéry (1927), p. 4.

Vitrúvio – dos conceitos aos preceitos

Ao contrário do que acontece com a arquitetura, e apesar de não haver notícia da publicação de qualquer relevante documento anterior ao século XX que graficamente defina os princípios teóricos que conduzem o projeto de um suporte gráfico ou quais as regras que estão na base da sua produção química e física, quer seja ele ainda manuscrito ou já tipograficamente composto, percebe-se, no entanto, que o livro, e estamos a centrar-nos no livro antigo, terá sido arquitetado de acordo com algum método e uma qualquer lógica projetual, o que pressupõe que por detrás da sua planificação terão sido inevitavelmente tomadas importantes decisões técnicas e estéticas.

Mesmo no que diz respeito a manuais tipográficos, muito centrados na história da imprensa, é também bastante diminuto o número de edições dadas à estampa antes do século XVIII – circunstância que ficou bem patente no prefácio do impressor e livreiro Martin Dominique Fertel (1684-1752) à *La Science Pratique de l'Imprimerie:*

> «*J'ai fait des recherches pendant plus de dix années de voyages dans plusieurs Provinces de France, d'Italie & de Flandre, pour découvrir ce qu'il y avait de plus curieux dans les Auteurs qui ont parlé de cette noble Profession; mais ç'a été en vain, je n'ay trouvé sur ce sujet que deux traités d'histoires de l'Imprimerie, dont le premier a été composé par Maitre Jean de la Caille, imprimé en 1689*».[6] (Fertel (1723), prefácio).

6 Trad. livre: Fiz pesquisa durante mais de dez anos de viagens e por várias províncias de França, Itália e Flandres, para encontrar o que de mais interessante havia sido dito por aqueles que falaram desta nobre profissão; mas tudo o que fiz foi em vão, não encontrei sobre esta matéria mais do que dois tratados de história da tipografia, o primeiro dos quais foi organizado pelo Mestre Jean de la Caille, impresso em 1689.

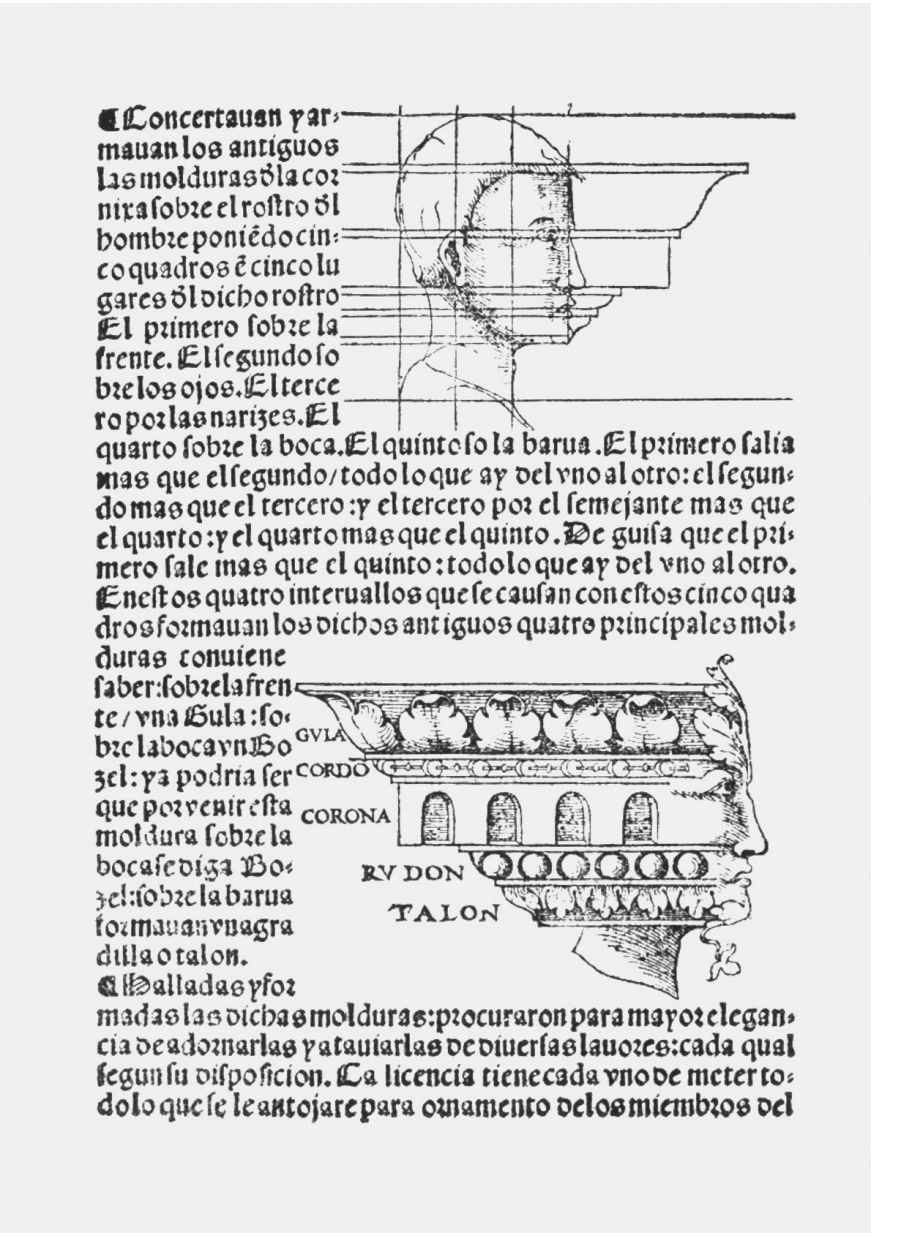
E quando, já em 1919, no prefácio à quarta edição, revista e aumentada, do importante *Traité de la Typographie,* de Henri Fournier (1800-1888), pela primeira vez impresso em 1825, o diretor da Maison Mame, Arthur Viot (1835-1926), assegurava aos jovens tipógrafos uma obra igualmente teórica e prática, afinal, esta não passava de uma promessa que se centrava na instrução baseada mais no costume do que na ciência, e de acordo com a presunção de que a aprendizagem deveria continuar a processar-se de forma empírica, através da imitação dos bons modelos impressos, sobretudo à força de verem o Mestre fazer[7].

Ainda assim, e apesar desta falha documental, as palavras que Gutenberg deixou gravadas no colofão do *Catholicon,* impresso em 1460, na cidade de Mogúncia, acabam por constituir uma extraordinária revelação relativamente aos requisitos teórico-práticos que faziam de um livro uma boa composição: [este livro foi impresso] «não com a ajuda do cálamo, do estilete ou da pena, mas com tipos e módulos de ajuste maravilhoso, relacionamento perfeito e concordância»[8].

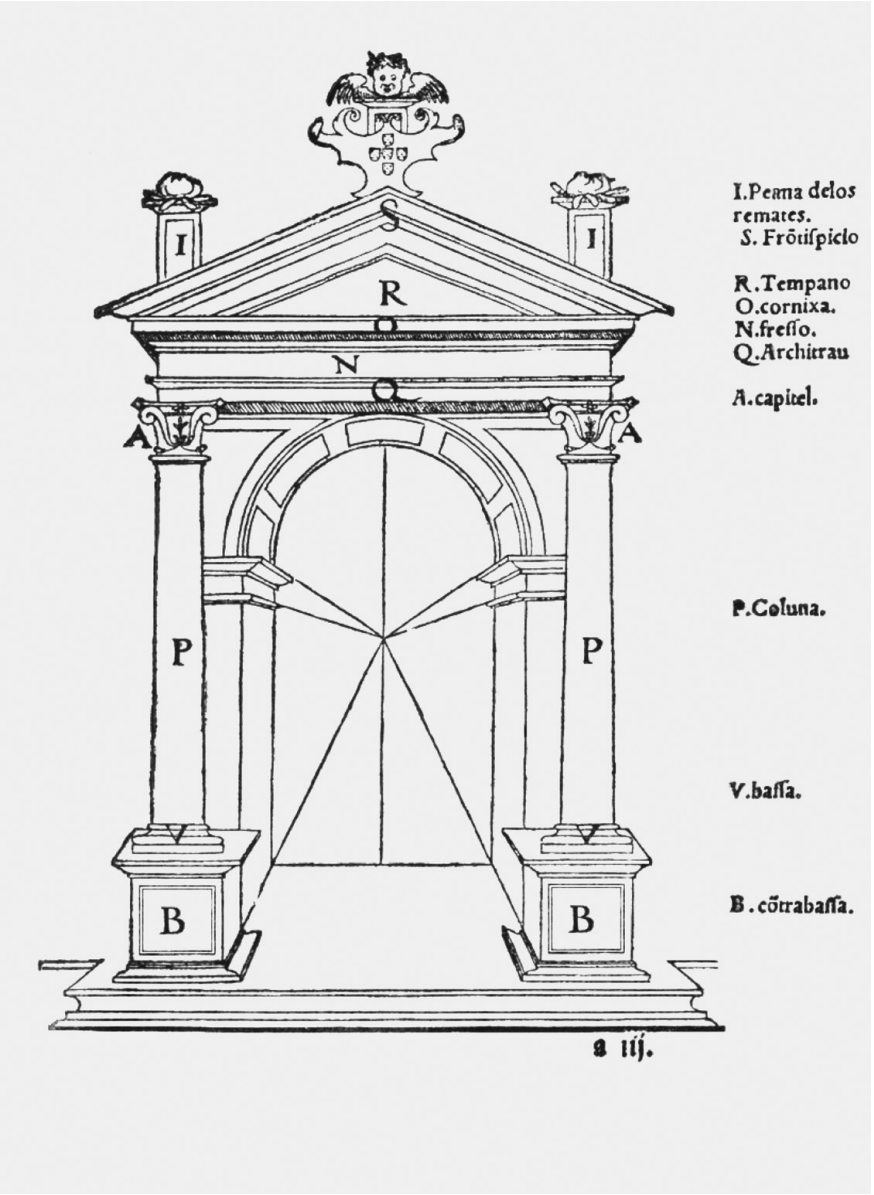
Sendo esta uma breve e genérica referência à mecanização da escrita através da utilização de caracteres móveis, chama-nos, porém, a atenção para alguns dos conceitos que se podem considerar transversais à arquitetura e à tipografia e que remontam à cultura greco-romana, designadamente às deambulações em torno da arte e da estética de homens como Platão (427-347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.) ou Marcos Vitrúvio Polião (80-15 a.C.), e em cujas obras teriam ensejo de beber, não só o inventor da tipografia, mas também outros modernos como Leon Battista Alberti (1404-1472), Aldo Manuzio (1450-1515), Leonardo da Vinci (1452-1519), Albrecht Dürer (1471-1528), Cesare di Lorenzo Cesariano (1475-1543), ou ainda Sebastiano Serlio (1475-1554) e Diego de Sagredo (1490-1528), dois arquitetos cuja obra acabaria por ser muito divulgada e até editada em Portugal.

7 Fournier (1919), pp. 1-2.

8 Cf. Johannes Gutenberg (1460), colofão.



1 – Gravura de *Medidas del Romano*, de Diego de Sagredo – livro impresso em Lisboa por Luís Rodrigues, em 1542



2 – Gravura de *Medidas del Romano*, de Diego de Sagredo – livro impresso em Lisboa por Luís Rodrigues, em 1542

Mas, insistindo na suposta afinidade entre a tipografia e a arquitetura e, de alguma forma, reiterando as palavras de Gutenberg, se tomarmos como verdade o que diz o escritor Eugène Mouton (1823-1902), quando garante existir uma grande relação entre as duas disciplinas, «parce que la typographie nous présente un édifice construit par l'intelligence, et où, comme en architecture, la forme indique la fonction»[9], ou ainda se concordarmos com Le Corbusier (1887-1965), quando este afirma que a arte tipográfica, no que particularmente diz respeito ao *design* de jornais, revistas ou livros, integra a esfera de competências do arquiteto[10], talvez valha a pena pegar no mais antigo texto onde o já referido Vitrúvio e os seus vários tradutores e comentadores discorreram sobre os princípios aos quais entendiam a boa arquitetura estar necessariamente vinculada, para tentarmos perceber como a arte tipográfica, do ponto de vista conceptual, assimilou ou não esses mesmos princípios.

Para perseguirmos este objetivo, comecemos, então, por desdobrar os três conceitos vitruvianos capitais, sintonizados na trilogia «Solidez» *(Firmitas),* «Utilidade» *(Utilitas)* e «Beleza» *(Venustas),* nos seis preceitos que teoricamente enformam a composição arquitetónica e, expectavelmente, a composição gráfico-tipográfica: «Ordenação» *(Ordinatio ou Táxis),* «Disposição» *(Dispositio ou Diáthesis),* «Euritmia» *(Eurythmia),* «Comensurabilidade» *(Symmetria ou Commodulatio),* «Decoro» *(Decor)* e «Distribuição» *(Distributio ou Oikonomia).*

Depois de analisados isoladamente, ou nas suas relações de subordinação e complementaridade, pudemos concluir que as regras em que Vitrúvio acreditava darem corpo a uma ciência que garantia a qualidade do edifício, são igualmente essenciais para a avaliação dos atributos do livro. Por exemplo, da interpretação do conceito «Ordenar» conclui-se que significa compor de acordo com uma

9 Mouton (1896), p. 352. Trad. livre: porque ambas permitem construir um edifício através da inteligência, e onde, como na arquitetura, a forma indica a função.

10 Corbusier (1953), p. 9.

metodologia apoiada num sistema modular de regramento geométrico-matemático que permite estabelecer uma relação entre as partes – coerência que, do mesmo modo, constitui a base de qualquer delineamento gráfico e que se traduz na construção da denominada grelha tipográfica, sobre a qual, através da geometria e do desenho, se concretiza a «Disposição». «Disposição» que, arquitetonicamente, consiste na adequada distribuição dos elementos que completam e dão qualidade à composição do projeto, e que, graficamente, consiste em ordenar as proporções, as superfícies e os volumes com que se pretende atingir a «Harmonia» *(Eurythmia),* o que para ambas as artes pressupõe implementar o que os gregos tratavam por *ideai*[11], e que, mediado pela *cogitatio* (reflexão) e a *inventio* (invenção), se expressava na divisão do processo em: *ichnographia, orthographia e Scaenographia* – vocábulos tão relevantes para a arte da composição dos edifícios como para a composição dos livros, cuja etimologia se cruza com a ideia de regras do desenho, como escrita, ou de regras da escrita, como desenho, e que, numa tradução para as linguagens contemporâneas específicas da arquitetura e da tipografia, correspondem respetivamente à «planta» e ao «deitado», à «fachada» e ao «frontispício» e à «perspetiva» e à arte-final[12].

Quanto à chamada *Eurytmia*, a que já aludimos, se para Vitrúvio esta assenta na beleza e na adequação do ajuste métrico-proporcional dos módulos que asseguram a *Symmetria* do edifício[13], por sua vez, para Gutenberg, recorrendo de novo ao sentido das suas próprias palavras, este raciocínio espacial tem equivalência semelhante.

No caso da *Symmetria***,** associada à comensurabilidade das partes e membros humanos, trata-se de um princípio que Vitrúvio, a propó-

11 Vitrúvio (2005). I, II, 1.

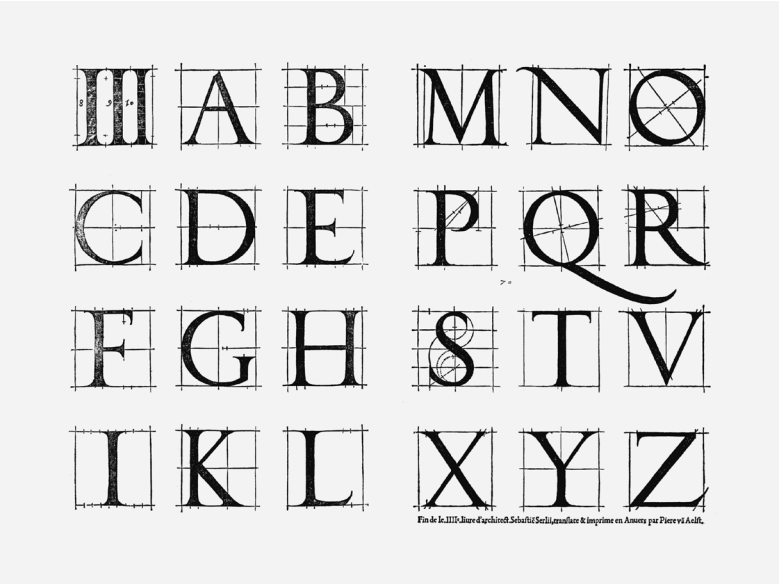
12 Arte-final ou «mono» que resulta da planificação dos cadernos e dos planos (deitado) que, depois de impressos, dobrados e encasados, dão forma e volume à primeira prova do livro.

13 Vitrúvio (2005), I, II, 4.

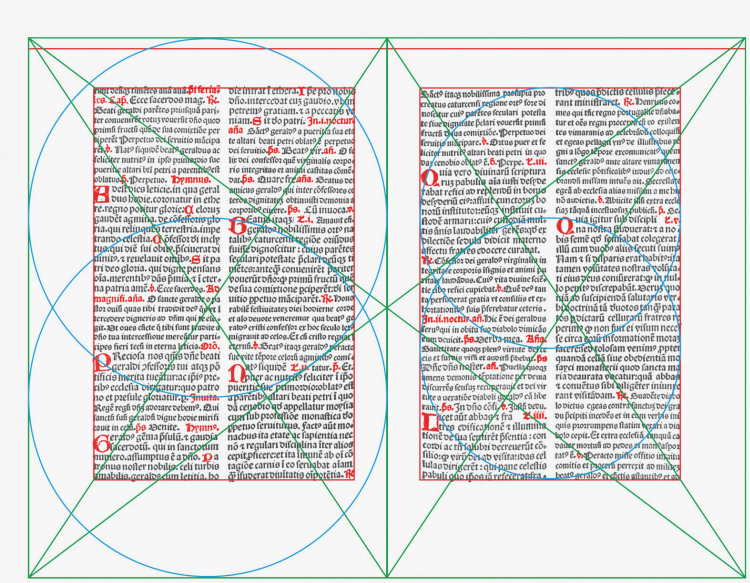
sito da origem das medidas dos templos, diz surgir a partir de uma adequada relação das partes que compõem uma obra:

> *"A composição dos templos assenta na comensurabilidade, a cujo princípio os arquitetos deverão submeter-se com muita diligência. A comensurabilidade nasce da proporção, que em grego se diz analogia. A proporção consiste na relação modular de uma determinada parte dos membros tomados em cada secção ou na totalidade da obra, a partir da qual se define o sistema das comensurabilidades. Pois nenhum templo poderá ter esse sistema sem conveniente equilíbrio e proporção e se não tiver uma rigorosa disposição como os membros de um homem bem configurado."* (Vitrúvio (2005), III, I, 1).

Já no que se refere à *Symmetria* tipográfica, se a detetamos na distribuição equilibrada dos brancos e das manchas em torno de um eixo vertical que corresponde à medianiz do livro aberto, também os seus efeitos são visíveis nos experimentalismos da composição ornamental com que vulgarmente se empregavam os chamados *culs-de-lamp,* ou fundos de lâmpada, designadamente em alguns frontispícios e epígrafes, no último período de certos capítulos e, sobretudo, na maioria dos colofões dos textos impressos. *Symmetria* à qual um número significativo de tratadistas renascentistas deu particular atenção e cuja argumentação teórica, que envolve a coerência métrica e modular da arquitetura com a lógica das proporções harmónicas do corpo humano, seria também determinante para o estudo da anatomia da letra e dos alfabetos, bem como para o despertar para a fantasia dos exercícios da materialidade gráfica, expressa nas bizarras capitulares antropomórficas contagiadas por uma espécie de osmose do estilo grotesco, quando, no século XVI, a própria forma de algumas iniciais assumia a moda das silhuetas humanas. Curiosamente, letras e alfabetos que herdariam para a sua nomenclatura termos como corpo, cabeça, olho, orelha, pescoço, ombro, braço, barriga, perna, pé e outros.



3 e 4 – Páginas do alfabeto de Sebastiano Serlio, in *Reigles generales de l'architecture* – livro impresso em Antuérpia por Pierre van Aelst, em 1542



5 e 6 – Estudo do traçado de duas páginas do *Breviarium Braccarense*, impresso em Braga, por João Gherlinc, em 1494, onde é possível verificar como a geometria impõe simetria e proporção entre a mancha do texto e o suporte/papel – ambos inscritos no «retângulo tipográfico»

Neste contexto, persuadidos pela mensuração e proporções humanas, em torno da geometria, da perspetiva e do desenho de letras, vários foram aqueles que demonstraram um particular e simultâneo fascínio pela arquitetura e pelas artes gráficas. O português Filipe Nunes (Fr. Filipe das Chagas) (15?-16?), no seu tratado da pintura, impresso pela primeira vez em 1615, ao abordar o conceito de *Symmetria***,** discorre sobre a obra de alguns deles, ilustrando exemplos que certificam as suas leituras e a sua erudição:

> *"Symmetria, nome Grego, quer dizer proporção conveniente, que ha nas partes, e membros humanos. Author della (como diz Plinio* lib. 32. cap. 8*) foi Polycleto. Tratarão desta Arte Alberto Dureiro, em quatro livros, que compôs de Symmetria. João Darfe no livro que fez de Geometria, Daniel Barbaro* na oitava parte de sua Perspectiva cap. I. *Vitruvio* lib. 3. Cap. I." (Nunes (1767), p. 35)

Porém, a outros é possível recorrermos para aprofundar o conceito de *Symmetria* de acordo com a transposição da composição do corpo humano para a composição do edifício ou para a composição da chamada «letra perfeita»[14]. Por exemplo, Luca Pacioli (1445-1517), que acreditava que tudo decorria do número, peso e medida, na sua *Divina Proportione*, publicada em 1509, fez questão de divulgar os diagramas da construção geométrica daquele a que chamou o «alphabeto dignissimo antico» [15], cujo desenho

14 A letra perfeita respeitava a teoria do chamado número sagrado, que na antiga Grécia correspondia ao 10, ou seja, ao número dos dedos das duas mãos do homem e às 10 unidades que Vitrúvio, influenciado pelo universo pitagórico da soma dos elementos fogo (1), água (2), ar (3) e terra (4), estabelecia para *o homo ad quadratum et ad circulum* e que Giovanni Battista Verini, Cesare Cesariano, Da Vinci, Walther Hermann Rivius (1500-1548), Jean Martin (1507-1553) ou Vincenzo Scamozzi (1548-1616) traduziriam no desenho do «homem vitruviano».

15 Pacioli (1509), as primeiras 23 folhas não numeradas que iniciam a quarta parte da obra.

de algumas das letras não seria aprovado pelo tipógrafo francês Geoffroy Tory (1480-1533)[16], por este entender não estarem corretamente concordantes com as medidas do corpo e do rosto humanos. De resto, Geoffroy Tory também não aceitaria alguns dos pormenores da caligrafia dos italianos Segismondo Fanti (activo entre 1510 e 1530, em Ferrara) e Ludovice Vicentino (1480-1527). Já Albrecht Dürer, cuja obra Geoffroy admitia justificar a sua imortalidade[17], igualmente não escaparia à exigência crítica do francês quando este considerou erradas as proporções do desenho de algumas das letras divulgadas em *Underweysung der Messung*[18], um tratado de geometria, no qual, para além do alfabeto latino[19], o alemão apresentava um alfabeto gótico[20] submetido a um processo construtivo bastante diferente: a racionalidade mensurável de cada letra passava a depender do quadrado[21], como múltiplo da unidade modular, e do triângulo, como submúltiplo dessa mesma unidade modular, o que antevia empregar estas duas figuras geométricas na definição das relações métricas entre as partes e o conjunto, sustentando a arquitetura de cada letra no contexto da respetiva família tipográfica.

16 Geoffroy (1533), II, p. XIII.

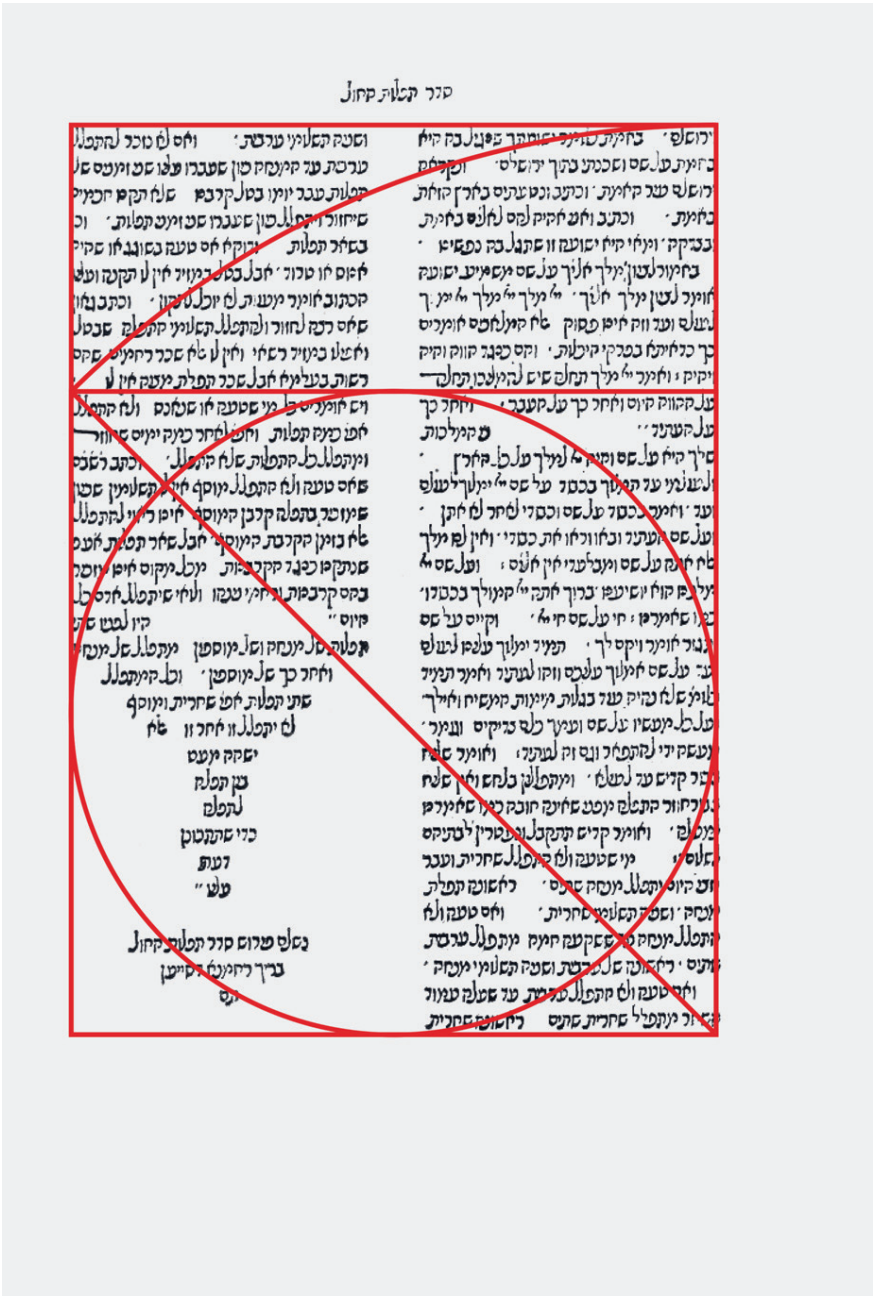
17 Id. Id., fol. Aiij.

18 Enquanto Geoffroy Tory acreditava estar certo mantendo-se associado à razão 1: 10 e ao quadrado de 10X10 para desenhar as suas letras, outros não seguiriam a mesma lógica. Luca Pacioli, escolheria a razão de 1: 9; Dürer dividir-se-ia entre as razões 1: 9 e 1: 10, e outros ainda, como o calígrafo Giovanni Francesco Cresci (1534 – 1614), prefeririam a proporção de 1: 8, enquanto o nosso Joaquim Carneiro da Silva (1723-1818), já em 1803, no seu *Breve Tratado Theorico das Letras typographicas* viria a optar pela razão 1: 7.

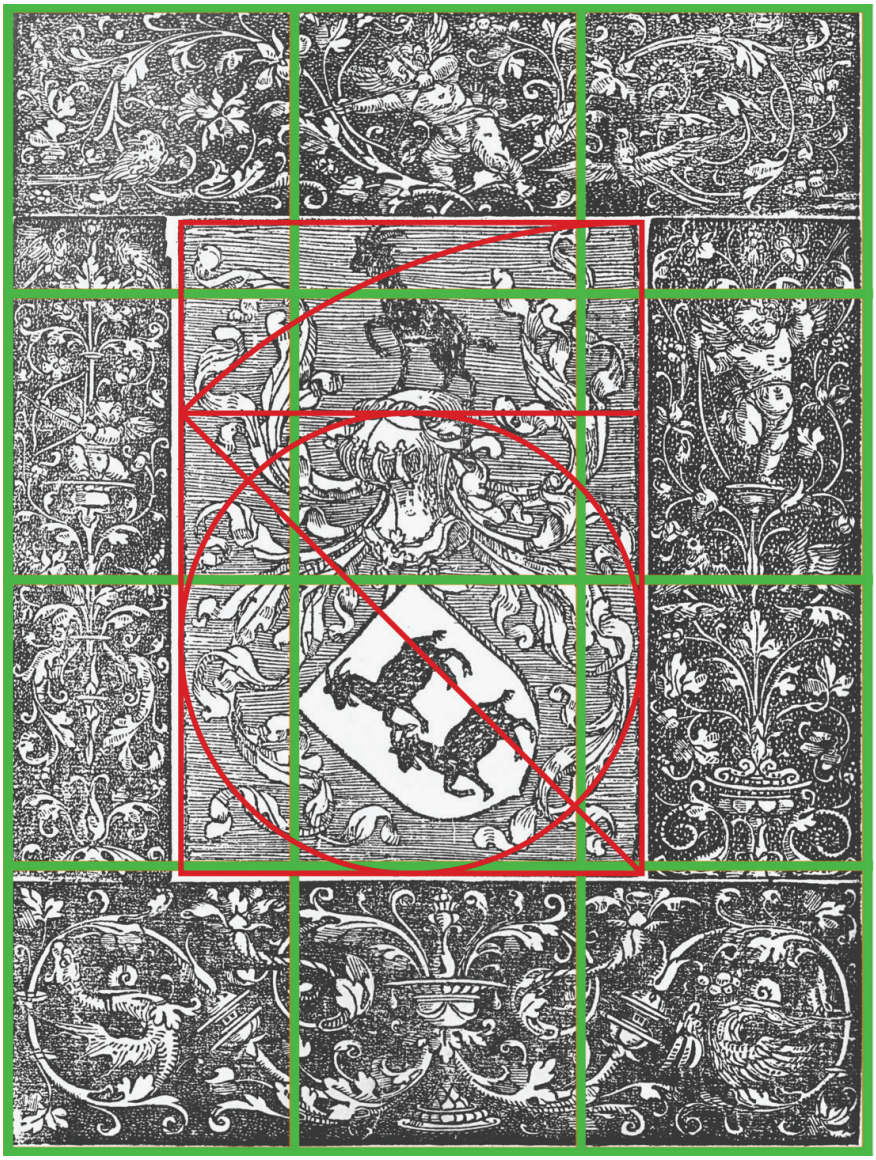
19 Dürer (1525), folio Jii-Liiiiii.

20 Id. Id., fol. Mii-Miii.

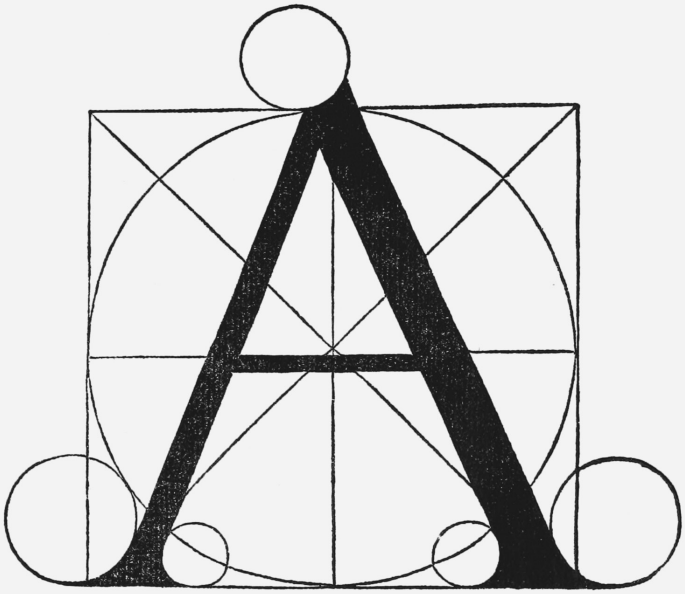
21 Quadrado que Sebastiano Serlio também utilizaria como módulo para definir as espessuras das letras do seu alfabeto, combinando as quadrículas 1: 8, 1: 9 e 1: 10.



7 – Página do *Comentário à ordem das Orações*, de David ben Joseph Abudarham, impresso em Lisboa, na oficina de Eliezer Toledano, em 1489, onde se percebe a importância do «Retângulo de Prata» na definição do traçado das respetivas páginas

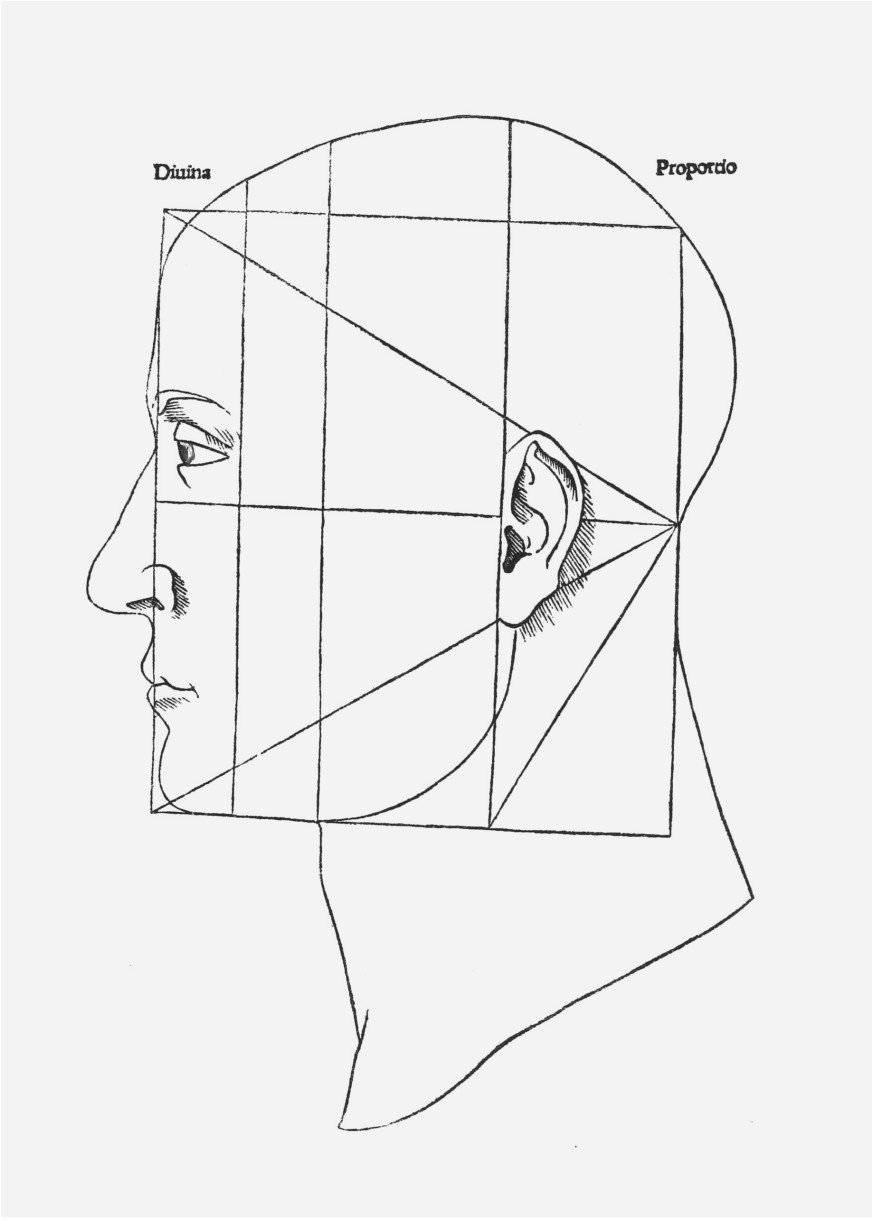


8 – Gravura do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, impresso em Almeirim e Lisboa por Hermão de Campos, em 1516

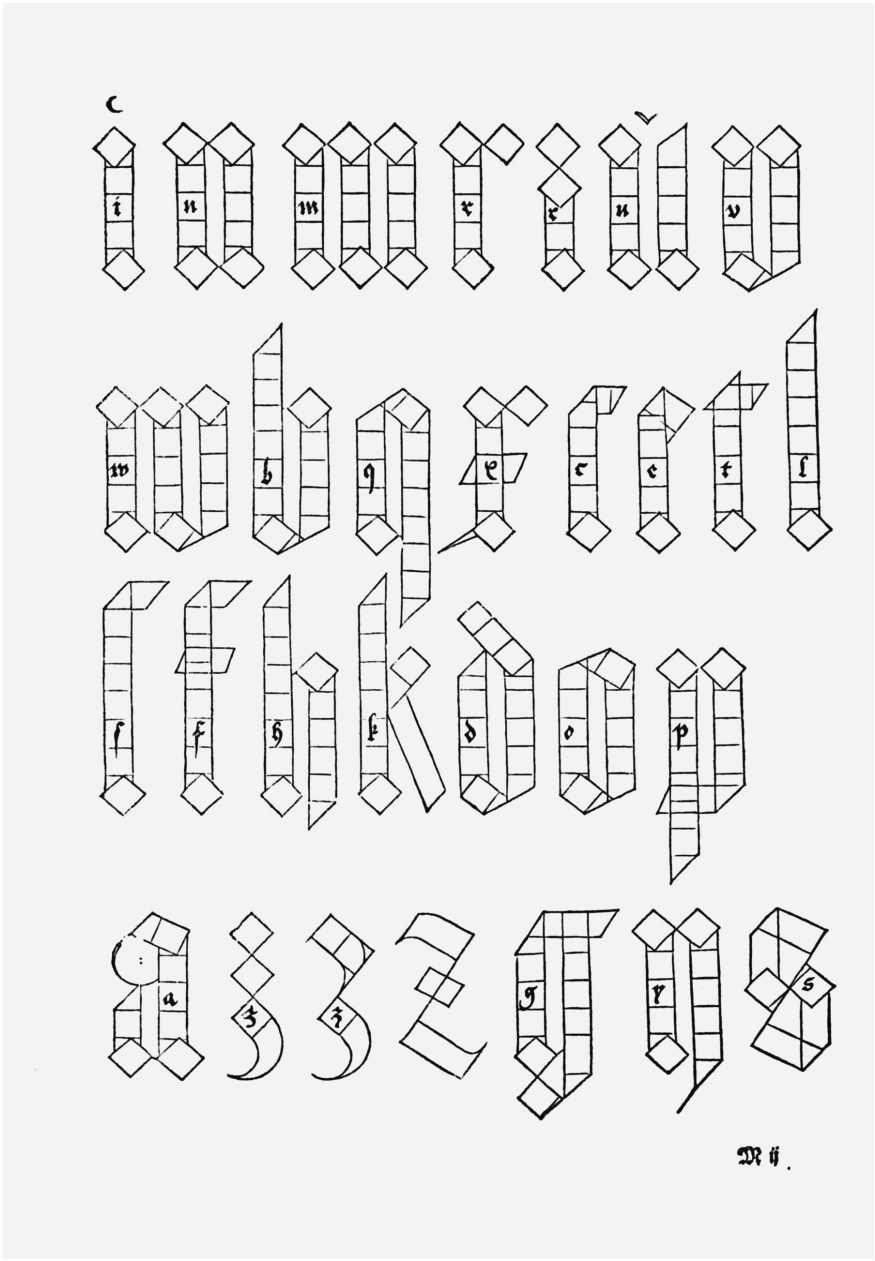


Queſta letera A ſi caua del tondo e del ſuo quadro:la gã
ba da man drita uol eſſer groſſa dele noue parti luna de
lalteza La gamba ſeniſtra uol eſſer la mita de la gãba groſ
ſa.La gamba de mezo uol eſſer la terza parte de la gamba
groſſa.La largheza de dita letera cadauna gamba per me
zo de la croſiera.quella di mezo alquanto piu baſſa com
me uedi qui per li diametri ſegnati.

9 – Página da *Divina proportione*, de Luca Pacioli, impresso em Veneza por A. Paganius Paganinus, em 1509



10 – Página da *Divina proportione*, de Luca Pacioli, impresso em Veneza por A. Paganius Paganinus, em 1509



11 – Página de Underweysung der Messung, de Albrecht Dürer, impresso em Nurembergue por [Hieronymus Andreae], em 1525

12 – Página de Underweysung der Messung, de Albrecht Dürer, impresso em Nurembergue por [Hieronymus Andreae], em 1525

O mesmo Geoffroy Tory cuja obra seria ainda essencial no que diz respeito à vulgarização da utilização da letra romana, em detrimento da letra gótica, e à divulgação de uma nova gramática decorativa que chegaria a Portugal na década de 1530 por intermédio de Germão Galharde e Luís Rodrigues, também estes decisivos no que diz respeito à atualização do grafismo dos livros portugueses ao importarem os chamados frontispícios arquiteturais – ocorrências que nos permitem retomar a sequência da descrição e aplicação dos conceitos vitruvianos às artes gráficas, aportando nos que se centram no «Decoro» e «Distribuição».

Relativamente ao primeiro, se nos socorrermos das palavras do próprio Vitrúvio, percebemos que «Decoro» não é mais do que um preceito orientador, de cariz conceptual, que corresponde ao racional condicionamento estético, traduzível por conveniente *Symmetria***,** que deve estar presente na definição metodológico-projetual:

> *"O Decoro é o aspeto irrepreensível das obras, dispostas com autoridade através de coisas provadas. Consegue-se pelo cumprimento de um princípio, que em grego se diz thematismos, segundo um costume ou naturalmente."* (Vitrúvio (2005), I, II, 5)

Já a «Distribuição», que Vitrúvio entendia estar associada a uma manifesta necessidade de repartição equilibrada dos recursos e prudência na administração dos custos das obras[22], também se inscrevia no conjunto das regras orientadoras, agora de cariz ético-moral.

Em síntese, «Decoro» e «Distribuição» funcionavam como dois instrumentos que, conectados, conciliavam racionalidade, funcionalidade e dignidade, ao ajustarem um conjunto de ditames teóricos a uma *praxis* à qual se exigia que tivesse em conta o tempo, o lugar, os costumes, as ideologias imagéticas, sobretudo as dominantes, e a

22 Vitrúvio (2005), I, II, 8.

LE SEGOND LIVRE.

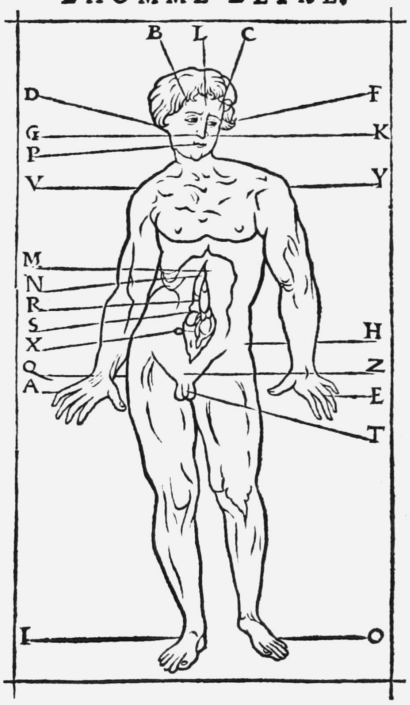
LHOMME LETRE.

Lhomme lettre

ON peut voir en la preſente figure comme le nõbre des. XXIIII. lettres Attiques accorde, comme iay dit, aux membres & lieux plꝰ nobles du corps humain, & non ſans cauſe, Car noz bons peres Anciẽs on eſte ſi vertueux en leurs ſpeculations quilz ont volu ſecretement entẽdre que lhõme parfaict eſt celluy en qui les bõnes lettres & ſciences ſont inſinuees & itimees ſi biẽ q̃uẽ tous endroicts & mouuemẽs de ſon corps eſt garny du bon mot q̃ Cicero au XXXV. Chapitre du premier liure de ſes Offices, & au cõmancemant De Oratore Ad Brutũ, dict & appelle en Grec. Πρεπον. & en Lati Decorũ. qui vault autant a dire en noſtre langage Francois decẽt & cõuenable en toutes ſes actions, & conſequentement en tous ſes faicts & dits hõme vertueux.

Cicero,

Πρεπον. Decorũ,



AVant que ie face lautre portraict que iay promis ie veulx cy bailler par eſcript toutes les lettres ainſi quelles ſe doibuent appliquer aux neuf Muſes & leur ſequelle, & aux dits lieux plus notables du corps humain, afin que plus facilement on puiſſe voir & cognoiſtre leur bon accord enſemble, Celluy accord eſt tel qui enſuyt.

Belle ſpeculation, & notable.

B. Vrania. Lœuil dextre.
C. Calliope. Loeuil ſeneſtre.
D. Polymnia. Loreille dextre.
F. Melpomene. Loreille ſeneſtre.
G. Clio. La narine dextre.
K. Erato. La narine ſeneſtre.
P. Terpiſcore. La bouche.
Q. Euterpe. Le lieu pour decharger le ventre.
T. Thalia. Le membre naturel a vriner.

13 – Página de *Champ fleury*, de Geoffroy Tory, impresso em Paris, em 1533

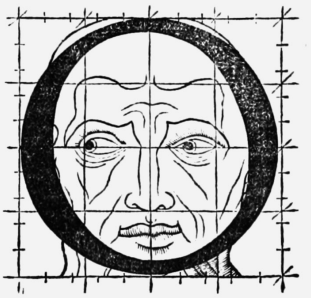
LE SEGOND LIVRE.

Ouide. Ille opifex rerum mundi melioris origo. Et vng peu apres. “
Pronaq; cum ſpectent animalia cætera terram, “
Os homini ſublime dedit, cœlumq; videre “
Iuſſit, & erectos ad ſydera tollere vultus. “

Ceſt a dire. Oultre ces choſes, dit il, que iay dictes, la creation de Lhõme humain reſtoit encores, lequel Homme debuoit dominer ſus toutes aultres choſes crees. Doncques le grant Createur de luniuerſel monde la faict naiſtre en ſorte que toutes beſtes brutes baiſſeront leur teſte & veue en terre, & luy, il aura la teſte & viſage eleue au ciel.

Ordonnance de le O. au viſage humain.

LA face humaine & le O. en la figure cy pres faicte, ſont acordez en ſorte quon y peut cognoiſtre comment les bons Anciens ont imagine q̃ ainſi que la figure ronde eſt la plus capable, & la plus parfaicte de toutes, la teſte de Lhõme qui eſt quaſi ronde eſt plus capable de raiſon & dimagination que tout le demorãt du corps naturel. Auſſi la teſte humaine a en elle plus de ſenſualite & deficace que nulle aultre partie du corps, entendu quelle a en elle ſept conduyts & origines deſpert vital, en ſignification des ſept Ars liberaulx. Iceulx cõduyts ſont les deux Oreilles, les deux Yeulx, les deux Narines, & la Bouche. Les Oreilles ſont, pour conceuoir le nom des lettres. Les Yeulx, pour les cognoiſtre & diſcerner. Les Narines pour aimoniſer la voix, & le ſon en les pferant. Et la Bonche pour les ꝓnuncer ſelõ leur accẽt, leur ton, et leur diſtinction. Les chaperõs fourres des Recteurs & Docteurs en Vniuerſitez, & Cõſeillerz en Cites ont eſte ordõnez au tour de la teſte aps & ſus la figure & perfectiõ de le O. pour denoter q̃ telz ꝓſonnages doibuẽt auoir leur teſte abſolumẽt parfaicte de toute Sciẽce, & Vertus, qui cõſiſtẽt principalement cõme iay pieca dict, en la vraye cognoiſſance de pures & bõnes lettres, leſquelles ne enrichiſſent ſeullement Lhomme, mais le anobliſſent, & le produyſent iuſq̃s a imortalite de ſon nom.

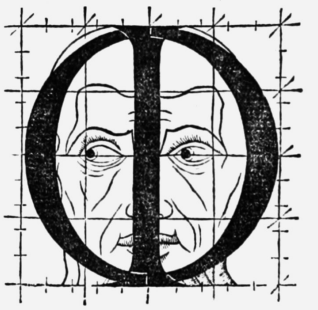


La teſte de lhõme a ſept cõduyts deſpert vital.

Notable ſinguliet.

Ordonnance de le I. & de le O. enſemble, au viſage humain.

LA figure cy prochaine a eſte faicte pour monſtrer au doit & a loeuil commãt non ſeullement le I. & le O. ſe acordent chacuue a part elle, a la face de Lhõme, mais encores bien toutes deux enſemble. Ie ne doubte q̃ detracteurs, & enuyeulx en iapperont, mais ſi nen lairay ie a eſcripre ma fantaſie & ſpeculation, pour faire plaiſir et ſeruice aux bons eſtudiens. Ie ſcay, comme iay dict cy denant au Premier liure, que Science na ennemys queles nõ ſcauãs, qui ne vallẽt qua reprẽdre aultruy, & ne ſcauroient dire vng bon mot, ne faire vng iuſte traict de plume.



Digreſſion.

14 – Página de *Champ fleury*, de Geoffroy Tory, impresso em Paris, em 1533

logística coerente e necessária à produção do objeto artístico – instrumentos que Vitrúvio e muitos dos que o seguiram, até aos nossos dias, tenderam a submeter apenas à função social da arquitetura, mas que a tipografia, a autodenominada alavanca da civilização, herdaria como suporte para a evolução do livro como objeto de arte, reproduzível e socialmente útil.

E esta evolução é visível na passagem da escrita em letra gótica – negra, angulosa e medieval, reservada a temáticas religiosas e à liturgia, sobretudo vulgarizada por tipografias e tipógrafos de origem alemã – à escrita em letra latina – redonda e renascentista, aberta ao florescimento do humanismo e ao gosto pelas formas *all'antica,* por sua vez divulgada maioritariamente por tipografias e tipógrafos de origem italiana ou influenciados pela cultura, o gosto e a moda provenientes de Itália. De resto, livro cuja evolução também passaria pela inovação dos materiais, onde se incluem a qualidade do papel, a fundição dos tipos, as tintas, as cores, a gravura em madeira ou os processos reprodutivos, e do seu traçado, que se estrutura nos processos construtivos onde se incluem a definição dos formatos, a extensão e o número de linhas, o espacejamento e o entrelinhamento, a dimensão da mancha tipográfica e a percentagem dos brancos, a distribuição das ilustrações ou o número de colunas de texto, ou seja, aquele que, tal como na arquitetura, se pode considerar o exercício criativo e racional da geometria das quantidades, das medidas, das proporções e dos volumes – exercício que o escritor e tipógrafo francês Maximilien Vox (Samuel William Théodore Monod) (1894-1974) dramatiza ao chamar a atenção para as consequências do mínimo incumprimento das regras:

> *"Dans le double cadre de ses marges pures, le livre ouvert dessine deux rectangles gris (noir, blanc) qui s'opposent et se balancent selon un équilibre si juste qu'il semble facile et spontané. […] mais déplacez*

seulement ces rectangles de quatre millimètres, de trois cicéros et demi, comme nous dirions, dans le sens qu'il vous plaira: le charme est rompu, l'harmonie s'évanouit, et je ne sais quoi chavire qui ne surnagera plus: morne misère d'une page manquée. Ce je ne sais quoi, c'est une juste mise en pages; le mot de justification n'a pas été inventé au hasard".[23] (Vox (1927), p. 37).

E exercício que o historiador Henri Focillon (1881-1943) descreve, depois de afirmar que nenhuma arte está mais próxima da arquitetura que a tipografia:

"Comme l'architecture, elle [la typographie] a pour première règle le bon discernement et la juste adaptation des matériaux; comme l'architecture, elle repose sur un système de rapports définis, son économie est stable, elle répugne à de sinueux caprices. De même que l'ordonnateur d'un palais répartit avec une sage mesure l'ombre et la lumière sur les façades e, dans les dispositions intérieures, balance pour les besoins de la vie la lumière avec l'ombre, de même l'ordonnateur d'un livre, disposant de deux forces contraires: le blanc du papier et le noir de l'encre, assigne à chacune d'elles un rôle et combine une harmonie. Il y a, en architecture, de grands plans calmes qui sont comme des marges. Il y a, dans un livre, des symétries et des alternances qui sont celles d'une bâtisse."[24] (Audin (1921), pp. 3-4).

23 Tradução livre: No duplo quadro das suas margens claras, o livro aberto expõe dois retângulos cinzentos (preto, branco) que se opõem e balançam de acordo com um justo equilíbrio que parece fácil e espontâneo. […] Mas, se se deslocarem estes retângulos apenas quatro milímetros em qualquer que seja a direção, o resultado é uma página perdida, destituída de beleza e de harmonia; afinal, a palavra justificação não foi inventada por acaso.

24 Tradução livre: Tal como a arquitetura, a tipografia tem como primeira regra a conformidade e justeza dos materiais; como a arquitetura, estrutura-se num sistema de relações definidas, a sua economia é estável e avessa a caprichos sinuosos. Assim como o delineador de um palácio distribui luz e sombra nas fachadas com sábia proporção, e nos arranjos interiores equilibra a luz e a sombra para as necessidades da vida, da mesma forma o delineador de um livro, possuindo duas

Com esta convincente sobreimpressão das imagens da arquitetura e da tipografia, resta-nos tentar escrutiná-la na observação concreta de alguns dos nossos incunábulos e livros já quinhentistas.

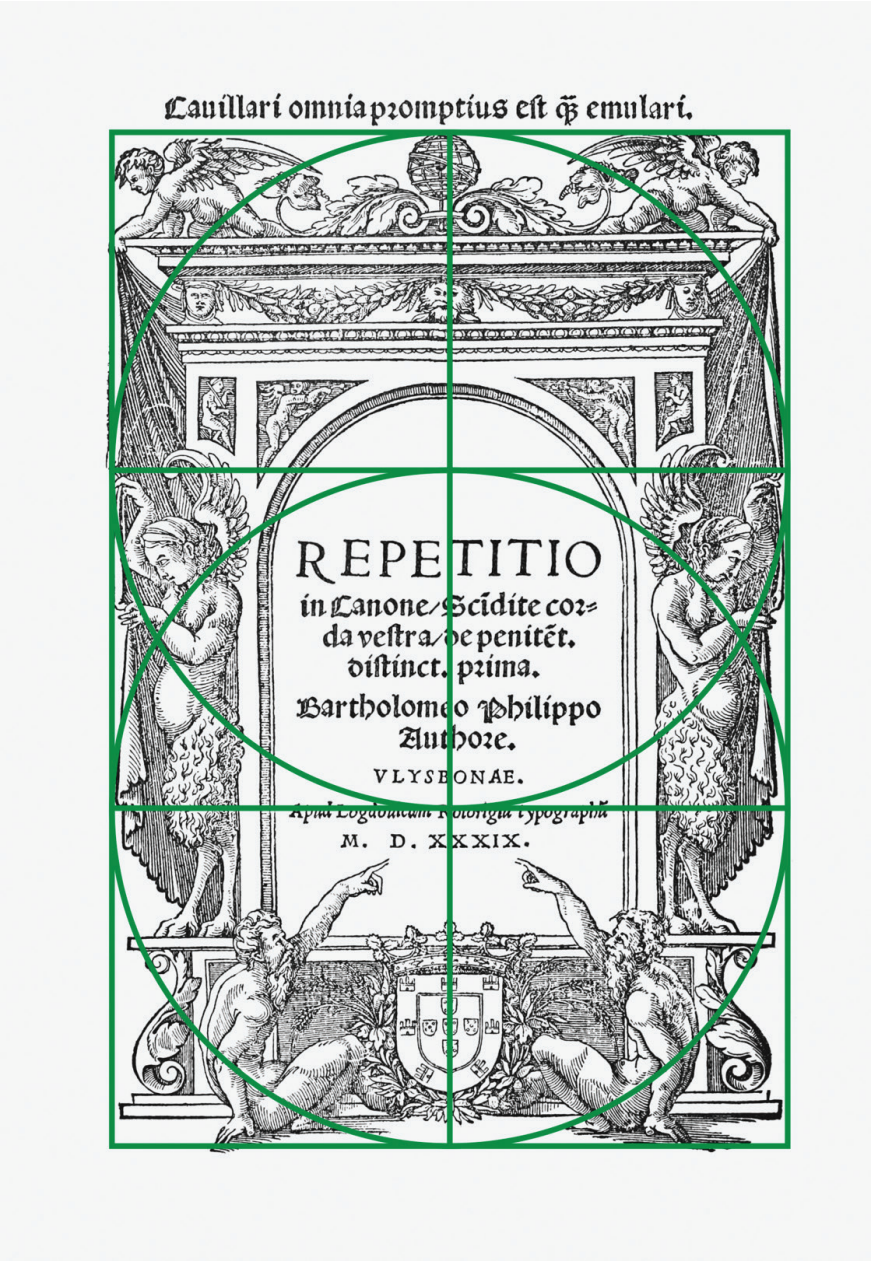
Adoção dos retângulos harmónicos

Se bem que não possamos ter em conta a verdadeira dimensão das páginas da maioria dos livros antigos e encadernados, dado o facto do uso desmedido da guilhotina por parte daqueles que William Morris (1834-1896), sem qualquer piedade, classificava como os inimigos dos livros e da raça humana[25], é, no entanto, possível reafirmar a ideia de que o esquema das suas paginações não terá sido encontrado arbitrariamente, mas sim obedecido a um padrão de relações geométrico-matemáticas que permitiu a sua arquitetura.

Ao debruçarmo-nos particularmente sobre a definição geométrica dos frontispícios, da mancha tipográfica ou das gravuras, verificamos que vários foram os retângulos harmónicos de que os nossos impressores se serviram para planear as suas páginas. Por exemplo, logo em 1487, no *Pentateuco,* impresso em Faro, por Samuel Gacon, deparamos nas suas primeiras dez páginas com uma mancha tipográfica, de 30 linhas compostas em caracteres quadrados, que se inscreve num quadrilátero de razão √2 (1: 1,4142), o único possível de replicar tantas quantas as vezes que for dobrado sem que se alterem as suas proporções.

forças opostas: o branco do papel e o preto da tinta, atribui a cada uma delas uma função e combina uma harmonia. Existem, na arquitetura, grandes planos serenos que são como as margens. Existem, num livro, simetrias e alternâncias que são as de um edifício.

25 Morris (1908), p. 9.



15 – Portada arquitetural de *Repetitio in cânone sci[n]dite corda vestra de penite[n]t*, de Bartolomeu Filipe, impresso em Lisboa, por Luís Rodrigues, em 1539

Sendo este um retângulo dinâmico que resulta do desenvolvimento do teorema de Pitágoras (582-497 a. C), e que, a propósito da sua aplicação em «De la longitudine et latitudine et symmetrie», encontramos representado na primeira tradução para o italiano do manuscrito de Vitrúvio, por Cesare Cesariano, em 1521[26] ou, mais tarde, em *Il primo libro d'architettura di Sabastiano Serlio*[27], é curioso que só no século XVIII tenha sido registado pelo matemático e filósofo alemão Georg Christoph Lichtenberg (1742-1789) com o nome de «Retângulo de Prata», e que também só em 1922 venha a estar na génese da norma criada pelo Deutsches Institut fur Normung (DIN), com base na qual, em 1975, a International Organization for Standardization (ISSO 216) acabou por definir a fração contínua da normalização do papel nos atuais formatos e dimensões.

Talvez por demonstrar racionalidade no ajuste à dobragem e aproveitamento do papel de que resultavam os vários formatos dos livros, ou porque, no contexto da definição da extensão e do número de linhas que preenchiam a mancha do texto, o corpo das letras assim o induzia, este «Retângulo de Prata» estaria na base das preferências da maioria dos impressores responsáveis pela impressão dos nossos livros, tanto no período incunabular como nos cem anos seguintes.

Mas, se nos detivermos nas restantes 105 folhas do mesmo *Pentateuco,* verificamos que às referidas 30 linhas da composição tipográfica foram acrescentadas mais duas, o que deu origem a uma mancha de proporções 1: 1,618, que se inscreve no célebre «Retângulo de Ouro», também conhecido como «Retângulo de Euclides», dado que a sua construção geométrica se fundamenta numa das definições do chamado pai da geometria: «Uma linha reta diz-se dividida em extrema e média razão, quando toda a linha é para o segmento maior, como este segmento maior é para o segmento menor"[28].

26 Cesariano (1521), livro VI, p. LXXXXVIII.

27 Serlio (1545), p. 21.

28 Euclides (1768), VI, III, p. 205.

Tendo em conta a natureza das suas proporções, que lhe conferiram o epíteto de mais belo, este mesmo retângulo suscitaria o interesse particular de várias áreas do conhecimento, desde a Antiguidade Clássica até aos nossos dias. Tal como Fídias (480 a.C.-430 a.C.), o escultor ligado à edificação do Partenon, Leonardo Fibonacci (1170-1242), o matemático em cuja divina proporção dos números o arquiteto Le Corbusier sustentou o denominado sistema Modulor[29], ou Jan Tschichold (1902-1974), o arquitipógrafo que alimentou a ideia de uma Nova Tipografia[30], naturalmente também vários dos impressores das primeiras gerações a trabalharem em Portugal acabariam por adotá-lo com inúmera frequência e destreza, como foram, por exemplo, os casos dos alemães Valentim Fernandes e Hermão de Campos ou do italiano João Pedro de Cremona.

Apenas para destacarmos mais um dos vários significativos retângulos harmónicos no contexto da geometria arquitetural e tipográfica, acedemos ao chamado «Retângulo Egípcio», de razão 2: 3, que resulta da interseção de duas circunferências com o mesmo diâmetro e cujos centros estão à mesma distância da medida do raio, e que permite chegar à Vesica Piscis, uma figura geométrica de que deriva a Mandorla, muito presente na imagética cristã, desde a milenar iconografia bizantina. Vesica Piscis que terá tido efeitos práticos na interpretação do arco em ogiva e servido de fonte a muitos construtores de catedrais, como Villard de Honnecourt (1225-1250), mas que não terá deixado de influenciar alguns posteriores estudos em torno do desenho e da geometria, como são, por exemplo, os dos alemães Matthäus Roritzer (1435-1495)[31], de Albrecht Dürer[32] ou do português António Rodrigues (1525?-1590)[33]; e «Retângulo Egípcio»

29 Corbusier (1953).

30 Tschichold (1965).

31 Matthäus (1497).

32 Dürer (1525).

33 Rodrigues [1575-1576].

16 - Portada arquitetural de Luís Rodrigues utilizada em *Ho seitimo liuro da historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, impresso em Coimbra, por João de Barreira, em 1554

que o tipógrafo argentino Raul Rosarivo (1903-1966), na sua *Divina Proporcion Tipografica,* publicada já no século XX, iria denominar «Retângulo Tipográfico», distinguindo-o dos vários retângulos geometricamente harmónicos[34], por participar da razão tipométrica e simultaneamente ser um quadrilátero com a mesma natureza numeral do cícero, a unidade de medida de todas as progressões proporcionais da arte de compor tipograficamente[35].

No que diz respeito à sua aplicação concreta, este terá sido ainda um dos retângulos que podemos identificar em muitas páginas dos nossos livros impressos, por exemplo, por João Gherlinc, Valentim Fernandes, Rodrigo Álvares, João Pedro de Cremona ou Hermão de Campos.

Conclusão

Finalmente, admitindo que, de facto, existe uma base teórica comum à planificação do edifício e do livro, e que a arquitetura e a tipografia se contagiam, nomeadamente quando o desenho da fachada serve de modelo ao desenho do frontispício, e vice-versa, ou a evolução da xilogravura impressa no livro de arquitetura inspira a renovação do desenho da própria arquitetura[36], afigura-se-nos natural ter dado a este artigo o título de «Arquitetura do Livro»[37], assim como, depois dele, também nos parece que seria compreensível que os atuais *designers* portugueses envolvidos com as letras e as artes,

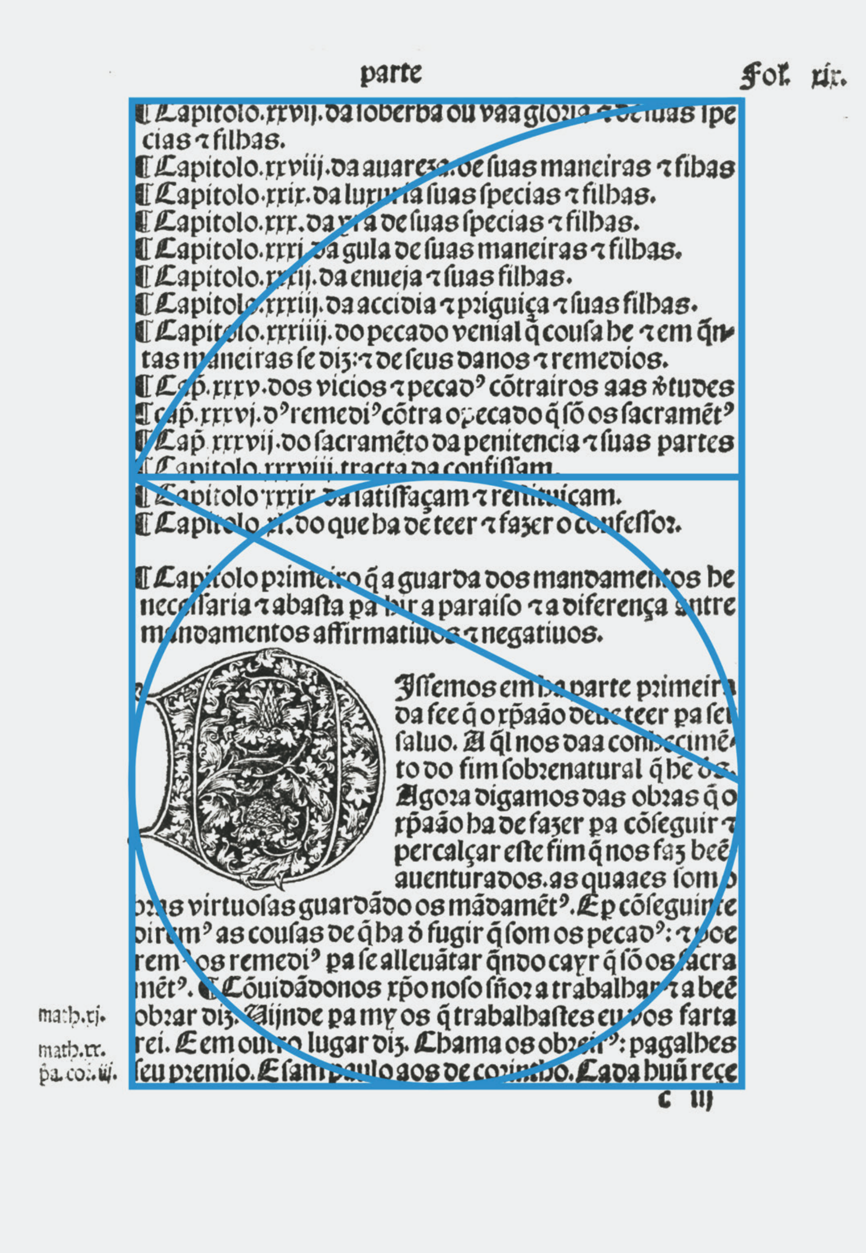
34 Rosarivo (1956), p. 15.

35 Medida estabelecida no final do século XVIII pelo fundidor François-Ambroise Didot (1730-1804).

36 Nalgumas edições de livros de arquitetura, por vezes acontece serem escultores ou arquitetos os autores das suas ilustrações, mas também os responsáveis pela própria abertura das matrizes em madeira. Na edição de *Architecture ou Art de bien bastir de Marc Vitruve Pollion,* por Jean Martin, em 1547, o arquiteto francês Jean Goujon (1510-1568) foi um desses exemplos.

37 Título provisório de uma investigação no âmbito dos primeiros 100 anos da imprensa em Portugal que o autor deste artigo tem em curso.

17 – Página do *Pentateuco*, impresso em Faro, na oficina de Samuel Gacon, em 1487, cuja mancha tipográfica se inscreve no «Retângulo de Prata»


parte Fol. xix.

¶ Capitolo.xxvij. da soberba ou vaa gloria & de suas specias & filhas.
¶ Capitolo.xxviij. da auareza de suas maneiras & fibas
¶ Capitolo.xxix. da luxuria suas specias & filhas.
¶ Capitolo.xxx. da yra de suas specias & filhas.
¶ Capitolo.xxxj. da gula de suas maneiras & filhas.
¶ Capitolo.xxxij. da enueja & suas filhas.
¶ Capitolo.xxxiij. da accidia & priguiça & suas filhas.
¶ Capitolo.xxxiiij. do pecado venial q̃ cousa he & em q̃ntas maneiras se diz: & de seus danos & remedios.
¶ Cap.xxxv. dos vicios & pecad⁹ cõtrairos aas vtudes
¶ Cap.xxxvj. d⁹ remedi⁹ cõtra o pecado q̃ sõ os sacramẽt⁹
¶ Cap.xxxvij. do sacramẽto da penitencia & suas partes
¶ Capitolo.xxxviij. tracta da confissam.
¶ Capitolo.xxxix. da satisfaçam & restituiçam.
¶ Capitolo.xl. do que ha de teer & fazer o confessor.

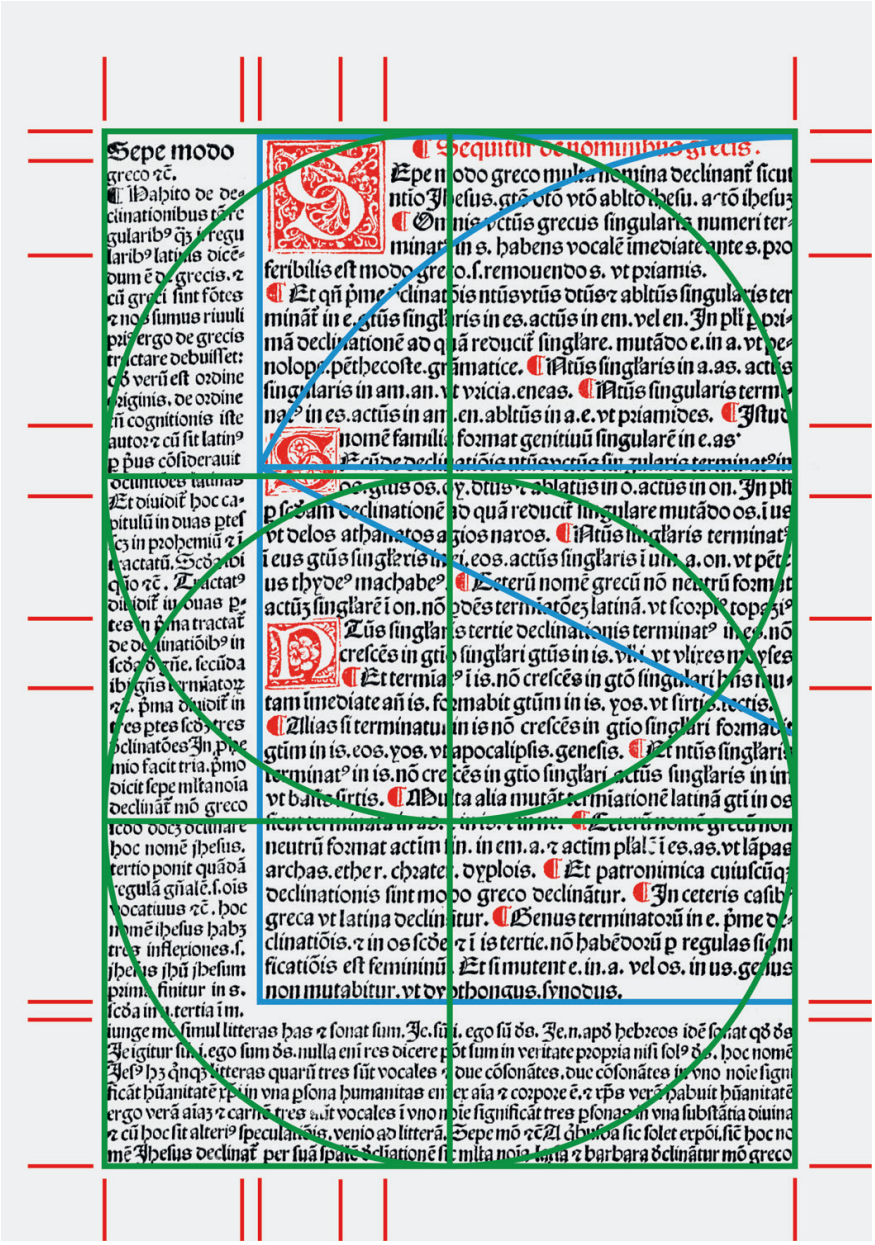
¶ Capitolo primeiro q̃ a guarda dos mandamentos he necessaria & abasta pa hir a paraiso & a diferença antre mandamentos affirmatiuos & negatiuos.

Dissemos em ha parte primeira da fee q̃ o xp̃aão deue teer pa seer saluo. A q̃l nos daa conhecimẽto do fim sobrenatural q̃ he d[illegible]. Agora digamos das obras q̃ o xp̃aão ha de fazer pa cõseguir & percalçar este fim q̃ nos faz beẽ auenturados. as quaaes som boas virtuosas guardãdo os mãdamẽt⁹. E p cõseguinte dirẽm⁹ as cousas de q̃ ha d fugir q̃ som os pecad⁹: & poerem⁹ os remedi⁹ pa se alleuãtar q̃ndo cayr q̃ sõ os sacramẽt⁹. ¶ Cõuidãdonos xp̃o noso sñor a trabalhar & a beẽ obrar diz. Viinde pa my os q̃ trabalhastes eu vos fartarei. E em outro lugar diz. Chama os obreir⁹: pagalhes seu premio. E sam paulo aos de corintho. Cada huũ rece

math.xj.
math.xx.
pa.co.iij.

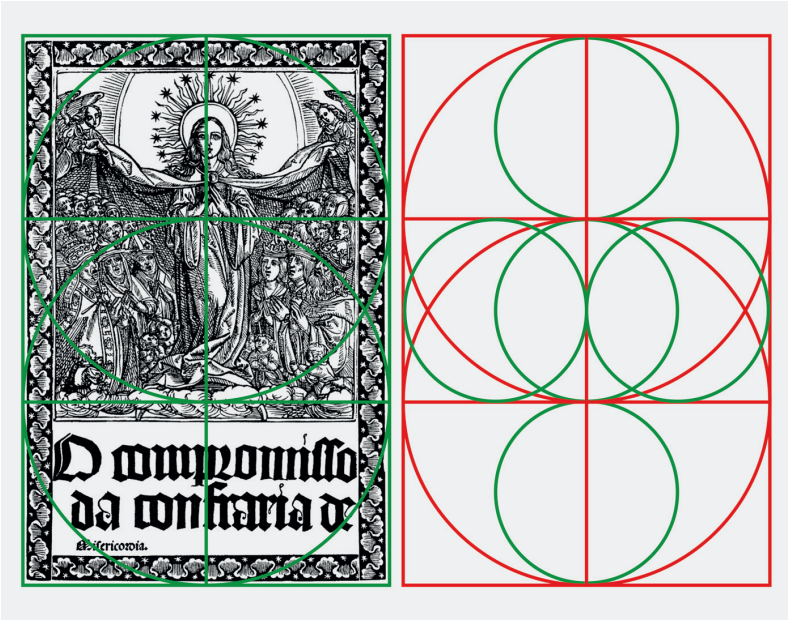
c iij

18 – Página do *Cathecismo pequeno*, impresso em Lisboa, na oficina de Valentim Fernandes, por João Pedro de Cremona, em 1504, cuja mancha tipográfica se inscreve no «Retângulo de Ouro»

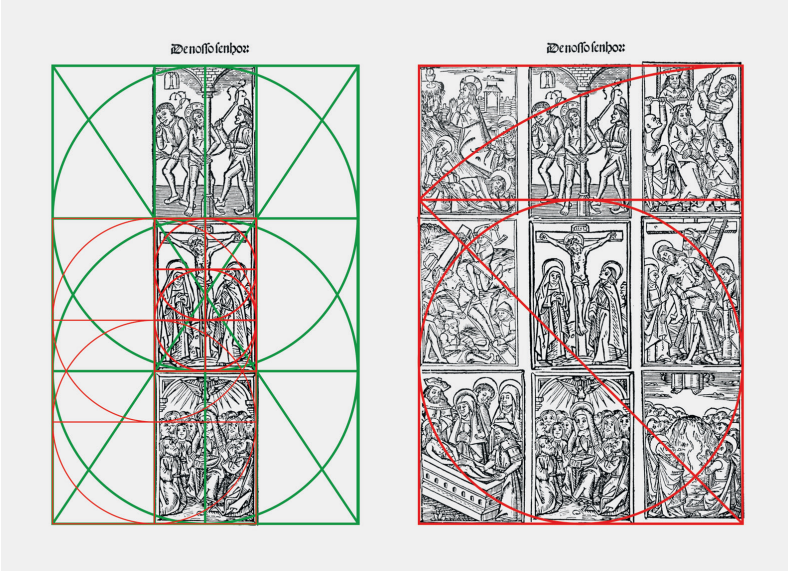


19 – Página da *Grãmatica Pastrane*, impresso em Lisboa, na oficina de Valentim Fernandes, em 1497, cuja mancha tipográfica se divide entre o «Retângulo Tipográfico» e o «Retângulo de Ouro»

20 – Página da *Regra statutos e diffinções da Ordem de Sanctiago*, impresso em Setúbal por Hermão de Campos, em 1509, cuja mancha tipográfica se inscreve no «Retângulo Tipográfico»



21-22 - Portada de *O compromisso da confraria da Misericórdia*, impresso em Lisboa, na oficina de Valentim Fernandes, em 1497, onde se verifica a sobreposição dos retângulos «Tipográfico» e «Egípcio»



23-24 – Gravuras da *Lege[n]da dos Sãtos Martires*, impresso em Lisboa, na oficina de João Pedro de Cremona, em 1513, onde é possível perceber a lógica do sistema modular e a razão da transição do «Retângulo Tipográfico» para o «Retângulo de Prata»

por banalização da denominação ou por desamor dos anglicismos, se encontrassem com a origem das palavras e se assumissem como Arquitipógrafos, título que por mérito profissional já no século XV fora atribuído ou adotado, quando o domínio do grego e do latim constituía uma das exigências necessárias aos compositores tipográficos e fazia sentido articular o elemento *archi* (ἀρχι) com o vocábulo *typographo,* esta uma designação cujo termo *typos* é tão caro ao arquiteto e à chamada revolução da «arquitetura tipográfica», uma matéria que nos obrigaria a regressar à «composição» com que iniciámos a nossa reflexão, para trazermos à discussão a estandardização dos tipos e a racionalização dos espaços, o que certamente nos conduziria à «tipologia», mais uma vez, também esta uma ciência transversal às duas artes.

BIBLIOGRAFIA

AUDIN, Marius (1921). *Le Livre sa technique son architecture*. Lyon : Édition de Cumin et Masson.

CESARIANO, Cesare di Lorenzo (1521). Di Lucio Vitruvio Pollione De architectura libri dece. Como : P. Magistro Gotardus da Põte. Disponível em: https://archive.org/details/gri_33125008262210

CRESCI, Giovan Francesco (1560). Essemplare di più sorti lettere. [s.l.] : Antonio Blado. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58909h/f90.image

DÜRER, Albrecht. (1525). *Underweysung der Messung, mit dem Zirckel und Richtscheyt, in Linien, Ebenen unnd gantzen corpore*. [Nürnberg] : [Formschneider]. Disponível em: https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8271

EUCLIDES. (1768) *Elementos de Euclides, dos seis primeiros livros, do undécimo, e duodécimo. Da versão latina de Federico Commandini, adicionados, e ilustrados por Roberto Simson*. Lisboa : Officina de Miguel Manescal da Costa. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/46482

FANTI, Sigismondo (1514). *Theorica et pratica de modo scribendi fabricandiqve omnes litterarvm species*. Venetiis : Impressum per I. Rubeum. Disponível em: https://www.loc.gov/item/48031576/

FERTEL, Martin Dominique (1723). *La science pratique de l'imprimerie*. Saint-Omer : Martin Dominique Fertel. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1325424.image

FOURNIER, Henri. (1919). *Traité de la Typographie*. Paris : Garnier frères.

HUGO, Victor (18??). *En voyage : Alpes et Pyrénées*. Paris : Libr. du Victor Hugo illustré.

HUGO, Victor (1967). *Nossa Senhora de Paris*. Porto : Livraria Civilização.

LE CORBUSIER (1953). *El Modulor*. Buenos Ayres : Ed. Poseidon.

MARTIN, Jean (1547). *Architecture ou art de bien bastir de Marc Vitruve Pollion*. Paris: Veuve & heritiers de Ian Barbé. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105095j.image

MOUTON, Eugène. (1896) *L'Art d'*écrire *un livre, de l'imprimer et de le publier*. Paris: H. Welter, Libraire-Éditeur

MORRIS, William (1908). *Ideal Book*. London : L.C.C. Central School of Arts & Crafts, Regent St.

NUNES, Filipe (1766). *Arte da pintura, Symmetria e perspectiva*. Lisboa : oficina de João Baptista Álvares. Disponível em: https://purl.pt/777

PACHECO, José (2018). *As Artes Gráficas e a imprensa em Portugal – séculos XV-XIX, vol. I – Da invenção da Tipografia à Idade de Ouro do livro Impresso*. Olhão: Sul, Sol e Sal, Lda.

PACIOLI, Luca (1509). *Divina proportione*…. [Venetiis] : A. Paganius Paganinus characteribus elegantissimis accuratissime imprimebat. Disponível em: https://am.uc.pt/bib-geral/item/49322

RODRIGUES, António [1575-1576]. [Tratado de arquitectura] [Manuscrito]. [1] f., f. 3-45, f. [46-67]. Disponível em: https://purl.pt/27112

RIVIUS, Walther Hermann (1548). *Vitruvius Teutsch*. Nuremberg : Johann Petreius. Disponível em: https://www.e-rara.ch/oec/content/structure/6158430

RORITZER, Matthäus (1497). *Geometria deutsch*. Nuremberg : [Peter Wagner]. Disponível em: https://de.wikisource.org/wiki/Geometria_deutsch

SCAMOZZI, Vicenzo (1615). *L'idea della architettura Universale*. Venetiis : Giorgio Valentino. Disponível em: https://doi.org/10.11588/diglit.1674

SERLIO, Sebastiano (1545). *Il primo libro d'architettura*. Paris : Jean Barbé. Disponível em: https://www.metmuseum.org/art/collection/search/380554

SERLIO, Sebastiano (1542). *Reigles generales de l'architecture*, sur les cincq manieres d'edifices: ascavoir, thuscane, ioniq̄ , corinthe, & cōposite, avec les exemples danticquitez, selon la doctrine de Vitruve. [Anvers : Translate & imprime par Pierre van Aelst]. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8457382h

SUARÈS, André. (1928). «Art du Livre». *Arts et Métiers Graphiques*, N. 3. Paris : Charles Peignot.

TORY, Geoffroy (1533). *Champ fleury*. Paris : Geoffroy Tory di Bourges, libraire & autheur. Disponível em: https://archive.org/details/champfleuryauque00tory

TSCHICHOLD, Jean (1995). *The New Typography*. Berkeley : University of California Press.

VALÉRY, Paul (1927). «Les deux vertus d'un livre». *Arts et Métiers Graphiques*, N. 1. Paris : Charles Peignot.

VICENTINO, Ludovico (1545). *La operina di Ludovico Vicentino da imparare di scriveri littera cancellarischa.* Anvers : Ludovico Degli Arrighi. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1511562s.image

VINCI, Leonardo da (1980). *Disegni di Leonardo e della sua cerchia alla Galerie dell'Accademia di Venezia*. Milan : Electa.

VITRÚVIO (2006). *Tratado de Arquitectura*. Tradução de M. Justino Maciel. Lisboa : IST Press.

VOX, Maximilien (1927). «Le livre contemporain : justification». *Arts et Métiers Graphiques*, N. 1. Paris : Charles Peignot.

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_2

Os irmãos Galinha e o estado da investigação histórica sobre o prelo da Biblioteca Geral

The Galinha brothers and the state of the historical research on the "Haas-Galinha" printing press of the General Library

Maria Beatriz de Matos França[1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer elementos biográficos sobre as figuras de Manuel Bernardes Galinha e dos seus irmãos, todos ligados ao ofício de serralheiro, em Coimbra. Procurar-se-á clarificar os seus percursos, os projetos que foram realizando, algumas personalidades com que se foram cruzando ao longo da vida e o contributo deixado à sociedade conimbricense. Adicionalmente daremos minuciosa conta das vias de investigação já exploradas sem resultados, com o confessado objetivo de poupar esse trabalho aos futuros investigadores destes temas.

1 Licenciada em História, Pós-Graduada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora bolseira a cargo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
https://orcid.org/0000-0001-7392-8959; mariampintof@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Galinha, António Bernardes, 1824-1893; Galinha, família, séc. 19; Galinha, José Bernardes, 1820-1873; Galinha, Manuel Bernardes, 1810-1864

ABSTRACT

This article aims to make known biographical elements about the figures of Manuel Bernardes Galinha and his brothers, all linked to the locksmith trade, in Coimbra. An attempt will be made to clarify their paths, the projects they carried out, some personalities they came across throughout their lives and the contribution they made to the local society. In addition, we will give a detailed account of the avenues of investigation already explored without results, with the objective of preventing future researchers of redoing the same work.

KEYWORDS

Galinha, António Bernardes, 1824-1893; Galinha, família, séc. 19; Galinha, José Bernardes, 1820-1873; Galinha, Manuel Bernardes, 1810-1864

Durante o restauro do prelo tipográfico, hoje mais conhecido como "Haas-Galinha", a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra atribuiu-nos o encargo de investigar as notícias históricas disponíveis e relacionadas com este tema, não só sobre o objeto em questão, mas também sobre os irmãos Galinha, renomados ferreiros de Coimbra.

As fontes acerca do prelo e da sua história são parcas, contudo, desse trabalho resultaram alguns dados novos e relevantes, que aqui decidimos arquivar, para memória futura.

A primeira parte do artigo compila os dados biográficos conhecidos dos três irmãos Galinha, e desmistifica o conceito de existência de uma "dinastia" de ferreiros deste apelido, em Coimbra.

Numa segunda parte, será explorada a sua atividade profissional, sendo na terceira abordada a história do prelo no contexto da Uni-

versidade. Embora os dados a seu respeito sejam escassos, estamos convictos de que nova documentação mais esclarecedora poderá vir a ser descortinada no futuro, pelo que esta investigação poderá nunca estar definitivamente concluída.

Na fase final desta pesquisa salientaremos ainda alguns aspetos que, por inexistência de fontes concretas, não puderam ser mais aprofundados, mas que são de relevância para o presente estudo.

Notas biográficas sobre os irmãos Galinha

> "Uma das mais importantes famílias de serralheiros do século XIX a trabalhar em Coimbra, foi a Bernardes Galinha".[2]

Coube-nos tentar caracterizar e explicar da melhor forma possível a história que envolve Manuel Bernardes Galinha e os seus irmãos, no sentido de se alargarem os horizontes culturais sobre Coimbra e sobre as personalidades inerentes a esta mesma cidade.

Proveniente de uma família numerosa, de um total de treze filhos,[3] como era comum na sociedade e vivências do século XIX, sabemos que infelizmente nem todos chegariam à idade adulta. De parcos rendimentos financeiros, nem todos tiveram a possibilidade de

2 QUEIROZ, José Francisco Ferreira; PORTELA, Ana Margarida - O ferro como forma de arte cemiterial, no século XIX : o caso de Coimbra. *Munda*. Coimbra. Nº 39 (maio 2000), p.14.

3 AUC – Consulta de Registos Paroquiais de Batismo, relativos aos restantes irmãos de Manuel, José e António Bernardes Galinha. Pertencentes à Freguesia de S. Tiago, foram contabilizados 10 filhos, de um total de 13, respetivamente:
João (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.70v.-71 – 30/08/1812);
Maria (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.84v. – 05/06/1814);
Albano (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.98v. – 02/06/1816);
Rosa (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.102v.-103 – 23/04/1817);
Maria (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.121-121v. – 21/03/1818);
Manuel (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.4v. – 24/02/1822);
Joaquim (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.10v.-11 – 04/04/1823);
Rosa (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.44 – 05/08/1827);
Carlota (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.56v. – 15/03/1830);
Miguel (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/(f.72 – 25/04/1833).

concluir um curso superior, sendo recorrente os filhos ajudarem os pais no ofício que estes detinham. Desta forma, três destacar-se-iam precisamente por seguir as pisadas na arte da serralharia da figura paterna, Joaquim Bernardes, casado com Teresa de Jesus, também conhecida por Teresa Joaquina, devido à inconstância patente nos registos encontrados.[4] Refiro-me assim, a Manuel, José e António Bernardes Galinha.

Manuel Bernardes Galinha, serralheiro de profissão,[5] terá nascido a 19/08/1810, e apesar de ser natural da Freguesia de S. Cristóvão e residir na Rua do Quebra Costas, da mesma freguesia, foi batizado na Freguesia de Santa Cruz, em Coimbra.[6]

Apesar de constar como solteiro no estado civil, o registo paroquial de óbito, faz referência à existência de 4 filhos.

Contudo, não nos podemos esquecer de que o século XIX está repleto de situações em que se desconhece um dos progenitores, sendo comum encontrar registos de indivíduos de pais incógnitos ou tendo apenas o nome da mãe, pelo que, caso estes 4 filhos não tenham sido efetivamente perfilhados, pois o nome deles não consta nos documentos, dificilmente se poderá saber quem terão sido.

Dos que chegariam a uma idade mais avançada destacamos o próprio Manuel, o mais velho, e mais dois de seus irmãos, respetivamente José e António.

4 AUC – Registo Paroquial de Casamento dos pais de Manuel Bernardes Galinha (PT/AUC/PAR/CBR17/003/0003/f.117-117v. – 26/06/1809). O pai, originário de Travanca de Farinha Podre (atual Travanca do Mondego), e sua mãe, da Freguesia de São Tiago, Coimbra, casaram na Freguesia de Santa Cruz, da mesma cidade.

5 Breve nota sobre os trabalhos artísticos de Manuel Bernardes Galinha, in Ciência em Portugal, Episódios, instituto-camoes.pt - (http://www.cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e81.html?msclkid=7fa6007dc0e311ec9c86295810e433b6):
«"O guardião do meio-dia solar "tripeiro" tinha sido, ele próprio, o autor da Meridiana dos Clérigos. Diz que foi ajudado na tarefa pelos amigos João Vieira Pinto, Francisco Joaquim da Silva Natividade e Luís Ferreira de Sousa e refere ainda um Manuel Bernardes Galinha, "muito hábil artista de Coimbra", que muito o ajudou, pondo à sua disposição a sua "bem estabelecida oficina"».

6 AUC – PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.194v.-195 (1800/1841).

Manuel Bernardes Galinha serviu como uma espécie de "pedagogo" para os irmãos, que acabariam por aperfeiçoar as suas capacidades na arte do ferro, graças aos seus ensinamentos.

O estabelecimento que aqui fica assente de Manuel, José e António serem irmãos, permite contrariar a expressão persistente de que tenha existido uma "dinastia" de ferreiros Galinha, já que não consta que qualquer deles tenha tido seguidores na arte, na geração seguinte.[7]

De ideais liberais bem definidos, sabemos que fez parte do Regimento de Milícias de Coimbra, tendo por volta de 1832, no governo de D. Miguel, ido para Peniche, mas devido à sua ideologia política acabaria preso e seria posteriormente levado para Lisboa. Terminaria no Limoeiro, de onde seria libertado após a chegada do exército liberal, por volta de 24/07/1833.[8]

---

7 "Dinastia de Ferreiros Galinha", expressão que ocorre em Amado Mendes e noutros. O nome do seu alegado sucessor, Joaquim Ferreira Galinha, parece corresponder a diversas pessoas, mas não conseguimos estabelecer nenhuma delas como ferreiro nesta cidade.

8 AUC – Fundo Documental da Universidade de Coimbra – Batalhões Académicos (1808/1919) – (Cx. Depósito IV-1ªE-Estante 1 – Tab. 1/N°11), na expectativa de se encontrar alguma referência a Manuel Bernardes Galinha. Naturalmente que os Batalhões Académicos eram compostos na sua grande maioria por estudantes, lentes e funcionários académicos. O material encontrado a respeito é essencialmente sobre as Lutas Liberais para os anos 20 do século XIX, Batalhões constituídos no período das Invasões Francesas entre 1808/1815. Ofícios para constituição dos respetivos Batalhões, e elementos habilitados a integrá-los; Livro Mestre do Batalhão dos Voluntários Académicos 1826 (Depósito IV-1ªE – Estante 1 – Tab.1/N°9). Na necessidade de encontrar alguma informação a respeito do Regimento de Melícias de Coimbra, foi contactado o Arquivo Histórico Militar de Lisboa, contudo sem qualquer sucesso, pois, segundo a informação facultada a 09/04/2021, não existe qualquer referência documental ou registo respeitante à figura de Manuel Bernardes Galinha (Procº: SILD.85.400.021).
No Arquivo Municipal de Coimbra foram também consultados a respeito desta questão, os Livros de Eleições Militares (1814/1834) – AM B12/6 e de Recrutamento Militar (1838) – AM B66/59. Quanto ao Livro de Recrutamento Militar os anos de 1832 a 1838 encontram-se em falta. Quanto ao Livro de Eleições Militares os assuntos tratados abordam essencialmente ofícios; nomeações; registos de baixa de soldados/oficiais dos Batalhões do Exército; registo de auto de eleição para ocupação de determinados cargos e patentes militares (capitanias e ordenanças).

Consultados os "Processos Políticos e Devassas do Reinado de D. Miguel" e respetivas cadernetas 1080-1 a 31, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, obtiveram-se sobre o seu percurso militar os seguintes dados:

> *"- Bernardes Serralheiro (Manuel), soldado do Regimento de Milícias de Coimbra* - vide*: Rodrigues Bruno (Manuel); - Rodrigues Bruno (Manuel), 2.º Sargento do Regimento de Milícias de Coimbra, e outros Autos de sumário a que se procedeu em Peniche acerca de Manuel Rodrigues Bruno, filho de José Rodrigues Bruno, e José Paulo, (...), Manuel Bernardes Serralheiro, filho de Joaquim Bernardes e de Teresa de Jesus, e Francisco Inácio, soldados, todos do Regimento de Milícias de Coimbra, por serem acusados em Peniche onde estavam destacados de serem partidários do regime liberal 1833".*[9]

É de notar que não consta no catálogo dos processos o nome de "Manuel Bernardes Galinha", e sim "Manuel Bernardes Serralheiro", sendo que os dados sobre ambos coincidem, sendo comum muitas vezes, uma pessoa ficar conhecida pela profissão que exercia na sociedade, pelo que supomos tratar-se do mesmo indivíduo.

A causa de morte terá sido Tifo, a 07/01/1864, aos 53 anos (faria 54 anos nesse ano, idade que consta nos registos, por arredondamento), tendo sido enterrado no dia 08/01/1864.[10] Foi depositado em sepultura rasa, constando que a importância do covato tinha o valor de 1$500.

9 ANTT, "Feitos Findos, Processos Políticos e Devassas do Reinado de D. Miguel", mç. 75A, nº4.

10 Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra (1860/1874) – (B27/4).

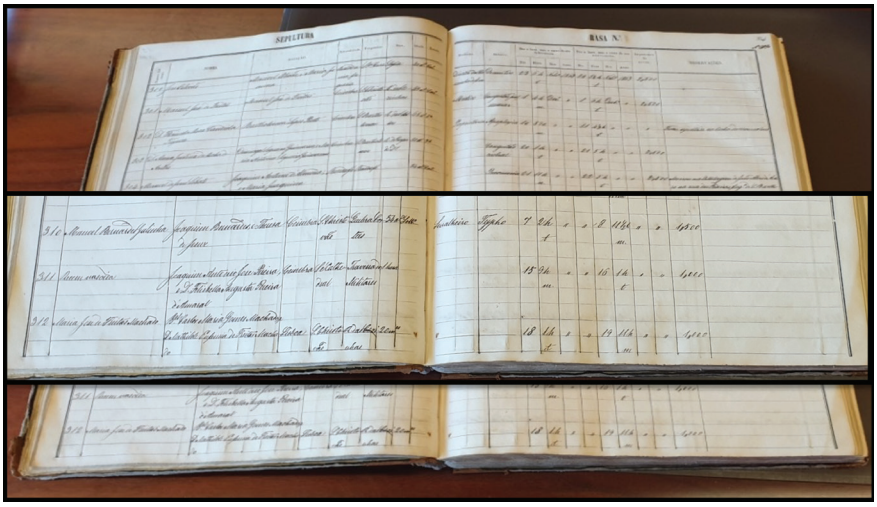


Figura 1 – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra de Manuel Bernardes Galinha (1864) – (B27/4).

Um dado relevante para apreciarmos a sua atividade profissional é-nos dado através do Obituário, no qual consta ter cegado a partir de 1847.

Diz o Necrológio, no Jornal *O Conimbricense*:[11]

> "NECROLOGIO.
>
> *Artistas de Coimbra: hoje, pelas duas horas da tarde, falleceu Manoel Bernardes Galinha, natural desta cidade, que succumbiu a uma febre paludosa, alem dos padecimentos que ha muitos annos soffria, sendo um delles a falta de vista, que perdeu em 1847, regressando a sua casa depois da convenção de Gramido. Era homem liberal desde 1820, o que deu motivo a que, sendo miliciano, fosse preso e conduzido para a praça de Peniche, por desaffecto ao governo da usurpação, e depois removido para o Castello de S. Jorge, em Lisboa, d'onde sahiu em 1833, por occasião da entrada do duque da Terceira.*

11 *O Conimbricense*. Nº 1038 (9 jan. 1864), referente a 8 jan., sendo a data do Necrológio de 7 jan., aparecendo menção à sua morte ainda em jornal de 12 jan. de 1864.

> *Foi um bom artista, e o primeiro de Coimbra, não só de serralharia, como de outros ramos a que se dedicou. Quando regressou a Coimbra em 1834 deu muito desenvolvimento á sua arte; e agora só lhe resta a ultima morada. E vós, artistas, se alli* não o acompanhastes, curvai ao menos a cabeça quando ouvirdes o *signal funereo, para mostrardes quanto deveis, alguns de vós, ao que foi vosso mestre.*
>
> Coimbra, 7 de Janeiro de 1864".[12]

Relativamente ao segundo irmão, José Bernardes Galinha terá nascido a 19/04/1820, e apesar de ser natural da Freguesia de S. Bartolomeu e residir na Rua das Solas, da mesma freguesia, foi batizado na Freguesia de S. Tiago, que a partir de 1854 seria incorporada em S. Bartolomeu. Era igualmente serralheiro de profissão.[13]

Consta no estado civil como casado com Joana Cândida, embora sem indicação de descendência, segundo o registo de óbito. A causa de morte terá sido por Anasarca, a 21/04/1873 aos 53 anos,[14] tendo sido enterrado no mesmo dia. Foi depositado em sepultura rasa, sabendo-se que a importância do covato tinha o valor de 2$500.

12 *O Conimbricense*. Nº 1038 (9 jan. 1864).

13 AUC (PT/AUC/PAR/CBR17/002/0009/f.139).

14 Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra (1860/1874) – Arquivo Municipal de Coimbra (B27/4).

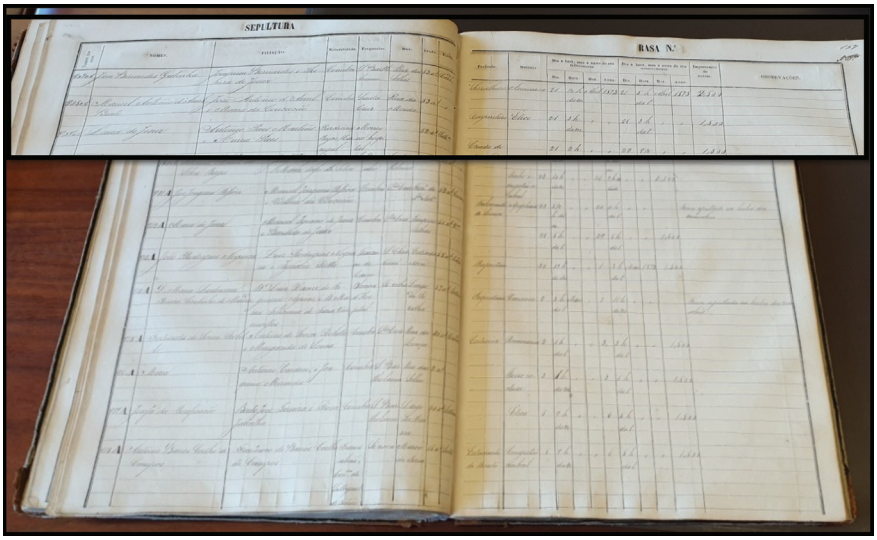


Figura 2 – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra de José Bernardes Galinha (1873) – (B27/4).

Também ele teve direito a nota informativa na imprensa, no Obituário, em jornal *O Conimbricense* de 22/04/1873:

> *"Fallecimentos – Hontem falleceu nesta cidade o sr. José Bernardes Gallinha, habilissimo artista serralheiro.*
> *De sociedade com o sr. Antonio José Alves Borges havia estabelecido na rua das Solas uma fabrica de fundição, movida a vapor.*
> *Sob a direcção do sr. Gallinha fizeram-se nesta fabrica obras muito importantes, e de muito merecimento.*
> *Sentimos o fallecimento deste intelligente artista, com quem mantinhamos particulares relações, principalmente desde a sociedade de instrucção dos operarios, de que foi um dos fundadores".*[15]

Foi inclusive um dos responsáveis pela fundação da *Sociedade Pátria e Caridade*, cujo objetivo era promover os meios económicos necessários para se sustentar a *Sociedade de Instrução dos Operários*,

15 *O Conimbricense*. Nº 2686 (22 abr. 1873).

criada em 1851, no sentido de poder proporcionar à população, em especial às classes operárias e mais desfavorecidas, as condições essenciais para se poderem alfabetizar e instruir culturalmente, por meio da frequência de cursos escolares e aulas noturnas, por iniciativa dos académicos António José Teixeira; Carlos Ramiro Coutinho; Filipe do Quental; Albino Augusto Giraldes; João António dos Santos Silva; Jacinto António Perdigão e José Afonso Botelho.[16]

Da *Sociedade Pátria e Caridade*, sabe-se que foi uma Loja Maçónica, criada em Outubro de 1852 e que terá começado por se reunir numa casa da Rua do Poço, próxima do Paço do Conde, posteriormente transferida para uma outra casa situada na Rua dos Grilos, anexa ao Jardim do Colégio de Santa Rita, acabando por se fixar definitivamente numa sala do antigo Colégio da Santíssima Trindade,[17] na alta coimbrã.

Desta Loja Maçónica faziam parte, além do próprio José Bernardes Galinha que exercia funções de tesoureiro, o também responsável pelo periódico *O Conimbricense*, Joaquim Martins de Carvalho, provável autor de algumas notícias publicadas, incluindo notas de obituário, entre outros "Irmãos Maçónicos", a grande maioria académicos de profissão, responsáveis pelos estudos promovidos na *Sociedade de Instrução dos Operários*.[18]

Todavia, por vicissitudes e infortúnios, como questões relacionadas com as férias, com a ausência de alguns membros por se terem formado, e até mesmo devido ao falecimento do académico Francisco

16 Os Irmãos Gallinhas. *O Conimbricense*. Nº 4774 (10 jun. 1893).

17 *O Conimbricense*. Nº 6021 (16 ag. 1905); *O Conimbricense*. Nº 6025 (29 ag. 1905). AUC – Fundo Documental do Colégio da Santíssima Trindade de Coimbra (1442-1894) – (PT/AUC/MC/CSTCBR), cuja documentação começa essencialmente a partir de 1545, mas do qual não se obteve informação importante para esta investigação.

18 *O Conimbricense*. Nº 6021 (16 ag. 1905); *O Conimbricense*. Nº 6025 (29 ag. 1905). Nota: Contactou-se ainda, para mais esclarecimentos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa e o Museu Maçónico Português de Lisboa, localizado na sede do Grande Oriente Lusitano, fundado em 1802. De ambas as instituições culturais não se conseguiram apurar dados que pudessem ser considerados de relevância para a presente investigação. Porém, importa referir, a título de curiosidade, que Coimbra não tem qualquer espólio guardado respeitante à questão Maçónica, uma vez que o próprio Arquivo da Universidade de Coimbra negou-se a receber documentação dessa proveniência.

das Neves Castanheira, a Loja cessaria funções a partir de julho de 1853, não voltando mais a laborar.[19]

Quanto ao terceiro irmão, António Bernardes Galinha, terá nascido a 17/04/1824, e apesar de ser natural da Freguesia de S. Bartolomeu, e residir em Celas, na Freguesia de Santo António dos Olivais, foi batizado na Freguesia de S. Tiago, que a partir de 1854 seria incorporada em S. Bartolomeu, e sendo também serralheiro de profissão.

Consta no estado civil como viúvo de Emília Rosa Aguiar, embora não haja qualquer indicação de ter deixado descendência, o que pode ser justificação para ter sido colocado em vala geral.[20]

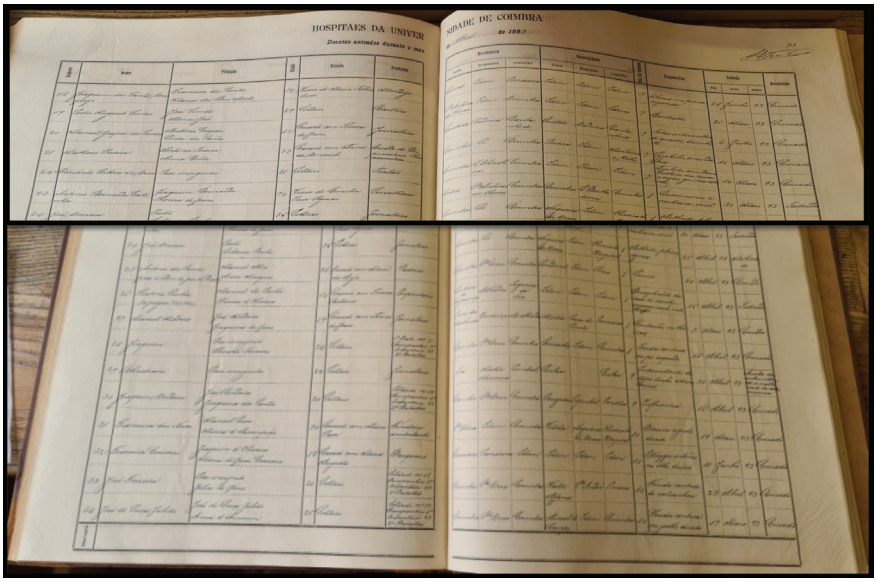


Figura 3 – Registo Geral de Entrada no Hospital da Universidade de Coimbra – (Homens - 92-93).

19 CARVALHO, J. Martins de - Dois prelos históricos. *O Conimbricense*. Nº 4303 (24 nov. 1888). Ver ainda *O Conimbricense* de 10 jun. 1893; 16 ag. 1905; 29 ag.1905 e a obra de CARVALHO, J. Martins de - *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra : Impr. da Universidade, 1868. pp.219-224 é possível verificar alguma informação sobre a Loja Maçónica "Pátria e Caridade" e a "Sociedade de Instrução dos Operários".

20 AUC – Registo Geral – Homens (92-93) – Administração dos Hospitais da Universidade – O indivíduo António Bernardes Galinha deu entrada dia 8 abr. 1893, saindo no dia do seu falecimento, e no registo consta que é viúvo, no entanto, no Registo de Enterramento aparece como sendo casado.

Tal como seus irmãos, também se mostraria muito ativo na causa política, dedicando-se fortemente à Revolução de 1844 e posteriormente à Revolução Popular de 1846 e 1847.

A causa de morte terá sido Pneumonia e Caquexia Senil, a 30/05/1893, na Freguesia da Sé, no Hospital de S. Jerónimo, razão pela qual não existe registo paroquial de óbito, aos 69 anos, embora na informação consultada a respeito conste a idade de 70, por efeitos de arredondamento,[21] tendo sido enterrado no dia 06/06/1893.

Foi depositado em vala geral, por opção da Câmara e do Hospital, como um "pobre mendigo". Este tipo de sepultamento era destinado essencialmente aos mais desvalidos da sociedade, muitas vezes explicado, pela inexistência de familiares que pudessem à época reclamar o corpo e, ou consequentemente proporcionar um funeral condigno à pessoa falecida.

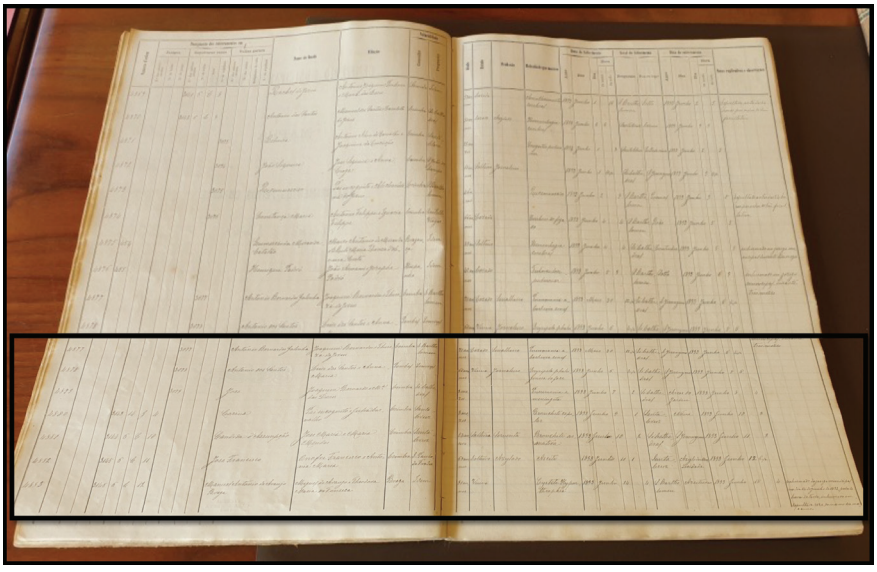


Figura 4 – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra de António Bernardes Galinha (1893) – (B27/16).

21 Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Registo de Enterramento no Cemitério da Conchada de Coimbra (1893) – Arquivo Municipal de Coimbra (B27/16).

Existe uma nota informativa na imprensa, no Obituário, em Jornal *O Conimbricense* de 03/06/1893, e ainda um noticiário sobre a vida dos três irmãos Bernardes Galinha, em *O Conimbricense* de 10/06/1893:

> "Fallecimento – Em a noute de segunda para terça feira falleceu no hospital da Universidade o habil serralheiro o sr. Antonio Bernardes Gallinha. Eram tres irmãos, todos serralheiros e muito habeis.
> O mais velho era o sr. Manoel Bernardes Gallinha, o immediato era o sr. José Bernardo Gallinha, e o mais novo era o agora fallecido".[22]

O CONIMBRICENSE

OS IRMÃOS GALLINHAS

PREVENÇÕES

Figura 5 – Jornal *O Conimbricense* Nº 4774 *(*10 jun. 1893) – "Os Irmãos Gallinhas".

22 *O Conimbricense*. Nº 4772 (3 jun. 1893). A nota de jornal foi transcrita *ipsis verbis* do original – de referir que esta tem uma pequena gralha, um erro na redação da informação – em vez de aparecer "José Bernardes Gallinha", surge "José Bernardo Gallinha").

A atividade dos Irmãos Galinha

Os três irmãos notabilizaram-se pelas peças que fabricaram, pelos trabalhos em ferro que ao longo do tempo foram confecionando e expondo, inclusive em exposições industriais e comerciais que iam sendo promovidas pela cidade.

É de salientar a referência aos seus nomes em Apresentação de Exposição em Coimbra datada de 10/07/1869, na secção industrial.

A menção a esta exposição surge em noticiário desde o início do ano, a partir dos primeiros meses, com notícia de 27/02/1869, uma vez que a abertura da tal "Exposição industrial, agricola e de archeologia, promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra", estava marcada para o dia 02/07, a partir das 9 horas, com especial ênfase no dia festivo da cidade de Coimbra, a 04/07/1869:

> "EXPOSIÇÃO DISTRICTAL DE COIMBRA (CONTINUAÇÃO)
> Secção Industrial
> - José Bernardes Galinha, de Coimbra – Uma cama de ferro, tendo no alto da cabeceira uma figura allegorica, em relevo, de ferro fundido, representando a musica; e no centro um florão, representando uma lyra, em talha aberta, com duas faces. Nos pés, que tem o mesmo formato do alto da cabeceira, ha outra figura allegorica, com duas faces, representando a meditação. Já está vendida por 28$800 rs.
> Mais um compaço de reducção, de metal amarello, ferro e aço, de um metro e 10 decimetros de comprimento. Reduz de 1 por 15. Vende-se por 9$000 rs.
> Outro compaço de distancias, dos mesmos metaes, de 60 centimetros de comprimento. Vende-se por 7$200 rs.
> Um pequeno fogão de ferro fundido, para trabalhar com gaz. Está vendido por 3$600 réis.
> Uma collecção de panellas de ferro, de trez pernas, desde numero 1/2 até 10.

> Um esquadro de metal amarello e aço.
> Outro esquadro de metal amarello.
> Uma suta de metal amarello.
> Nesta serralheria do sr. José Bernardes Gallinha, na rua das Solas, ha juntamente fundicção de ferro, com maquina a vapor, pertencente ao mesmo serralheiro, e ao negociante o sr. Antonio José Alves Borges, da rua do Visconde da Luz, desta cidade, onde se vendem os objectos fundidos.
> O sr. Gallinha ainda tenciona apresentar na exposição um moinho todo de ferro, de moer café, por um novo systema: e egualmente um torno de tornear, todo de ferro, com o movimento da pinha por engrenage".[23]

A exposição foi presidida por Olímpio Nicolau Rui Fernandes, tendo sido realizada nas instalações do Mosteiro de Santa Cruz, na sala da Associação dos Artistas (atual Sala da Cidade) e dependências anexas, entre os dias 02 a 31/07 e 16 a 31/10.

Nesta exposição destacou-se a presença de vários grupos, alargando o conceito pedagógico da mesma, entre os quais também se encontravam incluídos os sócios da Associação dos Artistas, os órfãos da Santa Casa da Misericórdia, e os alunos do Asilo da Infância Desvalida. O facto de o evento ter coincidido com as Festas da Rainha Santa Isabel permitiu igualmente grande afluência de público, caracterizando-se por ser considerada a primeira Exposição Industrial do Distrito de Coimbra, formada por seis secções, três referentes à indústria extrativa e transformadora, e as restantes ligadas à agricultura, arte e arqueologia.

Nesta exposição destaca-se assim, a presença da serralharia dos irmãos Galinha:[24]

23 *O Conimbricense*. Nº 2291 (10 jul. 1869).

24 Como consta na obra de MENDES, José M. Amado - *Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*. Coimbra : O Instituto, 1983. vol. 139, pp.38-40.

> "(…) A serralharia, por sua vez, estava representada, entre outros, por trabalhos das oficinas de José e António Bernardes Galinha, irmãos daquele (Manuel) que deixou o seu nome indissociavelmente ligado ao conhecido portão do Jardim Botânico (lado nascente)".[25]

Dos vários trabalhos que foram realizando ao longo do tempo, mencionamos alguns exemplos de maior contributo para a história da região coimbrã.[26]

Figura 6 – Inscrição identificativa do nome de Manuel Bernardes Galinha, no Portão Nascente do Jardim Botânico.[27]

25 IDEM, *ibidem*, p.40.

26 Nota: Na continuação do estudo dos três irmãos Galinha em destaque nesta investigação, consultou-se na tentativa de se encontrar mais alguma documentação relevante sobre as suas vidas e atividade profissional, incluindo referências à existência de um prelo, jornais da época como *O Defensor do Povo* ou o *Resistência*. Foi igualmente analisada a obra *O Instituto* (*O Instituto : jornal scientifico e litterario*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1853-1981), mas sem sucesso.

27 Fotografia tirada pela autora do presente trabalho.

Começando pelo irmão mais velho, Manuel Bernardes Galinha, temos a grande porta de ferro, do lado nascente do Jardim Botânico; os vários consertos realizados no relógio da torre sineira da Vila de Miranda do Corvo, levando-o por volta de 1843, a estabelecer contacto com Manuel Caetano da Silva, que lhe incumbiria a feitura de um prelo litográfico; e o "famoso" prelo tipográfico de 1845 para a publicação do jornal *O Conimbricense*, mas que por questões políticas seria o *Observador* a ser impresso em 1847. [28]

No que toca ao irmão do meio, José Bernardes Galinha, destacamos alguns artefactos forjados, de extrema qualidade que lhe valeriam o equivalente à medalha de ouro na Exposição Distrital de Coimbra, secção industrial e comercial, no ano de 1869.[29]

E por último, o irmão mais novo, António Bernardes Galinha, responsável pela grande bandeira do pórtico principal do Cemitério da Conchada de Coimbra e pelo restauro da respetiva cruz do portão principal, pelo ano de 1863.[30]

Ambos devido à sua habilidade profissional contactariam com vários nomes da sociedade, não só figuras ligadas ao mesmo ramo artístico, entre outras com as quais se cruzariam, por meio de interesses políticos similares, como a figura de Augusto Valério Ferreira Pinto Basto, nome ligado à famosa Fábrica da Vista Alegre, em Ílhavo, Aveiro.

Infelizmente não se conseguiu apurar grande informação a este respeito. Todavia, do que fora possível descortinar, sabe-se que Manuel Bernardes Galinha foi dos três irmãos, o mais dedicado à

28 PIMENTA, Belisário - *Uma tipografia ignorada em Miranda do Corvo, de 1845 a 1867*. Coimbra : [Arquivo de Bibliografia Portuguesa], 1955. Sep. de: "Arquivo de Bibliografia Portuguesa". Ano 1, nº 3 (1955), p.11; Uma litografia desconhecida. In Basto, Hermínia (ed.) - *Miscelânea de estudos à memória de Cláudio Basto*. Porto : Impr. Portuguesa, 1948. p.146.

29 *O Conimbricense*. Nº 2291 (10 jul. 1869).

30 QUEIROZ, José Francisco Ferreira ; PORTELA, Ana Margarida - O ferro como forma de arte cemiterial, no século XIX : o caso de Coimbra. *Munda*. Coimbra. Nº 39 (maio 2000), pp.14-15.

família Pinto Basto, tendo sido inclusive "protegido" e ajudado por esta, quando por infortúnio, nos finais da sua vida, acabaria por perder a visão.[31]

Augusto Valério Ferreira Pinto Basto também de índole liberal, e opositor de Costa Cabral seria pois um homem empreendedor, tendo contactado com António Luiz de Sousa Henriques Secco na idealização de um projeto de carácter literário, político e social, isto é, a redação de um periódico que pautasse pela diferença, sem medo de demonstrar a sua verdadeira opinião, capaz de fazer frente ao poder governativo em vigor e defender a voz de todos aqueles que pensavam e seguiam a mesma ideologia.[32]

No seguimento das várias pesquisas bibliográficas realizadas no âmbito desta investigação, reparou-se em nota impressa no Jornal *O Conimbricense* de 1888, na existência duma lista de comerciantes sócios e não sócios da Associação Comercial, que tinham aderido à representação ao Governo a favor da diretriz do caminho-de--ferro de Arganil, que ligava a Coimbra, pela margem direita do Mondego. Esta representação incorporava uma lista de empregados não sócios do Grémio do comércio e indústria de Coimbra.

Tendo em conta que à data do periódico, António Bernardes Galinha ainda estava vivo e com a sua oficina em funcionamento, verificou-se que o seu nome não constava destas listagens, originando assim, uma certa perplexidade, uma vez que, dado o seu trabalho e o dos seus irmãos, todos na arte da serralharia, ligados aos setores da indústria e do comércio, no fabrico de peças em ferro, apresentando os seus produtos inclusive em exposições industriais, e tendo um estabelecimento localizado na Rua do Quebra Costas, nº

31 Os Irmãos Gallinhas. *O Conimbricense*. Nº 4774 (10 jun. 1893).

32 CARVALHO, J. Martins de, 1822-1898, *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1868. p.391.
Nota: A respeito desta questão, e também sobre Augusto Valério Ferreira Pinto Basto e ou António Luiz de Sousa Henriques Secco, devido à enorme escassez de fontes, a informação apurada é a que se encontra presente nesta investigação.

29 em Coimbra, deveria ter valido alguma referência na Associação Comercial ou Grémio.[33]

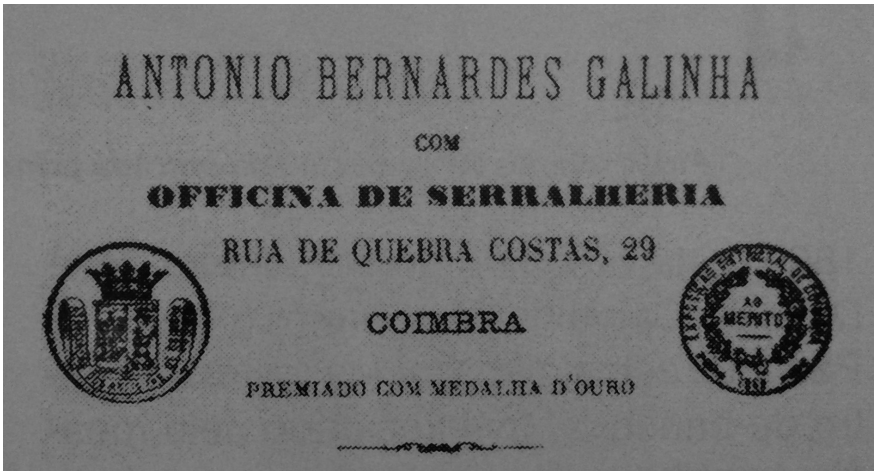


Figura 7 - Detalhe de anúncio da oficina de serralharia de António Bernardes Galinha (1885).

Numa abordagem a novas fontes que foram analisadas para este trabalho, consultaram-se também os processos de licenças para estabelecimentos industriais/comerciais a partir do ano de 1861 ao ano de 1897, do Fundo do Governo Civil, na procura pela oficina de serralharia da família Bernardes Galinha, tendo em conta que o anúncio da oficina de António Bernardes Galinha encontrado e patente neste trabalho, data do ano de 1885.[34]

Embora não se consiga encontrar a licença de estabelecimento, é de referir que para o ano de 1881, na secção de serralheiros (serralharia), existentes em Coimbra vem o nome de António Bernardes Galinha, com loja aberta na Rua do Quebra Costas, havendo inclusive para o ano de 1885 um anúncio da sua oficina.[35]

33 *O Conimbricense*. Nº 4310 (1 dez. 1888); *O Conimbricense*. Nº 4313 (4 dez. 1888).

34 AUC – Governo Civil – Processos de Licenças para Estabelecimentos Industriais (1865/1897) – AUC/GCC/ILFS/E6/T1/43.

35 *Almanach Commercial de Coimbra*. 1881, p.54; *Almanach do Districto de Coimbra*.1885.

Apesar do seu enorme valor e competência artística, como é mencionado na imprensa da época, nenhum dos três irmãos teve direito a qualquer inscrição comemorativa, como uma espécie de *lembrança a posteriori* do seu mérito e valor para a cidade.

Sem grandes recursos financeiros, os três irmãos foram sepultados de forma bastante modesta. Infelizmente, devido a alterações significativas que o Cemitério da Conchada foi sofrendo ao longo dos anos, desde que fora edificado a partir de 1854 e inaugurado em 1860, muitas sepulturas acabaram por ficar omissas, sendo por isso impossíveis de identificar.[36]

Desta forma, perdeu-se a noção de onde se encontram localizados os túmulos dos irmãos Manuel e José Bernardes Galinha, ambos falecidos entre as décadas de 60 e 70 do século XIX, correspondendo de facto, aos primeiros enterramentos realizados neste cemitério, após a promulgação do Decreto de 28/09/1844, por António Bernardo da Costa Cabral, da proibição do sepultamento no interior das igrejas, por questões de salubridade, saúde e higiene pública.[37]

A tumultuosa jornada do prelo "Haas-Galinha"

Do prelo tipográfico, elemento em referência nesta investigação, não se poderá negar a jornada tortuosa que foi sofrendo ao longo do tempo, passando por vários proprietários, como Francisco dos Santos e Silva, que o terá adquirido em 1866, para a sua própria imprensa, e posteriormente terá passado por meio de cedência,

36 Foi consultado o Arquivo do Cemitério da Conchada de Coimbra, para efeitos da presente investigação, havendo imensa documentação a respeito que se encontra totalmente perdida e danificada, por questões de má conservação e armazenamento, mas também pela falta de condições que o Arquivo apresenta, explicado em parte, talvez, pelo enorme incêndio que nele deflagrou, por volta de Janeiro de 2000, como me fora indicado pela própria Administração, levando assim, à perda de inúmeros dados documentais de importância histórica.

37 MATTOSO, José (1994) - *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa : Editorial Estampa. Vol. 5, pp.595-598.

aquisição por compra ou simplesmente empréstimo, para a Biblioteca da Universidade de Coimbra, que o detinha para impressão de catálogos de livros, e que mais tarde o dispensaria ao Jardim Botânico, por tempo indeterminado.[38]

Para encontrar referências sobre este prelo consultaram-se várias fontes, tais como os Documentos de Despesa da Universidade de Coimbra para os anos de 1872, 1873 e 1874, relativamente à Biblioteca da Universidade, por se julgar que a compra da tal máquina tipográfica a Francisco dos Santos e Silva pudesse ter ocorrido por volta deste período cronológico.

Contudo, não foi encontrada qualquer referência à data de compra pela Biblioteca, nem mesmo se conseguiu apurar se tal iniciativa tinha partido dos lentes Bernardo de Serpa Pimentel, da Faculdade de Direito, ou Bernardo António de Serra de Mirabeau, da Faculdade de Medicina, que terão exercido funções de Bibliotecário do dito estabelecimento.[39]

Os processos de ambos os lentes mencionados foram analisados, mas a documentação existente é essencialmente de ordem técnica, administrativa e contabilística, sobre os cargos que detinham e as funções que exerciam na Universidade de Coimbra.[40]

Relativamente à restante documentação averiguada, mencionamos igualmente o Inventário Geral dos Estabelecimentos da Universidade de Coimbra, desde as Salas dos Capelos e Aulas; Paço das Escolas e Colégio Anexo; Cadeia; Secretaria e Dependências – Tesouraria;

38 CARVALHO, J. Martins de - Dois prelos históricos. *O Conimbricense*. Nº 4303 (24 nov. 1888), pp.1-2; *O Conimbricense*. Nº 4774 (10 jun. 1893).

39 AUC – Administração e Contabilidade – Despesa (Estabelecimentos diversos/documentos de despesa) – Janeiro/Junho de 1872 (II-1ªD-7-3-25) – Julho/Dezembro de 1872 (II-1ªD-7-3-26); Janeiro/Junho de 1873 (II-1ªD-7-3-27) – Julho/Dezembro de 1873 (II-1ªD-7-3-28); Janeiro/Junho de 1874 (II-1ªD-7-4-1) – Julho/Dezembro de 1874 (II-1ªD-7-4-2). À época Bernardo de Serpa Pimentel era o Bibliotecário responsável pelo estabelecimento em causa.

40 AUC – Processo dos Lentes – Bernardo António de Serra de Mirabeau (Medicina – Caixa 169); Bernardo de Serpa Pimentel (Direito – Caixa 216).

Arquivo; à Sala de Espera dos Lentes e Capela, onde se destacam elementos de vária natureza e tipologia, como objetos decorativos dos vários espaços, incluindo o próprio mobiliário.[41]

Por último foi examinada a Correspondência de Ofícios Expedidos da Reitoria entre 1870/1876, sobretudo para os anos de 1872/1874, respeitante a assuntos gerais da Universidade;[42] bem como a própria Caixa de Documentos Diversos dos Estabelecimentos Universitários, com conteúdo relativo a determinados Departamentos da Universidade, desde o Observatório Astronómico; Observatório Meteorológico e Magnético; Museu de História Natural; Museu de Mineralogia e Petrologia; Museu de Zoologia; Museu Mineralógico e Geológico; Laboratório Químico; Jardim Botânico (Edital da Reitoria de 1849 – serviço de policia/patrulhamento do Jardim Botânico); Teatro Anatómico; Sociedade Filantrópica Académica; Junta Administrativa da Universidade; Paço das Escolas, e Senado Universitário.[43]

No estudo que publicou conjuntamente com Robert Oldham neste "Boletim", em 2021, A. E. Maia do Amaral supõe que o prelo tenha sido emprestado ao Instituto Botânico da UC em torno de 1880,[44] data a que se refere o primeiro número do *Boletim Anual da Sociedade Broteriana* (contudo só impresso em 1881).

Também ficou claro durante o restauro que ele foi utilizado para a edição de fascículos do *Index Seminum*, visto que num orifício da base de madeira se encontrou parte de uma folha impressa dessa obra. [45]

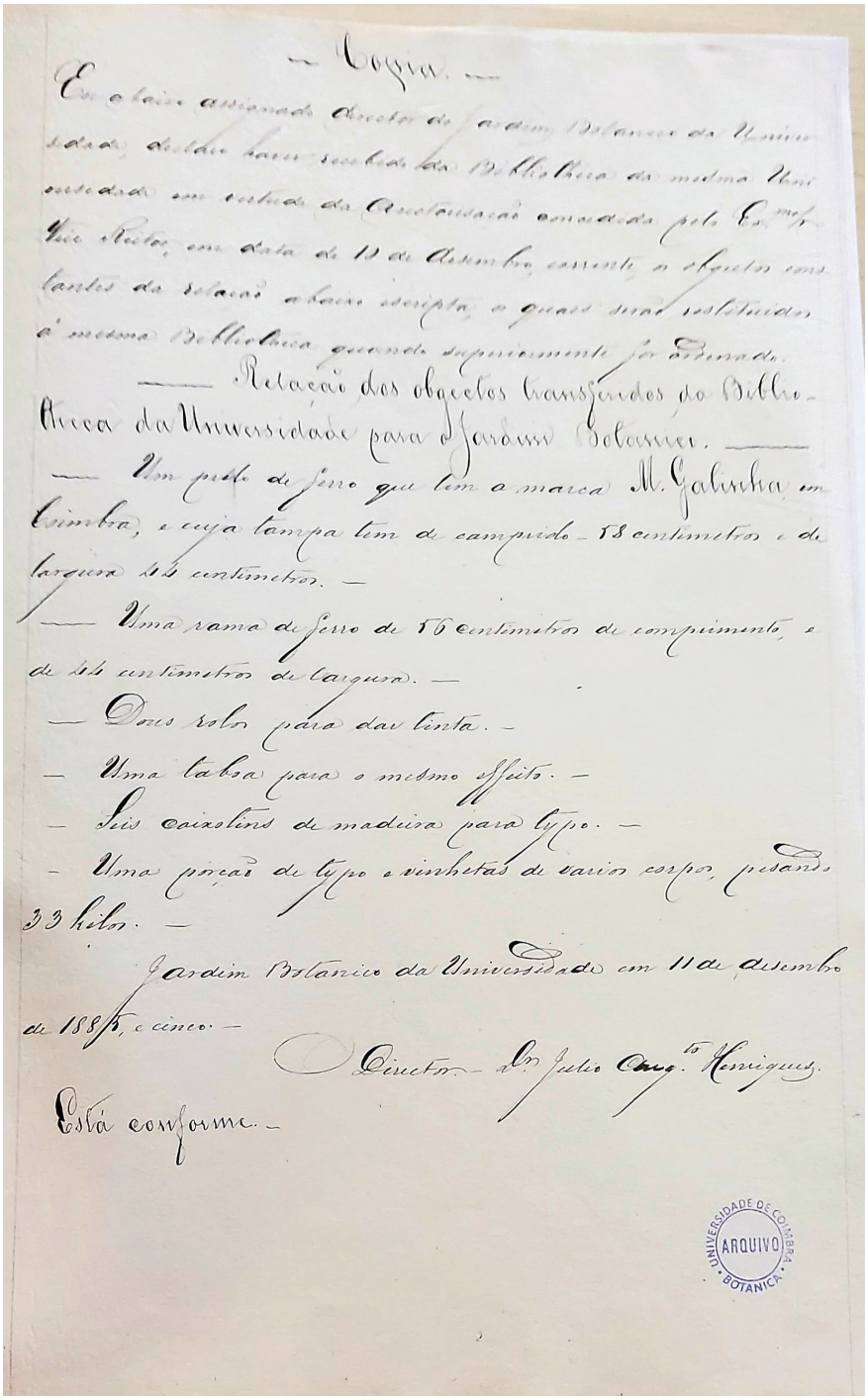
41 AUC – Inventário Geral dos Estabelecimentos da Universidade de Coimbra (1881): IV-1ª-E-8-3-6.

42 AUC – Correspondência de Ofícios Expedidos pela Reitoria de 1870/1876 (IV-2ª--E-11-1-5).

43 AUC – Estabelecimentos Universitários – Documentos Diversos (Caixa – 10-4-25).

44 AMARAL, A. E. Maia do ; OLDHAM, Robert W. - The Haas-Galinha Printing Press = O prelo Haas-Galinha. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Nº 51 (2021), p.70.

45 Instituto Botânico da Universidade de Coimbra – Fundação da *Sociedade Broteriana*, que a partir de 1881 passa a editar "O Boletim da Sociedade Broteriana" (1880/1883) e impressão das etiquetas das plantas do Jardim Botânico, possível razão para o empréstimo do tal prelo.



— Copia. —

Eu abaixo assignado Director do Jardim Botanico da Universidade, declaro haver recebido da Bibliotheca da mesma Universidade em virtude da Auctorisação concedida pelo Ex.mo Sr. Vice Rector, em data de 10 de Dezembro corrente, os objectos constantes da relação abaixo escripta, os quaes serão restituidos á mesma Bibliotheca quando superiormente for ordenado.

— Relação dos objectos transferidos da Bibliotheca da Universidade para o Jardim Botanico. —

— Um prelo de ferro que tem a marca M. Galinha em Coimbra, e cuja tampa tem de comprido 58 centimetros e de largura 44 centimetros. —

— Uma rama de ferro de 56 centimetros de comprimento, e de 44 centimetros de largura. —

— Dous rolos para dar tinta. —

— Uma taboa para o mesmo effeito. —

— Seis caixolins de madeira para typo. —

— Uma porção de typo e vinhetas de varios corpos, pesando 33 kilos. —

Jardim Botanico da Universidade em 11 de Dezembro de 1885, e cinco. —

O Director — Dr. Julio Aug.to Henriques.

Está conforme. —

UNIVERSIDADE DE COIMBRA ARQUIVO BOTANICA

Figura 8 – Relação dos objetos transferidos da Biblioteca da Universidade de Coimbra para o Jardim Botânico (PT-UC-FCTUC – BOT/A106-1 H26-2-CX3-1).

Segundo os dados apurados junto do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra, até à presente data desconheciam-se as circunstâncias em que essa dispensa tinha sido de facto efetuada. De forma inesperada, essa informação surgiu, anexa à *Colecção das Castas de Vinha vindas do Douro, Minho, Santarém, Ilha da Madeira, França, Alemanha, etc.*, na qual se inclui uma lista com nomenclaturas das árvores de fruto, datada de 1869, e uma *Relação dos objectos transferidos da Biblioteca da Universidade para o Jardim Botânico*.

Nesta Relação, subscrita pelo Diretor Dr. Júlio Augusto Henriques e datada de 11/12/1885, aparece a indicação de um prelo de ferro com a marca M. Galinha (Manuel Galinha), em Coimbra.[46]

Estamos, portanto, certos de que, pelo menos no final de 1885, o prelo se encontrava no Instituto Botânico e de que, no ano seguinte, se compraram materiais para assegurar o seu uso continuado e efetivo, nesta instituição.[47]

Por forma a compreender melhor a jornada do prelo "Haas-Galinha" [48] foram então contactados para o efeito, o Museu da Ciência

46 Instituto Botânico da Universidade de Coimbra – Documentos avulsos consultados – (PT-UC-FCTUC – BOT/A106-1 H26-2-CX3-1).

47 Consulta dos Relatórios do Professor Dr. Júlio Henriques (Diretor do Jardim Botânico em 1873 e defensor dos trabalhos de Charles Darwin); Registos de Despesas e Correspondência recebida entre 1880/1882; consulta do Livro n°3 de Registo de Receitas e Despesas do Jardim Botânico, para Março de 1886, 109v, que refere a *"compra de um armário de madeira de Flandres para acondicionamento de letra e mais objectos pertencentes ao prelo do tipógrafo"*; breve referência em Inventário do Jardim Botânico da década de 1950 sobre a designação *"prensa de ferro assente em cavalete"*; consulta de Registos de Correspondência de 1990, sobre algum dado registado relativo à devolução do tal prelo.

48 Em primeiro lugar trata-se de prelos distintos. Os irmãos Bernardes Galinha referidos nesta investigação nasceram no século XIX, pelo que, nunca poderiam ser responsáveis pela feitura do prelo em causa que data do século XVIII, fabricado entre 1784-1794, por Wilhelm Haas, na Suíça, tendo posteriormente, pelo ano de 1845, sido de facto recuperado, por questões de restauro e preservação, pelas mãos hábeis de Manuel Bernardes Galinha, daí a explicação para a designação "Haas-Galinha", in AMARAL, A. E. Maia do; OLDHAM, Robert W. - The Haas-Galinha Printing Press = O prelo Haas-Galinha. *Bol. da Bibliot. Geral da Univ. de Coimbra*. Nº 51 (2021), p.43. Desta forma, no sentido de perceber melhor o percurso deste prelo é que foram procurados vestígios de maquinaria em ferro forjado, que pudesse ser semelhante ao do prelo de 1854, da autoria de António Bernardes Galinha, seu irmão mais novo.

da Universidade de Coimbra (relativamente ao espólio do antigo Museu da Ciência e da Técnica que se encontra no Carquejo, na zona da Mealhada), e o próprio Museu da Imprensa do Porto, embora sem sucesso, na procura de vestígios de maquinaria em ferro forjado, semelhante à fabricada por António Bernardes Galinha, aquando da confeção de um prelo em 1854, para Manuel Caetano da Silva (1822-1891), e para o qual Manuel Bernardes Galinha, seu irmão mais velho, já tinha efetuado anteriormente alguns trabalhos.[49]

Conclusão

É importante ter em conta que grande parte do percurso realizado pelos irmãos Galinha deveu-se ao contacto com figuras ilustres da cidade de Coimbra, como o caso de Augusto Valério Ferreira Pinto Basto e também António Luiz de Sousa Henriques Secco, como já referido.

Infelizmente, documentação concreta que comprove estas conexões não existe, uma vez que se desconhece o exato paradeiro do acervo de Henriques Secco e, quanto a Ferreira Pinto Basto, apenas é possível descortinar algumas informações relativas ao Arquivo da Fábrica Vista Alegre, cujo acervo documental se foca essencialmente no século XX, e no que diz respeito ao século XIX é posterior à administração de Augusto Valério Ferreira Pinto Basto, não sendo por isso, relativo ao assunto abordado nesta investigação.

De toda a informação apurada conclui-se assim que, os irmãos Bernardes Galinha tiveram, sem dúvida, um papel fundamental no decorrer do século XIX, quer ao nível do progresso técnico que o ferro forjado e fundido teriam em Portugal, em especial na região de Coimbra, quer relativamente à evolução da tipografia, contribuindo

49 PIMENTA, Belisário - *Uma tipografia ignorada em Miranda do Corvo, de 1845 a 1867*. Coimbra : [Arquivo de Bibliografia Portuguesa], 1955. Sep. de: "Arquivo de Bibliografia Portuguesa". Ano 1, nº 3 (1955), p.11.

desta forma, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da própria imprensa nacional.[50]

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. E. Maia do ; OLDHAM, Robert W. - The Haas-Galinha Printing Press = O prelo Haas-Galinha. *Bol. da Bibliot. Geral da Univ. de Coimbra*. Nº 51 (2021), pp.43-74.

[ANÚNCIO]. *Almanach Commercial de Coimbra*. Coimbra : Casa Minerva, 1881. p.54.

[ANÚNCIO]. *Almanach do Districto de Coimbra*. Coimbra (1885). p. [229].

BANDEIRA, José Ramos - *Universidade de Coimbra: edifícios do núcleo central e Casa dos Melos: Torre da Universidade, Imprensa, Gerais, Arquivo, Via Latina, frontispício escultórico da Sala dos Capelos*. Coimbra : Of. da Coimbra Ed., 1947. Tomo 2.

CARVALHO, J. Martins de - *Apontamentos para a história contemporânea*. Coimbra : Impr. da Universidade, 1868.

--- Dois prélos históricos. *O Conimbricense*. *Nº 4*303 (24 nov. 1888), pp.1-2.

--- Os serralheiros da Escola de Coimbra. *Illustração Portugueza*. Lisboa. 2ª série, vol. 2, nº 33 (8 out.1906), pp.314-318.

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1906/N33/N33_item1/index.html

CUNHA, Alfredo - Comemorações do tricentenário da "Gazeta", o primeiro jornal português. *Boletim do Sindicato Nacional. dos Jornalistas*. Lisboa. Nº 5 (1942-1945), pp.189-291.

Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/boletimdosindicatodejornalistas/boletimdosindicatodejornalistas.htm

EXPOSIÇÃO Districtal. *O Conimbricense*. Nº 2288 (30 jun. 1869), p.3.

EXPOSIÇÃO Districtal de Coimbra (Continuação). *O Conimbricense*. Nº 2291 (10 jul. 1869), pp.1-2.

[EXPOSIÇÃO evocativa da Imprensa nos séculos XVII, XVIII E XIX]. *O Século*. Lisboa. A. 61, nº 21.443 (29 nov. 1941), p. 1-2; A. 61, nº 21.447 (4 dez. 1941), pp.1-2.

EXPOSIÇÃO (A) no "Século" - *O Século*. Lisboa. A. 61, nº 21.445 (1 dez. 1941), pp.1-2.

IRMÃOS (Os) Gallinha. *O Conimbricense*. Nº 4774 (10 jun. 1893), p.1.

MATTOSO, José (1994) - *História de Portugal, O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa : Editorial Estampa. vol. 5, pp. 595-598.

50 Como consta em obras consultadas a respeito: CARVALHO, J. Martins de - Os Serralheiros da Escola de Coimbra. *Ilustração Portuguesa*. 2ª Série, nº 33, pp.314-318; QUEIROZ, José Francisco Ferreira ; PORTELA, Ana Margarida - O ferro como forma de arte cemiterial, no século XIX: o caso de Coimbra. *Munda*. Coimbra. Nº 39 (maio 2000), pp.5-24.

MENDES, José M. Amado - Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX. *O Instituto*. Coimbra. Vol. 139 (1983), pp.35-55.

--- O ferro na história: das artes mecânicas às Belas-Artes. *Gestão e Desenvolvimento*. Viseu. Nº 9 (2000), pp.301-318.

[OBITUÁRIO de A. B. Galinha]. *O Conimbricense*. A 46, nº 4772 (3 jun. 1893), p.3.

[OBITUÁRIO de J. B. Galinha]. *O Conimbricense*. A. 26, nº 2686 (22 abr. 1873), p.2.

[OBITUÁRIO de M. B. Galinha]. *O Conimbricense*. Nº 1038 (9 jan.1864), p.4.

PIMENTA, Belisário - Uma litografia desconhecida. In Basto, Hermínia (ed.) -*Miscelânea de estudos à memória de Cláudio Basto*. Porto : Impr. Portuguesa, 1948. pp.145-152.

--- *Uma tipografia ignorada em Miranda do Corvo, de 1845 a 1867.* Coimbra : [Arquivo de Bibliografia Portuguesa], 1955. Sep. de: "Arquivo de Bibliografia Portuguesa". Ano I, nº 3 (1955).

QUEIROZ, José Francisco Ferreira ; PORTELA, Ana Margarida - O ferro como forma de arte cemiterial, no século XIX: o caso de Coimbra. *Munda*. Coimbra. Nº 39 (maio 2000), pp.5-24.

SECO, António Luís de Sousa Henriques - *Memórias do tempo passado e presente para licção dos vindouros*. Coimbra : Impr. da Univ., 1880-1889. 2 vol.

VENTURA, António - *Uma história da Maçonaria em Portugal (1727-1986).* Lisboa : Temas e Debate–Círculo de Leitores, 2020.

Fontes manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra

Administração/Contabilidade – Documentos de Despesa – Estabelecimentos Diversos (1873).

Batalhões Académicos (1808-1919).

Correspondência de Ofícios Expedidos (1870-1876).

Despesas da Universidade (1872-1874).

Estabelecimentos Universitários (Documentos Diversos – Século XIX).

Fundo Geral da Universidade de Coimbra.

Fundo Documental do Colégio da Trindade (1442/1545-1894).

Índice Notarial (José Lourenço da Costa) – (1841-1889).

Inventário do Arquivo do Governo Civil de Coimbra (1846).

Inventário da Documentação da Universidade de Coimbra (Século XIX).

Livro Mestre do Batalhão dos Voluntários Académicos (1826).

Processos individuais dos Lentes – Bernardo de Serpa Pimentel e Bernardo de Serra Mirabeau.

Processo de Licenças para Estabelecimentos Industriais (1861/97 – 1865/1867).

Registos Paroquiais de Batismo das Freguesias de S. Tiago e Santa Cruz (1810-1833).

Registo de Casamento em Santa Cruz, dos Pais dos Irmãos Galinha (1809).

Registo Geral – Homens – Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra (1892/1893).

Registo de Títulos de Mercê, Alvarás, Licenças de Fábricas, Privilégios de Tabacos e Outros Semelhantes (1862-1888).

Tesouraria da Universidade – Inventários (1881).

Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Eleições Militares (1814-1834).

Livros de Enterramento do Cemitério da Conchada de Coimbra (1855-1899).

Recrutamento Militar (1838).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Feitos Findos – Processos Políticos e Devassas do Reinado de D. Miguel (1833).

Referências Online

Ciência em Portugal - Episódios (instituto-camoes.pt):

http://www.cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e81.html?msclkid=7fa6007dc0e311ec9c86295810e433b6

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_3

O manuscrito dos Estatutos da Universidade (1653): notas marginais e anotações para impressão

The manuscript of the University Statutes (1653): marginalia and notes for the printing

Ana Maria Leitão Bandeira[1]

RESUMO

O manuscrito que serviu para a impressão dos *Estatutos da Universidade*, na oficina de Tomé Carvalho, em 1654, revela-se como um exemplar raro no campo da história do livro impresso. A suas notas evidenciam preciosidades e uma *marginalia* que engloba apontamentos, esparsos no texto, todas as sinalefas para divisão de colunas, tipos de letra, itálicos, pontuação, etc. Ao divulgar este manuscrito conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, pretende-se trazer à colação o diálogo entre impressores e autores, que ficou silenciado pelo tempo e do qual apenas tomamos conhecimento quando se nos apresentam raridades, como a que agora se exibe. Fazendo um cotejo entre algumas das páginas manuscritas e o exemplar impresso, procurámos entender como eram dadas as ordens aos compositores que, nos seus componedores,

1 Técnica Superior no Arquivo da Universidade de Coimbra; https://orcid.org/ 0000-0002-2883-8994; amaria.bandeira@auc.uc.pt

iam realizando um trabalho meticuloso, até que a obra final da arte negra era concluída. Também são dados a conhecer alguns elementos particulares do contrato feito com Manuel Carvalho, o genro do impressor Tomé Carvalho, para a impressão destes *Estatutos*, que não chegou a concretizar-se pela sua morte prematura, tendo sido seu sogro a cumprir o contrato.

PALAVRAS-CHAVE

Carvalho, Tomé, impressor; História do livro; Tipografia, original para impressão; Universidade de Coimbra. Arquivo, fundos; Universidade de Coimbra. Estatutos, 1653

ABSTRACT

The manuscript used for the printing of the *Statutes of the University of Coimbra* at the printing house of Tomé Carvalho in 1654 is perceived as a rare sample in the history of the printed book. The printing indications present in the *marginalia* reveal various rarities that include notes scattered in the text, full indications for the splitting of the columns, font types, italics, punctuation, etc. By revealing this manuscript preserved in the Archive of the University of Coimbra, we intend to make known the dialogue between printers and authors, silenced by the passage of time and which we only become aware of in rare occasions such as the one related to the findings now on display. By comparing some of the manuscript pages side by side with the printed copy, we try to understand what kind of instructions were given to the compositors who carried out a meticulous work until the final result of the "black art" of printing was completed. We also wish to make known some particular aspects of the contract for the printing of the *Statutes* signed by Manuel Carvalho, son-in-law of the printer Tomé Carvalho, a contract which he could not fulfill himself due to his premature death. It was Tomé de Carvalho who fulfilled it for him.

KEYWORDS

Carvalho, Tomé, printer; History of the book; Typography, original for the press; University of Coimbra. Archive, holdings; University of Coimbra. Statutes, 1653

> «Aquele exemplar era o livro justo que me procurava no momento justo (…)»[2]

Estas palavras de J. V. de Pina Martins ao referir-se à obra de Dionysius, o *Aeropagita*, na edição de Estrasburgo de 1502, são bem apropriadas para dar início a este trabalho.

Perseguia um livro, quando o desejava adquirir, como grande humanista e erudito bibliófilo, mas sabendo que o próprio livro viria ter consigo, no momento adequado. Sem querer fazer qualquer comparação inusitada, foi isso também que aconteceu, na identificação do manuscrito que se apresenta, como se ele próprio apelasse a que fosse identificado e trazido à luz, saindo da escuridão de um depósito de livros.

Ao dar a conhecer este manuscrito, tomaremos como forma de apresentação uma abordagem que se dividirá em duas partes. Primeiramente, um enquadramento da publicação dos *Estatutos*, em 1654, após a sua confirmação por D. João IV, em 1653, no contexto da publicação de anteriores *Estatutos*, bem como as questões que se levantaram, desde o contrato de impressão estabelecido em 1652, até que saem a público os *Estatutos*, em 1654. As razões da mudança de impressor inicial, Manuel de Carvalho, para o trabalho finalizado por seu sogro Tomé Carvalho são também abordadas, questionando-se por que razão não terá sido a sua viúva, Maria Carvalho Coutinho, a concretizar o contrato, uma vez que já tinha feito escritura de obrigação com a Universidade, após o falecimento de seu marido, para ser impressora da Universidade. Seguidamente, será feita uma análise da *marginalia*, com dados para a composição do texto impresso, certamente da mão do impressor que orientou o trabalho de composição. Serão ainda analisados outros sinais para impressão, como a indicação de reclame, parágrafo e coluna, que figuram no texto, assim como sublinhados e correções ortográficas. O manuscrito é, precisamente, o original que foi

2 Palavras de MARTINS (2015), p. 31 ao contar a aquisição de uma obra que há muito desejava possuir.

enviado para a oficina tipográfica para se poderem imprimir o *Estatutos* da Universidade, por ordem do seu Reitor D. Manuel de Saldanha[3].

Os Estatutos da Universidade de 1653, enquadramento histórico da sua impressão

Estes *Estatutos* que, depois da aprovação dos *Estatutos Pombalinos* de 1772, passarão a ser designados por *Estatutos Velhos*, estiveram em vigor por mais de 100 anos e não divergem muito dos *Estatutos Filipinos*, aprovados e enviados à Universidade pelo rei D. Filipe I, estando datados e assinados, em 1591, por D. Jorge de Ataíde, seu capelão, por Ordem régia dada em Madrid. Seriam impressos em Coimbra, em 1594, por António de Barreira, impressor da Universidade. No entanto, poucos anos mais tarde, decidiu-se que algumas das normas estatutárias deveriam ser alteradas, o que aconteceu em 8 de junho de 1597 e, ainda, outras alterações tiveram lugar, com a visitação de D. Francisco de Bragança, como Reformador da Universidade, em 1604. Foi nomeado visitador da Universidade por Alvará de 20 de março de 1604 e receberia uma recompensa monetária pelo trabalho executado, de 400 mil réis, por Alvará de 14 de julho desse ano, permitindo-se-lhe que em cinco meses ultimasse as tarefas da reformação. O trabalho concluído seria enviado ao Reitor D. Francisco de Castro, que o apresentaria em Claustro Pleno, para conhecimento da Universidade[4]. Dessa visitação resultou a elaboração de 162 artigos de *Reformação dos Estatutos* que foram aprovados por Alvará de 20 de julho de 1612, passando a estar incorporados nos *Estatutos*.

D. João IV decidiu, por Alvará de Confirmação, de 15 de outubro de 1653, ratificar os *Estatutos Filipinos* de 1594, bem como as alterações que lhe tinham sido feitas em 1597, ordenando ainda a impres-

3 Inserido no acervo documental do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) (cota – AUC-IV-1.ªD-2-3-63).

4 Toda a questão da «Reformação» é abordada, pormenorizadamente, em BRAGA (1895), pp. 493-497.

são conjunta dos artigos da *Reformação de D. Francisco de Bragança*. E, desta forma, na vontade expressa do Rei, como é dito no Alvará de Confirmação: «os ditos Estatutos sejão daqui em diante, assi como atégora o foraõ, as Leys, & Estatutos perpetuos per que a dita Universidade se reja & governe»[5]. Este Alvará substituiu o anterior de D. Filipe I que consta no manuscrito em questão, mas que não foi, obviamente, impresso.

O impressor Manuel de Carvalho fez contrato com a Universidade, em 25 de maio de 1652, para imprimir esta obra. Comprometeu-se a entregá-la impressa, em 400 volumes, até ao Natal, recebendo um empréstimo de 150 mil réis por parte da Universidade, para as despesas de impressão. Hipotecou, como garantia de cumprimento do contrato de impressão, a sua Quinta em Água das Maias[6]. O contrato já foi divulgado por ALMEIDA 1970, encontrando-se o documento original com papel muito oxidado pela tinta ferro-gálica, redigido pelo escrivão Simão da Costa Homem, com a sua difícil grafia, com perda de suporte e texto, em algumas situações, como já foi referido, aquando da sua publicação[7]. Nos termos do contrato refere-se que a obra seria impressa em colunas «na forma ordinária com suas corsivas e mais letras necessárias». O manuscrito já estava pronto para impressão, como se deduz pelas licenças datadas de abril e maio de 1651, no entanto, ser-lhe-á acrescentada a licença do «Repertorio dos Estatutos» (ou seja, o índice), só em 1653, sendo dada ordem para «poderem correr», apenas em 20 de junho de 1654, por Mateus Homem Leitão, Cristóvão de Andrada Freire e João Troncoso Pereira. Manuel de Carvalho não vai poder cumprir esse contrato, pois a morte surpreende-o poucos meses mais tarde, em agosto desse ano de 1652.

5 O Alvará está impresso juntamente com os *Estatutos*, em páginas inumeradas, logo a seguir à folha de rosto.

6 O contrato encontra-se inserido em *Livro de Escrituras Notariais da Universidade*, t. 23, liv.1, fl. 42-44v – (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-29).

7 Lopes de Almeida refere mesmo «Documento inutilizado em muitos passos por corrosão da tinta». Não usaríamos destas palavras, pois, efetivamente, o documento não está inutilizado, mas exige, sim, uma leitura mais cuidadosa, assim como exige um restauro, para impedir a degradação do papel.

De acordo com o registo de óbito, lançado pelo prior João Henriques no livro de óbitos da freguesia da Sé, em 22 de agosto de 1652, este impressor foi sepultado no Colégio de S. Pedro, onde elegera sepultura, deixando por testamenteira sua mulher[8]. Refira-se que esta, Maria Carvalho Coutinho, viria a suceder-lhe no cargo de impressora da Universidade. Pouco depois de enviuvar, Maria Coutinho fez contrato com a Universidade, para suceder a seu marido, em 5 de novembro de 1652, já que se decidira na escola que a «aceitavam por impressora da dita Universidade»[9]. O contrato foi celebrado através do seu procurador, seu pai Tomé Carvalho, em virtude de procuração que lhe outorgara, no tabelião de Coimbra João Baptista, em 4 de outubro de 1652. Este contrato foi feito, considerando seu marido ter sido impressor da Universidade, tal como o fora seu pai Nicolau Carvalho e, por sua morte, sua mãe Maria Flores e atendendo, ainda, a outros serviços que havia feito, os quais não são mencionados, mas sabe-se que Manuel de Carvalho fora também armador da Universidade. Ou porque os lucros da impressão não o satisfizessem ou por desejar outro cargo de destaque na Universidade, entre os oficiais seus privilegiados, acumulava estes dois cargos, exigentes na dedicação. Como armador, tinha a incumbência de fazer «a armação dos autos e capela», como se refere no último contrato de obrigação que fizera com a Universidade, em 18 de dezembro de 1648, (já publicado por ALMEIDA (1970), pp. 219-224). Essa armação exigia que tivesse panejamentos adequados, sedas, cordões, veludos, tafetás e alcatifas para cobrir a Capela da Universidade, a Sala do Exame Privado, etc.

Moradora na Rua das Fangas, Maria Coutinho tinha, quando enviuvou, filhos menores, os quais, por essa mesma condição, não podiam herdar o ofício de seu pai[10]. Entre os seus filhos, contavam-se Sebastião

8 V. *Livro de Registo de Óbitos da Sé de Coimbra,* fl. (cota AUC-III-1.ªD-4 -3)

9 V. *Livro de Escrituras da Universidade*, t. 23, liv. 1, fl.107v-110 (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-29). O contrato foi já publicado por ALMEIDA (1970), pp. 235-239.

10 A obra de GONÇALVES (2010), p. 32 e 56, nos dados biográficos sobre a impressora Maria Carvalho Coutinho, apenas apresenta dois filhos, um dos quais, Valentim, falecido em 1650, antes do falecimento de seu pai Manuel Carvalho, em 1652. Veja-se a obra disponí-

de Carvalho Coutinho, António de Carvalho (ou António de Carvalho Flores, nome que também usou) e Rodrigo de Carvalho Coutinho que serão ordenados sacerdotes[11], mas Rodrigo e Sebastião também estudaram na Universidade, na Faculdade de Cânones. Este filho Rodrigo de Carvalho Coutinho viria também a ser impressor da Universidade.

Apesar de já ser considerada impressora da Universidade, não será ela mas sim seu pai, Tomé Carvalho, a assumir a impressão dos *Estatutos*, em 1654, a qual terá terminado em junho desse ano, pois são taxados em 28 desse mês, como poderá constatar-se no volume impresso[12]. As duas famílias de impressores de Coimbra, com o mesmo apelido Carvalho, que tantas vezes ditou equívocos, com os nomes de Nicolau de Carvalho e Tomé Carvalho, patriarcas de ambas as famílias e com diferentes oficinas de impressão, acabaram por se unir, com o matrimónio de seus filhos Manuel de Carvalho e Maria Carvalho Coutinho, ao casarem em 5 de janeiro de 1636, tendo por testemunhas de casamento Miguel Martins, Pero Carvalho, Pero Queirós e Francisco Manuel, todos eles livreiros de Coimbra[13]. A primeira filha deste casamento, Juliana, será batizada em 24 de junho de 1637, tendo por padrinho João da Silva de Castro, Secretário da Universidade, sendo celebrante o cónego Manuel Toscano, figuras que atestam o acolhimento social desta família[14]. Manuel Carvalho e seu sogro Tomé Carvalho foram, durante pouco tempo, simultaneamente, os

vel em file:///C:/Users/uc34411/AppData/Local/Temp/jose%20gon%C3%A7alves-1.pdf. No entanto, sabemos que Maria Coutinho e Manuel Carvalho tiveram mais filhos, com destaque para Rodrigo Carvalho Coutinho que, durante um tempo, continuará com a oficina de impressão de sua mãe. A morada na Rua das Fangas é referida, entre outros documentos, nas ordenações sacerdotais de seus filhos, das quais se falará, mais adiante.

11 Existem no AUC os seus processos de ordenação sacerdotal, respetivamente em 1648, 1657 e 1661, seguindo a ordem dos nomes citados no texto (cotas AUC-III-1.ªE-2-3-9; AUC-III-1.ªE-17-3-6 e 16).

12 V. *Licen*ças do Repertorio dos Estatutos, p. 3.

13 Registo de casamento lançado no *Livro de registo paroquial da Sé Velha de Coimbra*, M 1, fl. 91 (cota AUC-III-1.ªD-4-3).

14 O registo de batismo está exarado no livro de registo paroquial citado na nota antecedente, em fl. rasgada na zona de foliação. O pai, Manuel Carvalho, vem já identificado como impressor da Universidade.

impressores privilegiados da Universidade, pois o sogro fizera contrato para ser impressor da Universidade em 10 de junho de 1651, já publicado por ALMEIDA (1970), p. 229 e ss. Para poder estabelecer esse contrato referiu, na escritura contratual, que comprara já toda a imprensa e casa do falecido impressor Diogo Gomes de Loureiro: «dizendo que tinha gastado tudo de sua fazenda em comprar a dita emprensão […] e que lhe dessem os seis mil rs do ordenado do estatuto e os seis mil rs de aposentadoria como davaõ ao dito Diogo Gomes […]». O contrato estipula também que teria «duas empresois coremtes cõ seus offesiais […] e mais se lhe darão para ajuda de cazas em que tenha premsas outros seis mil rs …»[15].

Fig. 1 – Folha de rosto dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

15 Os termos do contrato com Tomé Carvalho revelam todos os pormenores contratuais que temos citado, encontrando-se registado, com a «terrível» grafia do escrivão da Universidade, Simão da Costa Homem, no *Livro de Escrituras da Universidade*, t. 22, liv. 3, fls. 78v-80 (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-28).

A portada dos *Estatutos* é formada por uma gravura que tem sido atribuída a Josefa de Óbidos. Uma das descrições catalográficas conhecida é a seguinte:

«JOSEFA DE ÓBIDOS, pseud. [Estatutos da Universidade de Coimbra] [visual gráfico] / [Josefa de Óbidos]. [S.l.] : [s.n.], [s.d.]. - [1] gravura : p&b ; 28,6x20 cm. – In: Estatutos da Universidade de Coimbra : confirmados por el Rey nosso snör Don João o 4º em o anno de 1653 / impressos por mandado ... de Manoel de Saldanha ... Em Coimbra : officina de Thome Carvalho, 1654, p. [1]. - Frontispício que ilustra os Estatutos da Universidade de Coimbra composto por pórtico arquitetónico formado por colunas onde se abrem nichos que contêm pequenas figuras alegóricas representando as Ciências, no frontão a figura da Sabedoria coroada. - Soares, E. - Hist. da Grav. I, p. 58, nº 118»[16].

Não estando assinada, constata-se que é muito diferente da qualidade do traço da gravura da insígnia da Universidade, apresentada a seguir à pág. 15 do volume, essa sim assinada e datada por «Josepha d'Ayalla. Obidos 1653».

Na senda de dados que confirmassem pagamentos feitos pela impressão da obra em questão, deparámo-nos com um pagamento feito em 4 de novembro de 1653, de 12 mil réis, para serem entregues a Baltazar Gomes Figueira pintor (e pai de Josefa de Óbidos) «pela tarja que fez da figura da Universidade pera se por nos Estatutos»[17]. Estamos em crer que esta tarja será a forma de se referirem à cercadura da folha de rosto que envolve o título e inclui o dito pórtico, com figuras alegóricas das Faculdades e a figura da Sabedoria, representado a Universidade. Quanto a qualquer pagamento em nome de Josefa de Óbidos, nada foi localizado nos «Livros de Receita e Despesa da Universidade». Ainda se poderá questionar se seu pai, Baltazar Gomes

16 Veja-se a descrição acessível em https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/35451/item2_index.html.

17 O pagamento está lançado no *Livro de Receita e Despesa da Universidade*, vol. 10, 6.º cad, fl. 54 (cota AUC-IV-1.ªE-12-3-10).

Figueira, não terá sido o intermediário do pagamento que lhe foi feito pela Universidade. Mas é apenas uma conjetura.

Quanto ao pagamento da impressão da obra, já teria sido feito a Manuel de Carvalho (outras vezes o seu nome é referido como Manuel Carvalho), após firmar contrato de obrigação, em 25 de maio de 1652, como acima ficou dito. Efetivamente, o pagamento de 150 mil réis, entregues como empréstimo para a impressão, foram entregues ao dito impressor logo a 25 de maio do mesmo ano, como se constata pelo registo do mandado de pagamento, feito para que o procurador do prebendeiro da Universidade, Manuel Fróis, lhe desse esse dinheiro «de empréstimo pera empremir o Estatuto da Universidade»[18]. O contrato é explícito: deveria imprimir os *Estatutos* juntamente com a «Reformação e o Regimento dos médicos e boticários», o que efetivamente aconteceu, uma vez que a obra impressa consta de todas estas partes, acrescida do *Repertório* que é um índice feito depois da obra estar impressa.

Retomando a questão de a obra não ter sido impressa por Maria Carvalho Coutinho, apenas se aceita que não tivesse sido por ser mulher, com pouca experiência profissional, dado o seu contrato ser apenas de 1652, apesar de ser sucessora de seu marido na impressão. Efetivamente, só em 1664 se lhe conhece obra impressa. Refira-se, por exemplo, o *Sermão da soledade de Nossa Senhora,* da autoria de Francisco de Santo Agostinho de Macedo.[19] Seu pai, Tomé Carvalho, pode ter sido uma escolha da instituição ou pode ter sido o próprio a avançar para o desempenho da obrigação firmada por seu genro, para libertar a filha dessa responsabilidade. A relação filial de Maria Coutinho com seu pai era bastante próxima: foi ele o seu procurador no contrato para ser impressora da Universidade, era ele que recebia, por vezes, os seus

18 Registo de pagamento lançado no volume referido na nota anterior, 5.º cad., fl. 39v.

19 Existe na BGUC um exemplar que pertenceu ao Visconde da Trindade, com descrição acessível em http://webopac.sib.uc.pt/search~S17*por?/Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17/Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17&SUBKEY=viuva+de+Manuel+Carvalho/1%2C13%2C13%2CE/frameset&FF=Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17&12%2C12%2

ordenados pagos pela Universidade, como impressora privilegiada, como poderemos constatar nos «Livros de Folhas de Ordenados»[20] . Foi também seu pai que deu o dote de património a seu neto António de Carvalho Flores, em 3 de julho de 1672, para a sua ordenação sacerdotal.

As cláusulas contratuais entre a Universidade e os impressores que escolhia para serem seus «privilegiados» foram evoluindo ao longo do tempo, como o revela FONSECA (2001). Este autor analisa com particularidade esses contratos, sendo aquele firmado com Tomé Carvalho revelador de algumas alterações em relação aos anteriores, como seja o deste impressor ter apenas dois prelos disponíveis (e não três prelos, como fora exigido a Nicolau Carvalho e depois a sua viúva Maria Flores, com seu filho Manuel de Carvalho), mas repetindo a imposição de permanecer na cidade, para poder ter uma ajuda para as suas instalações.[21]

Os «Livros de Matrículas da Universidade» contêm não só as matrículas dos estudantes, mas ainda as matrículas dos oficiais privilegiados, ou seja, os que exerceram ofícios, sendo considerados privilegiados da Universidade. Este é um dado desconhecido para muitos, até porque esse registo não era feito com assiduidade. Efetivamente, para os anos em que desejaríamos saber quem eram os impressores e seus aprendizes que trabalhavam para a Universidade, no ano de publicação dos *Estatutos*, os ditos livros não têm esses dados. Um pouco mais adiante no tempo, como é o caso do ano de 1657-1658, podemos encontrar os nomes dos impressores Tomé Carvalho, Maria Coutinho, e Simão Pereira «seu oficial» e Matias de Carvalho «seu aprendiz», ou Simão Ribeiro, impressor «oficial» de Tomé Carvalho e outros seus oficiais como Domingos Batista, Manuel Barreto e Simão, seu aprendiz[22]. Todas estas personagens poderão ter estado envolvidas na impressão dos *Estatutos*,

20 V. *Livros de Folhas de Ordenados*, em cadernos que não foram encadernados, no ano letivo de 1672-1673, cad.2, 2.ª terça, fls. 12 (cota AUC-IV-1.ªE-11-5-4).

21 V. o autor citado, no seu trabalho de meticulosa e fundamentada análise, pp. 30-33.

22 Os registos destas matrículas podem ser encontrados no *Livro de Matrículas da Universidade*, vol. 12 (1657-1658), fl. 71 (cota AUC-IV-1.ªD-1-3-20).

por Maria Coutinho ser filha de Tomé Carvalho e, certamente, haver entreajuda com seu pai e a oficina deste. Ambas as oficinas, de pai e filha, se situavam na Rua das Fangas, apesar de, por vezes encontrarmos referências a outro local, podendo tratar-se de mais alguma casa/oficina de impressão ou guarda de livros e material. No caso da oficina de Maria Coutinho que estaria no mesmo local onde seu marido esteve estabelecido, existe uma escritura de emprazamento do Cabido da Sé de Coimbra, de 16 de fevereiro de 1650, na qual, ao indicar a confrontação das casas, então emprazadas, refere que as mesmas estão «na entrada da Rua de Quebra Costas» e partem com o «beco que se chama de baixo» e «vai para a empressao de Manoel Carvalho»[23]. Tomé Carvalho morre em 1672 e sua filha em 1677, sucedendo-lhes, nos cargos de impressores privilegiados da Universidade, Manuel Dias e José Ferreira.

É devido um breve apontamento sobre as cinco tarjas usadas na impressão destes *Estatutos*, as quais não estão assinaladas no manuscrito, mas entram nas pp. 1, 35, 135 e 263, à cabeça da página que dá início a cada livro dos *Estatutos* e também em p. inumerada, no início da «Taboada dos Titulos dos Quatro Livros dos Estatutos». Esta última referida é a que primeiro aparece no volume. A segunda tarja está impressa, na p. 1, de forma invertida, em relação à tarja identificada por GONÇALVES (2010), pp. 242-243, utilizada em 1604, na oficina conimbricense de Manuel de Araújo, na obra de Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico* [...], no seu segundo volume. A primeira tarja referida foi também utilizada na mesma obra impressa por Manuel de Araújo, mas utilizada a compor o ornamento de uma moldura, na folha de rosto da obra citada. Esta situação pode revelar uma permuta de elementos tipográficos, como florões, vinhetas e tarjas, entre oficinas tipográficas ou poderá ter sido mesmo adquirida, posteriormente, por Tomé Carvalho. As outras três tarjas utilizadas, na abertura das páginas dos restantes três livros dos *Estatutos* são todas iguais.

23 V. *Livro de Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra*, vol. 28, fl. 81v-83 (cota AUC- III-1.ªD-10-4-30).

Quantos aos dois florões utilizados, os quais são iguais, um deles poderá considerar-se assinalado no manuscrito, por uma cruz e a palavra «aqui», foi colocado no livro impresso na p. 6, no final da «Fundação da Universidade de Coimbra» e ou outro foi colocado na p. 299, no final do último livro dos *Estatutos* (liv. IV, Tit. XIV). Este florão foi também identificado por GONÇALVES (2010), p. 278, como tendo já sido utilizado por Tomé Carvalho, em 1651, na impressão da obra de Simão Vaz Barbosa*, Axiomata […]*. E é este mesmo florão que iremos encontrar na obra de Gaspar Cardoso de Sequeira – *Thesouro de Prudentes,* na p. [188], e que será impresso, em 1664, por Maria Carvalho Coutinho, em mais uma constatação da permuta de materiais entre impressores, neste caso entre as oficinas de Tomé Carvalho e de sua filha.

Fig. 2 – Florão inserido na p. [188] da obra *Thesouro de Prudentes* de Gaspar de Sequeira, impressa por Maria Carvalho Coutinho. O pé de imprensa identifica-a como viúva de Manoel Carvalho.

Uma análise do volume manuscrito: *marginalia* e orientações para a impressão

O manuscrito contendo o texto dos *Estatutos* é todo de uma só mão, num total de 297 folhas. A estas folhas segue-se, em folhas inumera-

das, mas num total de 26, um texto de outra mão, contendo o «Alvará de Reformação dos Estatutos» e o texto da «Reformação», datado de 20 de julho de 1612. A terminar o volume, encontra-se encadernado juntamente com o *Regimento dos Médicos e Boticários Christãos Velhos*, em texto impresso, datado de 7 de fevereiro de 1604. O desgaste por manuseamento é notório, como não poderia deixar de ser, pois o manuscrito dos *Estatutos* esteve na oficina impressora e andou pelas mãos dos compositores e impressores. Esse manuseamento deixou marcas na viragem de folhas, ficando mesmo manchas de sujidade no canto inferior direito, de todas elas, onde os dedos assentam para as virar. Além das marcas da tinta usada na impressão que terá sujado as mãos dos que pegavam no manuscrito, de tal forma que podemos mesmo visualizar impressões digitais nas folhas 79v, 80, 87, 88, 91, 96, 122, etc.

Apresenta-se aparado à cabeça, bem como na margem exterior, com corte de alguns elementos informativos, como seja a foliação e títulos, revelando, ainda, vestígios de tinta vermelha no corte das folhas, da primitiva encadernação que teve.

Uma análise grafológica permite confirmar que a autoria do manuscrito será da mão de Miguel da Fonseca Cardoso, escrivão da Universidade. No final do manuscrito (fls. 296-296v) está registada a certificação do traslado, dizendo-se que concorda com «os próprios estatutos que estão no cartório desta Universidade», assinado pelo secretário da Universidade, Gregório da Silva Soares, assim como o Reitor da Universidade D. Francisco de Castro e o dito escrivão da Universidade, em 7 de novembro de 1607. Este secretário da Universidade, Gregório da Silva Soares, haveria de receber 7 mil réis pelo trabalho que teve «em coroborar, ler e ver e autorizar hum livro de estatutos», segundo despacho dado em reunião da Mesa da Fazenda, no dia 3 de novembro de 1607[24].

24 O registo de pagamento está lançado no *Livro dos Acórdãos da Mesa da Fazenda*, vol. 3, fl. 120v (cota AUC-IV-1.ªE-14-3-23).

Qual a razão de este traslado ter sido feito nesta data de 1607? E se assim é, não havendo equívoco na data aposta no final, como pode ter o título de «Traslado dos novos Estatutos Reformados [...] de D. João IV», se não se dera ainda a restauração da monarquia e D. João IV ainda não subira ao trono? A resposta provável é que esta folha de título tenha sido anexada, posteriormente. Não é possível averiguar da qualidade do papel e se é da mesma tipologia do restante, utilizado no manuscrito, pois esta folha foi restaurada, tendo sido colada a uma outra para lhe dar solidez, quando foi reencadernado, como se dirá mais adiante. É visível na imagem que se apresenta de seguida a colagem de uma outra folha, a toda a largura e altura da folha de rosto. E como é que só foi enviado para impressão em 1652, ano do contrato de impressão com Manuel Carvalho? Esta é uma interrogação que fica em aberto.

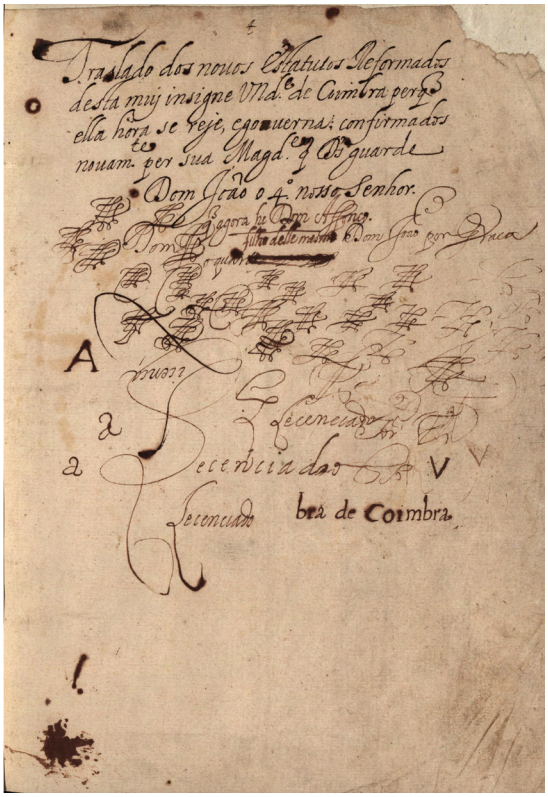


Fig. 3 – Termo de abertura do manuscrito com os *Estatutos*

Atentemos na folha de rosto ou folha com termo de abertura «Traslado dos novos Estatutos Reformados desta mui insigne Und.e de Coimbra perque ella hora se reje, e gouverna, confirmados novam.te per sua Magd.e que Ds guarde Dom João o 4.º nosso Senhor». Inclui acrescentos de outra mão: «agora he Dom Affonso filho delle mesmo Dom João por graça o quarto" e as palavras "Licenciado bra de Coimbra», ainda com riscos, pingos de tinta e ensaios de letra, tudo revelador do pouco cuidado a que foi votado este manuscrito.

Numa tentativa de saber como terá sido identificado este volume, entre o acervo arquivístico da Universidade, sobretudo se alguma vez terá sido identificado como o original que serviu para impressão, foram compulsados os volumes mais antigos de inventários do cartório da Universidade, nomeadamente o «Livro da Receita do cartório da Universidade em que por Inventário se descrevem todas as bullas dos Santos Padres, Carta […]», datado de 1750 [25], mas nada foi localizado que o identifique, concretamente, como volume que serviu para a impressão dos *Estatutos*, em 1654. No entanto, uma referência que ali se encontra (fl. 169) poderá reportar-se a este volume, onde se lê: «Outro Livro em pergaminho que he copia da Reformação dos Estatutos». A indicação «em pergaminho» é apenas uma identificação da encadernação, como se pode verificar pela identificação de outos volumes, quando passa a referir «outro livro em pasta» e, depois, «outro livro em pergaminho».

Atualmente, o volume está encadernado em pele, com pastas de cartão e rótulo de título vermelho na lombada, com letras douradas: «Estatutos da Universidade de Coimbra de el Rei D. João IV», encontrando-se riscado o nome régio e, em tinta negra, manuscrito, o nome «Philippe 1597». A grafia desta correção manuscrita pode ser atribuída, quase seguramente, à mão do Doutor António

25 Inserido no acervo do fundo documental da Universidade de Coimbra, juntamente com outra documentação do antigo cartório (cota AUC-IV-1.ªE-1-3-6).

de Vasconcelos, se fizermos o confronto com outros seus escritos existentes no AUC. Efetivamente, ele copia os *Estatutos Filipinos* de 1593. A encadernação deve ter sido colocada na segunda metade do séc. XIX, pois apresenta nas folhas de guarda um papel produzido na fábrica de papel de Góis, sendo a marca de água uma filigrana utilizada pelo papeleiro, seu proprietário, Manuel Inácio Dias, em 1877[26]. Assim, a encadernação poderá apontar para essa data, numa fase em que outras unidades arquivísticas receberam novas encadernações, em tudo semelhantes a esta, quanto à pele da encadernação, aos rótulos de título a vermelho, com letras a dourado, com a mesma letra impressa e os mesmos ferros a dourado, no embelezamento das lombadas, quase a aparentar nervuras. Entre os casos que se podem citar, incluem-se: «Estatutos da Universidade de Coimbra de D. Philippe 1.º 1591», «Documentos de D. João III», «Documentos de 1783 a 1786» e «Estatutos de D. Philippe 2.º 1612»[27].

Não sabemos que obra orientadora do trabalho tipográfico deveria correr, então, no séc. XVII, entre os impressores de Coimbra. São conhecidas algumas obras que, certamente, poderiam ter chegado ao seu conhecimento. Refira-se que entre a imensa bibliografia já conhecida, não existem exemplares desta tipologia, ou seja, manuais tipográficos ou textos orientadores do trabalho tipográfico[28]. No entanto, a *Orthotypographia*, de Hieronymus Hornschuch (Leipzig, 1608) é um dos mais antigos manuais de impressão, uma verdadeira "Bíblia dos impressores" que já poderia ser do conhecimento dos

26 Veja-se a mesma marca de água publicada por BANDEIRA (1999), pp. 33-34, ao dar a conhecer a mudança de proprietário da fábrica de papel de Góis, das mãos de José Joaquim de Paula Júnior para Manuel Inácio Dias, com alteração da marca de água até aí usada, pelo anterior proprietário e a que depois passou a ser utilizada.

27 Com as seguintes cotas topográficas AUC-IV-1.ªD-2-3-62 A, 64, 65 e 66.

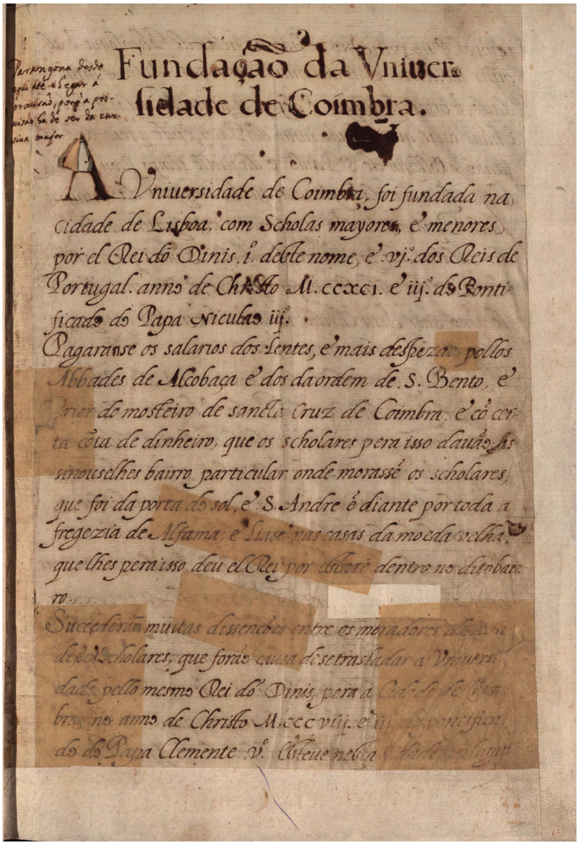
28 Por exemplo, entre a vasta bibliografia citada por SILVA (2013), pp. 104-110, não figuram obras dessa natureza. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23903/1/ulfl201309_tese.pdf.

artistas coimbrãos. Hoje, da edição original, apenas são conhecidos, mundialmente, três exemplares desta obra[29]. Hornschuch ganhava o seu sustento como corretor de provas tipográficas, enquanto era aluno de Medicina e nesta obra publica, pela primeira vez, os sinais de correção tipográfica que então se adotavam, alguns dos quais ainda hoje são usados. Deste verdadeiro código tipográfico foram feitas posteriores edições em outras línguas, após a primeira edição, em latim. A palavra *ortotipografia* diz tudo: o conjunto de regras ortográficas e tipográficas que deveriam ser seguidas pelos impressores, englobando a tipologia de carateres, sinalética para divisão de colunas, páginas, espaços, etc.

Para data posterior, conhece-se também a *Muestra de los caracteres y letras de la Imprenta Real* (Madrid, ca. 1685). Algum texto semelhante, mesmo sem a projeção da obra impressa, mas apenas de anotações, deveria circular entre as oficinas dos impressores de Coimbra e, certamente, apresentava os tipos de letras, com as suas designações apropriadas, como Atanásia, Cursiva, Parangona, Glosa, etc., termos estes que vamos encontrar mencionados na *marginalia* do manuscrito em questão[30]. Em Portugal, e em português, só em 1803 se conhecerá um manual desta natureza, da autoria de Joaquim Carneiro da Silva, o *Breve Tratado Theorico das Letras Typograficas, offerecido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*, publicado nesse ano, em Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica.

29 Alguns exemplos de sinais de correção tipográfica, notas biográficas sobre o seu autor, sobre a obra e gravuras da mesma obra estão divulgados em https://www.ustc.ac.uk/news/a-student-job .

30 Devo um reconhecido e afetuoso agradecimento à Doutora Celeste Pedro, pela valiosa informação que me forneceu, sobre os manuais de imprensa referidos. A sua tese de doutoramento, em 2018, na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto versa, precisamente, sobre a análise de tipos usados pelos impressores de Coimbra João da Barreira e João Álvares - *Sixteenth-Century Print Culture in the Kingdom of Portugal: a study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares*. A identificação dos tipos de letras acima referidos, assim como muitos outros dados, sobre terminologia tipográfica, podem ser encontrados em PERICÃO; FARIA (2008).


Parangona desde aqui até chegar à provisão, porque a provisão há de ser da cursiva mayor

Fundação da Vniuersidade de Coimbra.

A Vniuersidade de Coimbra, foi fundada na cidade de Lisboa, com Scholas mayores, e menores por el Rei dõ Dinis .i. deste nome, e .vj. dos Reis de Portugal. anno de Christo M.ccxci. e iij. do Pontificado do Papa Niculao iij.

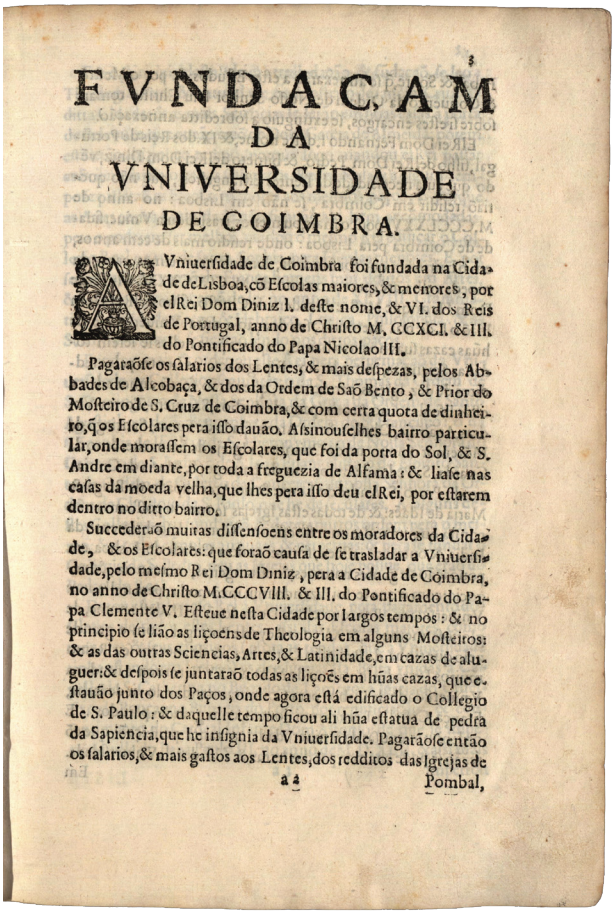
Pagaranse os salarios dos Lentes, e mais despezas pollos Abbades de Alcobaça e dos da ordem de S. Bento, e Prior do mosteiro de sancta Cruz de Coimbra, e cõ certa cota de dinheiro, que os scholares pera isso dauão. Assinouselhes bairro particular onde morassẽ os scholares, que foi da porta do sol, e S. Andre ẽ diante por toda a fregezia de Alfama, e liase nas casas da moeda velha, que lhes pera isso deu el Rei por ... dentro no dito bairro.

Succederão muitas dissenções entre os moradores ... e os Scholares, que forão causa de se trasladar a Vniuersidade pello mesmo Rei dõ Dinis, pera a Cidade de Coimbra no anno de Christo M.ccc viij. e iij. do pontificado do Papa Clemente .v. Esteue nesta Cidade ...

Fig. 4 – Folha inicial do manuscrito. Um erro que pode ler-se aqui e que perdurou na impressão é a data de fundação da Universidade, em 1291 (linha 4).

A letra maiúscula A, destaca-se no tamanho da grafia e é uma indicação para ser, no texto impresso, uma letra capital ou capitular, à semelhança das letras capitulares dos manuscritos, com representações vegetalistas ou históricas. Ao longo do texto é assim que se procederá, sempre, para dar a indicação de letra capitular. Um outro dado que podemos apreciar: logo no início do manuscrito está a nota marginal, no canto superior esquerdo da folha, sobre os carateres em que deveria ser escrito o título do capítulo «Fundação da Universidade de Coimbra»:

«Parangona desde aqui até chegar à provisão, porque a provisão há de ser da cursiva superior»



FVNDACAM
DA
VNIVERSIDADE
DE COIMBRA.

A Vniuerſidade de Coimbra foi fundada na Cidade de Lisboa, cõ Eſcolas maiores, & menores, por el Rei Dom Diniz I. deſte nome, & VI. dos Reis de Portugal, anno de Chriſto M. CCXCI. & III. do Pontificado do Papa Nicolao III.

Pagaraõſe os ſalarios dos Lentes, & mais deſpezas, pelos Abbades de Alcobaça, & dos da Ordem de Saõ Bento, & Prior do Moſteiro de S. Cruz de Coimbra, & com certa quota de dinheiro, q̃ os Eſcolares pera iſſo dauão. Aſsinouſelhes bairro particular, onde moraſſem os Eſcolares, que foi da porta do Sol, & S. Andre em diante, por toda a freguezia de Alfama: & liaſe nas caſas da moeda velha, que lhes pera iſſo deu el Rei, por eſtarem dentro no ditto bairro.

Succederaõ muitas diſſenſoens entre os moradores da Cidade, & os Eſcolares: que foraõ cauſa de ſe trasladar a Vniuerſidade, pelo meſmo Rei Dom Diniz, pera a Cidade de Coimbra, no anno de Chriſto M.CCCVIII. & III. do Pontificado do Papa Clemente V. Eſteue neſta Cidade por largos tempos: & no principio ſe liaõ as liçoens de Theologia em alguns Moſteiros: & as das outras Sciencias, Artes, & Latinidade, em cazas de aluguer: & deſpois ſe juntaraõ todas as liçoẽs em hũas cazas, que eſtauão junto dos Paços, onde agora eſtá edificado o Collegio de S. Paulo: & daquelle tempo ficou ali hũa eſtatua de pedra da Sapiencia, que he inſignia da Vniuerſidade. Pagaraõſe então os ſalarios, & mais gaſtos aos Lentes, dos redditos das Igrejas de

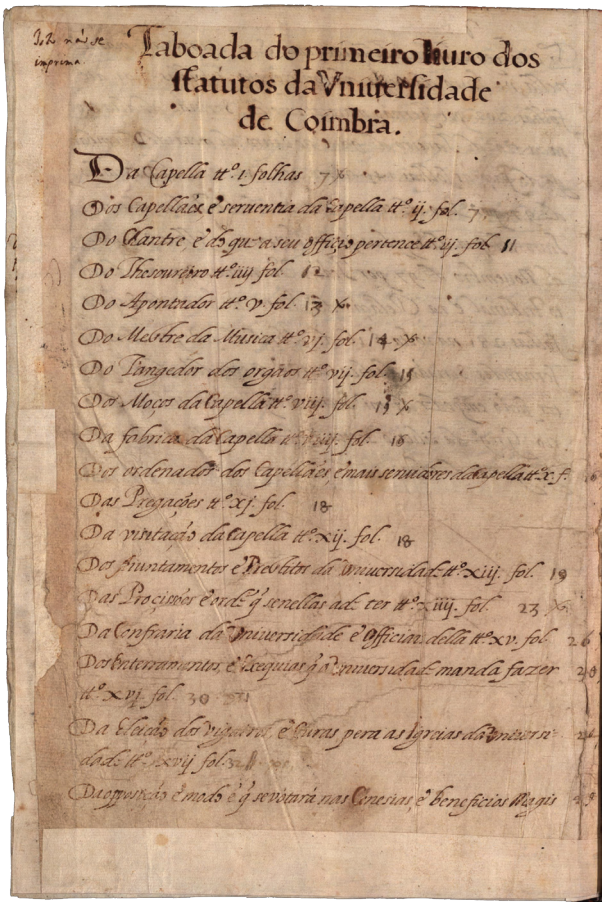
a 2 Pombal,

Fig. 5 – O texto impresso, contendo o texto do manuscrito apresentado na Fig.4.

Segundo a nota para o compositor, assim saiu o texto impresso, utilizando parangona. Note-se que a letra maiúscula Ç ainda não existia, resultando de um C seguido de uma vírgula (,).

Todo o índice ou «Taboada» que estava transcrito a fls. 6v-7 do manuscrito, recebeu a nota marginal, no canto superior esquerdo:

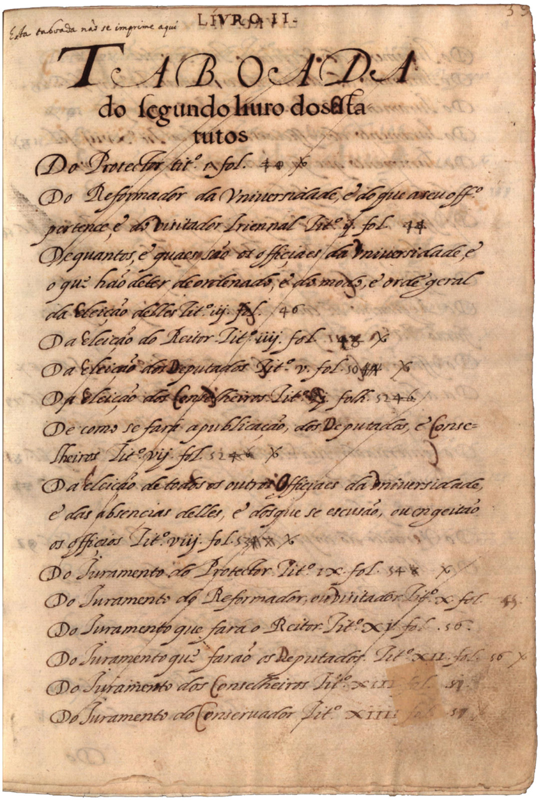
«Isto não se imprima»



Taboada do primeiro liuro dos
Statutos da Vniuersidade
de Coimbra.

Fig. 6 – A «Taboada» com indicação para não ser impressa.

Efetivamente, o que vem a ser impresso nos *Estatutos*, em 1654, é uma «Taboada dos Titulos dos Quatro Livros dos Estatutos da Universidade de Coimbra», com todos os índices seguidos, e não cada índice ou «taboada», numa separação por cada livro dos *Estatutos*.



Esta taboada não se imprime aqui — LIVRO II.

TABOADA do segundo livro dos Estatutos

Do Protector Tit.º i. fol. 40

Do Reformador da Universidade, e do que a seu off.º pertence, e do visitador triennal Tit.º ij. fol. 44

De quantos, e quaes são os officiaes da Universidade, e o que hão de ter de ordenado, e das mostras, e ordem geral da eleição delles Tit.º iij. fol. 46

Da eleição do Reitor Tit.º iiij. fol. 48

Da eleição dos Deputados Tit.º v. fol. 50

Da eleição dos Conselheiros Tit.º vj. fol. 52

De como se fará a publicação dos Deputados, e Conselheiros Tit.º vij. fol. 52

Da eleição de todos os outros officiaes da Universidade, e das absencias delles, e dos que se escusão, ou engeitão os officios Tit.º viij. fol. 53

Do Juramento do Protector Tit.º ix. fol. 54

Do Juramento do Reformador, e do Visitador Tit.º x. fol. 55

Do Juramento que fará o Reitor Tit.º xi. fol. 56

Do Juramento que farão os Deputados Tit.º xii. fol. 56

Do Juramento dos Conselheiros Tit.º xiii. fol. 57

Do Juramento do Conservador Tit.º xiiii. fol. 57

Fig. 7 – Novo exemplo de «Taboada» que também não se imprimiu.

A mesma indicação foi dada para a «Taboada do Segundo Livro dos Estatutos» (a fol. 39 do manuscrito) chegando até ao pormenor de riscar o texto, para o inutilizar e não haver dúvidas sobre a decisão de não a imprimir. Mas a nota também já era elucidativa:

> «Esta taboada não se imprime aqui»

O exemplo mais acabado do conjunto de notas, incisos no texto, sublinhados e manchas de manuseamento, bem como de tinta de impressão (na fls. 79v-80 do manuscrito) é o que se apresenta agora, chamando também a atenção para restauros de época, em data não determinada, que o volume já sofreu. As colagens de pequenas tiras

de papel sobre os rasgões são bem evidentes. O texto em questão reporta-se ao «Título XXVI do Chançarel & seu officio».

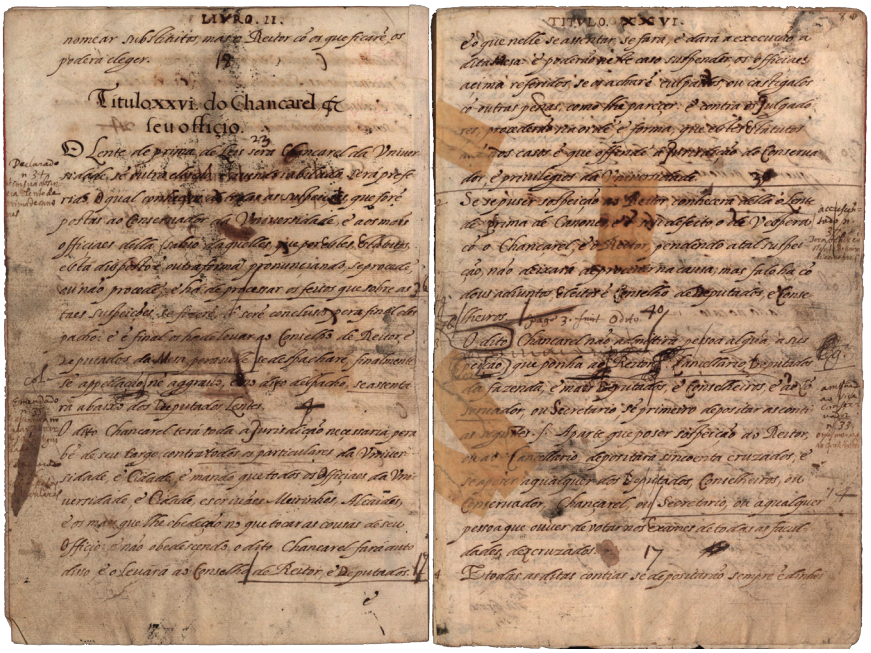


Fig. 8 – Folhas 79v-80 do manuscrito com *marginalia*, incisos no texto, restauros, manchas de tinta, etc.

Três aspetos concretos, relativos a correções, podem ser conhecidos com este exemplo, apesar de toda a sujidade que as folhas denotam. Primeiramente, a divisão de colunas, com a indicação de uma linha a cortar verticalmente a palavra que se quer dividir para outra coluna. Seguidamente, o número de artigos, que são apresentados em pequenos números marginais, como o número 1, quase impercetível, na fl. 79v, debaixo do texto marginal onde começa a frase «O ditto Chançarel terá toda a jurisdição», etc., assim como o número 2, na fl. 80, a seguir ao traço horizontal, a toda a largura da página. Por fim, podemos apreciar a nota de divisão de página que aqui é apresentada com um risco em volta da palavra suspeição, nas duas sílabas finais, assinalando, com outro risco

envolvente, a sílaba final que servirá de reclame, na linha abaixo do texto, do lado marginal, para alertar a mudança de página.

Estas anotações de divisão de página, de reclame e sublinhados de frases podem não ser feitas, explicitamente, para uso dos compositores. Fica a interrogação se não poderão ser de sua própria autoria, para regular o seu próprio trabalho, como chamadas de atenção. Um outro elemento bem visível é aquele conjunto de correções de letras maiúsculas e minúsculas, acentuação de palavras e colocação de vírgulas que são visíveis em tinta de cor diferente, mais clara do que a do texto do manuscrito. A sua autoria ficará a dever-se ao impressor, para orientação dos compositores.

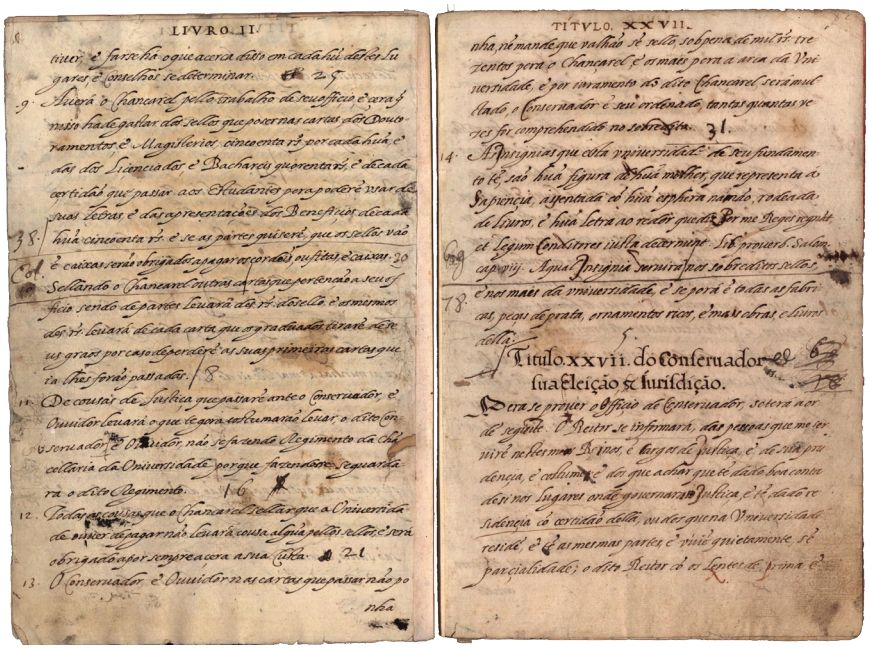


Fig. 9 – Folhas 81v-82 do manuscrito com outros modelos de notas tipográficas.

Em novo exemplo, são notórios os seguintes elementos da *marginalia* e elementos incisos no texto:

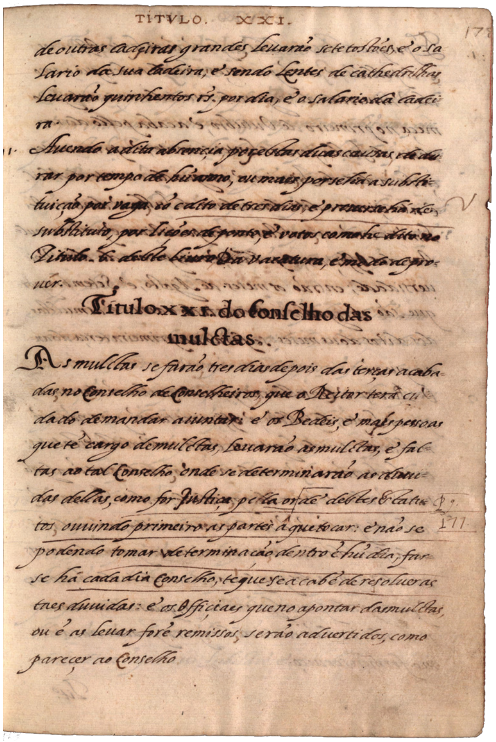
a) números marginais, do lado esquerdo, que identificam os artigos 9. 10. (este na margem interior) 11. 12. 13. 14;

b) abreviatura marginal, lado esquerdo, de col. Que significa divisão para a segunda coluna da página impressa;

c) número marginal 78 que está riscado e que significa a nova página impressa, precisamente a pág. 78. Um risco longitudinal a toda a largura da página, apontando para a divisão nessa frase, a partir do traço vertical que já está colocado sobre essa linha;

d) a identificação de «Titulo XXVII do Conservador e sua eleição e jurisdição»» com traço vertical inclinado, com pontas, à semelhança do que podemos usar em correção de provas, para simbolizar espaçamento no parágrafo; a letra G sobre o número 78, simboliza a letra da assinatura do caderno G que é, realmente, o que pode ser visto no exemplar impresso;

e) o próprio reclamo na palavra manuscrita «ponha» (fl. 81v), com separação da última sílaba, para identificar a sequência de cadernos manuscritos.


TITVLO. XXI.

de outras cadeiras grandes leuarão sete tostões, e o sa-
lario da sua cadeira, e sendo Lentes de cathedrilhas
leuarão quinhentos rs. por dia, e o salario da cadei-
ra.

Titulo XXI. do Conselho das
mulctas.

As mulctas se farão tres dias depois das terças acaba-
das no Conselho de Conselheiros, que o Reitor terá cu-
dado de mandar aiuntar: e os Bedeis, e mais pessoas
que tẽ cargo de mulctas, leuarão as mulctas, e fal-
tas ao tal Conselho, onde se determinarão as duui-
das dellas, como for justiça, pella ordẽ debbes & tatu-
tos, ouuindo primeiro as partes a que tocar: e não se
podendo tomar determinação dentro ẽ hũ dia, far-
se há cada dia Conselho, te que se acabẽ de resoluer as
tres duuidas: e os Officiaes que no apontar das mulctas,
ou ẽ as leuar forẽ remissos, serão aduertidos, como
parecer ao Conselho.

Fig. 10 – Exemplo da fl. 178 do manuscrito.

Os exemplos (fl. 178) que a seguir se divulgam, permitem identificar os seguintes sinais de código tipográfico:

a) a indicação de página, do livro impresso, pág. 177, com a indicação marginal *Pg 177;*

b) a divisão de frase, para nova página, com a sinalefa a dividir a palavra or / dem;

c) também se pode constatar a letra maiúscula A com um leve desenho, a simbolizar a letra capitular A que deverá entrar naquela palavra;

d) reconhece-se, ainda, a correção para letras maiúsculas nas palavras Conselho e Conselheiros;

e) os sublinhados, a seguir à divisão de página, podem significar um redobrar de atenção para o compositor, mas esta é apenas uma suposição, pois também podem ser entendidos como espaçamento de palavras.

Uma análise detalhada, no cotejo do manuscrito com o texto impresso permite confirmar a existência de muitas palavras cuja ortografia foi corrigida, sem haver essa indicação no manuscrito e o mesmo se diga quanto a pontuação. Aproveitando o exemplo da fl. 178, acima apresentada, podemos elencar as situações seguintes, a saber: no impresso um ponto final em «mandar ajuntar. E os Bedeis…» que no manuscrito não está assinalado; assim como a letra seguinte que é a maiúscula E. O mesmo se diga quanto à a frase seguinte, texto impresso: «as partes a que tocar. E não se podendo tomar…», não existindo no manuscrito ponto final e maiúscula E. Ou seja, teremos de concluir que muitas correções deverão ter sido feitas em provas tipográficas, mas essas, infelizmente, não sobreviveram.

Sabemos da existência de um corretor da imprensa, cujo ofício e competências estão descritos nos *Estatutos da Universidade* de que estamos a falar: que línguas deveria saber, como deveria visitar a oficina de impressão e saber os carateres que ali existiam, tudo o que deveria emendar e que corria pela impressão, etc., pode ler-se no Liv. 2, Tit. 51, p. 132 e 133. Este corretor era eleito em Conselho de Deputados e Conselheiros, e «será

muito bom Latino & Grego». O seu ofício andava junto com o de guarda da Livraria, recebendo 30 mil réis de ordenado, anualmente. Ao compulsar os «Livros de Folhas de Ordenados», para o ano letivo de 1653-1654, pode ser identificado o nome de Francisco Barreto e Sousa, como guarda da livraria que era também guarda do cartório e, como constatamos pelos *Estatutos*, também seria o corretor das impressões. A ele se terão ficado a dever as correções tipográficas da impressão destes *Estatutos*[31].

Dados relevantes sobre a história da tipografia e a forma como foi feita, aos longo dos tempos, uma sistematização dos corpos dos tipos, ou também as designações que foram surgindo, à medida que novos criadores de tipos têm a sua época, como Griffo, Garamond, etc., podem ser colhidos na obra de CARDOSO (2008) que nos dá a conhecer como, em 1621, Jean Jannon publicou a sua obra *Espreuve des Caracteres nouvellement taillez*, uma das primeiras obras sobre, precisamente, a classificação dos tipos utilizados pelos impressores e a divulgação dos que eram correntemente usados por si próprio[32]. A cunhagem de tipos vai-se modificando e a forma como são divulgados e comprados tipos, assim como sua evolução, com criação de novos tipos e mostruários de letras nos séc. XVII e XVIII podem ser conhecidos em obras diversas, para a imprensa europeia[33]. Apesar de serem trabalhos que envolvem o estudo da história do livro em outros países, certamente algo de muito semelhante ocorreria em Portugal, lamentando-se a falta de obras dedicadas à história do livro, na vertente exclusiva do trabalho dos impressores e compositores.

31 Os *Livros de Folhas de Ordenados*, no que toca ao pagamento de 4 mil réis em cada terça, ao guarda da livraria e do cartório (1653-1654) podem ser consultados a fl. 9 do 1.º cad. pagamento da 1.ª terça, fl. 9v do 2.º cad., pagamento da 2.ª terça e a fls. 9v do 3.º cad, pagamento da 3.ª terça (cota AUC-IV-1.ªE-11-5-4). Francisco Barreto Sousa foi guarda da Livraria desde 1626 até depois de 1656 (*cf.* AMARAL (2014), p. 199).

32 Leia-se o trabalho de CARDOSO (2008), p. 37.

33 CARDOSO (2008) apresenta um bom resumo, desse panorama da evolução da tipografia. Consulte-se também a obra de MARTINEZ DE SOUSA (1992) no que toca a terminologia diversa das oficinas tipográficas e livro impresso, em diversas épocas cronológicas, quanto a tipos, letras, sinais de correção tipográfica, etc.

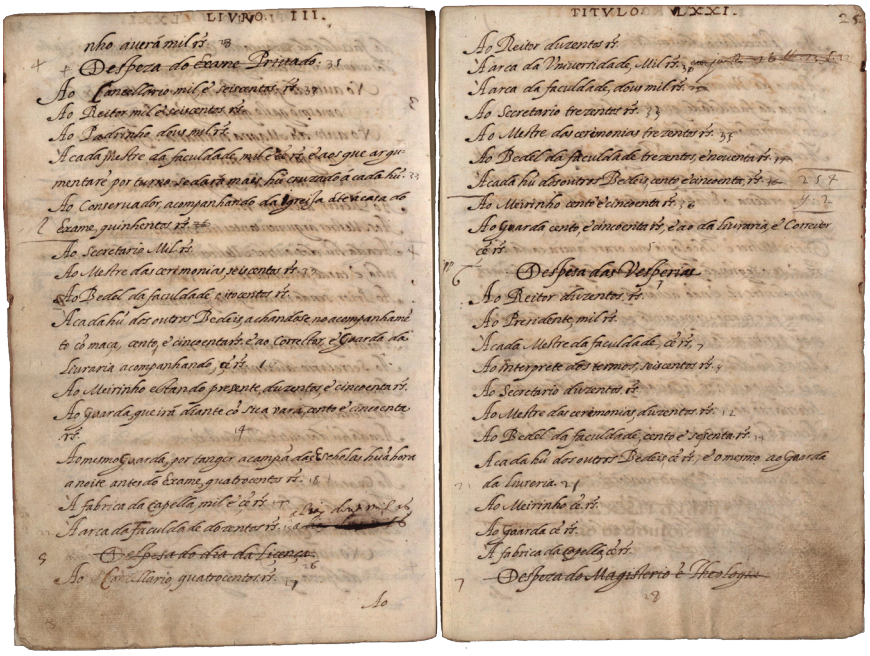


Fig. 11 – Novos dados tipográficos nas fl. 251 e 252v do manuscrito

Um outro exemplo de *marginalia* apresenta-se, seguidamente, agora para ilustrar a divisão de página e de cadernos de impressão. Trata-se da fl. 251v e 252 do manuscrito, no qual podemos ver um sublinhado longitudinal (fl. 252) com a indicação de 254 e Y 2. Estas indicações reportam-se ao novo número de página 254 que começa a partir daquela nota, assim como Y2 é a indicação para o caderno de impressão, letra essa que também podemos identificar na obra impressa. As manchas de manuseamento são bem visíveis nas duas folhas, no canto inferior, para virar as folhas.

Muito fica ainda por identificar, como é o caso dos pequenos números visíveis no final de algumas frases, na folha acima divulgada. Será que dizem respeito ao número de carateres a usar? Ou ao número de espaços? Depois da sua contagem no texto impresso, estes números não condizem nem com carateres, nem com espaços. Outra interrogação que fica em aberto.

O cotejo entre estas folhas do manuscrito e as páginas impressas também permite concluir que outras ordens de impressão terão sido dadas vocalmente e não estão assinaladas ou foram feitas correções, em provas tipográficas. Entre as situações apontadas figura a abreviatura *rs*, desenvolvida para *reis* no impresso; a palavra *Cancellario* por sua vez, está abreviada no texto impresso, com nasalação com til sobre o "a": *Cãcelario*. Por último, os números 4, 5, 6 e 7, na margem esquerda podem significar os subtítulos que entram com letra capital, no texto impresso. Acresce ainda dizer que a impressão do «Repertório dos Estatutos» deve ter sido um trabalho de elevado grau de dificuldade, atendendo às numerosas abreviaturas, numeração de artigos e folhas, tipos em itálico e redondo, diversidade de tamanho de tipos, maiúsculas e minúsculas, versaletes, espaçamentos, parágrafos, glosas, reclamos, etc.

O mesmo se diga, quanto a grau de dificuldade, no que diz respeito à menção que sempre é feita nos *Estatutos*, com uma nota marginal com asterisco (*), quando existiu alteração do texto estatutário com a «Reformação», cujo texto é também publicado no final, mas para cuja autoria do manuscrito não puderam ser encontrados dados.

Este manuscrito pode ser considerado como um original para impressão ou uma cópia do impressor, para entregar aos seus compositores, tal é a quantidade de elementos de um código tipográfico. Uma análise de textos originais para impressão, mas para o séc. XIV, com o seu cotejo com as obras impressas é feita na obra de HELLINGA (2014). Como a autora refere, ao discorrer sobre o tema, no capítulo dedicado às cópias do impressor «The text in the Printing House – Printer´s copy» quando vistas em conjunto com a obra final, do livro impresso, as marcas na cópia do impressor (ou, acrescentaremos, do original que lhe foi enviado para impressão e que ele anotou) são testemunhas de como foi planeada a produção do livro e como foi evoluindo, nas mãos do compositor. Outras alterações, quanto a essa evolução do trabalho final de impressão, poderiam ser notadas nas provas tipográficas, se tivessem sobrevivido e as pudéssemos consultar.

Ao ultimar este texto, fica uma palavra, em memória de todos os envolvidos na publicação dos *Estatutos*, os copiadores dos manuscritos, os aprendizes de impressão, os impressores, os compositores, os corretores e tantos outros que ficaram silenciados no tempo e que desejamos homenagear com este singelo artigo.

Conclusão

Ao dar a conhecer o manuscrito que foi utilizado na impressão dos *Estatutos* da Universidade aprovados em 1653 e impressos em 1654, pensamos ter contribuído para entender a forma como a arte tipográfica era exercida, como se transmitiam as informações aos compositores, num período em que estes dados são pouco conhecidos, pois são muito raros os manuscritos desta natureza. A Universidade não possuía ainda a sua própria Imprensa, criada apenas depois da Reforma Pombalina de 1772, mas recorria a impressores da cidade, com os quais fazia contratos de obrigação, sempre que desejava a impressão de obras. Os seus nomes constam nos «Livros de Folhas de Ordenados», nos «Livros de Receita e Despesa» e nos «Livros de Escrituras da Universidade». Mas este é um manuscrito que merece ser estudado, em maior profundidade, com o levantamento de todos os sinais corretores e toda a *marginalia*, de forma a permitir elencar o conjunto mais completo de sinalefas usadas entre os tipógrafos e compositores, de forma a fazer o que poderíamos designar por código de impressão. Fica dado o mote, para quem queira abraçar esse trabalho.

A sobrevivência de provas tipográficas seria muito útil, para poder complementar com outros sinais que não estivessem assinalados no manuscrito. Mas, infelizmente, não são conhecidas, para este período. Podemos apreciar alguns modelos desta natureza, mas para período posterior em exemplos de correções tipográficas de cartas ou diplomas de curso, no séc. XVIII, em sinais de alinhamento de palavras,

pelo pé da letra, substituição de letras, espaçamentos, itálicos, letra repetida, etc. Estes exemplos são poucos, mas não são despiciendos, pois, apesar de se reportarem apenas a diplomas ou cartas de curso têm o seu valor, pela sua raridade[34].

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais:

Arquivo da Universidade de Coimbra

PT/AUC/DIO/CDCBR – *Cúria Diocesana de Coimbra (F); Câmara Eclesiástica de Coimbra (SC); Processo de ordenação sacerdotal (DC)*

PT/AUC/DIO/CSCBR – *Cabido da Sé de Coimbra (F); Livro de Emprazamentos do Cabido (DC)*

PT/AUC/ELU/UC – *Universidade de Coimbra (F); Estatutos da Universidade de Coimbra (1653) (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Acórdãos da Mesa da Fazenda (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Escrituras Notariais da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Matrículas da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Receita e Despesa da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livros de Folhas de Ordenados (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Processos de Carta de Curso (DC)*

PT/AUC/PAR/CBR26 – *Paróquia da Sé de Coimbra (F); Livro de registo de óbitos da Sé de Coimbra (DC)*

Bibliografia:

ALMEIDA, Manuel Lopes de. (1970). *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade. I Século XVII*. Coimbra.

34 V. *Processos de carta de curso* que contêm a prova tipográfica do diploma que, posteriormente, era impresso em pergaminho. Entre os exemplos que se podem citar, onde existem correções tipográficas, estão as cartas ou diplomas de: António Barbosa Montenegro (cota AUC-IV-2.ªD-12-2-3); Joaquim José Mendonça Cardoso e João Ferreira Cardoso (cota AUC-IV-2.ªD-12-3-5).

AMARAL, A. E. Maia do, coord. (2014). *Os livros em sua ordem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

BANDEIRA, Ana Maria Leitão. (1999). O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico. *Pasta e Papel* (1999) jul, pp. 29-36.

BRAGA, Teófilo. (1895). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, t. 2.

CARDOSO, Nuno Vale. (2008). *Tipografia, Personagens, Tecnologia e História do Livro*. Lisboa: UNL; FBA. Trabalho apresentado a Provas de Aptidão Pedagógica. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39574/3/ULFBA_TES302_2.pdf

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. (1654). Coimbra: Officina de Thomé Carvalho, impressor da Universidade.

FONSECA, Fernando Taveira da. (2001). *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra : Imprensa da Universidade.

GONÇALVES, José Jorge David de Freitas. (2010). *A Imprensa em Coimbra no século XVII. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Económica e Social*. Lisboa: UNL: FCSH. Acessível em https://run.unl.pt/handle/10362/10106

HELLINGA, Lotte. (2014). *Texts in Transit : manuscript to proof and print in the fifteenth century*. Leiden; Boston : Brill.

MARTINEZ DE SOUSA, José. (1992). *Diccionario de Tipografia y del Libro*. Madrid: Editorial Paraninfo.

MARTINS, J. V. de Pina. (2015). *Histórias de Livros para a História do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkien.

PERICÃO, Maria da Graça; FARIA, Maria Isabel. (2008). *Dicionário do Livro – Da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina.

SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de. (1664). *Thesouro de Prudentes*. Coimbra: na impressão da viuva de Manuel Carvalho.

SILVA, Cátia Alexandra Cunha da Silveira Pereira da. (2013). *Tipografia portuguesa do século XVII na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação. Biblioteconomia*. Lisboa: UN; FL. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23903/1/ulfl201309_tese.pdf

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_4

La construcción de las encuadernaciones de un conjunto de manuscritos musicales de mediados del siglo XVII de la Biblioteca General de la Universidad de Coimbra

The construction of the bindings of a set of musical manuscripts from the mid-seventeenth century of the General Library of the University of Coimbra

Mariano Caballero Almonacid[1]

RESUMO

Os "Cartapácios" do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra constituem uma coleção inestimável de música do século XVII. Integrados nos fundos musicais da Biblioteca Geral, encontravam-se em diferentes estágios de conservação

1 Deltos Conservación Documental S.L. - Cuenca, Espanha; https://orcid.org/0000-0002-9219-1697; deltosconservacion@yahoo.es

e estão a ser restaurados com vista a reverter as intervenções mais antigas e a estabilizar os processos de degradação detetados. Estas intervenções profundas obrigaram a um exame das encadernações, que evidenciou alguns procedimentos oficinais próprios do Mosteiro conimbricense, raros em encadernações de pergaminho ibéricas da mesma época. O autor considera que este capítulo da história da encadernação está ainda em grande parte por estudar, podendo as descrições agora apresentadas vir a contribuir para estudos futuros, que se revelam indispensáveis.

PALAVRAS-CHAVE

Cartapácios de Coimbra; Encadernação, séc. 17; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, música manuscrita; Universidade de Coimbra. Biblioteca Geral, fundos

ABSTRACT

The "Cartapácios" of the Monastery of Santa Cruz of Coimbra are a priceless set of mid-17th century music manuscripts with flexible parchment covers. Belonging to the General Library's musical collection, these manuscripts were in different stages of conservation and are now being restored in order to reverse older interventions and to stabilize the degradation processes detected. These extensive interventions have required an examination of the bindings, revealing some original workshop characteristics specific to the Coimbra Monastery and rare in Iberian parchment bindings from the same period of time. The author considers that this chapter in the history of bookbinding is still largely unstudied and that the descriptions presented here may contribute to future indispensable studies.

KEYWORDS

Binding, 17th century; Cartapácios; General Library of the University of Coimbra, holdings; Santa Cruz Monastery of Coimbra, manuscript music

El pergamino es el material más habitual en las cubiertas de las encuadernaciones, tanto en los archivos como en las bibliotecas desde el siglo XV hasta finales del siglo XVIII. Su gran versatilidad y dureza ha hecho que este material haya perdurado en los anaqueles

a pesar del empeño de algunos encuadernadores alentados por las propias instituciones en sustituir estas encuadernaciones quizás por su poco "glamour". Es muy probable que a esto haya contribuido en ocasiones su sencillez o su falta de decoración. La encuadernación en pergamino también ha sido muy poco estudiada, quizás también por el poco atractivo que ejercen en los investigadores. Realmente, la idea de cubrir con pergamino las encuadernaciones nace de la rapidez con la que se puede ejecutar la encuadernación y la dureza de este material. El factor económico también jugaba a favor de su uso, sobre todo entre los siglos XVII y XVIII en los que la imprenta tuvo su mayor desarrollo: los tiempos de ejecución son menores -y, por tanto, *más rentables que* en la encuadernación en pasta- además de un coste menor del material a favor del pergamino. Es por ello, que se convirtió en el tipo de encuadernación más habitual en las universidades, conventos y en la venta directa de libros.

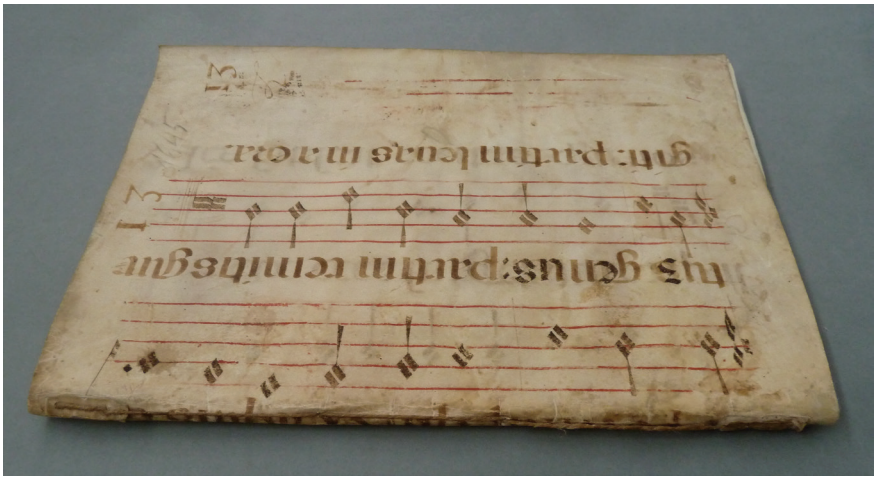
Su uso como cubierta se puede encontrar ya en la baja edad media: estas encuadernaciones eran bastante simples con cubiertas que no presentaban vueltas, a veces reutilizadas de antiguos documentos que debían carecer ya de valor para los propietarios, con costuras también sencillas, realizadas con uno o dos hilvanes principales de pergamino sobre dos estaciones de costura. En la mayoría de las ocasiones, estas costuras estaban reforzadas en el centro de cada cuadernillo con una dos tiras de pergamino que permitían que las hojas de papel no sufrieran roturas.

Poco a poco fueron surgiendo variantes, entre las que podemos destacar piezas rectangulares de pergamino sobre los lomos que evitaban la rotura por la tensión del hilo; la costura independiente de cada cuadernillo antes de ser cosido a la cubierta; la costura con hilo vegetal; el uso de grandes vueltas para dar solidez a la cubierta o la colocación entre las vueltas de una hoja de pergamino para dar mayor solidez; la costura con un solo hilván de origen vegetal, que permitía que los cuadernillos fueran cosidos con un solo hilo de cos-

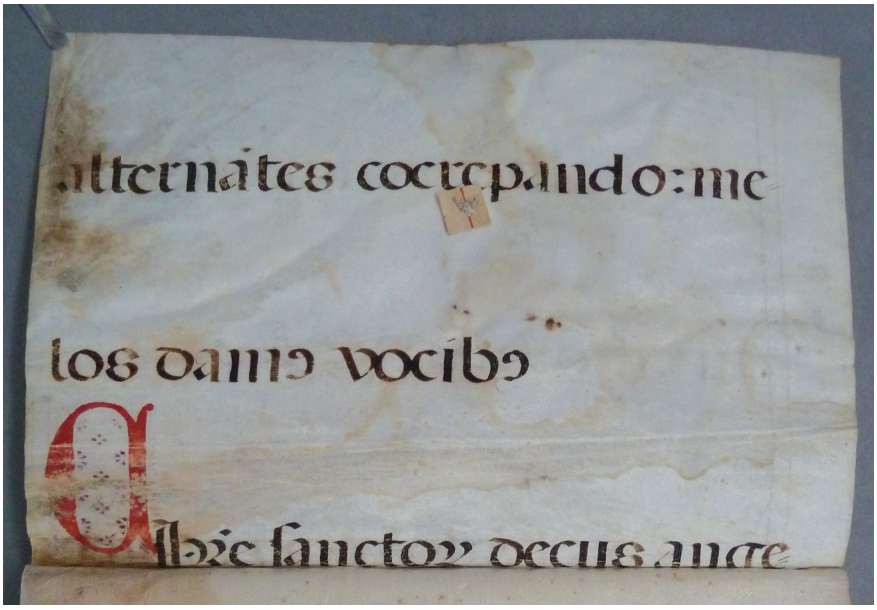
tura, la aparición de los refuerzos de cuero en el lomo sustituyendo a los refuerzos de pergamino, o las primeras costuras sobre nervio ya en el siglo XV y sus raras excepciones en el siglo XIV.

Los *cartapacios* de la Biblioteca General de la Universidad de Coimbra

Se trata de un conjunto de manuscritos musicales de mediados del siglo XVII con cubiertas de pergamino flexible. Un rasgo común a todos ellos es la reutilización de hojas de un antiguo cantoral como cubierta, todas sin vueltas. La mayoría presenta rasgos comunes como una cartera con vueltas, realizada con una pieza de pergamino encolado sobre la contracubierta posterior, un cierre de baga trenzada que se introduce entre la vuelta del delantero de la cartera sujeta por un refuerzo de pergamino en forma de triangulo cosido a la vuelta, hilos de un cierre que sujetaría la baga también reforzado para su sujeción a la cubierta anterior por un pequeño cuadrado de 1 cm. y una costura con hilvanes principales sobre cuatro estaciones de costura realizada directamente sobre el lomo de la cubierta sobre dos pequeños refuerzos de una lengüeta doblada de pergamino.

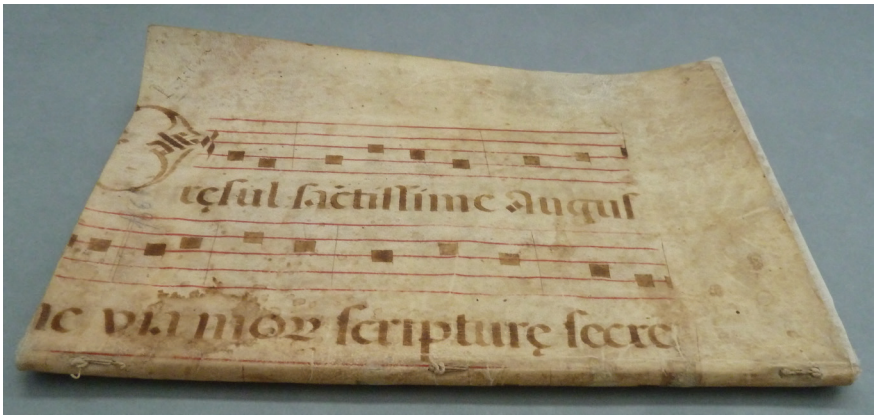


MM 238. Costura y cubierta anterior



MM 50. Contracubierta posterior. Cuadrado de pergamino para el refuerzo del cierre

MM 51. Solapa y baga. Se aprecia el triángulo cosido a la vuelta que sirve de refuerzo



MM 233. Costura con tres hilvanes independientes

MM	227	228	238	240	239	234	50	243	235	49	51	229	232	236	237	233
C1HP	2	2														
C3HP																
RF																
SRF																
CT																
CP																
EC	4	4	5	4	4	4	5	4	4		4	4	4		4	3

Leyenda:

C1HP. Costura con 1 hilván principal por cuadernillo X

C3HP. Costura con 3 hilvanes principales por cuadernillo X

RF: Refuerzos de pergamino en el lomo X

SRF: Sin refuerzos en el lomo X

CT: Cartera X

CP: Costura preparatoria X

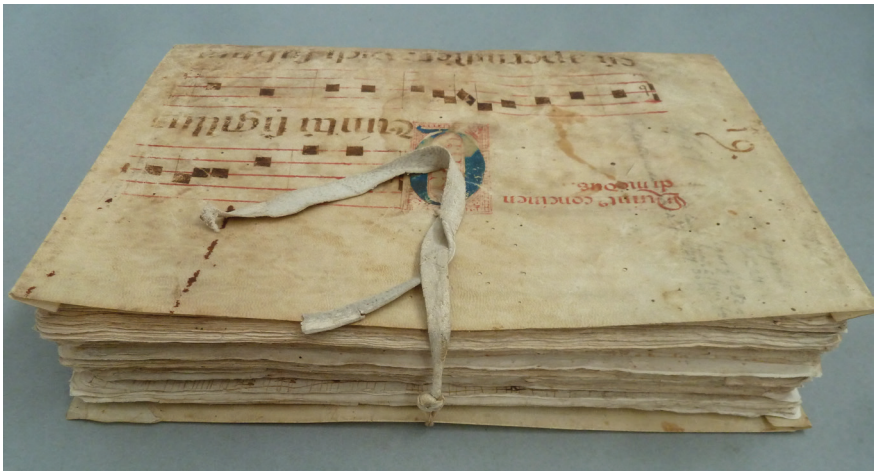
EC: Número de estaciones de costura

Gráfico 1. Resumen de las características de las encuadernaciones

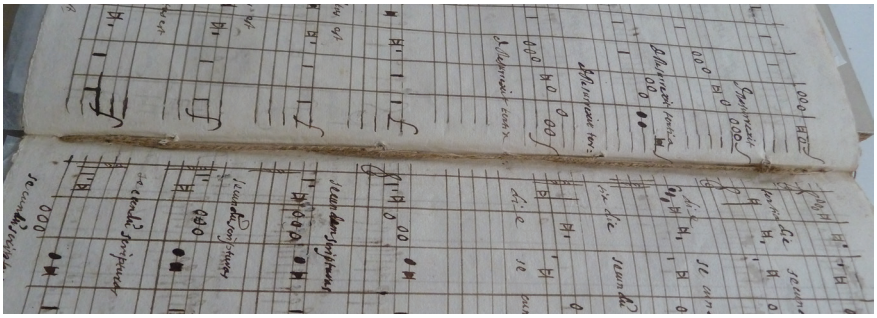
MM 236

Quizás el manuscrito más caótico en cuanto a su construcción sea el MM 236. Como vemos en el Gráfico 1, la encuadernación no presenta refuerzos en el lomo para soportar la costura ni tampoco

cartera. Es la única encuadernación con vueltas en cabeza, pie y delantero de la cubierta posterior y también la única con cierre central de lazo de piel al alumbre. El cierre de la cubierta posterior está sujeto por medio de un cordel trenzado cosido a las cintas de piel y reforzado por una pieza de pergamino entre la vuelta del corte delantero. En la cubierta anterior, el cordel se asegura del mismo modo, reforzado con un pequeño cuadrado de pergamino en la contracubierta, al igual que en el resto de ejemplares con cartera. El manuscrito está formado por seis cuadernillos, aunque en el interior de algunos de ellos encontramos cuadernillos de pocos bifolios. El primero y más voluminoso está cosido independientemente en cinco puntos. Los siguientes van unidos por el mismo hilo de costura con costuras en zigzag que, incluso pasan de un cuadernillo a otro por el pliegue del pie. Otros cuadernillos son doblados a un cm del pliegue y son cosidos directamente sobre el pergamino. Los cuadernillos formados por pocos bifolios van cosidos a otro cuadernillo, sin soporte al lomo del pergamino, por medio de una costura con un hilo delgado probablemente lino blanqueado.

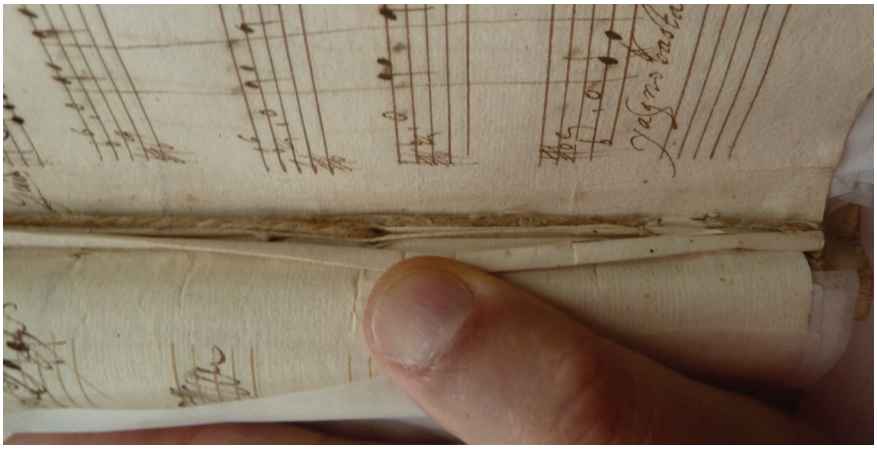


MM 236. Cubierta anterior y corte delantero

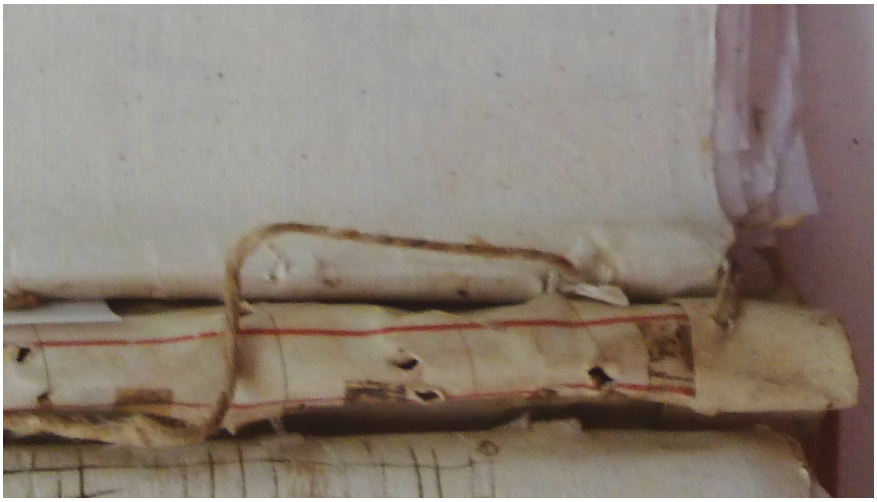


MM 236. Costura en zig zag de un cuadernillo

MM 236. Paso del hilo de costura desde el lomo a un cuadernillo y desde este al siguiente



MM 236. Costura de un cuadernillo doblándolo por el pliegue



MM 236. Paso del hilo de costura desde el lomo de la cubierta al interior del cuadernillo por el pliegue de éste

Conclusión

A pesar del enorme número de encuadernaciones en pergamino que han llegado hasta nosotros en archivos y bibliotecas de toda Europa, ésta sigue siendo una enorme desconocida. Es por ello, que el investigador que se acerca a ellas carece de cualquier información con la que comparar y generar una hipótesis de trabajo con una

base firme. Esperemos que en los próximos años vayan apareciendo estudios técnicos que solucionen esta enorme carencia.

El caso que nos ocupa es sumamente interesante. Como podemos ver, en su simplicidad las encuadernaciones de los cartapacios de la Universidad de Coimbra son un caso extraño, un raro ejemplo de encuadernación en pergamino. Su uniformidad nos hace pensar en la mano de un único artesano que trabajó en la propia biblioteca del monasterio de Santa Cruz con material "reciclado" para realizar las cubiertas y, si bien conocía superficialmente las técnicas y estructuras propias de este extraordinario material, no las aplicaba en la forma convencional y debía solucionar los problemas recurriendo a un ingenio particular. El empleo de las lengüetas de pergamino como refuerzo del lomo recuerda a las construcciones más arcaicas, al igual que la costura con hilvanes independientes allí donde había más de un cuadernillo. Saber si estos artesanos fueron los propios creadores de los textos o no es algo que, tal vez, la investigación con documentación de archivo y el cotejo de más ejemplares podrá despejar en el futuro.

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_5

Dúvidas e acertos sobre uma figura do tempo da Monarquia Dual Filipina quase desconhecida em Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668)

Doubts and clarification about a figure from the time of the Philippine Dual Monarchy almost unknown in Portugal: Constantino de Vasconcelos (ca 1600-1668)

Manuel Cadafaz de Matos[1]

RESUMO

Nascido na cidade Braga (ou nessa região), nos começos do século XVII, Constantino de Vasconcelos – que se veio a notabilizar, ao tempo da Coroa dual Filipina em territórios que hoje constituem o Perú, a Bolívia e o Chile, tanto na área de exploração mineira como na qualidade de arquiteto – continua a ser, apesar de tudo, uma figura praticamente desconhecida em Portugal.

1 APH (Lisboa) RAH (Madrid); https://orcid.org/0000-0002-3598-7509; manuelcadafazdematos@cehle.com

A prova disso é que nenhuma das três relativamente recentes biografias de Filipe I, Filipe II e Filipe III de Portugal concede qualquer menção sobre os seus feitos artísticos, científicos e militares na América latina (isso apesar dos estudos já desenvolvidos na universidade norte-americana de Yale e na Academia Real da História de Espanha). O presente estudo refere-se apenas à primeira fase da sua atividade ibérica e a alguns dos seus contemporâneos, tanto em Portugal como em Espanha, entre começos daquele século e o ano de 1629, o da sua partida para o então Vice-Reino filipino.

PALAVRAS-CHAVE

Antroponímia portuguesa, Espanha, séc. 17; Leitão, Constantino, ca 1600-1668; Leitão, Constantino Vasconcelos, ca 1600-1668, nome suposto; Silveira, Miguel de, ca 1580-ca 1640; Vasconcelos, Constantino de, ca 1600-1668; Vasconcelos, Constantino Leitão de, ca 1600-1668, nome suposto; Vera y Figueroa, Juan Antonio de, 1588-1658

ABSTRACT

Born in the city of Braga (or in that region), at the beginning of the 17th century, Constantino de Vasconcelos – who came to be famous, at the time of the dual Philippine Crown, in territories that today constitute Peru, Bolivia and Chile, both in the area of mining exploration and as an architect – remains, despite everything, a virtually unknown figure in Portugal. The proof is that none of the three relatively recent biographies of Filipe I, Filipe II and Filipe III, mention his artistic, scientific and military achievements in Latin America (despite the studies already carried out at the North American Yale University and at the Royal Academy of Spanish History). This study focuses only on the first phase of his Iberian activity and on some of his contemporaries, both in Portugal as in Spain, between the beginning of the 17th century and the year 1629, the year of his departure for the Philippine Viceroyalty.

KEYWORDS

Leitão, Constantino, ca 1600-1668; Leitão, Constantino Vasconcelos, ca 1600-1668, presumed name; Portuguese Anthroponymy, Spain, 17th century; Silveira, Miguel de, ca 1580-ca 1640; Vasconcelos, Constantino de, ca 1600-1668; Vasconcelos, Constantino Leitão de, ca 1600-1668, presumed name; Vera y Figueroa, Juan Antonio de, 1588-1658

Preâmbulo: dos nomes e da *desterritorialização*

Os nomes constituem um vínculo de identidade para os indivíduos, é um facto. Só que, ao longo das errâncias pelo mundo deste ou daquele indivíduo, os nomes também podem ser um espaço de *errância*, de criação, de transformação e de perda. No caso do seiscentista bracarense Constantino [Leytão] de Vasconcelos, a transformação dos seus *nomes* também andou associada à sua experiência de vida, à sua alteração de personalidade, à sua identidade, como uma das figuras artísticas maiores da História de Arte do Perú colonial[2].

Podem, por outro lado, os valores próprios de nação, de pátria, serem prejudicados, *abandonados* – e, daí, perdidos – como uma consequência dessa mesma errância pelo mundo, em particular em direção à América do Sul e ao Perú? É possível que ao efeito real e físico de *desterritorialização* – sustentado pelo autor de *Mille Plateaux* (1980) – de um dado indivíduo, possa acrescer a vontade da perda de apego ao próprio país?

Quando, em junho de 1988, em Paris, colocámos esta e outras questões a Gilles Deleuze, já tínhamos adiantado o esboço geral do trabalho que aqui apresentamos. Assim, sete anos depois, quando redigimos a pequena secção sobre o Perú na nossa dissertação de Doutoramento para a Universidade Nova de Lisboa (1997), já tínhamos nitidamente estruturadas as linhas mestres deste trabalho[3].

2 Isso apesar de, no presente trabalho, reconhecidamente, se tratar apenas da ação deste bracarense, ao serviço de Espanha, até 1629 (ou seja, até ao período do seu embarque para a cidade de Lima). Não deixa de ser notório acentuar-se que em qualquer das biografias votadas por universitários portugueses ao rei Filipe IV de Espanha e III de Portugal, a figura do bracarense D. Constantino [Leitão] de Vasconcelos é praticamente desconhecida.

3 Guiados de início por algumas considerações inovadoras de Diego Angulo Iñiguez e de Humberto Rodriguez-Camilloni, ao longo dos últimos anos apenas procurámos introduzir, nele, algumas linhas de atualização. Neste sentido, as achegas trazidas em Espanha por Colegas como Carmen Delgado Moral e Maria Dolores Crespo Rodríguez vieram indiscutivelmente enriquecer as nossas perspetivas sobre este português seiscentista.

Nele, tanto se *corporiza* como *volatiliza*, afinal, a ideia de desterritorialização. Dando-se ênfase, por um lado, à perda da identidade da pátria neste *bracarense* Constantino [Leytão] de Vasconcelos, por outro procura-se erguer o percurso invulgar que, durante séculos, andou afastado (ou foi desconhecido) da historiografia oficial e dos historiadores do período seiscentista português.

Essa perda de identidade, vivida mais em particular entre cerca de 1645 e 1668 por esse autor e artista na América do Sul, acarretou nele, contudo, efeitos de incidência social e política. Não se tratou, apenas, do fator da *perda* da sua *portugalidade*. A sua *desterritorialização* trouxe-lhe, antes do mais, a escolha consciente por um *castelhanismo* assumido (naquelas paragens sul-americanas onde veio a falecer).

A *desterritorialidade* deleuziana, no universo da História, pode assim também ser perspetivada, como aqui veremos, como a criação optativa dos mais inusitados caminhos.

O estudo da presença de portugueses na gesta missionária e artística – para além do Brasil – em nações como o Perú, a Bolívia ou o Chile ainda não encontrou muitos seguidores em terras de cultura lusíada.

O caso da figura intelectual de um bracarense praticamente desconhecido

Efetivamente, o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos é uma das figuras que ainda não se encontra hoje cabalmente estudada. Atribui-se, por uma tradição documental ainda não consolidada, que nasceu, na cidade de Braga (ou possivelmente nessa região), nos começos do século XVII[4].

Na primeira parte da indagação a que aqui procedemos – apenas quanto aos três primeiros decénios da vida deste português – iremos

4 É o que sucede com a bem documentada investigadora espanhola, Maria Dolores Crespo Rodríguez, na súmula biográfica sobre "D. Constantino de Vasconcelos", editada no Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia. Esta autora apresenta como ano de nascimento deste bracarense "p. s. XVII".

debruçar-nos sobre as possibilidades de ele se ter cruzado na Corte castelhana com um outro intelectual do centro-norte de Portugal, seu contemporâneo – embora presumivelmente cerca de vinte anos mais velho do que ele – o médico e cosmógrafo celoricense, Miguel da Silveira.

Abordaremos assim, numa outra secção do presente trabalho, algumas das atividades deste intelectual minhoto, ainda como estudante universitário, até cerca do período de 1620-1622, fosse em Lisboa, fosse em Salamanca.

Procuraremos levantar ainda alguns cenários quanto à possibilidade de este Constantino [Leytão] de Vasconcelos, no seu percurso intelectual em Madrid, já vocacionado para a Arquitetura, se poder ter *inserido* numa constelação relacional com Miguel da Silveira e, ainda, ter privado com os clãs castelhanos dos Vera e dos Zúñiga[5].

O nome como uma entidade social

Um problema com que deparámos desde a primeira hora nas nossas pesquisas seiscentistas em torno deste *português das Américas* foi o dos nomes. Que razões poderiam tê-lo levado – algum tempo depois de se ter fixado no Perú cerca de 1629 (e a esta matéria voltaremos, em um outro estudo, mais desenvolvidamente) – a mudar de nome na América do Sul, depois de ter usado em Portugal o apelido de Leitão?

Por que motivos inconfessados teria ele optado pelo nome de Vasconcelos? Quais as suas intenções quando recorreu (apagando de certo modo o *passado*?) – sobretudo já no seu período de desenhador-projetista-arquiteto no Perú – a um não totalmente claro *apagamento* do seu primeiro apelido, *Leitão*, fazendo *nascer* (ou apenas *renascer*?) o de Vasconcelos?

5 Este tema foi também já abordado, mesmo que de uma forma sumária, por Carmen Delgado Moral, na sua dissertação de doutoramento *El Panegirico por la Poesía en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidade de Córdoba, 2013.

Efetivamente quanto à *flutuação* no uso de nomes de família, trata-se de um fenómeno que se verifica de forma constante desde, pelo menos, os começos da História Moderna até pleno século XIX. Os nomes são usados em função de critérios variados: heranças que o utente recebe (entre as quais, primordialmente, a de património vinculado que normalmente obriga ao uso de *nome* e *armas*); alterações na sequência geracional (por exemplo, quando morre o primogénito que usava o sobrenome paterno, o secundogénito imediato assume este sobrenome em detrimento ou em acumulação com o sobrenome materno, que até então eventualmente usara); ou mudanças de enquadramento social ou geográfico, sobretudo quando um determinado sobrenome (ou conjunto de sobrenomes) passa a ter maior relevância no novo contexto em que o indivíduo se move[6].

Não será de admirar, portanto, que um indivíduo use nomes variados ao longo da vida, e até mesmo, por vezes, nomes variados em simultâneo, conforme as circunstâncias. A ideia de um nome fixo e imutável, marcado por uma organização também ela comum a todos os membros da sociedade, é um fenómeno contemporâneo, que seria incompreensível – conforme se comprova em alguns trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro e de Carlos Bobone – na sociedade do Antigo Regime.

Há que referir, portanto, e seguindo ainda as opiniões de Miguel Metelo de Seixas, que a onomástica portuguesa é fortemente marcada pela homonímia, talvez a um nível que não conhece paralelo no resto da Europa. Dito de outro modo, há na sociedade portuguesa um número reduzido de nomes de família, o que significa que existem muitas famílias a usar o mesmo apelido sem terem qualquer relação de parentesco umas com as outras[7].

6 Agradecemos alguns esclarecimentos, neste âmbito, ao heraldista (nosso Confrade na Academia Portuguesa da História), Miguel Metelo de Seixas.

7 Tal escassez de nomes de família conduz, assim, a duas consequências interessantes. Por um lado, está na base (juntamente com outros fatores) do hábito de acumular apelidos, de maneira a que as famílias logrem distinguir-se efetivamente umas das outras; por outro lado, está igualmente na base (também entre outros fatores) da

Deste modo nada custa admitir que Constantino Leitão e Constantino de Vasconcelos fossem uma única pessoa. Só que, neste contexto – e como também precisa Miguel Metelo de Seixas – impõe-se serem conhecidas as razões que poderão ter motivado o referido cidadão bracarense Constantino a abandonar um apelido em benefício do outro. Importará assim explorar pistas como uma alteração de estatuto, herança, impacto do novo sobrenome num ambiente social diferente[8], numa teia de factos desconhecidos e verdadeiramente complexos[9].

Uma outra questão que anda associada a esta, é qual o modelo e o lugar específico, naquela época na Europa, da própria formação universitária deste bracarense. Encontrando-se já demonstrado que, sobretudo a partir de 1645 (e da sua viagem desde Lima, no Perú, até à cidade de Valdívia, no centro-sul do Chile), lhe era reconhecida uma formação como arquiteto (no universo da história artística), não se encontrando ainda demonstrado que ele frequentou nem o Colégio de Santo Antão em Lisboa, nem a Universidade de Salamanca.

Das origens *bracarenses* de um homem de Cultura

Subsistem, de facto, escassos elementos[10] sobre o nascimento de Constantino [Leytão] de *Vasconcelos* em Braga (ou, eventualmente,

abundância da literatura genealógica, muito rica em Portugal desde os tempos medievais, e que atinge o seu apogeu (conforme se sugere, entre outros trabalhos, nos de João de Figueirôa-Rêgo) na época moderna.

8 Apenas uma pesquisa genealógica aturada, com efeito, poderá permitir perceber se, na ascendência de Constantino, se encontrariam ascendentes com os dois apelidos (ou um padrinho que usasse um dos dois apelidos).

9 Esta conjugação de fatores é tanto mais complexa que o medievista Bernardo Vasconcelos e Sousa, em uma tentativa de esclarecimento (pedido este que lhe dirigimos) a esta questão, admite inclusivamente: "a indicação de que [o referido Constantino] seria originariamente *Leitão* e que terá mudado o nome para Vasconcelos pode ser elucidativa de que não seria membro" dessa mesma família".

10 Sanchez Cantón tinha procurado, *em vão* (destacados nossos), o nome de Constantino de *Vasconcelos*, como arquiteto, quer no *Kunst Lexicon*, de Thienne, quer no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, de Sousa Viterbo, Lisboa, 1899. Efetivamente, quando da *primeira* formação europeia daquele português teria existido, apenas, *um* Constantino Leytão e não um Constantino Vasconcelos (este último presumivelmente, a nosso

nessa região), em ano incerto, presumivelmente nos primeiros anos do século XVII. Foi precisamente o historiador Angulo Iñiguez – informação corroborada pela Real Academia de la Historia, em Madrid – quem, em meados dos (últimos) anos 50, veio a apurar as suas origens *bracarenses*. Segundo este, Constantino [Leitão] de Vasconcelos

> *era natural de Braga e originário de uma família fidalga. Foi cavaleiro da Ordem Militar de Santiago, não se sabendo se do capítulo espanhol (o mais seguro certamente), se do português*.[11]

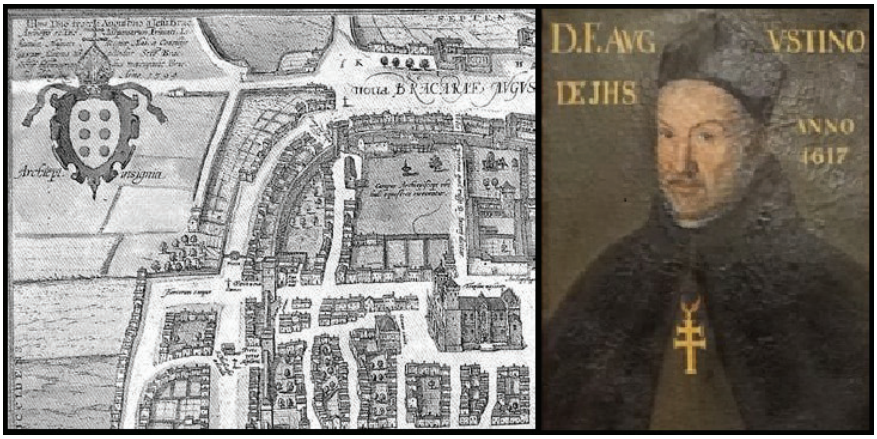
Por esse tempo – aliás desde o período tardo-medieval[12] – a cidade de Braga integrava as freguesias de Cividade; Maximinos; S. João

ver, só apareceria ligado às artes do desenho e do projeto artístico a partir de 1645 na América do Sul).

11 Angulo Iñiguez, Diego - *Historia del arte Hispanoamericano*. Barcelona : Salvat Editores, 1950. vol. 2. Esta origem bracarense de D. Constantino [Leytão] de Vasconcelos é corroborada, afinal, por Maria Dolores Crespo Rodríguez, no *Dicionário* referente a entidades históricas castelhanas, disponível na página oficial da Real Academia de la Historia, em Madrid. Esta investigadora referiu, aí, que este cidadão (à altura na Monarquia dual filipina) "en Peru, cambió su apellido – originalmente Leyton – tomando el que es habitualmente conocido [de Vaconcelos]". Assim, se tomássemos, num plano genealógico, o "particular" pelo "todo" – e nos detivéssemos apenas, e neste caso, na família seiscentista portuguesa "Leitão", haveria a possibilidade de chegarmos a outros tipos de argumentação. Poderíamos – e trata-se de meros exemplos – tomar o caso da família minhota Leitão de Mesquita, senhores da Casa do Covelo, em Rossas, Vieira do Minho. Deste modo, seguindo-se a argumentação genealógica facultada hoje por Bruno Cerqueira, para o período que vamos tratar, deteta-se a existência de um tal [1]. Cristóvão Leitão, casado cerca de 1615 com Maria Leite. Deste casal nasceram [1.1] António Leitão de Mesquita casado com Maria de Sampaio (que segue); [1.2] Amaro Leitão + 1635; [1.3] Francisco Leitão + 1635; [1.4] Paula Leite* 3.7.1620; [1.5] Catarina Ferreira casada com Tome Dias de (...) em 1635; [1.6] João Leitão* 1632; e [1.7] Maria Leite. Acontece ainda – e não nos detendo em outras linhas mais para além da descendência dos antes citados – que do casal [1.1] António Leitão de Mesquita, Senhor da Casa do Covelo em Rossas, casado com Maria de Sampaio, o mesmo investigador de Genealogia (que aqui seguimos) identificou, como seus descendentes, dois filhos (ambos capitães) e uma filha, que estiveram ligados a vilas nortenhas como Ponte da Barca, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso. Por outro lado, o historiador José Marques (Academia Portuguesa da História, ver nota seguinte), que estudou pergaminhos bracarenses de um período anterior ao aqui tratado numa Confraria de uma das freguesias da cidade de Braga, também não trouxe dados que consideremos relevantes para o estudo da família Leitão na aludida urbe.

12 Cfr. José Marques - *A Arquidiocese de Braga no século XV*, vols. I e II (dissertação de Doutoramento), Porto, 1981; idem, *Braga medieval*, Braga, 1983.

do Souto[13]; S. Lázaro; S. Vítor; e Sé. Ainda subsistem, apesar de tudo, alguns assentos de nascimento desse primeiro período em que tal prática de registo dos cidadãos da urbe, à semelhança das outras do reino, passou a ser usual.



À esquerda, Carta *Nova Bracarae*, [c. 1598], encomendada pelo Arcebispo Primaz de Braga, à direita.

Não teriam distado muitos anos, estamos em crer, entre a ordem ou encomenda na Alemanha desta planta cartográfica de Braga e o nascimento, na mesma cidade, em meios aristocráticos, de Constantino [Leytão] *de Vasconcelos*.

13 Agradecemos ao nosso saudoso Confrade da Academia Portuguesa da História, Doutor José Marques (1937-2021) – com quem nos correspondemos largos anos – o ter disponibilizado para as nossas pesquisas, para além daquele trabalho, uma cópia de *Os Pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)*. Braga, 1982. Nas mais de sete dezenas de documentos quatrocentistas referentes a indivíduos que estiveram então associados a esta Confraria bracarense, não encontrámos quaisquer registos de eventuais ascendentes deste Constantino de Vasconcelos (associados ou não à Ordem Militar de Santiago).

Dados para uma hipótese: algumas dúvidas e acertos em torno do clã dos Leitão (o apelido natural e de origem de Constantino) e do dos *Vasconcelos* da região do Minho

A investigadora castelhana Maria Dolores Crespo Rodríguez foi bem clara quando escreveu, acerca da mudança do nome deste português, pouco depois de 1629, ou seja, já após ele ter chegado ao Perú:

> *En Perú* [Costantino] *cambió su apellido – originalmente Leyton - tomando el que es habitualmente conocido.*[14]

Assim, face a tão pertinente como objetiva afirmação, cremos que será legítimo formularmos, aqui, três hipóteses interpretativas acerca dos nomes que acompanha(ra)m os de Constantino, nascido em Braga, Portugal, quanto ao seu nome de registo inicial em terras portuguesas:

> A) ou o seu nome era Constantino Leitão (e não mais do que isso) e então, o apelido Vasconcelos constituiu apenas, para ele, um apelido de recurso e ficcional (procurando ocultar ou esconder ou dissimular o apelido de origem que até então mantivera);
> B) ou o seu nome era Constantino Leitão de Vasconcelos (optando ele, apenas mais tarde, por se autonomear pelo segundo nome de apelido);
> C) ou o seu nome era Constantino Vasconcelos Leitão (passando a autonomear-se no Perú pelo primeiro dos nomes do seu apelido).

Em termos de simplificação de dados, utiliza-se aqui a expressão nominal – que pretende unificar todas essas tendências – Constantino [Leitão] de Vasconcelos.

14 Crespo Rodríguez, Maria Dolores - Constantino de Vasconcelos. In Dicionário Biográfico (*online)*. Madrid : Real Academia de la Historia, ant. cit.

A aludida referência de Maria Dolores Crespo Rodríguez obriga, assim, a um confronto necessário, aqui empobrecido pelo facto de não se tratar de uma área do nosso trabalho habitual de historiador, entre o clã dos *Leitão* – o apelido natural e de origem de Constantino – e o dos *Vasconcelos*, ambos da região minhota (com extensões para outras regiões do país).

Breves notas sobre o clã dos Leitão (o apelido natural e originário de Constantino)

Num plano teórico mais abrangente, a família Leitão, poderá ter sido fundada no século XV por Martim Pires Leitão de Lodares, que teria sido também detentor do morgado de Cidoros, junto de Abiul, bem como do padroado da igreja de Santa Marinha, Barcelos.

É sabido, por outro lado, que tendo havido no Alentejo escudeiros e cavaleiros nobres aparentados com as famílias Silveira e Pestana, essa a razão por que as armas da família Leitão são de certo modo iguais às da família Silveira: de prata, três faixas de vermelho, diferindo apenas no timbre[15]. Esse timbre fora, como a maioria dos demais, criado no século XVI. Por essas razões não se verificavam, no início, realmente diferenças algumas entre as armas de uns e de outros.

No caso da genealogia de Cristóvão Leitão, bem conhecido cavaleiro do período quinhentista, tratava-se já da família Leitão com origens na região minhota de Barcelos, no Minho[16].

José Leitão de Almeida a quem se passou brasão de armas dos Leitões a 18 de março de 1629[17] (e dele consta, ainda, ser de Ribeira

15 O timbre do dos Leitão ostenta um leitão passante de prata, carregado de uma faixa de vermelho.

16 Quanto à família dos Leitão, de Guimarães, nas *Memórias* do corregedor desta cidade, Dr. Francisco Craesbeek, é apresentada esta curiosa menção em 1726: *abaixo da dita capela está outra de S. Pedro, que fez Fernão Leitão, abade da igreja de Salvador, fls. 2 e foi feita em Vila do Conde aos 29 de Agosto 1550, a dita capela no ano de 1520 e se acabou aos 22 de janeiro de 1521*.

17 Quando se regista, no texto, que "Desta capela foi administrador José Leitão de Almeida a quem se passou brasão de armas dos Leitões a 18 de Março de 1629" impõe-se precisar, de igual modo, que esse ano de 1629 foi aquele em que Con-

de Pena, filho de Camila Leitoa e de João Fernandes, neto de Cristóvão Leitão e bisneto de Damião Leitão, fidalgo da Casa Real) foi administrador de uma capela em Vila do Conde.

Alguns outros aspetos presumivelmente mais verosímeis pela sua factualidade poderão ser as possibilidades de uma proximidade deste Constantino *Leitão* a três (A-B-C) outras famílias dos Leitões seiscentistas do Reino.

A) Os Leitões (seiscentistas) de Braga

Um primeiro filão documental, referindo-se diretamente a Braga (como propuseram Iñiguez e, posteriormente, M. Dolores C. Rodriguez) poderá filiar-se, no essencial, no clã de Mattheo ou Mattheus Homem *Leitão*.

Este teve a particularidade de nascer na cidade de Braga, em data desconhecida (sendo o único dos aqui referidos com essa proveniência). Foi Doutor em Cânones e Lente de Prima na Universidade de Coimbra[18]. Veio ainda a ser deputado do Santo Ofício, inquisidor operando ainda no Desembargo do Paço.

O pai de Matteus foi Gregório Rodrigues, cavaleiro no Paço dos Duques de Bragança e sua mãe Maria Leitão. Desde muito cedo, frequentou as aulas no colégio de S. Pedro e, anos depois, foi Desembargador da Relação Eclesiástica de Braga, de onde transitou para Coimbra, como promotor da Inquisição. Tudo isto se passou até ao ano de 1616[19].

Efetivamente, em 17 de março desse ano, Matteus Homem Leitão veio a tomar posse do lugar de inquisidor em Évora[20]. Só que foi en-

stantino Leitão (futuro C. de Vasconcelos) – partiu do sul de Espanha para a região sul-americana do Perú.

18 Esteves Pereira / Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dicionário Histórico*. Lisboa : edições J. Romano Torres, 1909. vol. IV, p. 129.

19 Esses acontecimentos, segundo somos levados a crer, terão ocorrido, a nosso ver, no tempo da preparação escolar de Constantino [Leitão] de Vasconcelos, antes de partir para Espanha.

20 Coelho, António Borges - *Inquisição de* Évora *: 1533-1668*. 3ª ed. Lisboa : Caminho, 2018.

tão necessário que ele voltasse a Coimbra, onde cerca de dois anos e meio depois, mais precisamente em 2 de novembro de 1619, veio a tomar posse como inquisidor[21]. São conhecidas ainda duas obras latinas de sua autoria.

B) Um membro do clã Leitão, associado também à Universidade de Coimbra

Um segundo membro da família Leitão (de um outro clã seguramente) foi Francisco Leitão[22]. Este, sendo natural da região de Manteigas, na serra da Estrela – e tendo ficado (tal como o anterior) também associado à Universidade de Coimbra – foi Doutor em Direito Civil por essa instituição.

No ano de 1618 – ao tempo em que Constantino [Leitão] de Vasconcelos já vivia em Madrid – ele protagonizou uma contenda intelectual e, sobretudo, ideológica com o Dr. Francisco Velasco de Gouveia. Resultou desse desaguisado a publicação, nesse ano, de um trabalho sob o título *Allegações que fez para informação da sua justiça na causa em que o accusou o Dr. Francisco Velasco de Gouveia*.

C) Um frade agostiniano de um outro clã (seiscentista) dos Leitão

Um terceiro e último caso que apurámos dos diversos clãs seiscentistas dos Leitão foi o frade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho[23], Fulgêncio Leitão. Este tinha nascido em Lisboa entre 1586 e 1588 (portanto num período não muito distante do nascimento do viajante português ao serviço de Espanha que aqui nos congrega).

21 Elvira Azevedo Mea veio a abordar, muito em particular quanto à Inquisição de Coimbra, apenas o período quinhentista in *A Inquisição de Coimbra no século XVI : a instituição, os homens e a sociedade*. Porto : Fundação Eng. António de Almeida, 1997.

22 Esteves Pereira, Guilherme Henriques, *op. cit.*, IV, p. 126.

23 Esteves Pereira, Guilherme Henriques, *op. cit.*, IV, loc. cit.

Com pouco mais de três dezenas e meia de anos de idade, este religioso já era, por volta de 1626, Reitor do Convento da Graça, em Lisboa. Deveria ter sido, portanto, homem de uma significativa aceitação na sua Ordem, para além de dotado de inquestionável Cultura.

Como religioso, veio a dedicar uma parte da sua vida ao ensino. Em 1630, era Mestre de noviços. Veio a ser, anos depois, Mestre de Teologia e de Jurisprudência Canónica e Civil. No ano de 1658, veio a falecer na cidade de Paris.

Terão existido, em suma, alguns traços de parentesco entre o autor aqui estudado e os três casos de membros de clãs Leitão aqui identificados. Na realidade, à presente data das nossas pesquisas, não reunimos condições suficientes para o podermos afirmar.

Notas sobre algumas das origens do nome do clã dos *Vasconcelos* (pelo qual Constantino no Perú terá vindo a optar c. de 1645)

Temos presente, neste outro aspeto, o facto de que um presumível ramo da família dos *Vasconcelos*[24] poderia também, numa hipótese mais simplista, entroncar num ramo dessa família associado à região de Amares[25]. Tal ocorreu, pelo menos aparentemente, quando este

24 Há ainda quem aponte que este nome dos Vasconcelos pode derivar de um lugar no distrito de Braga. Saliente-se que os Vasconcelos constituem uma das linhagens das mais ilustres de Portugal, que descende dos reis de Leão por D. Fruela, que deteve os reinos de Leão e das Astúrias e que foi casado com D. Nunila Ximenes, sua prima, filha de D. Sancho Garcês, rei de Navarra, e de sua mulher D. Toda de Aragão. Destes nasceu o Infante D. Ordonho, o Cego, assim chamado por "seu primo o Rei D. Ramiro II lhe haver mandado tirar os olhos, a fim de lhe suceder no reino, o qual casou com a infanta D. Cristina, filha do Rei de Leão D. Bermudo II".

25 Poder-se-ia recuar – seguindo este filão documental dos Vasconcelos da região de Amares – até D Pedro Martins da Torre, que deteve o senhorio da casa de seus pais e a torre de Vasconcelos e casou com D. Teresa Soares da Silva, ou D. Maria (filha de D. Soeiro Peres Escacha e de sua mulher, D. Froilhe Viegas), de quem nasceu D. João Pires Tenreiro, senhor da casa paterna e, parece, o primeiro que se apelidou de Vasconcelos por ser senhor da Torre do mesmo nome, na fregue-

arquiteto português de nome Constantino (teria ele sido mesmo um nobre?), tinha chegado havia pouco ao Perú – fazendo fé no exposto por Maria Dolores Crespo Rodríguez.

Foi efetivamente já sob o apelido de Vasconcelos (associando-se também nesse período, pelo menos durante uma década e meia, ao serviço da exploração mineira) – que ele veio a desfrutar, na posteridade, de uma particular nomeada nos movimentos artísticos peruanos da época, matéria esta, porém, que já se situa fora do âmbito cronológico do presente estudo. Nessas terras peruanas, ele veio, com efeito, a deixar para trás uma boa parte das suas atividades anteriores (ou alguns acontecimentos que desconhecemos o haviam obrigado a abandonar?)[26].

Não pode ser descurada, ainda, uma eventual ligação deste Constantino àqueles *Vasconcelos* de onde proviera Antónia de Melo e Vasconcelos e Brito[27] (Senhora do Morgado de Serzedelo, de Alvarenga e do Morgado da Fonte Boa, filha herdeira de Miguel da Franca Moniz), que havia contraído matrimónio com o Dr. Pedro Barbosa de Luna[28], natural da Galiza. Essa família

sia de Santa Maria de Ferreiros, em terras de Entre Homem e Cávado. Tratou-se de um dos maiores fidalgos do seu tempo, participou na conquista de Sevilha e contraiu matrimónio com uma sua prima terceira, D. Maria Soares, filha de Soeiro Viegas Coelho e de sua mulher, D. Mor Mendes, por cujo casamento teve o morgado de Penagate. Veja-se, a este respeito, António Machado de Faria, in *Famílias Nobres – suas origens e suas armas*, Lisboa, 1961.

26 Ainda por cima conhece-se muito especificamente – como veremos mais adiante neste estudo – o período em que o projetista e arquiteto despontam, fazendo esquecer o homem da exploração mineira, dado lugar, em Valdívia no sul do Chile, na companhia de D. Antonio de Toledo, filho do Vice-Rei do Perú o Marquês de Mancera, ao desenhador (ou projetista) de instalações portuárias. Esta questão prende-se, ainda, com a incontornável problemática se por detrás de Constantino de Vasconcelos se *escondia* um autodidata.

27 Seguimos, aqui, Carlos Gomes, que analisou diversos testemunhos sobre Miguel de Vasconcelos (descendente da família que vamos aqui analisar sumariamente).

28 Este Pedro Barbosa de Luna – que casara com D. Antónia de Melo e Vasconcelos – havia recebido insígnias doutorais em Coimbra. Veio, posteriormente, a ser admitido no Colégio Real de S. Paulo, sendo elevado mais tarde às funções de Desembargador do Porto e da Casa da Suplicação e Corregedor da Corte. Veja-se, ainda, Barbosa Machado, "Pedro Barbosa de Luna", in *BL*, III, Lisboa, 1752, p. 563;

havia tido a sua residência no período seiscentista na cidade minhota de Viana do Castelo, na *Casa dos Medalhões* ou *Casa dos Lunas*[29] e talvez até pudesse ter aí nascido o seu filho Miguel de Vasconcelos[30].

Importa estabelecer ainda a este respeito que, fosse qual fosse o clã de onde esse Constantino [Leitão] de Vasconcelos proveio, também nada possibilita estabelecer, com segurança, uma relação direta com esta família, quer num plano ascendente quer mesmo num colateral. Até mais elementos serem carreados a este respeito, nada autoriza, tão pouco, a sua ligação ao clã nortenho de Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos (1595-1662), Marquês de Montebelo[31]. Recorde-se que este foi 1.º Conde de Amares em 1642 e VI Senhor de Entre Homem e Cávado[32].

---

e idem, "Miguel de Vasconcelos [o justiçado no 1.º de dezembro de 1640 com a defenestração], in *BL*, III, ibidem, p. 487.

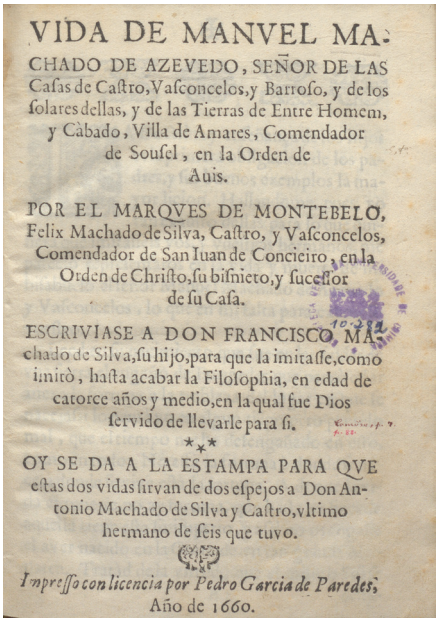
29 Cfr. Maria Emília de Vasconcelos e Maria Augusta d'Alpoim, *Casas de Viana Antiga*, onde se regista, a dado passo (seguindo-se aqui uma transcrição do aludido investigador, Carlos Gomes): "A «Casa dos Medalhões» ou «Casa dos Lunas» é um bonito exemplar da arquitetura renascentista vianense. [...] na pedra da sua frontaria, está gravada a seguinte legenda, encurtada por numerosas abreviaturas: «esta caza mandou fazer Jacome Roiz cavaleiro fidalgo da caza del Rei Nosso Senhor e Comendador de Brito na Ordem de Cristo e sua mulher Maria Barbosa bisneta de Fernão Gonçalves Barbosa e bisneta de Martim da Rocha, Fidalgo do Snr. Infante Dom Pedro". Aí adianta-se, ainda, que "na face [dessa casa senhorial] virada à Rua do Poço achavam-se armas dos Lunas, Rochas e Barbosas".

30 Este nobre (nascido em 1590 segundo uns, ou em 1610 segundo outros autores) fora Senhor do Morgado de Fonte Boa, do Conselho de Alvarenga e do Couto de Sarzedelo. Viria depois – para além de autor de *Rimas várias* e de autor de um *Nobiliário de Famílias Portuguesas* – a ser nomeado Secretario de Estado da Princesa de Mântua, no tempo em que governou Portugal em representação do rei Filipe III e IV de Espanha. - Veja-se, ainda, António de Oliveira, *Filipe III*, Lisboa, Temas & Debates, Série "Reis de Portugal".

31 Impõe-se precisar, neste contexto, que Marquês de Montebelo foi um título nobiliárquico milanês, referente a Montebelo della Battaglia, criado em 1630 pelo rei Filipe IV de Espanha, incluindo a favor da Nobreza fixada também em Portugal. Tal distinção nobiliárquica, concedida naturalmente ainda em vida do primeiro titular, veio a ser renovada no seu primogénito, que o vendeu, bem como o título de Amares, em virtude de algumas anomalias detetadas.

32 Só que tal documentação específica carreada a este projeto evidencia que é por demais *tardia* para surtir neste caso qualquer efeito de prova.

Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos, 1.º Marquês de Montebelo. Wikimedia Commons.



VIDA DE MANVEL MA-
CHADO DE AZEVEDO, SEÑOR DE LAS Casas de Caſtro, Vaſconcelos, y Barroſo, y de los ſolares dellas, y de las Tierras de Entre Homem, y Càbado, Villa de Amares, Comendador de Souſel, en la Orden de Auis.

POR EL MARQVES DE MONTEBELO, Felix Machado de Silva, Caſtro, y Vaſconcelos, Comendador de San Iuan de Concieiro, en la Orden de Chriſto, ſu biſnieto, y ſuceſſor de ſu Caſa.

ESCRIVIASE A DON FRANCISCO, MA-chado de Silva, ſu hijo, para que la imitaſſe, como imitò, haſta acabar la Filoſophia, en edad de catorce años y medio, en la qual fue Dios ſervido de llevarle para ſi.

***

OY SE DA A LA ESTAMPA PARA QVE eſtas dos vidas ſirvan de dos eſpejos a Don Antonio Machado de Silva y Caſtro, vltimo hermano de ſeis que tuvo.

Impreſſo con licencia por Pedro Garcia de Paredes,
Año de 1660.

Manuel Machado de Azevedo, Señor de las Casas de Castro, Vasconcelos y Barroso… Madrid : oficina de Pedro García de Paredes, 1660. BGUC.

Só que subsistem, ainda, alguns outros aspetos que requerem indagações futuras, como a possibilidade de identificação da ascendência desse Constantino, *bracarense*, como continuador dos Leitão e/ou dos Vasconcelos.

Uma questão a considerar de futuro, terá ainda a ver com o facto de que o mesmo Constantino [Leitão] Vasconcelos – tal como registou Diego Angulo Iñiguez – beneficiasse em terras portuguesas da Ordem de Santiago. Só que também não detetamos documentalmente, até ao momento, comprovação desse facto. A formulação de múltiplas dúvidas e acertos são, também, uma das razões plausíveis de um discurso histórico dinâmico (colmatando brechas de ausência de documentação), que se pretende exigente.

Poder-se-ia ainda levantar o cenário da existência (e inerente confirmação da sua factualidade) de documentação que pudesse confirmar que aquela família nobre minhota (em que ele poderia ter nascido) tivesse pretendido que ele, desde muito jovem, tivesse acesso a uma formação humanística e universitária ou em Coimbra[33], ou em Salamanca, dentro dos valores piedosos cristãos.

Só que – mesmo não se sabendo a partir de quando principiou a despontar em Constantino [Leitão] de Vasconcelos uma inclinação para o domínio da Arquitetura – essa prática científica coadunava-se mais à época (a nosso ver e como veremos adiante) com o Colégio de Santo Antão em Lisboa do que com qualquer instituição no seio da própria Universidade de Coimbra. Só que

33 Pedro de Luna (marido de D. Antónia de Mello e Vasconcelos) – porque não referi-lo, também? – havia estudado Jurisprudência Cesárea na Universidade de Coimbra, tendo recebido as insígnias doutorais e sido admitido, segundo Barbosa Machado (*BL*, III, 563) "a Colegial do Colégio Real de S. Paulo, a 23 e Novembro de 1584". Deve sublinhar-se, por outro lado, que no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) pudemos detetar a vinculação, como discente em Cânones, na *Alma Mater*, de um tal *Constantino Vasconcelos*, homónimo à personalidade aqui estudada. Só que não se trata, reconhecidamente, da mesma pessoa, pois que tais estudos em Cânones decorreram em 1650 e, nesse período, já o cidadão bracarense objeto das nossas pesquisas se encontrava a residir no Vice-Reino do Perú haviam duas décadas. - Agradece-se chegarmos a esta informação por via da Técnica, Ana Maria Bandeira, do AUC.

também poderia ter sucedido – e em alternativa a Lisboa – ele ter sido aconselhado no sentido da sua formação artística na Universidade de Salamanca.

Um confronto inevitável, na formação do *bracarense*, com a permanência universitária em Salamanca do futuro médico e cosmógrafo Miguel da Silveira

Existem alguns pontos de contacto e proximidade ideológica na progressão da formação humanística e, sobretudo, quanto ao fenómeno de *desterritorialização* de Constantino de Vasconcelos, comparativamente com um outro humanista português de seiscentos, o já referido Miguel da Silveira. Esse facto torna inevitável o confronto da progressão dos caminhos trilhados pelos dois intelectuais, antes de se fixarem na Corte Filipina, na cidade de Madrid.

Miguel da Silveira tinha nascido na Beira Alta, na vila de Celorico cerca de 1576/80[34], sendo, portanto, cerca de duas dezenas de anos mais velho do que o bracarense. Sabe-se que, após frequentar o curso de Direito na Universidade de Coimbra, Silveira frequentou, *de facto*, a Universidade de Salamanca (facto este que se encontra documentalmente confirmado).

A vivência filosófica do espírito do arquiteto filiada num vetor da vivência do fator *Natureza*

Deste modo viria a impor-se-nos, neste passo, aprofundar o filão documental[35], as possibilidades mais seguras de onde Constantino

34 Barbosa Machado não apesenta qualquer dado quanto ao ano do nascimento do bracarense.

35 A exploração dessa temática foi por nós desenvolvida, gradualmente, em alguns arquivos universitários como o conimbricense, o salmantino e o sevilhano; bem como nos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo (no *corpus* documental referente ao Colégio de Santo Antão); e em Madrid, em particular em fundos da Real Academia de la Historia.

[Leitão] de Vasconcelos poderá ter desenvolvido os seus estudos universitários de Arquitetura, em particular a "arquitetura vitruviana", como ele mesmo referiu.

Assim, essa inclinação do jovem bracarense para o universo da Arquitetura passou também – no nosso modesto entendimento – por uma vivência do próprio fator da Natureza e, até, em resultado das suas perceções desse sentido da Filosofia do natural. Não andaremos decerto muito longe da verdade se interpretarmos o binómio *natural* / *construído*, em Constantino de Vasconcelos, como o resultado de obras que terá então lido, como a de Sabuco[36]. É provável, de igual modo, que a leitura da *Orbe Celeste*, por parte de Silveira – que singrara algum tempo antes pelo Curso de Cosmografia em Salamanca – tivesse passado, de igual modo, por uma oposição entre o discurso do *natural* e o discurso do *artificioso*, aprofundado pela Ciência.

Nascidos ambos na burguesia rural portuguesa nortenha e do centro-norte, a Natureza envolvente tê-los-á fortemente influenciado na vida do espírito. De alguns dos seus eventuais traços comuns nos iremos ocupar um pouco mais adiante.

Subsiste, pois, a necessidade de um desenvolvimento do estudo deste tema. Há que tomar em conta, por outro lado, que nem toda a epistemologia heráldica deverá pressupor, por via da regra, uma passagem do *geral* para o *particular*. Diversos casos existem em que o investigador – como vaticinou, em todo o seu rigor o estruturalista francês Gérard Genette – deve pautar-se por preocupações metodológicas que vão, já em si, do *particular* para o *geral*:

> *analyser leurs activités* [de l'homme] *en présence c'est donc aller non du général au particulier, mais bien du particulier au général. Ce para-*

36 Sobre esta matéria de perceção do *natural* em Constantino de Vasconcelos (a partir das possíveis leituras do filósofo castelhano Sabuco) nos deteremos um pouco mais adiante.

doxe est celui de toute poétique, sans doute aussi de toute activité de connaissance, toujours écartelée entre ses deux lieux communs incontournables, qu'i n'est d'objets que singuliers, et qu'il n'est de science que du général'.- Cher Collègue, le vrais sens est unifier des actions, au sens général… dans une même idéologie [de l'action].[37]

Constantino [Leytão] de Vasconcelos, *versus* Miguel da Silveira (que estudou na Universidade de Salamanca), numa articulação com o elemento da *natureza do homem* nos espaços de proveniência rural portuguesa

Valerá a pena abordar ainda, neste contexto, a génese geocultural quer de Constantino [Leytão] de Vasconcelos, quer de Miguel da Silveira.

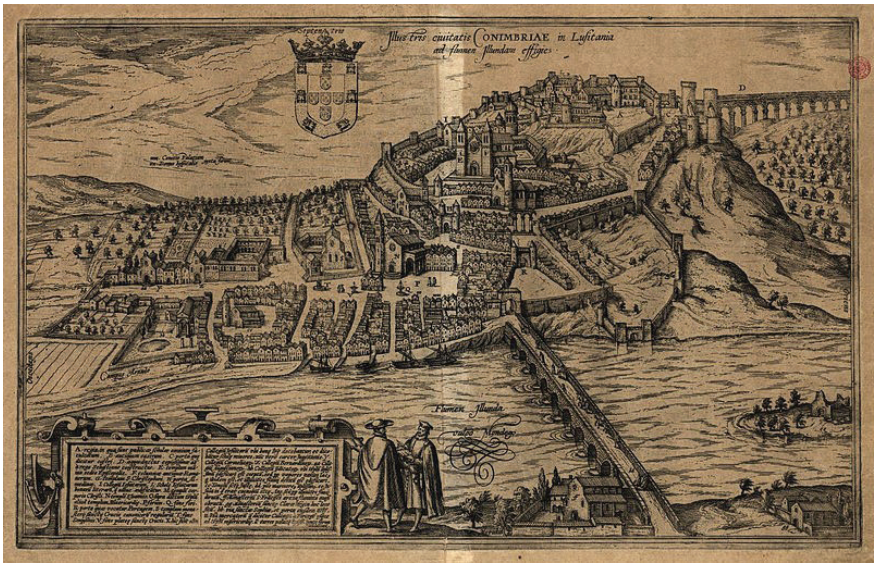
Sobre Constantino [Leytão] de Vasconcelos não dispomos de elementos muito rigorosos, como já referimos, nem quanto à sua formação mental e cultural na adolescência, nem quanto aos espaços onde decorreram os seus primeiros estudos.

Quanto ao celoricense Miguel da Silveira, ele passará a estudar Direito na Faculdade de Direito em Coimbra, em 1599.

O início desses seus estudos decorreu poucos meses depois de ter sido impressa, em 1598, uma gravura rara da cidade de Coimbra (original de que se conserva, hoje, um exemplar nas coleções do CEHLE[38]; e um outro, sabemo-lo, nas coleções de originais da BGUC). Trata-se de *Illustris Civitatis Conimbriae in Lusitania*.

37 Transcrição de um excerto de Gérard Genette, da sua obra *Figures, III*. Paris : Éditions du Seuil, 1972, na carta que dirigimos a esse pensador e estruturalista, desde Barcelona para Paris, datada de 8 de setembro de 2009 (e que já saiu também editada, embora num outro contexto, em *Obras Completas de M.C.M.*, vol. VI. Lisboa : CEHLE, 2013, p. 287).

38 Esta gravura *conimbricense* original do CEHLE foi adquirida – bem como a gravura bracarense original quinhentista (atrás editada) – ao colecionador e antiquário Rainer Dahenhardt.

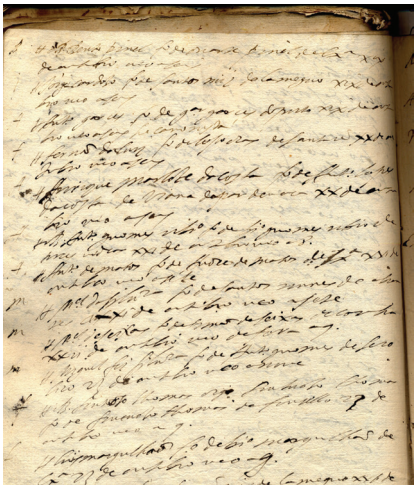


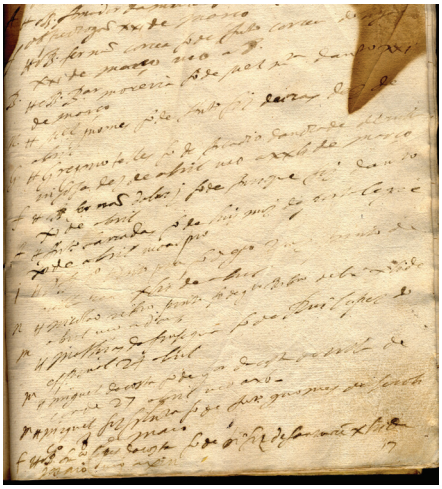
Gravura *Illustris Civitatis Conimbriae in Lusitania ad flumen Illundam effigies*, produzida por Frans Hogenberg c. 1598, editada por Georg Bráunio (1541-1622) in *Civitates Orbis Terrarum*, vol. V (1598). BGUC

Essa chegada de Miguel da Silveira à Universidade de Coimbra teve lugar quando ali já era Reitor D. Afonso Furtado de Mendonça[39], entre 1597 e 1605, vindo este religioso (também associado ao Bispado da Guarda, como é sabido) a ser ainda distinguido algum tempo depois pelo Rei Filipe II[40].

39 D. Afonso Furtado de Mendonça graduara-se como Doutor, na Faculdade de Cânones, daquela Universidade. Veio a integrar depois, em 10 de maio de 1592, o Colégio de São Pedro da mesma cidade, antes de ascender ao cago de Reitor em 1597, dois anos depois de Miguel da Silveira se matricular na *Alma Mater*.

40 No ano de 1605 (janeiro) o Rei Filipe II veio a distinguir D. Afonso Furtado de Mendonça, como Conselheiro de Estado no Conselho de Portugal.





Duas ilustrações, lado a lado 05-06 – Legenda comum:
Primeira e última matrícula, na Universidade de Coimbra, respetivamente de 8 de maio de 1599 e de 1604, de Miguel da Silveira (filho de António Gomes, natural de Celorico). Cortesia do Arquivo da Universidade de Coimbra.

O Bispo D. Afonso Furtado de Mendonça (1561-1630), que desempenhou as funções de Reitor da Universidade de Coimbra, entre 1597 e 1605, ao tempo em que Miguel da Silveira foi aluno naquela instituição. Wikimedia Commons.

Os dados em presença parecem apontar que Miguel da Silveira (com alguma interrupção ou não) manteve-se ligado, como discente, à Universidade de Coimbra, até ao ano de 1604[41] (antes de rumar desde ali para a Universidade de Salamanca). Durante essa sua permanência na cidade do Mondego – durante quase meia década – ele ter-se-á também socorrido, nas suas leituras e estudos, de algumas obras que iam sendo produzidas pelo impressor António de Mariz, ao serviço da Universidade[42].

Trocou, depois, a universidade de Coimbra pela de Salamanca. Acabaria por sair desta última – em data que não se tornou possível apurar – com o grau de licenciado em Medicina e Ciências Naturais[43], presumivelmente também como Cosmógrafo, em 1608.

A procura de ambos, em períodos distintos, da cidade de Madrid, como forma de beneficiar de uma vida económica mais desafogada, ou intelectualmente mais aberta

Tudo parece apontar hoje, por outro lado, que tanto Miguel da Silveira como, hipoteticamente, o bracarense Constantino – não tinha(m) pruridos em viajar(em) da região norte e centro-norte para Salamanca – e, sobretudo, desde essa cidade para Madrid – no sentido de poderem a beneficiar de alguma ascendência, em meios cortesãos.

Tê-lo-ão feito, estamos em crer, de forma a que os seus serviços fossem notados e, acima de tudo, bem remunerados. Poderiam passar assim a beneficiar de uma vida económica mais desafogada, ou intelectualmente mais aberta. Nesse mundo da monarquia dual

41 Agradecemos também ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa da Técnica Ana Maria Leitão Bandeira, a generosidade de nos ter apoiado na identificação dos registos de matrícula deste discente de Direito, respetivamente nas suas datas limite, de 1599 e de 1604.

42 No ano de 1599, em que Miguel da Silveira deu entrada em Coimbra, Miguel de Mariz imprimiu naquela cidade, precisamente na oficina da Universidade, a obra do jesuíta Pe. Sebastião Barradas (1542-1615), *Commentaria in concordiam et historiam evangelicam*.

43 Barbosa Machado, in *BL*, estabelece que Miguel da Silveira cursou em Salamanca "Filosofia, Jurisprudência, Medicina e Matemática".

Filipina, ser bem-sucedido não era propriamente ser-se, no cultivo do ideário do lusitanismo, um patriota.

Da possibilidade de Constantino [Leitão] de Vasconcelos ter frequentado o Colégio de Santo Antão em Lisboa

Não se encontra ainda comprovado, como atrás afirmámos, se o bracarense Constantino frequentou a universidade de Salamanca. O nosso intuito foi o de explorar as possibilidades de ele ter frequentado o Colégio de Santo Antão, em Lisboa.

Atendendo-se ao atrás referido depoimento que o próprio Constantino [Leitão] de Vasconcelos viria mais tarde a prestar, já no Perú, em 1645 – no período dos seus contactos com D. António (filho do Vice-Rei, Duque de Mancera) – ele havia estudado (enquanto adolescente, porventura até finais da segunda década seiscentista), "Lógica, Filosofia e Teologia, todas as disciplinas matemáticas, Cosmografia, Geometria, Aritmética prática e especulativa, Perspetiva, Arquitetura segundo Vitrúvio e Desenho linear"[44], retendo-se aqui muito em particular a informação da sua discência na Arquitetura de Vitrúvio[45].

44 *Apud* Maria Dolores Crespo Rodríguez, Dicionário Bibliográfico Electrónico, Real Academia de la História, Madrid, ant. cit. Efetivamente numa lógica de probabilidades é bem mais plausível que Constantino [Leitão] de Vasconcelos pudesse ter frequentado – em data que se nos configura como nos fins do primeiro quartel do século XVII – o curso do Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde estas disciplinas eram então ensinadas (e não em Coimbra). As nossas pesquisas nos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, no *corpus* documental referente ao Colégio de Santo Antão, ainda não nos possibilitaram encontrar registos que comprovem a sua inscrição neste curso lisboeta nesse período. Vejam-se, ainda, estudos como os de Henrique Leitão, *A Ciência na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, 1590-1759*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V centenário do nascimento de S. Francisco Xavier, 2007/08; e idem, *Sphaera Mundi: a ciência na Aula da Esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 'Catálogos', 2008.

45 Tendo Vitrúvio vivido no século I a.C., no império romano, a sua obra *De Architectura*, em dez livros, constituía ainda no período do Renascimento uma matéria de base para a formação de Arquitetos. Maria Helena Ureña Prieto, "Vitrúvio", in *Dicionário de Literatura Latina*. Verbo, 2006, p. 392, pôs em relevo que Vitrúvio considerou a Arquitetura como "parte da formação universal", tendo aconselhado "para os arquitectos uma formação enciclopédica: pelo menos as características gerais das outras

Este testemunho documental poderá talvez permitir que se mantenha de pé a hipótese ou a possibilidade de o bracarense ter frequentado meios universitários, provável ou mais seguramente o Colégio de Santo Antão em Lisboa. Aí tinham lecionado ou lecionariam à época – atendendo a testemunhos de Luís de Albuquerque[46], Ugo Baldini[47] ou Henrique Leitão[48] – mestres de Ciência como Cristoph Grienberger (1564-1636), Cristoforo Borri (1583-1632) ou Giovanni Paolo Lembo (1570-1618).

A procura de Salamanca[49] e da capital madrilena por estes dois intelectuais ibéricos nesse período da Coroa dual Filipina, inseria-se no empenhado movimento de renovação do saber. Ou seja, a circulação de intelectuais entre as duas centenárias nações ibéricas, como homens de Cultura e de Ciência (incluindo os seguidores de algumas profissões mais técnicas), continuava a ser, na época verdadeiramente uma prática comum.

Dados sumários para o estudo do percurso vivencial de Miguel da Silveira em Espanha, antes da sua partida (de Madrid) para Nápoles

Assim, depois de ter cursado em Salamanca, Miguel da Silveira – continuando a subsistir dificuldades quanto a encontrar-se o ano

disciplinas devem ser-lhes familiares". Daí haver que veja em tais conselhos uma clara influência de Varrão reatino ou de fontes gregas como Hermógenes, do séc. III a.C.".

46 Albuquerque, Luís de - A 'Aula da Esfera' do Colégio de Santo Antão no Século XVII. *Anais da Academia Portuguesa da História*. S. 2, nº. 21 (1972), pp. 337-391.

47 Baldini, Ugo - L'insegnamento della Matemática nel Collegio di S. Antão a Lisbona, 1590-1640. In *Colóquio Internacional 'A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente'* (Lisboa, 21-23 de Abril de 1997), Nuno Silva Gonçalves, coord., *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente, Actas*, Lisboa, Brotéria e Fundação Oriente, 2000, pp. 49-104.

48 Henrique Leitão, *Sphaera Mundi*…, edição ant. cit. (2008), p. 20. Nesta edição específica, nos índices remissivos finais, respetivamente nas "Lista de autores principais" (p. 245) e na "Lista de autores secundários" (p. 246), não consta qualquer menção nem a "Constantino Leitão" nem a "Constantino de Vasconcelos".

49 A 'procura' da Universidade de Salamanca – para além da de Coimbra, regista-se – encontra-se até hoje comprovada, como já dissemos (quanto aos dois casos) apenas quanto a Miguel da Silveira.

exato do seu nascimento[50] – "assistiu em Castela…, onde foi mestre de Cosmografia". O grau recebido nesse cenáculo universitário salmantino trazia-lhe uma preparação técnica que lhe possibilitava uma vida desafogada em Madrid, já no período em que aí se fixou a Corte.

Importa assinalar que – num período ligeiramente anterior – com a anuência de Filipe III, o Duque de Lerma havia conseguido levar a Corte de Madrid para Valladolid. De 1601 a 1606, com efeito, aquela outra cidade veio a tornar-se capital do império. Por ali passaram, desde então, autores dos de maior nomeada na vida cultural espanhola, tais como Góngora, Quevedo ou Cervantes.

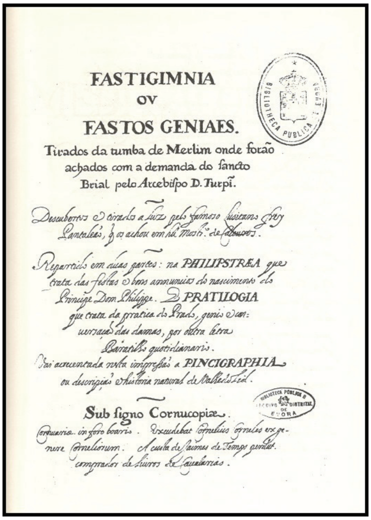
Acontece, porém, que aceitação e ascensão na Corte -– primeiramente de Miguel da Silveira e, algum tempo depois, de Constantino [Leitão] de Vasconcelos -– já decorreu em Madrid. A Corte tinha então voltado efetivamente ali, para satisfação de uma boa parte da aristocracia castelhana.

Não andaremos longe da verdade se se puderem encontrar – ainda nesta capital espanhola (e antes de Miguel da Silveira viajar dali para a possessão espanhola de Nápoles) – os primeiros passos para este intelectual português gizar, num plano geral embora, a *arquitetura* do seu poema *Macabeo*, que lhe trouxe reconhecida celebridade na Europa do seu tempo.

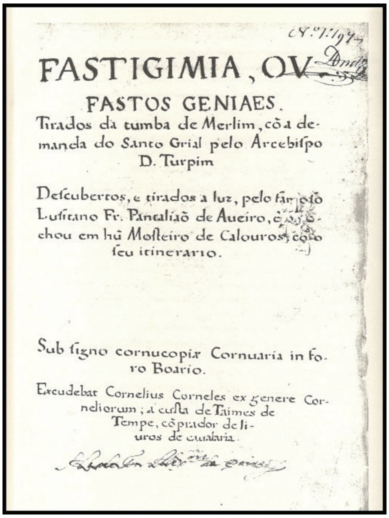
Só que continuam a divergir – quanto ao(s) período(s) em que Miguel da Silveira viveu em Madrid – alguns dos seus biógrafos. Para uns, o cientista celoricense trocou a capital espanhola por Nápoles, em 1610[51], tendo então seguido para essa cidade transalpina na companhia de D. Pedro Fernández de Castro, VII Conde de Lemos, com quem o escritor seiscentista português, Tomás Pinheiro da Veiga, autor de *Fastigímia*, havia privado em Valladolid.

50 *BL*, III (1752), p. 486. Já em inícios do século XX, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal. Dicionário Histórico*, t. VI, Lisboa, 1912, p. 952), registam que ele veio ao mundo em 1576. Entretanto Carmen Delgado Moral, ("Catálogo de Autores" – "Miguel da Sylveira", in *El* Panegirico por la Poesia *de Fernando de Vera y Mendoza*…, edição ant. cit. (Córdoba, 2013), p 343, salienta ter ele nascido em 1580.

51 No Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia (Madrid), ant. cit.


FASTIGIMNIA
OV
FASTOS GENIAES.
Tirados da tumba de Merlim onde forão achados com a demanda do sancto Brial pelo Arcebispo D. Turpi.

Sub signo Cornucopiæ.


FASTIGIMIA, OV
FASTOS GENIAES.
Tirados da tumba de Merlim, cõ a demanda do Santo Grial pelo Arcebispo D. Turpim

Descubertos, e tirados a luz, pelo famoso Lusitano Fr. Pantalião de Aueiro, q os achou em hũ Mosteiro de Calouros, cõ o seu itinerario.

Sub signo cornucopiæ Cornuaria in foro Boario.

Excudebat Cornelius Corneles ex genere Corneliorum; a custa de Taimes de Tempe, cõprador de livros de caualaria.

Dois dos manuscritos de *Fastigímia*, de Tomás Pinheiro da Veiga.

Esta partida do caloricense ocorreu quando aquele aristocrata espanhol – sendo figura prestigiada na Corte, em Madrid[52], como referiu Tomé Pinheiro da Veiga[53] – veio a ser nomeado Vice-Rei dessa possessão espanhola[54]. Esse Conde, aliás, manteve-se nessas funções em Nápoles até meados da segunda década do século XVII[55].

52 Situa-se cronologicamente neste período um depoimento, sobre esta matéria, redigido pelo português Tomé Pinheiro da Veiga. Aquele autor seiscentista, em *Fastigimia* (ou *Fastos Geniales*) – uma obra em prosa escrita em 1605 em que descreve as suas experiências durante a estadia na Corte de Valladolid entre abril e julho daquele ano – pronuncia-se acerca do lugar privilegiado dos Condes de Lemos na entourage Filipina e, mais concretamente, da presença do VII Conde de Lemos em todos os acontecimentos da Corte considerados importantes. *Cfr.*, a este respeito, Tomé Pinheiro da Veiga, *Fastigímia*, edição, estudo, variantes e notas por Ernesto Rodrigues, Lisboa, Clepul / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em várias passagens (por exemplo, p. 20). De salientar, por outro lado, que o escritor Lope de Vega chegou a desempenhar as funções de secretário do VII Conde de Lemos.

53 Tomé Pinheiro da Veiga (1566/71-1656) foi um escritor português, magistrado e político. Desempenhou, a dado passo – depois de se ter doutorado em Leis pela Universidade de Coimbra em 1593 – as funções de fiscal da Coroa, supervisor do Tesouro e quando eclodiu a revolução de 1 de dezembro de 1640 ele pôs-se ao lado dos Bragança.

54 Sobre o VII Conde de Lemos, veja-se o estudo de Isabel Enciso Alonso-Muñumer, "Pedro Fernandes de Castro", no Dicionário de personalidades da Real Academia de la Historia.

55 O regresso a Madrid do VII Conde de Lemos, Vice-Rei de Nápoles, nesse *terminus* de tais funções, só viria a ocorrer, como é sabido, em 1616.

Carta da região de Nápoles para onde seguiu Miguel da Silveira, a acompanhar o VII Conde de Lemos, em funções políticas, em 1616 (ou eventualmente alguns anos depois dessa data)

Acontece, porém, que a data dessa sua passagem de Madrid para Nápoles não é ainda consensual. Efetivamente, subsiste mais do que um autor que continua a aceitar como certo que Miguel de Silveira – depois de concluir a referida licenciatura em Salamanca, em 1608 – permaneceu mais algum tempo em Madrid, vivendo aí sobretudo como cosmógrafo e do exercício da Medicina. É provável, porém, no contexto também desta segunda hipótese, que Silveira tenha regressado de Nápoles a Madrid, em 1616 (ao tempo em que aquele aristocrata, cessou as suas funções napolitanas e regressou a Espanha). A confirmar-se esse facto, ele só voltaria, anos mais tarde, à mesma possessão napolitana da Coroa de Espanha.

A confirmar-se ainda tal data (quanto à sua primeira saída de Espanha para Nápoles) Miguel da Silveira poderia muito bem ainda ter recebido, em Madrid, em 1612, os hábitos da Irmandade dos Escravos do Santíssimo Sacramento, congregação (de base espiritual e intelectual) a que também se ligaram, entre outros, Miguel de Cervantes, Lope de Vega, Quevedo ou Salas Barbadillo.

Importa vir de igual modo a estabelecer – num plano de *limite temporal* da primeira permanência de Silveira em Madrid – que são quase *nulas* (confirmando-se a primeira daquelas hipóteses, proposta pela Real Academia de la Historia de que saiu então dali em 1610) as possibilidades de Constantino [Leitão] de Vasconcelos o ter ainda ali conhecido nessa primeira fase madrilena.

Na realidade, enquanto se continuar a aceitar que a presença do celoricense só se pode documentar nessa cidade (com um mínimo de segurança) entre 1608 e 1610 (aceitando-se esta como a data da sua partida real para Nápoles), a chegada à mesma capital de Constantino [Leitão] de Vasconcelos – considerando-se a hipótese de ele ter nascido nos primeiros anos do século XVII – parece de facto invalidar essa hipótese de se conhecerem então e de se terem cruzado nessa fase nos mesmos meios cortesãos madrilenos[56].

Do que também não restam dúvidas, por outro lado, é que foi muito mais prolongada no tempo – comparativamente com Miguel da Silveira – a ação de Constantino [Leitão] de Vasconcelos na cidade de Madrid. Esta iria prolongar-se, como já dissemos, até ao ano de 1629. Não será despiciendo afirmar-se ainda, neste passo, que não enjeitamos totalmente uma sua formação universitária madrilena (o que resta documentalmente por comprovar[57]).

Mais adiante voltaremos, mesmo que sumariamente, a Miguel de Silveira, já quanto aos resquícios da sua ação editorial napolitana. Fazemo-lo sobretudo procurando documentar o modo como a poesia de Silveira veio a interessar, em Madrid, a um dos literatos

56 Constantino de Vasconcelos – já após a meninice em Braga (ou na região) no mínimo até c. 1608/09 –ainda desenvolveu alguns dos seus primeiros estudos nessa região nortenha portuguesa. Assim sendo, e mesmo que uma segunda parte da sua formação universitária tenha decorrido em Espanha, os dados em presença parecem inviabilizar que ele tenha conhecido pessoalmente, de facto, Miguel da Silveira na primeira fase de permanência deste último em Madrid.

57 Só essa formação universitária, no domínio da Arquitetura vitruviana, lhe poderia vir a permitir desenhar os planos das fortificações para a região do porto chileno de Valdívia, na sua missão a essa região em 1645; ou, anos depois, o projeto arquitetónico para a ampla igreja da Ordem Terceira de S. Francisco na cidade de Lima.

então ali em voga, precisamente D. Fernando de Vera e Mendoza, com quem Constantino [Leitão] de Vasconcelos se encontrava em contacto.

Constantino [Leitão] de Vasconcelos na senda madrilena da *Filosofia da Natureza* de Sabuco Álvares. Para a teorização de uma *naturaleza extrínseca* e de uma outra *intrínseca*, confluentes para o bem-estar humano: a edição bracarense de Sabuco e a sua circulação em Madrid

Tudo parece apontar que tanto o bracarense Constantino [Leytão] de Vasconcelos – como presumivelmente havia sucedido também já como o seu compatriota Miguel da Silveira (enquanto ainda em Madrid e ambos em função das suas origens rurais) – foram claramente marcados no período de 1615-1620, em termos de vida do espírito, pela filosofia da *naturaleza* envolvente.

Optamos, aqui, por tal vocábulo em língua espanhola, na medida em que aquele jovem aristocrata – proveniente de um clã, porventura minhoto (que apesar de tudo persiste ainda em se desconhecer) – poderá ter lido o texto em castelhano de Miguel Sabuco Álvarez. Falamos do livro *Nueva Filosofia de la Naturaleza del hombre*…, que havia sido originariamente editado em Madrid, na oficina de Pedro de Madrigal, em 1586[58] e três décadas e meia depois reeditado precisamente em Braga[59]. Encontra-se hoje devi-

58 Em 1622 – três décadas depois da edição madrilena original – foi reimpressa, precisamente na cidade de Braga, a pátria de Constantino como já se referiu, na oficina do tipógrafo bracarense Frutuoso Lourenço de Basto, uma nova edição da mesma obra *Nueva Filosofia de la naturaleza del hombre, no conocida ni alcançada. de los grandes filósofos antíguos: la qual mejora la vida y salud humana: com las addiciones de la segunda impressión, y (en esta tercera) expurgada.Composto por Doña Oliva Sabuco*. [sic] *Dirigida ao I. S. D. Ioão Lobo, Barão D'alvito*. Registe-se ainda que o I senhor de Alvito foi D. Diogo Lopes Lobo, nascido c. 1330, o I Barão de Alvito veio a ser, um século mais tarde, D. João Fernandes da Silveira (c. 1430-1484).

59 Efetivamente nesta obra de Miguel Sabuco Álvarez, da região de Albacete, em Espanha – que visitámos (numa viagem desde Alicante) há uma dúzia de

damente esclarecido que, se porventura Constantino leu a edição bracarense deste livro de Sabuco – ocorrida em Braga em 1622 – ele já era um homem intelectualmente formado (e já se encontrava a viver em Madrid).

Não se pode hoje pôr completamente de lado, com efeito, a hipótese de que Constantino [Leytão] de Vasconcelos a tenha então lido na capital espanhola. Tal poderia, muito bem ter sucedido no seu *período de formação* intelectual.

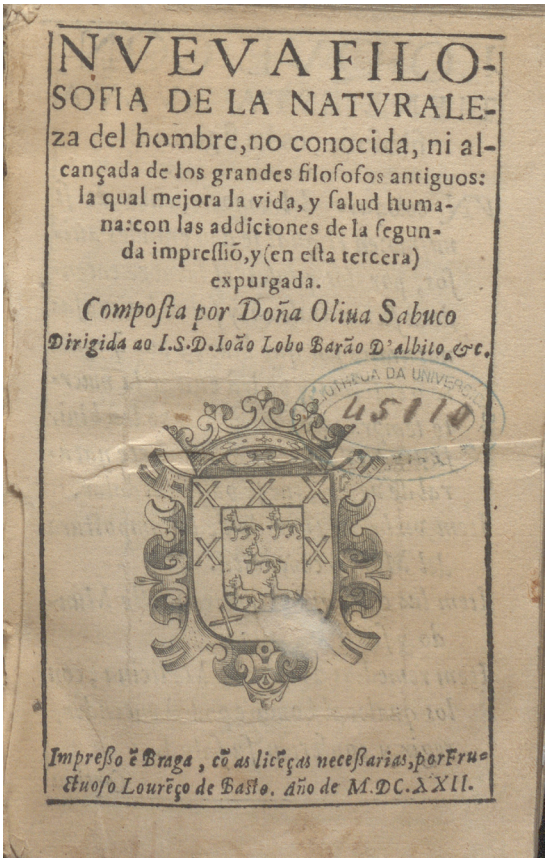
Nessa obra quinhentista, dividida em *Colóquios*, tinham-se estabelecido dois tipos de avaliação da *Naturaleza*, uma *extrínseca* e uma outra *intrínseca* na vida do próprio homem.

No que respeita(va) à primeira, a perspetiva *extrínseca* – num pensamento ecológico *avant la lettre* – era avaliado o universo natural circundante, o respeito pela *Naturaleza*, os meios naturais em que o homem desde sempre tinha evoluído numa existência de tipo normativa. Eram avaliados, de igual modo, as próprias *correções* ao discurso do natural, quando o corpo adoecia e era preciso recorrer a bens da Natureza para *contradizer* os males físicos com os remédios que se antepunham na doença, para se repor o bem-estar humano.

Quanto à *Naturaleza* que à falta de melhor termo referenciamos como *intrínseca*, eram abordados pelo mesmo autor, entre outros aspetos – tendo-se sempre em presença o *juízo* de Deus e repensando de algum modo também Aristóteles – os fatores de *ornato da alma*.

---

anos – fora deixado claro, pelo seu autor *de facto*, esta prova concludente da sua real autoria deste livro. "… pongo por autora a la dicha Luisa de Oliba [a sua filha]… solo por darle el nobre y la honra, y reservo el fruto y provecho que resultare de los dichos libros para mí, e mando à la dicha mi hija Luisa de Oliba [ou Oliva] no se entremete en el dicho privilegio, so pena de maldición…".- Cfr. Miguel Sabuco Álvarez, *Nueva Filosofía, edición critica a cargo de Samuel García Rubio e de Domingo Henares*, Albacete, Istituto de Estudios Albacetenses "Don Juan Manuel", 2009, p. 16.


NVEVA FILO-
SOFIA DE LA NATVRALE-
za del hombre, no conocida, ni al-
cançada de los grandes filoſofos antiguos:
la qual mejora la vida, y ſalud huma-
na: con las addiciones de la ſegun-
da impreſſiõ, y (en eſta tercera)
expurgada.
Compoſta por Doña Oliua Sabuco
Dirigida ao I.S.D. Iohão Lobo Barão D'albito, &c.
Impreſſo ẽ Braga, cõ as liceças neceſſarias, por Fruc-
tuoſo Lourẽço de Baſto. Año de M.DC.XXII.

Frontispício da 3ª. edição da obra de Miguel Sabuco Álvarez, constante do seu livro *Nueva Filosofia de la Naturaleza del hombre*. Braga : oficina de F. Lourenço de Basto, 1622. BGUC.

Aí, na primeira parte da obra – no *Colóquio del Conocimiento de si mesmo, en ele cual hablan três Pastores filósofos en vida solitária, nombrados Antonio, Veronio, Rodonio* – o autor castelhano, no título LX, abordava precisamente o tema "De la Sapiencia, que es el mayor ornato del ánima".

Miguel Sabuco Álvarez havia estabelecido, com efeito, nesse passo da sua obra que

> *La sapiência es una ciência de las cosas divinas y naturales y conocimiento de la causa de todas las cousas. Es una virtude y ornato en el hombre, la más alta y divina de todas y que a todas las perfecciona. A ésta trajo*

> *pegada consigo el ánima del cielo. Tiene un sabor y olor de Dios, está perfecta solo en Dios y de allí le mana al ánima del hombre, que é solo la tiene. Da grande contento y alegría y por elo, salud. Es la cosa más amable que hay en este mundo, y todo hombre desea saber Si la sapiencia tuviera forma visible, no hubiera cosa más amada de los hombres. Ésta hace felices y dichosos en este mundo y sin ella no hay felicidad.*[60]

De tal passagem do texto deste filósofo quinhentista da *Naturaleza*, de Albacete, podem, com efeito, colher-se duas premissas essenciais. O conhecimento da Cultura e da Ciência no homem passam, primeiro que tudo (na linguagem da época), pelo conhecimento e valorização das *falas* de Deus. Aceita-se, por outro lado, que só esse conhecimento – dependente como se disse do conhecimento de Deus – pode trazer alegria, e até saúde, ao próprio homem.

Vários exemplares originais desta edição bracarense de 1622 (para além do existente nas coleções do CEHLE), por nós detetadas em diversas coleções de bibliófilos espanhóis, provam da sua receção e leitura em Espanha, ao tempo da Monarquia dual Filipina. Tratou-se, sem dúvida, de uma lufada de ar fresco e revigorante na forma como se perspetivava o mundo do natural (olhado com tanto rigor já na Grécia antiga por Aristóteles).

É um facto que o *bracarense* Constantino [Leitão] de Vasconcelos teria então aceitado, sem dúvida, algumas das premissas de tal obra. A prova disso é que viria décadas depois a pôr o seu conhecimento, como arquiteto, ao serviço da *causa de Deus*. Assim, ele irá mais tarde tornar-se no Perú (colónia de Espanha) um dos mais apreciados *construtores*, sobretudo como projetista (desenhador), sempre considerando a dialética de uma inserção no mundo da Natureza. Tal virá a suceder, nos casos de algumas das mais exuberantes igrejas ali implementadas pelos cristãos, como veio a ser a basílica de São Francisco na cidade de Lima.

60 Miguel Sabuco Álvarez - *Nueva Filosofia de la Naturaleza del Hombre*…, Braga, 1622, I, Título LX, pp. 91 v.-92 v.

As influências decisivas em Constantino [Leytão] de Vasconcelos (na cidade de Madrid) do aristocrata Fernando de Vera y Zuñiga (1568-1639) e de outros membros da sua família, por volta de 1622

Em síntese, foram atrás levantados os cenários possíveis dos eventuais clãs de ascendência do *bracarense* Constantino, [Leytão] de Vasconcelos, ou seja, na primeira fase da sua existência. Perspetivou-se, de igual modo, o *cenário* se o minhoto tinha obtido a sua primeira formação na esfera do ensino superior, porventura em Lisboa (tal como ocorrera com o referido Miguel da Silveira, na Universidade de Salamanca[61]).

Foi de igual modo abordada a não menos pertinente questão se esse mesmo Constantino – e, por outro lado, Miguel da Silveira (cada um deles na sua região) – poderiam ter sido influenciados pelo elemento da Filosofia da Natureza.

Efetivamente, quando a este aspeto específico da perceção e receção do *natural*, no mundo seiscentista, os primeiros anos de vida marcam sempre, de uma forma indelével, os passos opcionais em que, em futuro próximo, a mente de um determinado indivíduo vem a expandir os seus voos. Assim, a paisagem minhota ou a agrura das serras beirãs veio a manter-se, de um modo continuado, quer na *forma mentis* do autor minhoto quer do celoricense, quer num plano étnico quer num patamar religioso.

O historiador local beirão, Manuel Ramos de Oliveira, registou, na década de 30 (do séc. XX), que Miguel da Silveira "trabalhou… 22 anos"[62] no livro-poema da sua vida, *Macabeo*.

61 Não vem aqui a propósito (em termos cronológicos) a alçada da cronologia da vida universitária salmantina, objeto da cuidada análise de estudado J. Veríssimo Serrão (in *Portugueses no Estudo de Salamanca, 1250-1550*, Lisboa, 1962), por estar fora da alçada temporal deste nosso estudo.

62 Oliveira, Manuel Ramos de - *Celorico da Beira e o seu concelho através da história e da tradição*. 2ª. ed. Celorico da Beira : Câmara Municipal,1997. pp. 467-468.

Será lícito deduzir, assim, que este Silveira principiara a desenvolver, em espanhol, a sua argumentação poética, de inspiração mitológica para tal livro, já cerca de 1614: *Mira del Celorico es alta cumbre / que assalta la región de las estrelas, / Donde, vestindo el sol prodiga humbre, / Produce del Parnasso flores bellas. / Aqui creará la etherea pesadumbre / En quien influía Apollo sus centellas / Y por el, vuestro nombre sin segundo / Repetiron los terminus del mundo*.

Outros aspetos de alguma proximidade ideológica entre Constantino [Leytão] de Vasconcelos e Miguel da Silveira

Podem detetar-se, por outro lado, alguns outros traços de proximidade, mesmo que indireta, entre Constantino [Leytão] de Vasconcelos (então ativo ainda em Madrid) e Miguel da Silveira (porventura então já em funções em Nápoles). Este erudito de Celorico – que continuava a conviver, a tão longa distância de Madrid, com algumas figuras, tanto aristocráticas, como literárias na Corte espanhola desse período[63] – trabalhava incansavelmente na sua obra maior, o poema *Macabeo*, desde pelo menos 1616[64]. Não era de estranhar pois que ele, desde ali, continuasse em contacto com os Vera ou com os Zúñiga (como veio a suceder depois).

Quanto a Constantino [Leytão] de Vasconcelos, na capital espanhola – onde permaneceu como já dissemos pelo menos cerca de uma década e meia – ele mantinha ali, privilegiadamente, contactos

63 Miguel da Silveira conviveu com Lope de Vega e com Cervantes. Quanto ao primeiro, este elogiou-o em diversas obras incluindo-o no *Laurel de Apolo* (III, 143). Cervantes, por seu lado, evocou-o in *El Viaje del Parnaso* (II, 176); veja-se, ainda, C. D. Moral (2013), Apêndice n.º 110, p. 343.

64 Miguel da Silveira – tendo prolongado a redação do seu poema *Macabeo* em versos heroicos (após a sua leitura do poema de Torquato Tasso) por um período de 22 anos – já havia iniciado tal composição, portanto, cerca de 1616.

diretos com algumas destas poderosas famílias da aristocracia, com assento regular na Corte. O bracarense – antes de partir de Espanha para o Perú, como uma das companhias privilegiadas do renomeado Bispo D. Fernando de Vera y Zúniga que tinha por ele uma elevada consideração – viria efetivamente a beneficiar, em termos de enriquecimento cultural, com todo este convívio madrileno (e inclusivamente alguns aristocratas provenientes de meios sevilhanos).

É certo que cada um destes dois portugueses seguira o seu próprio caminho. Só que do entrosamento destes dois pontos de convívio aristocrático madrileno – um presencial e outro (pelo menos numa primeira fase) à distância – importa desenvolver também algumas considerações diversas.

Alguns membros do clã dos Mendoza y Zúniga, no convívio espanhol de Costantino de Vasconcelos

Logo após a sua chegada a Madrid (já então, de novo, a capital do império dual Filipino), Costantino [Leitão] de Vasconcelos tinha procurado encontrar um outro tipo de vida – que pretendia mais desafogada. Aí teve ensejo de conviver – para além de outros membros da aristocracia espanhola – com o frade agostinho D. Fernando de Vera y Zúniga (1568-1638); com o pai deste, D. Juan de Vera y Zúniga; com o escritor, D. Fernando de Vera y Mendoza (nascido já em 1599); e muito presumivelmente também com D. Juan Antonio de Vera e Zúñiga (1583-1658).

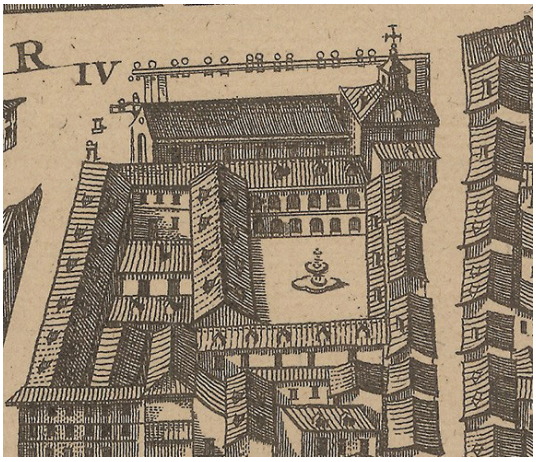
Foi presumivelmente em Madrid – mais seguramente do que em Mérida ou em Sevilha – que o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos veio a encontrar alguns desses calorosos e quase familiares apoios. A sua simpatia pelo primeiro daqueles, um futuro Bispo, haveria, afinal, de se repercutir por uma boa parte da sua vida futura nas Américas.

I - D. Fernando de Vera y Zúñiga

Detenhamo-nos assim, primeiramente, na figura (do religioso) D. Fernando de Vera y Zúniga. Este nascera na cidade hispano-romana de Mérida, em 1568[65], sendo, portanto, bem mais velho que Vasconcelos.

Em 8 de Agosto de 1616, segundo Carmen Delgado Moral, tendo cumprido o ano da sua aprovação no convento dos antigos padres agostinhos, das mãos do reverendo padre mestre, Frei Rodrigo de Loayza (naquele momento provincial da zona de Sevilha), fez a sua profissão em conformidade com a Regra de Santo Agostinho[66].

Em 1622, Hernando ainda se encontrava em Madrid na Ordem de Santo Agostinho, no convento de San Felipe el Real. Algum tempo depois, veio a renovar aí os seus votos[67].



Convento de S. Filipe o Real, da Ordem de Santo Agostinho. Gravura da *Topographia de la Villa de Madrid*, do português Pedro Teixeira, 1656.

65 O nascimento deste futuro religioso agostinho ocorrera precisamente no ano da ascensão ao trono do rei de Portugal D. Sebastião (então com 14 anos de idade).

66 Delgado Moral, Carmen - *El* Panegirico por la poesia *por Fernando de Vera y Mendoza en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidad de Córdoba, 2013. Tese de doutoramento (texto policopiado). p. 26.

67 A sua permanência na Ordem de Santo Agostinho ocorreu em algumas circunstâncias de certo modo estranhas. Tomou tal atitude retratando-se do prolongado litígio que tantos dissabores sensabores haviam causado não só a ele como à família (fase a um pretendido *pleito de nulidade* então gerado).

Granjeava já então o seu nome (associado naturalmente a uma família nobre) de alguma popularidade naqueles meios eclesiásticos. Sabe-se assim que foi apontado, primeiramente, como Bispo Auxiliar de Badajoz e Bispo titular de Bugi.

Em 13 de Novembro de 1628, o seu nome foi apontado pelo rei Filipe de Espanha e Portugal – e confirmado pelo Papa Urbano VIII – como Arcebispo de S. Domingos na América Latina. Meia dúzia de anos depois estavam reunidas as condições para partir, em destacadas funções, para o Vice-Reino do Perú.

II - D. Juan de Vera y Zúñiga

Quanto ao pai daquele, D. Juan de Vera y Zúñiga, ele teve um primeiro casamento, com D. Isabel de Mendoza, sendo natural de Sevilha.

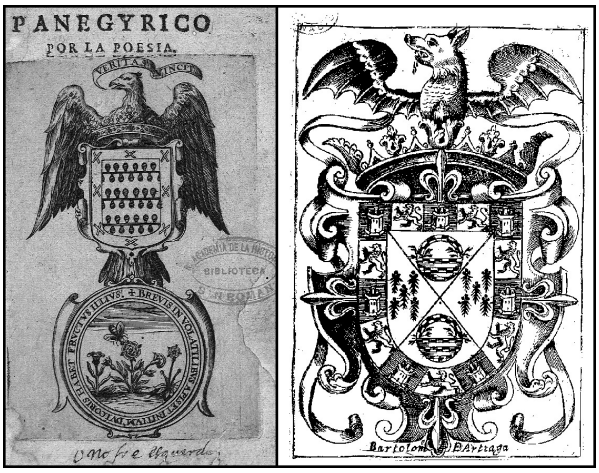
A decisão de seu filho, D. Fernando de Vera y Zúñiga, em se tornar frade da Ordem de Santo Agostinho causou-lhe profundos dissabores, estando na base de um profundo desentendimento entre ambos que se viria a prolongar até ao final da vida de D. Juan de Vera. Tudo parece apontar que Constantino de Vasconcelos, ainda antes de embarcar em direção ao Perú, foi testemunho presencial, nesse contexto, de algumas das fases desse desentendimento entre pai e filho.

III - D. Fernando de Vera y Mendoza

D. Fernando de Vera y Mendoza, por seu lado, destacou-se em particular no campo das letras. Ele veio a publicar a conhecida obra *Panegirico por la poesía*, deveras apreciada nos meios literários seiscentistas do seu país.

A sua primeira edição veio a ocorrer em 1627, na cidade de Montilla, na região de Córdoba. Há a particularidade de o impressor ter sido um português, Manuel de Paiva, que então se encontrava ocasionalmente ativo naquela vila cordubense de Montilla.

A outra particularidade advém do facto de o autor ter dedicado este seu trabalho ao Conde-Duque de Olivares (1587-1645)[68]. Esse facto justifica assim que nas folhas preliminares dessa edição se patenteiem as armas desse poderoso valido da Coroa espanhola.



Em cima, frontispício da edição de 1627 de *Panegirico por la poesía*, por Fernando de Vera y Mendoza e gravura com as armas do Conde-Duque de Olivares, nas folhas preliminares; em baixo, retrato do poderoso valido Conde-Duque de Olivares. Wikimedia Commons.

68 Um outro membro desse mesmo clã, embora um tanto mais novo, Juan Antonio de Vera y Zúñiga (1583-1658) veio poucos meses depois, já em 1628, ser nomeado biógrafo do mesmo Conde-Duque de Olivares. Ele foi assim o autor de *Fragmentos históricos de la vida de don Gaspar de Guzman*, Conde de Olivares (o qual já veio a ser impresso depois da morte do respetivo autor).

IV - D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga a evocação da Rainha-Santa Isabel e a tentativa de obtenção de benesses junto do II Marquês de Castelo Rodrigo

D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga (1583-1658), por seu lado, foi também ele natural da cidade de Mérida. Era filho de Fernando de Vera y Vargas (um conhecido militar dessa cidade, ligado à fidalguia espanhola) e de Maria de Zúñiga, filha dos Marqueses de Mirabel.

Ainda muito novo, com apenas 15 anos, casou em primeiras núpcias com a sevilhana D. Isabel de Mendoza[69]. No ano de 1621, D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga fixou a sua residência em Madrid e, dois anos depois, contraiu segundas núpcias com uma sua prima Maria de Vera y Tovar[70]. Veio ainda a empenhar-se numa relação privilegiada com o Conde-Duque de Olivares, tornando-se gradualmente no biógrafo deste valido.

Uma aproximação interessada de Juan Antonio de Vera y Zúñiga ao II Marquês de Castelo Rodrigo

Uma outra questão que certamente Constantino de Vasconcelos poderá ter acompanhado em Madrid – antes de embarcar com o Bispo recém eleito, o referido D. Fernando de Vera y Zúñiga, para o Vice-Reino do Perú – as ações de aproximação a D. Manuel de Moura e Corte Real (1590-1651), II Marquês de Castelo Rodrigo[71], precisamente

69 Deste seu primeiro casamento nasceram Fernando e Pedro Laureano de Vera y Mendoza, os quais, como veremos adiante, acabaram por dar entrada na Ordem de Santo Agostinho.

70 Deste seu segundo casamento, este erudito e diplomata veio a ter três filhos, de nomes Maria Antonia, Catalina Antonia e Fernando, o qual viria a ser embaixador em Veneza, onde morreu em 1663.

71 Este aristocrata e politico – claramente influente na ação externa de Filipe IV de Espanha e III de Portugal – viria a destacar-se (num período, porém, já fora do enquadramento temporal deste nosso estudo) como embaixador de Espanha junto da Santa Sé e na corte imperial de Viena; como governador dos Países Baixos espanhóis (1644-1647); e, ainda, como plenipotenciário à Paz de Munique concluída no ano de 1648.

por parte de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga (este sete anos mais velho do que aquele), na tentativa de obter benesses para os seus mais próximos.

D. Manuel de Moura y Corte-Real (1590-1651), II Marquês de Castelo Rodrigo.
Wikimedia Commons

Sendo D. Manuel de Moura y Corte-Real filho de D. Cristóvão de Moura[72] e de D. Margarida Corte Real[73], e tendo nascido em Madrid, ele veio a ser, indiscutivelmente um dos mais poderosos validos[74]

72 O Conde de Castelo Rodrigo, com a morte em 13 de setembro de 1598 de Filipe II de Espanha - de quem seu pai fora um dos validos mais destacados – veio a perder a significativa influência de que desfrutava. Deste modo, a família de D. Cristóvão de Moura acabaria por ser enviada para Lisboa, onde desempenhou como Vice-Rei de Portugal, dois mandatos trienais.

73 D. Margarida Corte Real era membro do poderoso (à época) clã dos Corte Real e herdeira das capitanias de Angra e de São Jorge. O rei Filipe II, de modo a agraciar o primogénito do I Marquês de Castelo Rodrigo (D. Cristóvão de Moura), beneficiou a D. Manuel de Moura y Corte Real, quando do falecimento de seu pai em 1613, como o título de II Marquês de Castelo Rodrigo.

74 Na fase final da vida de seu pai, em novembro de 1613, Manuel de Moura Corte Real casou com D. Leonor de Melo, filha de D. Nuno Álvares Pereira de Mello (III Conde de Tentúgal e Marquês de Ferreira) e de D. Mariana de Castro Osório Moscoso. Tendo

do rei Filipe IV de Espanha. O seu poder agora *renovado* em Madrid fazia assim renascer à sua volta uma série de vozes que pretendiam alcançar as mais diversas prebendas.

Compreende-se, assim, que tenham subsistido, durante alguns anos, laços de interesses – mais do que de amizade, seguramente – entre D. Juan António de Vera e o II Marquês de Castelo Rodrigo. Tal como Carmen Fernández-Daza Álvarez[75], também a historiadora Carmen Delgado Moral, no trabalho que dedicou a D. Fernando de Vera e Mendoza, faz uma clara alusão a este facto.

Segundo esta investigadora, D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga dirigiu-se em várias ocasiões a D. Manuel de Moura e Corte Real, com vista a

> *conseguir um cargo eclesiástico para seus filhos, Fernando e Pedro Laureano, em Sevilha, Plasencia, Cuenca ou Múrcia e não ter assim que fazer face aos seus gastos, que lhe comiam na sua fazenda, nunca conseguido obter, porém, qualquer beneficio*.[76]

Enquanto isso, e à semelhança do pai daquele, D. Cristóvão de Moura, ele continuava a privar com alguns dos mais inspirados poetas da Corte castelhana. Isso a pesar de ele não conseguir alinhar quaisquer tipos de poesia com mérito[77].

---

ficado, desse modo, aparentado com os Condes de Tentúgal e, posteriormente, Marqueses de Cadaval, esses vínculos aumentaram também o seu poderio na região de Portugal. A sua família era detentora, por sua vez, de um vasto palácio localizado ao Corpo Santo, que quase ultrapassava, em dimensões e riquezas, o Paço Régio.

75 Fernández-Daza, Carmen - Juan Antonio de Vera y Zúñiga. In *Diccionario de biografias de Real Academia de la Historia*, Madrid.

76 C. Delgado Moral, *op. cit*. (2013), p. 313.

77 O secretário deste II Conde de Castelo Rodrigo, o poeta português Manuel de Faria e Sousa, distinto camonista apercebeu-se também dessa falta de inspiração do aristocrata. Ele chegou a escrever (e citamos ainda C. Delgado Moral, *op. cit*., p. 314), desiludido por terem chegado a atribuir ao seu amo algumas das suas composições poéticas: "O Marquês nunca chegou, sequer, a produzir qualquer má cópia [poética]". Cfr. Santiago Martinez Hernández, "*En la Corte la ignorancia vive* […] *y* […] *son poetas todos*. Mecenazgo, bibliofilia y comunicación literaria en la cultura aristocrática de corte". *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 35 (2010), pp. 35-57.

Ações fora da Península Ibérica, a partir de 1625, deste *servidor* do rei e do Conde-Duque de Olivares, Juan António de Vera, também como homem de cultura

Os contactos do bracarense D. Constantino [Leitão] de Vasconcelos em Madrid com D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga poderão ter ocorrido antes de 1625, ou seja, na última fase em que este servidor do rei e do Conde-Duque de Olivares, passou a ser encarregado de destacadas missões régias sobretudo nas regiões de Sabóia e de Itália, mais particularmente na região autónoma veneziana. Contava, então, o nobre castelhano 38 anos de idade.

Primeiramente ele foi enviado, ainda em 1625, como sublinhou Carmen Fernández-Daza Álvarez, como Embaixador extraordinário a Sabóia. Depois, poderá ter viajado até à Itália, período em que acompanhou a legislação papal sobre a canonização da portuguesa Rainha Santa Isabel.

Nesse período, ele escreveu a sua esclarecedora obra *Vida de la gloriosa Santa Isabel Reyna de Portvgal buelta de Toscano en Espanol por D. Ivan Antonio de Vera, y Zuñiga*, que saíra em Roma, na oficina de Iacomo Mascardi, em 1625, fortemente influenciada pela tradicional *legenda*[78] isabelina luso-aragonesa. Esta obra romana seiscentista

78 Essa *legenda* isabelina pode identificar-se pelo título *Livro que fala da boa vida que fez a Raynha de Portugal, Dona Isabel, e dos seus bõos feitos e milagres em sa vida e depoys da morte* (manuscrito antigo que havia pertencido ao mosteiro conimbricense das Clarissas). Falamos precisamente da *Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal*, uma verdadeira hagiografia que se supõe ter sido escrita por autor desconhecido pouco depois da morte de D. Isabel. Essa *legenda*, recorde-se, foi publicada por J. J. Nunes, em (1919), 1921, pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Chamamos ainda a particular atenção – para além da conhecida biografia *D. Isabel de Aragão (A Rainha Santa)*, 2 vols., Coimbra, 1891-1894, do Prof. António de Vasconcelos, antigo diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra – das obras de Maria Isabel da Cruz Montes, *Vida e Milagres de D. Isabel Rainha de Portugal* (1999); de Maria Filomena Andrade, *Isabel de Aragão, Rainha Santa, Mãe exemplar* (2014); ou de Aires Nascimento, *Santa Isabel de Portugal*, Edições Colibri e Centro de Estudos da FLUL, Lisboa, 2019. Agradecemos ainda ao Colega Prof. Bernardo Vasconcelos e Sousa o ter-nos lembrado (por carta de setembro de 2019) alguma da bibliografia portuguesa mais atualizada sobre este tema.

foi publicada, precisamente, por ocasião da canonização da rainha-viúva de D. Dinis (em 25 de maio desse ano) pelo papa Urbano VIII.

Este trabalho bibliográfico, de natureza encomiástica, incluía, para além da vida da santa que havia sido rainha de Portugal entre 1288 e 1325, uma árvore genealógica na qual se traçava o parentesco da santa com os personagens aqui referenciados por Vera. Era patenteado aí, de igual modo, o parentesco dessa mulher piedosa então canonizada com a esposa do Conde-Duque de Olivares, D. Inês de Zúñiga, à qual era dedicado este livro da *Vida de la gloriosa santa Isabel, Reyna de Portugal*…[79].

Sensivelmente nesse mesmo período, D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga participou também em algumas jornadas bélicas como o conflito da Valtelina junto ao Duque de Feria, o Marquês de Castañeda e o seu próprio irmão Fernando (nomeado Governador de Como, em 1626), como, também, nos tumultos ocorridos por essa época em Génova[80].

Das presumíveis relações entre D. Constantino de Vasconcelos em Madrid com a cronística de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga

Depois desse período de 1625-1626 (e sobretudo até 1644) sabe-se que o aristocrata emeritense D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga viveu em terras transalpinas. E neste contexto vem a propósito relembrar que, presumivelmente já desde 1610, se afirmava na possessão espanhola de Nápoles o médicos e cosmógrafo português D. Miguel da Silveira.

Deste modo só se pode admitir que as relações (eventualmente pessoais) entre D. Costantino de Vasconcelos e D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga, só pudessem ter tido lugar, como mera hipótese académica, entre cerca de 1620 e 1625.

79 C. D. Moral *op. cit*. (2013), pp. 266-267, n. 53.

80 Carmen Fernández-Daza Álvarez, *idem*.

Do que parece não restarem dúvidas é que, dos exemplares de *Vida de la gloriosa santa Isabel, Reyna de Portugal* que eram chegados a Espanha (possivelmente a livreiros de Madrid) – nos últimos quatro anos em que Constantino de Vasconcelos ali viveu – antes de embarcar (sem regresso) para o Vice-Reino do Perú – ele terá tido acesso ou à posse pessoal de uma das cópias, ou, pelo menos, à leitura de um dos exemplares.

Menos seguro será que ele – já no Vice-Reino do Perú –viesse mais tarde a acompanhar pela leitura um outro livro transalpino do mesmo D. Juan Antonio de Vera y Zuñiga. Falamos dessa outra obra que ele, ainda em terras transalpinas, viria a editar, poema – em louvor de Rei, Fernando III, o Santo – intitulado *El Fernando o Sevilla Restaurada* (Milão, 1632), um bom par de anos antes da morte surpreender aquele espanhol já na sua pátria[81].

À semelhança dos interesses históricos isabelinos do bracarense D. Constantino de Vasconcelos, em 1625, subsistem os interesses literários de D. Fernando de Vera y Mendoza, em 1626, na poesia do português Miguel da Silveira

Em contraponto com os interesses históricos de D. Constantino de Vasconcelos na referida obra isabelina de D. Juan Antonio de Vera y Zúñiga, impõe-se também que sejam perspetivados, num plano sincrónico e também em Espanha, os interesses literários de D. Fernando de Vera y Mendoza pela poesia do celoricense D. Miguel da Silveira.

Tal ocorria precisamente quatro a três anos antes de o primeiro destes dois portugueses embarcar na Península Ibérica em direção ao Vice-Reino do Perú,

81 Juan Antonio de Vera y Zúñiga viria a falecer muito mais tarde em Madrid, 18 de outubro de 1658.

Nesse período, sem dúvida, já D. Fernando de Vera y Mendoza, tinha completado a redação e até a impressão da sua reconhecida e valiosa obra *Panegyrico por la Poesia* (dado que esta já se encontrava editada em letra de forma na região de Córdoba, em janeiro de 1627).

Sabe-se, por outro lado, que era antiga a admiração desse aristocrata castelhano pela poesia do português Miguel da Silveira[82]. Recorde-se que – como já atrás referimos – o médico e cosmógrafo português (licenciado como vimos por Salamanca), era uma figura de referência nos meios espanhóis de Nápoles, mesmo que pesasse sobre a sua atividade uma aura de "cripto-judeu".

Ele tinha aí sido apreciado primeiramente, como observou Santiago Martínez Hernández, por D. Pedro Fernández de Castro, Conde de Lemos[83] (que como vimos acompanhara desde Madrid quando da sua nomeação para o cargo de Vice-Rei de Nápoles). Foi já nessa cidade mediterrânica, com efeito, que Miguel da Silveira veio a *alinhar* poeticamente – ao tempo daquele Vice-Rei, desde pelo menos cerca de 1614 ainda antes de Pedro Fernandez de Castro, VII Conde

82 A propósito de D. Miguel da Silveira, cf., entre vasta bibliografia portuguesa hoje disponível: Barbosa Machado, "Miguel da Silveira", in *BL*, III (1752), p. 486; Viterbo, Sousa - Poesias avulsas do Dr. Miguel da Silveira. *O Instituto*. 43 (1906), pp. 378-382, pp. 441-448 e pp. 494-503; Glaser, Edward - Miguel da Silveira's El Macabeo. *Bulletin des* Études *Portugaises*. 21 (1958), pp. 5-49; Nelson Nóvoa, J. - Poesía y Biblia en el exilio marrano del siglo XVII: los casos de Miguel de Silveira y Jacob Uziel. *Via Spiritus : revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso* . Porto : Universidade do Porto. 12 (2005), pp. 41-68. Veja-se ainda a bibliografia apresentada por Santiago Martínez Hernández como mais significativa: Díaz Esteban, F. - La poesía épica de Miguel de Silveira. In F. Díaz Esteban (ed.) - *Los judaizantes en Europa y la literatura castellana del siglo de oro*. Madrid : Letrúmero, 1994. pp. 105-106; Vázquez Cuesta, P. - La lengua y la cultura portuguesas. In R. Menéndez Pidal (dir.) - *Historia de la Cultura Española*, vol. II, *El Siglo del Quijote, 1580-1680*, Las Letras, las Artes. Madrid : Espasa, 1996, pp. 642-644; ou, ainda, B. di Bitonto - *Miguel de Silveira : un autore barocco alla corte vicereale*. Nápoles : Universidad l'Orientale, 2005.

83 Anos mais tarde, um descendente deste aristocrata, D. Pedro Antonio Fernández de Castro (1634 - 1667), X Conde de Lemos e VII Marquês de Sarria, XXVII virá a ser nomeado para as altas funções de Vice-Rei do Peru entre 1667 e 1672, durante o reinado de Carlos II de Espanha (que se iniciou em 1665). E nessas funções ele virá a privar no Perú com D. Constantino de Vasconcelos, embora na fase final da vida deste português, falecido em 1668.

de Lemos, terminar aí as suas já referidas funções governativas num plano político – a parte substancial do seu porventura mais destacado poema, *Macabeo*[84].

Não abundam, porém, os elementos acerca deste período da vida de Silveira. Será que em 1616 – quando terminaram em Nápoles as funções governativas de D. Pedro Fernandez de Castro, VII Conde de Lemos – ele o tinha acompanhado no regresso à Corte, em Madrid[85]? Tudo parece indicar que sim.

Um triângulo constituído pelo aristocrata espanhol D. Fernando de Vera y Mendoza, pelo português Miguel da Silveira e (eventualmente) o bracarense Constantino [Leitão] de Vasconcelos

Baseamos esta nossa premissa interpretativa no facto de que – quando anos depois, no período de 1637, D. Felipe Torres de Guzmán, veio a ser nomeado para as mesmas funções que o VII Conde de Lemos havia ocupado em Nápoles duas décadas antes – este português terá saído novamente de Madrid em sua companhia. Quem o afirma é Carmen Delgado Moral quando, na sua dissertação *El* Panegírico por la poesia *de Fernando de Vera y Mendoza* (Córdoba, 2013, p. 343), refere que Miguel da Silveira

84 Este poema *Macabeo* foi dedicado pelo autor português a D. Inés Caraffa, Duquesa de Medina de las Torres, esposa do Vice-Rei D. Ramiro Núñez de Guzmán. De referir, por outro lado, que o poema *Macabeo* foi reimpresso em Madrid, por F. Martínez Abad, em 1731. Já no presente século esta obra veio a ser objeto das investigações e de edição por Moshe Lazar (Lancaster: Labyrinthos, 2006). Por seu lado, num plano mais abrangente das poesias de Silveira, elas vieram ainda a ser objeto de publicação em Coimbra, em 1906.

85 Continua a ser uma incógnita, de igual modo, se nessas segunda ou terceira décadas do período seiscentista (aceitando-se que Silveira tenha regressado a Madrid), se tenha deslocado alguma vez a Celorico da Beira para reestreitar os contactos com os familiares que aí havia deixado. A mesma incógnita se levanta quanto a Constantino [Leitão] de Vasconcelos, pois não detetámos ate agora elementos que permitam ajuizar se – durante o seu *período madrileno* – ele alguma vez voltou à região bracarense para visitar a família que aí havia deixado.

acompanhou [de Madrid] *a Nápoles o seu protetor, o Duque de Medina de las Torres, Ramiro Felipe de Guzmán*.[86]

Um regresso temporário do médico e cosmógrafo Miguel da Silveira à Corte em Madrid e ao convívio com Costantino, seu compatriota

É precisamente neste período que se poderiam voltar, hipoteticamente, a cruzar em Madrid – ou, então, de facto e pela primeira vez, mesmo que à distância – os destinos dos dois portugueses, Constantino [Leitão] de Vasconcelos e Miguel da Silveira.

Tudo parece apontar que (de novo em Madrid presumivelmente depois de 1616) Miguel da Silveira poderá ter tido aí contactos com o seu compatriota, Constantino [Leitão] de Vasconcelos e, ainda, com a plêiade de poetas castelhanos de grande gabarito que frequentavam a Corte filipina.

Foi neste eventual seu novo período madrileno que o cientista celoricense terá passado – ou autorizado uma leitura ocasional – uma arte do seu poema *Macabeo*[87] ao aristocrata Fernando de Vera y Mendoza, do clã dos Vera e dos Zuñiga, de quem o bracarense Constantino se havia, entretanto, aproximado nos anos prévios. Voltamos a recordar que só mais de uma dezena de anos depois, em 1629, o bracarense embarcaria, precisamente na companhia do Bispo D. Hernando de Vera y Zúñiga, familiar daquele, para este tomar posse do Bispado peruano de Cuzco.

O testemunho sobre essa *leitura ocasional* do poema *Macabeo*, por parte do aristocrata-escritor, D. Fernando de Vera y Mendoza, encontra-se aliás documentada por Carmen Delgado Moral, nestes termos:

86 Carmen Delgado Moral, *op. cit*. (2013), p. 343.

87 Este poema – reeditado em 1738 e com tradução para a língua italiana em 1810 – tratava de um tema que havia sido tratado pelo celebrado Tasso. Falamos da restauração do Templo de Jerusalém por Judas Macabeu. Ele lograva assim, tal como Tasso e, também, Luís de Camões (como já acentuaram E. Glaser e Jacinto do Prado Coelho), desenvolver argumentos poéticos em torno de um tema veterotestamentário.

> [D. Fernando de] *Vera conhecia, portanto, essa obra* [Macabeo]*, pelo menos doze anos antes da sua publicação*.[88]

Esta interpretação permite concluir, portanto, de uma forma insofismável, que essa *leitura ocasional* do dito poema de feitura em grande parte napolitana – do *todo* ou de *parte* de tais versos heroicos – já remontava ao ano de 1624.

Uma outra questão que se prende diretamente com esta é a de nesse mesmo ano – e torna-se necessário voltar a referi--lo – Constantino [Leitão] de Vasconcelos ainda se encontrava a viver em Madrid, antes de embarcar para o Perú. Desse modo, continuando então o bracarense em contacto regular com este intelectual e aristocrata espanhol D. Fernando de Vera y Mendoza, algo permite (não concluir, mas, pelo menos, *vaticinar*) que também o bracarense pudesse ter tido um acesso (mesmo que indireto) a esse conjunto de versos heroicos do *Macabeo* antes da sua conclusão redatorial e, daí, antes da sua edição tipográfica na cidade transalpina.

Entretanto, algumas décadas sucederam na vida política de Nápoles. E seria apenas em 1637-38 – no tempo em que veio a ser empossado o novo Vice-Rei desse território, D. Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres[89] – que veio a ser publicado tal poema do celoricense em letra de forma.

88 Carmen Delgado Moral, *ibidem*, loc. cit.

89 Foi no governo de Filipe IV de Espanha (e III de Portugal), mais precisamente entre 1637 e 1644, que tiveram lugar as funções de Vice-Rei de Nápoles, D. Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres. Tratava-se do genro de D. Gaspar de Guzman, Conde-Duque de Olivares. Ele era, para além de detentor daquele Ducado, detentor de títulos como Senhor da casa de Guzman, Príncipe de Stigliano, Duque de Sabbionetaa, Senhor do Valle de Curuenyo, ou Senhor do Conselho de Cilleros.

Gravura-retrato de Ramiro Felipe de Guzmán, Duque de Medina de las Torres (da Colecção Alejandro Pidal), associado à edição de *Macabeo*, do médico e cosmógrafo Miguel da Silveira.

À esquerda, retrato do poeta português de Celorico, Miguel da Silveira, numa gravura por Nicolas Perrey, publicada na abertura da sua 1.ª edição; à direita, frontispício do poema *Macabeo* (Nápoles : oficina de Egidio Longo, 1638). BGUC.

Nessa cidade, com efeito, Miguel da Silveira veio a granjear, como já referimos, de uma significativa popularidade editorial para a época[90]. Tendo-se confrontado ainda com alguns problemas inquisitoriais[91], ele veio a falecer uns bons anos mais tarde, cerca de 1640[92] (há mesmo quem refira o seu desaparecimento como ocorrido apenas em 1644).

Epílogo

Neste sentido pode desde já aceitar-se que Constantino [Leitão] de Vasconcelos foi, até hoje, em Portugal, um intelectual ativo só que desconhecido dos especialistas deste período. É possível que esse desconhecimento das suas atividades – tanto na Península Ibérica como (e sobretudo) no Perú – tenha ficado associado ao estigma de ele ter estado *alinhado*, de algum modo também em *pactuação*, com a Coroa dual Filipina, inclusive no final da sua vida em que chegou mesmo a ser acusado acintosamente desse facto.

Só que a sua ação seiscentista, quer em Portugal quer em Castela, até ao período do seu embarque para o Perú em 1629 – cumprindo-se de uma forma ainda mais categórica a sua vocação para a *desterritorialização* deleuziana (tal como sucedeu também com Miguel da Silveira) – não pode ser perspetivada senão numa articulação com

90 Para além da sua referida obra *El Macabeo: poema heroico* (1638), importa referenciar como dos seus mais significativos trabalhos, *El sol vencido: poema heroico*, Nápoles, Egidio Longo, 1639; *Partenope ovante: poema*, Nápoles, Egidio Longo. Seguimos, aqui, o estudo de Santiago Martínez Hernández, constante do Dicionário de personalidades da la Real Academia de la Historia de Madrid.

91 Além da sua apreciada obra *Macabeo*, publicou ainda, no mesmo território, obras como *El sol vencido* (1639) e *Vida de Elio Seyano* (1639). Ele era um dos poetas mais apreciados do seu tempo naquelas paragens transalpinas e dele faz eco Tamayo de Vargas na sua *Junta de libros*. A sua origem judaica, deve esclarecer-se ainda, acabaria por lhe trazer, como já referimos atrás, gravosos poemas com inquisidores locais.

92 Alguns autores, inclusive portugueses, como Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal: diccionario histórico*, tomo VI, Lisboa, 1912, p. 536) estabeleceram, à época, que a morte deste autor e cientista celoricense havia ocorrido em 1636. Manuel Ramos de Oliveira referiu, de igual modo, que o seu desaparecimento, naquela cidade transalpina, ocorreu também nesse ano. Por sua vez Carmen Delgado Moral sustenta, in *op. cit*., p. 343, que o falecimento deste português dever ter ocorrido em 1639 (portanto já depois da edição da sua obra em Nápoles).

os poderosos clãs aristocráticos. No seu caso específico, com os clãs dos Vera e Zúñiga, tanto em Espanha como (futuramente) no Perú.

O levantamento dos dados documentais referentes à sua vida e obra não dispensa hoje, a nosso ver, uma associação não só a outros intelectuais portugueses – como por exemplo Miguel da Silveira – que puseram o seu saber ao serviço da Coroa dual filipina e de alguns dos seus mais poderosos (e esclarecidos) agentes políticos e culturais espanhóis da época.

Conclusões e questionamentos

Desde a sua formação de base, na região bracarense, Constantino [Leitão] de Vasconcelos teve, de facto, no período seiscentista madrileno pré-1629, apesar do silêncio total a que tem sido votado, um papel intelectual relevante. Para além de alguns estudos monográficos tocando parcelarmente diversos focos da sua atividade, o que continua a faltar é um trabalho abrangente em torno da sua vida e obra. No que concerne aos seus trabalhos artísticos peruanos subsequentes, alguns trabalhos de investigadores como Humberto Leonardo Rodrigues-Camilloni[93] (da Universidade norte-americana de Yale) procuram já, de algum modo, colmatar muitas dessas brechas.

Impõe-se hoje, para um seu mais profundo conhecimento, proceder a alguns questionamentos que aqui se deixam por não se terem ainda encontrado, até hoje, as devidas respostas:

> - quais os *clãs aristocráticos*, presumivelmente, no norte de Portugal (dos Leitão?) (dos Vasconcelos?) de onde proveio Constantino, que no período seiscentista se destacou em Madrid e no Perú;

93 Rodrigues-Camilloni, Humberto Leonardo - *Religious Architecture in Lima of the Seventeenth and Eighteenth centuries: the monastic complex of San Francisco el Grande and its restoration*. Versão em língua espanhola. Yale University : ProQuest Dissertations Publishing, 1981.

- quais os meios universitários onde porventura decorreu a sua formação, em particular no seio das Artes e da Arquitetura em particular; e, finalmente,

- que tipo de *elo relacional*, de feição literária e científica, se torna hoje possível constatar para ser renovado o conhecimento em torno deste bracarense – *desterritorializado* para terras peruanas de onde não regressou – ainda (e apesar de tudo) quase desconhecido em meios universitários portugueses e que os biógrafos dos reis Filipes também teimam em desconhecer.

BIBLIOGRAFIA

ALBERNAZ, Pedro Teixeira - *Topographia de la Villa de Madrid* [material cartográfico] (Madrid, 1656). Ed. facsim. Madrid : Instituto Geográfico, 1881.

ANGULO ÍÑIGUEZ, Diego - *Historia del arte hispanoamericano*. Barcelona : Salvat Editores, 1950. vol. II.

CRESPO RODRÍGUEZ, María Dolores - Constantino de Vasconcelos. In *Diccionário biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid. Disponível em linha: https://dbe.rah.es/biografias/33806/constantino-de-vasconcelos

DELGADO MORAL, Carmen - *El Panegirico por la poesia por Fernando de Vera y Mendoza en la preceptiva poética del Siglo de Oro*. Córdoba : Universidad de Córdoba, 2013. Tese de doutoramento (texto policopiado).

Disponível em linha: http://hdl.handle.net/10396/10879

ENCISO ALONSO-MUÑUMER, María - Pedro Fernández de Castro. In *Diccionário biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid.

Também disponível em linha: https://dbe.rah.es/biografias/9379/pedro-fernandez-de-castro

FERNÁNDEZ-DAZA, Carmen - Juan Antonio de Vera y Zúñiga. In *Diccionário biográfico de la Real Academia de la Historia*. Madrid.

FERNÁNDEZ-DAZA, Carmen - *Juan Antonio de Vera, I Conde de la Roca (1583-1658)*. Badajoz : Diputación Provincial, 1994.

GENETTE, Gérard - *Figures, III*. Paris : Éditions du Seuil, 1972.

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago - En la Corte la ignorancia vive […] y […] son poetas todos. Mecenazgo, bibliofilia y comunicación literária en la cultura aristocrática de corte. *Cuadernos de Historia Moderna*. Vol. 35 (2010), pp. 35-57.

MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana* (sigla: *BL*). Lisboa, 1741-1759.

MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Porto : [Ed. do Autor], 1981.

--- , *Braga medieval*. Braga :[s.n.], 1983 (Braga : Of. Gráf. da Livr. Cruz).

MATOS, Manuel Cadafaz de - Cartografia Mercatoriana… [em duas partes]. *Revista Portuguesa de História do Livro.* Lisboa : CEHLE. Vol. 29-30 (2012), pp. 367-410. Posteriormente saiu em *Obras Completas* do autor. Lisboa : CEHLE, 2016. Vol. VIII, p. 849.

MONTEBELO, 1º Marquês de (Félix Machado da Silva Castro e Vasconcelos) - *Vida de Manuel Machado de Azevedo, Señor de las Casas de Castro, Vasconcelos y Barroso*. Madrid : oficina de Pedro Garcia de Paredes, 1660.

NOUA BRACARAE avgvste descriptio Madrid [material cartográfico]. [Colonia] : [Braun ; Hogenberg], [c. 1598]. Original quinhentista das coleções do CEHLE, Lisboa.

OLIVEIRA, António de - *Dom Filipe III*. Lisboa : Temas & Debates, 2005.

OLIVEIRA, Manuel Ramos de - *Celorico da Beira e o seu concelho, através da história e da tradição*. 2ª. ed. Celorico da Beira : Câmara Municipal,1997.

RODRIGUEZ-CAMILLONI, Humberto Leonardo - *Religious Architecture in Lima of the Seventeenth and Eighteenth centuries: the monastic complex of San Francisco el Grande and its restoration*. Versão em língua espanhola. Yale University : ProQuest Dissertations Publishing, 1981.

SABUCO, Miguel - *Nueva filosofia de la naturaleza del hombre* (Madrid, 1586). Nova edição. Braga : Fructuoso Loure[n]ço de Basto, 1622.

SILVEIRA, Miguel de - *El Macabeo : poema heroico*. Nápoles : Egidio Longo, 1638.

VEIGA, Tomé Pinheiro da - *Fastigínia o fastos extraordinarios sacados de la tumba de Merlín, donde fueron hallados junto a la Demanda del Santo Grial por el arzobispo D. Turpín, descubiertos y sacados a la luz por el famoso lusitano fray Pantaleón, que los encontró en un monasterio de novatos... a costa de Jaimes del Temps Perdut, comprador de libros de caballerías* (1605, com ampliações textuais em 1607 e em 1620). Porto : Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1911.

VERA Y FIGUEROA, Juan Antonio de - *Vida de la gloriosa Santa Isabel, Reyna de Portugal*. Roma : Iacomo Mascardi, 1625.

(Página deixada propositadamente em branco)

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_6

Umberto Eco em Coimbra : memória de uma investigação

Umberto Eco in Coimbra : memory of an investigation

Pedro Miguel Gon[1]

RESUMO

Neste artigo revisita-se e aprofunda-se uma investigação sobre a presença de Umberto Eco em Coimbra, que resultou num texto publicado no *Diário de Coimbra*, ao qual foi concedido o Prémio de Jornalismo Adriano Lucas 2019. Sobre o artigo de jornal original, intitulado "Em Busca de Umberto Eco", reconstrói-se neste texto a investigação então realizada e reorganizam-se de modo mais sistemático os dados fundamentais apurados durante aquela investigação. Apresenta-se aqui: a data em que Umberto Eco esteve em Coimbra; os espaços por onde andou; que tipo de conferência foi a sua; quem teria sido a personalidade coimbrã a conduzi-lo pela Biblioteca Joanina.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca Joanina, visitantes; Coimbra, visitantes; Eco, Umberto, 1932-2016; Figura de relevo

1 https://orcid.org/0000-0001-9738-6955; pedro.miguel.gon@sapo.pt

ABSTRACT

In this article we revisit and deepen the investigation about Umberto Eco's presence in Coimbra that resulted in a text published in the *Diário de Coimbra*, to which was awarded the Adriano Lucas Journalism Prize 2019. Staring from the original newspaper article entitled "In Search of Umberto Eco", the current text reconstructs the investigation carried out at that time and the fundamental data gathered during that investigation are reorganized in a more systematic way. We approach here: the date Umberto Eco was in Coimbra; the places where he went; the type of conference he delivered; who could have been the Coimbra personality who led him through the Joanina Library.

KEYWORDS

Coimbra, visitors; Distinguished visitor; Eco, Umberto, 1932-2016; Johannine Library, visitors

Umberto Eco foi uma das figuras incontornáveis da cultura mundial na viragem do séc. XX para o séc. XXI. Quando morreu, em 2016, tinha alcançado tal popularidade que gozava de um estatuto de celebridade equivalente ao das estrelas da música Pop e do cinema Hollywood. Em Portugal, Carlos Vaz Marques apresenta-o, em 2011, como "*provavelmente o intelectual mais famoso do mundo*" (Ler, nº101, p.29). A parangona do jornal *La Repubblica* ao anunciar a morte de Umberto Eco está repleta de significado: "*Morreu o escritor Umberto Eco. Sentiremos falta do seu olhar sobre o mundo*".

Uma figura mediática deste calibre só visita locais de indiscutível interesse e os espaços por onde passou não deixam de despertar a curiosidade de quem se interessa por tais figuras. Ora, Umberto Eco foi um dos mais ilustres visitantes de Coimbra e havia todo o interesse de saber em que circunstâncias o havia feito.

Tendo por objetivo clarificar o episódio da passagem de Umberto Eco por Coimbra, encetámos uma investigação que nos ocuparia parte de 2018 e 2019. No entanto, essa iniciativa inscrevia-se numa

preocupação maior e não se poderia resumir à reunião de informação sobre a presença de Umberto Eco. Não era só este episódio que se pretendia resgatar do esquecimento. A motivação profunda que explica este tipo de investigação é o problema geral da Memória em Coimbra. Em nosso entender, é necessário contribuir para o resgate de uma parte da "*memória que dá espessura à história mediática de uma cidade*"[2] tão necessária para formar a identidade da cidade de Coimbra no presente. Por conseguinte, para além de recuperar a memória da estadia de Umberto Eco, ainda havia que garimpar, em momentos subsequentes, as histórias da passagem de H. C. Andersen, Günter Grass, Herta Muller, Simone de Beauvoir ou Olivier Rolin, entre muitos outros.

O texto que resultou dessa investigação recebeu o título "Em Busca de Umberto Eco" e veio a ser submetido ao Prémio de Jornalismo Adriano Lucas 2019. Trata-se de um texto jornalístico concebido enquanto reportagem sobre a investigação em curso e acabou por vencer o prémio. O texto veio a ser publicado no jornal *Diário de Coimbra* a 14 de dezembro de 2020 e o prémio foi-nos entregue em cerimónia pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra no mesmo dia, com a presença dos representantes das três entidades promotoras do prémio, a saber, João Luís Campos (pelo Diário de Coimbra), Delfim Leão (pela Universidade de Coimbra) e Carina Gomes (pela Câmara Municipal de Coimbra).

O presente texto resulta da necessidade de fixar de uma forma mais explícita as informações fundamentais apuradas durante aquela investigação. Pretendemos, nomeadamente, apontar de forma clara: (1) a data em que Umberto Eco esteve em Coimbra; (2) os espaços por onde andou; (3) que tipo de conferência foi a sua; (4) e quem teria sido a personalidade coimbrã a conduzi-lo pela Biblioteca Joanina. Deste modo, fizemos uma revisão dos apontamentos colhidos na

2 No discurso de aceitação do Prémio de Jornalismo Adriano Lucas.

investigação e introduzimos no novo texto uma ordem mais sistemática e menores preocupações jornalísticas, ampliando-o consideravelmente. Ao mesmo tempo, tomámos aqui a oportunidade de superar mal-entendidos e atenuar algumas zonas sombra que tenham ficado no texto original.

1. A presença em Coimbra

A presença de Umberto Eco em Coimbra nunca esteve em dúvida. Apesar de não existirem no domínio público relatos, ou outras evidências da estadia de Umberto Eco, a sua passagem por Coimbra foi sempre tomada por segura. De facto, com alguma facilidade conseguimos reunir provas mínimas que confirmam a estadia de Umberto Eco em Coimbra.

Em primeiro lugar, bastava consultar o *Curriculum Vitae* que se encontra *online* numa página associada à Universidade de Turim[3], a universidade onde Umberto Eco se formou em Filosofia e onde recebeu um Doutoramento *Honoris Causa* em 2015, afinal um dos 39 *Honoris Causa* que recebeu ao longo da vida, para se constatar que Umberto Eco deu efetivamente três *Lectures* em Portugal (Coimbra, Lisboa e Porto).

Em segundo lugar, era conhecida uma afirmação na primeira pessoa, do próprio Umberto Eco, no livro a *Obsessão do Fogo* quando declara que esteve em Coimbra e visitou a Biblioteca Joanina: "*Agora, vou contar-lhes uma história divertida. Visitei a biblioteca de Coimbra, em Portugal*" (Eco & Carrière, 2009, p. 281). Portanto, a visita é inequívoca, porque é confirmada pelo próprio Umberto Eco.

Em terceiro lugar, um certo conhecimento de Coimbra é evocado por meio de um personagem que Umberto Eco criou para *O Pêndulo de Foucault* e que funciona como uma prova indireta de que o autor

3 Consultar em: https://www.unito.it/sites/default/files/6curriculum_vitae_di_umberto_eco.pdf

esteve nela, que conheceu a cidade "por dentro". O personagem principal desse romance, que se chama Casaubon, também é um intelectual e fez uma viagem a Portugal para estar presente numa conferência a realizar em Coimbra, na Universidade de Coimbra. Diz o narrador no capítulo 67: "*por essa altura realizava-se em Coimbra um convénio sobre a cultura lusitana. Mais por desejo de me voltarem a ver que por homenagem à minha competência, os amigos do Rio de Janeiro conseguiram fazer-me convidar*" (Eco, 2016, p.435).

Mais tarde, no decorrer da investigação, haveríamos de deparar com outras provas incontornáveis, como seria a notícia no *Diário de Coimbra*, o testemunho da professora Rita Marnoto e a assinatura no *Livro de Honra* do Instituto de Estudos Italianos.

2. A data da presença

Quanto à data em que ocorreu a passagem de Umberto Eco por Coimbra já não havia a mesma segurança. A única proposta visível de uma data precisa é a que se encontra no livro de Carlos Fiolhais e Paulo Mendes, *Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra*, apontando a hipótese de 1996. Diz Carlos Fiolhais: "*O professor universitário e escritor italiano Umberto Eco quando visitou Coimbra, em 1996, ficou encantado com os morcegos, tendo divulgado a sua a*ção em declarações públicas que fez" (Fiolhais & Mendes, 2013, p.32).

Naturalmente, o primeiro passo da nossa investigação foi procurar confirmar a veracidade da sugestão de Carlos Fiolhais. Uma vez que não apontava o mês em que teria ocorrido a visita, consultámos a totalidade dos 365 números do *Diário de Coimbra* no ano de 1996, do primeiro ao último, e não conseguimos detetar qualquer pista sobre Umberto Eco. A única conclusão que pudemos retirar desse exame era que Umberto Eco não tinha estado em Coimbra em 1996.

A pesquisa exploratória subsequente levou-nos a estabelecer as seguintes convicções: Umberto Eco teve várias oportunidades de vir

a Portugal, mas nem em todas as ocasiões esteve efetivamente em Coimbra. Uma primeira vaga de leitura dos artigos de jornal publicados aquando da morte de Umberto Eco, em 2016, indiciava que havia estado em Portugal nos anos de 1983 e 1984; a estas datas acrescentámos depois a data de 1988. Restava então confirmar a veracidade destas impressões.

***

Várias pistas apontavam para que a primeira viagem de Umberto Eco a Portugal tivesse ocorrido em 1983. Seria uma visita para promoção da sua primeira obra de ficção, o romance *O Nome da Rosa*. Uma obra que se tornou, logo à primeira, um *best-seller* capaz de acumular múltiplas edições e traduções em mais de 30 línguas; obra que em breve conheceria uma adaptação ao cinema por Jean-Jacques Annaud – logo com atores de peso, Sean Connery e Christian Slater. O romance *O Nome da Rosa* havia sido publicado em 1980 e nos anos seguintes fizeram-se traduções noutras línguas. A versão portuguesa acabaria por aparecer em 1983, na editora Difel e com tradução de Maria Celeste Pinto. A Difel era então uma editora recente que começava a ganhar prestígio com a publicação, nesse ano, da primeira versão em português de *Ulisses* de James Joyce e logo depois com *O Nome da Rosa* de Umberto Eco.

O lançamento de *O Nome da Rosa* aconteceu durante a segunda quinzena de novembro, como nos informa o *JL – Jornal de Letras, artes e ideias*, nº68. Tudo se fez para trazer Umberto Eco a Portugal na data em que a obra chegaria às bancas, mas as diligências iniciaram-se tarde e a agenda carregada do escritor não o permitiu. Portanto, apesar das expectativas da presença de Umberto Eco para o lançamento da tradução portuguesa, tal lançamento acabou por acontecer sem a presença do autor. Segundo a notícia breve do *JL*, na data pretendida Umberto Eco estaria nos Estados Unidos, tam-

bém em campanha de promoção de *O Nome da Rosa*, e, por essa razão, a visita de Umberto Eco só veio a acontecer no ano seguinte. A tiragem de quatro mil exemplares da primeira edição portuguesa esgotou-se ao fim de um mês[4].

Na sequência do lançamento da tradução portuguesa em novembro, apareceram no *JL – Jornal de Letras, artes e ideias*, nº76, de 20 a 26 de dezembro, as primeiras reações de leitores profissionais. São três artigos ao todo, um de Augusto Abelaira, outro de Margarida Barahona, e uma nota breve de tom mais biográfico e académico de Eduardo Prado Coelho. No mesmo número aparece também um texto do próprio Umberto Eco, com o título "Construir um mundo", a propósito dos processos de criação do seu romance. Assim se pretendeu preencher o vazio que a ausência física de Umberto Eco provocou entre os leitores portugueses.

Em conclusão, os artigos jornalísticos que apontam para a presença de Umberto Eco antes de 1984, nomeadamente os do *Observador*, são enganadores e o que descrevem como se tendo passado em 1983, passou-se na verdade em 1984[5].

***

A primeira viagem de Umberto Eco a Portugal teve lugar em janeiro de 1984. Na sequência do lançamento da tradução portuguesa e a convite do Instituto Italiano de Cultura, cujo diretor era Paolo Angeleri, tal viagem tinha objetivos mais amplos que a simples promoção de um livro e seu autor. Era uma ocasião para promover a cultura italiana em Portugal, o que explica os inúmeros eventos planeados

4 Jornal *Diário de Notícias*. Nº41942 (11 jan. 1984).

5 Em o *Observador* afirma-se o seguinte: "A visita a Tomar não foi a primeira de Eco a Portugal. Antes disso, já tinha estado em Lisboa pouco depois do lançamento de *O Nome da Rosa*, em 1983". No mesmo texto afirma-se: "De tal forma que no ano seguinte, em 1984, quando Eco voltou a visitar Tomar para se inspirar para o próximo livro, também publicado pela Difel, *O Nome da Rosa* já ia na sexta edição" (texto de Clara Silva, 22 fevereiro de 2016).

ao longo de três ou quatro dias. Estava planeada a realização de conferências nas três grandes universidades do país, Lisboa, Porto e Coimbra. A imprensa nacional, por exemplo o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*, deram relevante cobertura à passagem de Umberto Eco por Portugal.

No que diz respeito à etapa de Coimbra, encontrámos na imprensa local provas da passagem do milanês. Numa edição de sexta-feira do *Diário de Coimbra*, dia seis de janeiro, aparece na rúbrica "Vida Académica" uma notícia com o título "Professor Umberto Eco em Coimbra" anunciando que na segunda-feira seguinte, dia nove de janeiro, às nove horas da manhã, Umberto Eco estaria na Faculdade de Letras para proferir uma conferência. O texto que se encontra no *Diário de Coimbra* é o seguinte:

> "Por ocasião da visita que faz a Portugal para o lançamento da versão portuguesa da sua última obra de ficção "Il Nome Bella (sic) Rosa", Umberto Eco, professor de Semiótica na Universidade de Bolonha, virá à Universidade de Coimbra.
>
> Por iniciativa do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras, o professor Umberto Eco (nome bem conhecido pelos seus trabalhos nos domínios da Estética Medieval, da Poética e da Semiótica, entre os quais se destacam "Ópera Aperta", "Le Poetiche Di Joyce", "La Structura Assente", "Il Problema Estético in Tommaso d'Aquino" e o "Trati Semiótica Generale") fará uma conferencia no Anfiteatro II daquela Faculdade, às 9 horas da próxima segunda-feira, seguindo depois para o Porto".

Há, no entanto, nesta notícia um desvio em relação à realidade. Apesar de se anunciar na notícia do *Diário de Coimbra* que a conferência teria lugar no Anfiteatro II da FLUC, tanto Rita Marnoto como Cristóvão de Aguiar, no livro *Relação de Bordo* (Campo das Letras, 1999), se recordam que a conferência teve lugar no espaço maior que

era o Teatro Paulo Quintela. É perfeitamente natural que se tenha previsto o Anfiteatro II, que é um dos maiores da faculdade, mas que a afluência tenha sido tão grande que se tenha transferido o evento para o Teatro Paulo Quintela.

***

A segunda viagem de Umberto Eco a Portugal foi em 1988. A primeira pista que nos levou a identificar esta segunda viagem foi encontrada numa entrevista que o jornalista José Rodrigues dos Santos lhe fez. Nessa entrevista, Umberto Eco afirma que a sua última estadia em Portugal foi no ano do grande incêndio de Lisboa. Ora, o incêndio do Chiado foi em 1988, ano do lançamento de *O Pêndulo de Foucault*. Mas a presença de Umberto Eco em Portugal nesse ano não se explica pela promoção do livro e sim pela sua participação no Ciclo de Conferências *Balanço do Século* promovido por Mário Soares, que era então o Presidente da República. Umberto Eco foi um dos intelectuais convidados, entre outros, como Karl Popper, Norberto Bobbio, Manfred Eigen ou Mário Vargas Llosa, para esse ciclo de conferências que se realizou em Lisboa, na Gulbenkian. A conferência de Umberto Eco teve lugar a 11 de fevereiro de 1988 e foi apresentado por Eduardo Prado Coelho, a quem se deve também a revisão científica da tradução da sua conferência "O Irracional, o Misterioso, o Enigmático". Consta que foi neste contexto que conheceu José Saramago. Quisemos confirmar a hipótese de Umberto Eco também se ter deslocado a Coimbra, mas analisados os números do *Diário de Coimbra* do mês de fevereiro não se encontrou a mínima referência à passagem da celebridade por Coimbra.

Uma última nota neste ponto das viagens a Portugal: enquanto tentávamos filtrar a pletora de informação que se encontra na internet, demos conta de uma notícia de 2015 que apresentava Umberto Eco como convidado de um congresso organizado pela Universidade

do Minho. Trata-se do "Congresso Internacional Culturas(s) em Negativo", que se realizou em outubro desse ano, mas que acabou por não contar com a participação de Umberto Eco. Em outubro de 2015, já estaria incomodado pela doença oncológica que lhe provocou a morte em fevereiro de 2016.

Rematando esta verificação dos factos, concluímos que Umberto Eco se deslocou duas vezes a Portugal e apenas em 1984 esteve efetivamente em Coimbra. Por conseguinte, é para janeiro de 1984 que vamos lançar agora o nosso olhar.

3. Que itinerários?

Quanto aos espaços que conheceram a presença de Umberto Eco só havia certezas quanto à Biblioteca Joanina, porque é o próprio quem o afirma, e quanto à FLUC, se tivermos em conta a notícia no jornal *Diário de Coimbra*. Quanto à forma como decorreu a estadia, que itinerários tomou e outros pormenores, de nada se sabia. Neste ponto o testemunho da Prof. Rita Marnoto foi fundamental para lançar alguma compreensão sobre a sequência de eventos. Cruzando a informação providenciada por Rita Marnoto com a informação prestada por Luís Graça, antigo diretor do Convento de Cristo, juntamente com as notícias de alguns jornais nacionais, podemos reconstituir a sequência dos acontecimentos do modo que a seguir se apresenta.

No domingo, dia 8 de janeiro de 1984, Umberto Eco e sua esposa fizeram uma deslocação em carro de Lisboa para norte. A acompanhar o casal Eco vinha pessoal do Instituto Italiano de Cultura, nomeadamente o seu diretor Paolo Angeleri, e jornalistas italianos da Agenzia Ansa. Antes de chegar a Coimbra fez um desvio propositado para Tomar, pois pretendia visitar o castelo dos templários. Afinal uma visita relevante, pois aquele edifício viria a ocupar um lugar central no enredo de *O Pêndulo de Foucault* (1988), o romance que publicou logo a seguir a *O Nome da Rosa* (1980). Segundo os depoimentos

que Luís Graça deu ao *Observador*, a visita a Tomar aconteceu "*num domingo chuvoso*" e foi uma passagem rápida, ainda que "*mais de uma hora de visita*".

Depois da visita a Tomar, Umberto Eco prosseguiu para norte, muito provavelmente pela estrada nacional N110, e terminou a viagem no Bussaco, pois ficou alojado no *Palace Hotel* do Bussaco. De acordo com as memórias de Rita Marnoto, Umberto Eco foi agraciado com um jantar, nessa noite, na grande sala de jantar do *Palace Hotel*.

Na manhã seguinte, dia 9 de janeiro, Umberto Eco deslocou-se para Coimbra, pois esperavam-no às nove horas para a conferência que se realizou na Faculdade de Letras. Como já dissemos, a conferência decorreu no espaço que hoje se chama Teatro Paulo Quintela e, segundo o testemunho de Rita Marnoto, a sala estava a "*abarrotar*" – o espaço tem cerca de 400 lugares sentados. Provavelmente, foi depois da conferência que visitou o espaço do Instituto de Estudos Italianos, onde assinou o *Livro de Honra* do instituto. Ainda nessa manhã, Umberto Eco foi conduzido aos espaços históricos do Paço das Escolas, mas não sabemos se visitou tudo ou se visitou apenas a Biblioteca Joanina. Supomos que por volta do meio-dia estaria terminando a visita de Umberto Eco a Coimbra.

Não conseguimos apurar se a comitiva italiana almoçou em Coimbra antes de partir para o Porto. Conhecendo os trajetos de então para norte (pela N1) podemos supor que tenha almoçado na zona da Bairrada onde lhe serviram o Leitão à Bairrada. De qualquer modo não chegou ao Porto no horário previsto. Se na sexta-feira o *Jornal de Notícias* anunciava que Umberto Eco chegaria à Faculdade de Letras pelas 12:30, na terça-feira o mesmo jornal informava que tinha chegado "entre as 13 e as 14 horas". O programa era carregado: uma conferência na FLUP, sendo o autor apresentado por Norma Tasca (presidente da Associação Portuguesa de Semiologia); uma conferência de imprensa na *Livraria Diário de Notícias* com Arnaldo

Saraiva, seguida de sessão de autógrafos; e à noite mais um evento promovido pela Associação Portuguesa de Escritores.

No dia seguinte, 10 de janeiro, partiu para Lisboa onde o esperavam, às 11 horas, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica. Seguiu-se um almoço com convidados no restaurante *Tágide*, durante o qual decorreu a entrevista de Fernando Assis Pacheco. A fotografia mais conhecida que ilustra a presença de Umberto Eco em Portugal foi tirada numa varanda desse restaurante. Um dos convidados era Eduardo Prado Coelho. Seguiu-se uma conferência de imprensa no Instituto Italiano de Cultura (Rua do Salitre, 146). Por fim uma sessão de autógrafos na livraria Bertrand do Chiado (Rua Garrett, 75).

O romancista de «O Nome da Rosa», de charutilho toscano na boca, espreita Lisboa

Fotografia de UE em Lisboa publicada no JL nº79 em 1984

4. Que tipo de conferência foi a de Coimbra?

Uma outra questão que nos preocupava era determinar a natureza da conferência que Umberto Eco proferiu em Coimbra. Seria uma

daquelas conferências de perfil académico, muito próximas das áreas da sua docência, a Semiótica e a Estética Medieval, ou seria uma daquelas conferências que tiveram impacto mediático por revelarem o olhar peculiar de Umberto Eco sobre o novo mundo da comunicação? Será que a de Coimbra poderia pertencer à família de conferências famosas, como as *Tanner Lectures*, de Clare Hall, Cambridge, "Interpretação e Sobreinterpretação" (1990), ou a conferência "From Internet to Gutenberg" na Columbia University (1996)? Bom, a conferência de Coimbra é bem anterior às mais famosas conferências de Umberto Eco. Segundo o testemunho de Cristóvão de Aguiar, em *Relação de Bordo*, "*discorreu sobre semiótica na Antiguidade, com especial incidência em Santo Agostinho*" (Aguiar, 1999, p.317). Nota-se inclusive um tom de certa insatisfação quando comenta, "*nem sequer falou de* O Nome da Rosa" (Aguiar, 1999, p.317). Infelizmente não encontrámos um exemplar do texto da conferência e não encontrámos indicação se alguma vez foi publicada. É, portanto, de crer que a conferência teria um padrão académico.

Suspeitamos, inclusive, que Umberto Eco não trouxe três conferências diferentes, mas apenas um texto para as três conferências. Alimenta esta suspeita o facto de tanto os jornalistas do Porto, no *Jornal de Notícias*, como os de Lisboa, no *Diário de Notícias*, procederem à mesma apresentação da articulação entre os métodos de investigação (dedutivo, indutivo e abdução) em Peirce e a narrativa nos romances policiais. No *Jornal de Notícias* há um texto, destacado numa caixa, com o título "*Paralelo entre as Lógicas Policiais de Sherlock Holmes e Auguste Dupin*" que poderá ser um título roubado ao título da conferência de Umberto Eco. De qualquer forma, o texto poderá ter derivado do seu contributo no livro editado em inglês, *The Sign of Three : Dupin, Holmes, Peirce* (Indiana University Press, 1983), no qual se exploram os processos lógicos dos investigadores policiais nas narrativas policiais de Conan Doyle e Edgar Allan Poe, à luz da lógica de Peirce e, sobretudo, tendo em conta o problema da abdução.

Se quanto à natureza do texto já temos pistas, que se poderá dizer quanto à *performance* de Umberto Eco? Nos jornais que consultámos descobrimos várias referências ao "*humor bem vivo*", ao "*fascinante espetáculo*" do conferencista. Eduardo Prado Coelho, que o ouviu em Lisboa, situa o estilo conferencista de Umberto Eco do seguinte modo: "*o falante multiplica* flashes *sobre mil e uma coisas – é a conferência "allumeuse", que é pródiga em sinais, insinuações, piruetas, cabriolas, momentos de evidência e de deslumbramento – é o estilo Eduardo Lourenço ou Umberto Eco*" (Coelho, 1992, p.80).

5. Quem teria sido a personalidade coimbrã a guiá-lo na Biblioteca Joanina?

Não temos dúvidas de que a visita da Biblioteca Joanina tenha sido, para Umberto Eco, um dos pontos altos da sua passagem por Coimbra. Por certo que não foi a exuberância do barroco que o espantou, pois em Milão também abundam as criações barrocas. Tudo indica que o momento de maior entusiasmo para o milanês foi a surpresa de descobrir uns "bibliotecários" especiais na biblioteca conimbricense: os morcegos. Este pormenor dos morcegos na Joanina, que tem hoje uma certa importância turística, algo folclórica, foi analisado no olhar de Umberto Eco de um modo diferente.

O impacto foi tal que guardou disso memória e valeu um comentário no livro *A Obsessão do Fogo* (Difel, 2009). Esse livro, originalmente publicado em francês, *N'espérez pas vous débarrasser des livres* (Éditions Grasset & Fasquelle, 2009) é basicamente uma conversa entre Umberto Eco e Jean-Claude Carrière, mediada por Jean-Philippe de Tonnac, a propósito do universo dos livros, do valor do livro e da importância do livro, do qual resulta a sentença: "*o livro não morrerá*". Num capítulo em que se abordam as dificuldades de preservação e conservação que os livros enfrentaram no correr dos séculos, acode à memória de Umberto Eco a visita à Biblioteca Joanina. Diz-nos o texto:

> *"(...) porque os livros custavam infinitamente mais do que hoje. Um manuscrito custava uma fortuna. De tal modo que por vezes era preferível recopiá-lo à mão em lugar de o comprar.*
> *Agora, vou contar-lhes uma história divertida. Visitei a biblioteca de Coimbra, em Portugal. As mesas estavam revestidas de um pano de feltro verde, um pouco como mesas de bilhar. Pergunto as razões dessa proteção.* Respondem-me que é para proteger os livros dos excrementos dos morcegos. Porque não eliminá-los? Muito simplesmente porque eles comem os vermes que atacam os livros" (Eco & Carrière, 2009, p. 281).

Portanto, Umberto Eco não imaginava que esse método de proteção usado em algumas bibliotecas antigas pudesse encontrar-se nos dias de hoje. Era uma surpresa encontrar numa biblioteca viva e funcional os descendentes dos morcegos que um dia, em meados do séc. XVIII, foram ali propositadamente largados (e não casualmente) para eliminarem as traças e outros insetos capazes de causar dano a tantos livros juntos. Diga-se, para que não restem dúvidas, que por vezes ainda se podem encontrar os morcegos, hoje, mas não fazem parte de um plano oficial de proteção biblioteconómica.

No entanto, aquele método natural tem vários inconvenientes que chocam com os interesses dos bibliotecários. Por um lado, os excrementos ácidos que podem danificar livros e mobiliários em geral e, por outro, sem a ação dos insetos sobre os livros são menores as pistas interpretativas para os bibliotecários datarem os livros antigos. Como refere Umberto Eco, "*ao mesmo tempo, o verme não deve ser radicalmente proscrito e condenado. É a passagem do verme pelo interior do incunábulo que nos permite saber de que modo as folhas foram ligadas, se não há partes mais recentes que outras*" (Eco & Carrière, 2009, p. 281). Para esclarecer o intrincado dilema que aflige os bibliotecários e outros especialistas que lidam com livros antigos, citaremos a explicação experimentada no texto anterior, já publicado no *Diário de Coimbra*:

> *"Se, por um lado, os morcegos protegem os livros ao eliminarem os insectos, nomeadamente as traças, que podem danificar as folhas de papel que constituem o livro, por outro, privam os estudiosos de um meio de datação dos vários fólios que constituem um códice e, em consequência, impedem uma possível interpretação da história concreta do códice em questão. Por exemplo: se no mesmo códice encontramos fólios perfurados de túneis de vermes e outros não, isso quer dizer que a montagem em livro é tardia e agrupa fólios de diferentes épocas. Sem as marcas dos vermes no papel, esta leitura do livro como objecto* não seria possível." (Diário de Coimbra, nº 2020)

***

Quem teria sido a personalidade que guiou Umberto Eco pelas singularidades da Joanina? Quisemos acreditar que teria sido o próprio diretor da Biblioteca, então o historiador Luís de Albuquerque, quem conduziu a visita, e fomos procurar provas disso mesmo. Primeiro fomos à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra consultar o Espólio de Luís de Albuquerque, mas não encontrámos documentos de natureza pessoal onde pudesse estar registada informação a este propósito, apenas documentos de carácter científico e académico. Seguidamente, entrámos em contacto com a filha de Luís de Albuquerque, a arquiteta Maria Helena Albuquerque, e perguntámos-lhe se se recordava de alguma vez ter ouvido o pai falar de Umberto Eco. Perguntámos-lhe também se havia um *Diário* ou agendas onde se pudesse confirmar o paradeiro de Luís de Albuquerque no dia da passagem de Umberto Eco por Coimbra. Maria Helena Albuquerque disse-nos que não guardava memória do pai alguma vez ter referido Umberto Eco em Coimbra. Nada acrescentou quanto a Diários ou agendas[6]. Confessou, no entanto, que tem em casa maços de cartas

6 Embora Maria Helena Albuquerque tenha desviado a atenção sobre a existência de Diários, sabemos pelo testemunho de Cristóvão de Aguiar que Luís de Albu-

de anos de correspondência de Luís de Albuquerque que ainda não leu e que ainda não entregou à Universidade de Coimbra. Assim, terminámos esta etapa sem uma prova cabal do envolvimento de Luís de Albuquerque e sem saber mesmo se Luís de Albuquerque estava na cidade no dia nove de janeiro de 1984.

Por que razão nos parece pertinente averiguar a identidade do guia de Umberto Eco? Porque o encontro entre dois sábios da estirpe de Luís de Albuquerque e Umberto Eco só poderia gerar um episódio memorável. Se efetivamente estiveram juntos, se efetivamente falaram um com o outro, como se entenderam? O que terão conseguido partilhar?

Na ausência de Luís de Albuquerque, uma hipótese a considerar seria o Bibliotecário José Barbosa, que foi durante muito tempo o responsável pelo Fundo Antigo, além de amigo pessoal de Luís de Albuquerque. Contactámos o filho de José Barbosa e perguntámos se recordava do pai alguma menção a propósito de Umberto Eco em Coimbra. Infelizmente, também José Severo Biscaia de Abreu Barbosa não guarda qualquer recordação que se relacione com a presença de Umberto Eco em Coimbra. No entanto, admitiu que em várias ocasiões José Barbosa se prestou a um papel de cicerone conduzindo alguns visitantes pela Biblioteca Joanina, de modo que não deixa de ser verosímil que, na ausência de Luís de Albuquerque, tenha sido José Barbosa o guia.

6. Reflexões finais

Apesar da importância de Umberto Eco, que já era uma figura muito conhecida em 1984, a sua passagem por Coimbra não dei-

querque dispunha de cadernos onde registava memórias. A propósito da relação entre Paulo Quintela e Luís de Albuquerque escreve: "*Este seu velho amigo é um verdadeiro grafómano: desde os finais dos anos trinta mantém meticulosamente um diário. Sempre que Paulo Quintela pretende refrescar a memória acerca de um acontecimento que já se lhe esfumou da lembrança, é para o seu velho amigo que apela*" (Aguiar, 2005, p.26).

xou muitos registos. O próprio *Anuário da Universidade de Coimbra* referente a 1984 é omisso quanto à visita de Umberto Eco. O escritor Miguel Torga não mostra conhecimento da passagem de Umberto Eco no seu *Diário* publicado (Vol. XIV). Não encontrámos fotografias no fundo da Imagoteca e a entrevista que teria sido feita por um jornalista da RDP Centro, informa-nos o Arquivo da RTP em Lisboa, perdeu-se. Só o escritor Cristóvão de Aguiar registou o facto, escrevendo umas breves e vagas palavras no diário publicado *Relação de Bordo*, mas sem atenção à data precisa da passagem de Umberto Eco. Parece que a cidade não reagiu, não despertou para a presença da celebridade. Sem divulgação, poucos se deram conta.

Há uma assinalável desproporção de quantidade e qualidade entre a atenção prestada pela imprensa local conimbricense e a imprensa de Lisboa e Porto. A prestação do *Diário de Coimbra* resume-se a uma única peça publicada no dia seis de janeiro, uma peça que aparenta ser uma mera transcrição de uma nota de imprensa fornecida pela FLUC ao jornal. A passagem de Umberto Eco pelo Porto mereceu largo destaque no *Jornal de Notícias*, com três textos em dois números e várias fotografias. A passagem por Lisboa deu aso a dois artigos em dois números do *Diário de Notícias* e a uma longa entrevista de Fernando Assis Pacheco publicada no *JL – Jornal de Letras, artes e ideias*, nº79.

A estadia de Umberto Eco na região de Coimbra compreende-se entre Domingo, dia oito, e Segunda-feira, dia nove, de janeiro de 1984. Pernoitou nas cercanias, num hotel de referência, e permaneceu uma manhã inteira na cidade de Coimbra. Infelizmente, a Universidade de Coimbra não entrou na ficção de Umberto Eco, não germinou no imaginário de milhões de leitores como aconteceu com a cidade de Tomar. O milanês passou muito mais tempo em Coimbra do que em Tomar, onde só esteve cerca de uma hora, mas foi afinal Tomar que adquiriu um vínculo célebre com o escritor milanês. Enquanto que o castelo templário de Tomar foi mergu-

lhado na engrenagem ficcional do romance *O Pêndulo de Foucault*, a Universidade de Coimbra foi apenas tocada de raspão, ficou circunstancial e acessória naquela história.

Mas se Umberto Eco tivesse sido informado que Coimbra havia sido a capital de Portugal e que então a cidade estava repleta de templários, talvez o romance tivesse tomado outro rumo. No tempo do primeiro rei português os templários eram uma presença permanente e explícita, estavam encarregues da defesa das muralhas da cidade, controlavam a passagem da ponte, da qual detinham os direitos da portagem (Anjinho, 2016, p. 1437), e tinham o quartel-general a curta distância, em Soure. Enquanto guardiães da capital, teriam privilégios de alta segurança para guardar segredos próprios a coberto de interesses do rei – que, por exemplo, guardava o tesouro real na torre de menagem, na cidadela. Teria sido tão fácil imaginar que numa capital tão segura, afinal o Graal também poderia ter sido escondido na cidadela de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Correspondência com Rita Marnoto.

Entrevista telefónica com Maria Helena Albuquerque.

Entrevista telefónica com José Severo Biscaia de Abreu Barbosa.

Referencias bibliográficas:

AGUIAR, Cristóvão de - *Relação de bordo.* Porto : Campo das Letras, 1999. ISBN 972-610-158-1.

AGUIAR, Cristóvão de - *Com Paulo Quintela à mesa da tertúlia : no centenário do seu nascimento.* 2ª edição refundida e aumentada. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2005. ISBN 978-989-26-0418-3.

ANJINHO, Isabel Maria de Moura - *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade*. [em linha]. Coimbra : [s.n.], 2016. 3 vol.

Disponível em www:<URL:http://hdl.handle.net/10316/31013>.

ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra : Serviço de Documentação e Publicações da Universidade, 1984.

COELHO, Eduardo Prado - *Tudo o que não escrevi.* 2ª ed. Porto : Edições Asa, 1993. 2 vol. ISBN 972-41-1275-6.

DIÁRIO DE COIMBRA. A. 54, nº 18047 (6 jan. 1984).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nº 41938 (7 jan. 1984).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nº 41942 (11 jan. 1984).

ECO, Umberto & Carrière, Jean-Claude - *A Obsessão do Fogo.* Lisboa : Difel, 2009. ISBN 978-972-29-0964-8.

ECO, Umberto - *O Pêndulo de Foucault.* Lisboa : Gradiva, 2016. ISBN 978-989-616-717-2.

FIOLHAIS, Carlos & Mendes, Paulo - *Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra.* Coimbra : Imprensa da Universidade, 2013. ISBN 978-989-26-0693-4.

GIL, Fernando (org.) - *Balanço do Século : Ciclo de Conferências promovido pelo Presidente da República.* Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

JL : Jornal de Letras, artes e ideias. Nº 41 (14/27 set. 1982).

JL : Jornal de Letras, artes e ideias. Nº 68 (27 set./10 out. 1983).

JL : Jornal de Letras, artes e ideias. Nº 76 (20/26 dez. 1983).

JL : Jornal de Letras, artes e ideias. Nº 79 (10/16 jan. 1984).

JORNAL DE NOTÍCIAS. Nº 209 (6 jan. 1984).

JORNAL DE NOTÍCIAS. Nº 213 (10 jan. 1984).

LER : Livros & Leitores. Nº 101 (abr. 2011).

SANTOS, J. Rodrigues dos - *Conversas de escritores: diálogo com os grandes autores da literatura contemporânea.* Lisboa : Gradiva, 2010. ISBN 978-989-616-366-1.

SILVA, Clara - O umbigo do mundo de Umberto Eco era em Portugal [em linha]. *Observador.* 22 fev. 2016. [consult. em 29 nov. 2021]. Disponível em www:<URL:https://observador.pt/2016/02/22/umbigo-do-mundo-umberto-eco-era-portugal/>.

TORGA, Miguel - *Diário.* Coimbra : Gráfica de Coimbra, 1987. Vol. XIV.

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_7

Evocações camonianas: o IV Centenário da Estada de Luis Vaz de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969). Parte II: As obras artísticas comemorativas

Camonian evocations: the IV Centenary of the stay of Luis Vaz de Camões on the Island of Mozambique (1569-1969). Part II: The commemorative artistic works

Milton Pedro Dias Pacheco[1]

1 Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra;
CHAM - Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores;
Casa-Museu Elysio de Moura;
ORCID: 0000-0002-1574-8552; miltondpacheco@yahoo.com.br ; miltonpacheco@fcsh.unl.pt

RESUMO

Justificado o contexto histórico e apresentado o processo institucional em que decorreu a realização do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969)* na primeira parte deste estudo – com a identificação dos membros das comissões oficiais promotoras dos eventos e a avaliação das atividades culturais propostas no programa definitivo implementado na então província moçambicana –, importa agora proceder à análise dos conjuntos artísticos encomendados entre os anos de 1968 e 1969.

A abordagem proposta para esta segunda parte assenta na apresentação, interpretação e confrontação das obras produzidas no âmbito das comemorações de 1969: as coleções filatélicas impressas, a medalha cunhada e a escultura fundida. Complementarmente, procurar-se-á ainda identificar os agentes ativos, os oficiais responsáveis pela encomenda e os artistas envolvidos na conceção artística e execução material das obras, confrontar os modelos de influência artística e averiguar os modos de produção.

PALAVRAS-CHAVE

Camões, Luís Vaz de; Comemorações históricas de 1969; Escultura camoniana; Filatelia camoniana; Ilha de Moçambique; Medalhística camoniana; Obras artísticas celebrativas; Propaganda do Estado Novo

ABSTRACT

In the first part of this study, it was justified and explained the historical context and the institutional process regarding the *IV Centenary of the stay of Luis de Camões on the Island of Mozambique (1569-1969)*. After the identification of the official commissions members responsible for the events and the evaluation of the cultural activities proposed in the definitive program implemented on the Mozambican province, we proceed now to the analysis of the artistic sets commissioned between the years of 1968 and 1969.

The approach proposed for this second part is based on the presentation, interpretation and confrontation of the works produced in the context of the commemorations of 1969: the printed philatelic collections, the minted medal and the casted sculpture. In addition, an attempt will be made to identify the active agents, the officials responsible for the works commissions and the artists involved in the conception and material execution, comparing the models of artistic influence and investigating the modes of production.

KEYWORDS

Camões, Luis Vaz de; Camonian medal; Camonian philately; Camonian sculpture; Celebratory artistic works; Estado Novo propaganda; Historical commemorations of 1969; Mozambique Island

As obras artísticas comemorativas produzidas no âmbito das celebrações oficiais do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969)*

Assumindo-se como uma das mais afamadas personalidades da História de Portugal, Luis Vaz de Camões [1524/1525-1579/1580] tem sido desde os finais do século XIX até à atualidade alvo de sucessivas e múltiplas celebrações comemorativas em virtude da obra poética, *Os Lusíadas*[2]. A participação no ambicioso projeto de expansão territorial e de domínio político da Coroa portuguesa levou-o a percorrer as mais distantes paragens desde Ceuta e Moçambique, em África, até Goa e Macau, na Ásia. Com maior ou menor expressão, a figura de Camões, o «homem histórico, autor e mito» indissociável da «Bíblia da Pátria»[3], é ainda hoje elemento integrante, e de certo modo agregador, do imaginário cultural de matriz europeia de muitas das comunidades oriundas daquelas regiões africanas e asiáticas.

2 Gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento à Direção do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, por disponibilizar as coleções artísticas e fundos documentais fundamentais ao presente artigo; à Senhora D. Helena Sousa, funcionária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, pelo contínuo apoio e disponibilidade nesta e noutras pesquisas de investigação, à Senhora Dra. Maria João Batista, do Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, pela prestimosa colaboração na investigação direcionada nos arquivos do município. Expressamos ainda um particular agradecimento ao Senhor Dr. José Cura da Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra pela cedência das imagens da coleção filatélica dedicada às comemorações camonianas de 1969.

3 Pereira, J. C. S. (2007). Notas sobre Camões e o(s) Modernismo(s) em Portugal. In *Estudos para Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos.* Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 520, 522.

De acordo com o testemunho do cronista oficial do Reino na Índia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa Diogo do Couto [1542-1616], durante o período em que habitou na Ilha de Moçambique, ininterruptamente entre os anos de 1567 e de 1569[4], Camões concluiu e/ou aperfeiçoou o texto de *Os Lusíadas*, a obra que retrata a longa aventura do povo lusitano desde Portugal até ao Extremo Oriente, e deixou roubar o manuscrito inédito, e hoje desconhecido, *O Parnaso*[5]. Contrariamente a Vasco da Gama [c.1469-1524], que subjugara a Ilha de Moçambique pela força das armas e destreza dos seus homens nos finais do século XV, Luis Vaz de Camões conquistara-a pela delicadeza da sua pena e a grandeza do seu poema épico algumas décadas depois.

Conforme ficou demonstrado na primeira parte deste estudo[6], as comemorações oficiais do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969)* realizadas ao longo de novembro de 1969 foram, como o próprio nome indica, destinadas a assinalar a última e definitiva passagem do grande Poeta português pela pequena ínsula moçambicana. As festividades restringiram-se essencialmente à então denominada província de Moçambique, no eixo das cidades de Lourenço Marques, Beira e Ilha de Moçambique[7], contrariamente às comemorações oficiais do *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*,

4 Mariz, P. (1613). Ao estudioso da lição Poetica, M. Correa (1613). *Os Lvsiadas do Grande Lvis de Camoens. Principe da Poesia Heroica*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, [IV-V].

5 Couto, D. do (1786). *Da Asia: dos feitos, que os portuguezes fizeram na conquista, e no descubrimento das terras, e mares do Oriente. Decada Oitava*. Lisboa: Regia Officina Typographica, cap. XVIII, 233.

6 Pacheco, M. P. D. (2021). Evocações camonianas: o IV Centenário da Estada de Luis Vaz de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969). Parte I. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 51, 157-192.

7 (1969, 22 de novembro). O Governador-Geral parte hoje para o Norte. As cerimónias de amanhã na histórica Ilha de Moçambique. *Notícias*, Lourenço Marques, 14543, 1.

iniciadas em Portugal[8] e terminadas, conjuntamente com as de Camões, na respetiva ilha[9].

No âmbito das comemorações do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique*, a Comissão Executiva Nacional apontada para a organização das dúplices celebrações, dependente da alçada do Ministério do Ultramar, foi consolidando logo a partir de janeiro-fevereiro de 1968 – data da constituição da comissão provisória[10] – um programa centrado na organização de eventos expositivos, encontros culturais e colóquios académicos.

Complementarmente aos eventos em torno de Camões e da sua obra de poesia épica, contemplando, naturalmente, a respetiva estada pela costa oriental africana, foi promovido um conjunto de edições comemorativas e definido um plano para a ereção de um monumento evocativo. As comissões envolvidas diligenciaram assim a encomenda de obras artísticas evocativas destinadas a assinalar a estada de Camões na Ilha de Moçambique: a emissão de séries colecionáveis de filatelia e medalhística, postas a circular nos territórios das províncias ultramarinas a partir da metrópole, e a constituição de um monumento escultórico, destinado a enobrecer o espaço público insular da antiga capital moçambicana.

Com base na informação veiculada no artigo publicado no jornal moçambicano *Notícias* pelo periodista João de Sá, em 11 de maio de

8 As festividades comemorativas de Vasco da Gama foram celebradas um pouco por todo o território continental de Portugal, muito embora alcançassem maior dimensão e aparato em Lisboa, tendo participado na cerimónia de inauguração da exposição realizada na capital o Presidente da República, Américo Tomás [1894|1958-1974|1987], os ministros de Estado e da Marinha e o presidente da autarquia. (1969, 3 de novembro). [Cerimónias comemorativas do V aniversário do nascimento de Vasco da Gama]. *Notícias*, Lourenço Marques, 14524, 1.

9 (1969, 6 de novembro). [Vista aerea da Ilha de Moçambique [...] onde no corrente mês se efectuará o encerramento das comemorações centenárias do nascimento de Vasco da Gama e da estada de Camões naquelas praias de encanto]. *Notícias*, Lourenço Marques, 14527, 1.

10 (1968, março). Informações e Notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 513, 118-119.

1969, é provável que a data inicialmente prevista para as comemorações em torno da estada de Camões na Ilha de Moçambique possa ter sido o simbólico Dia de Camões, de Portugal e da Raça, festejado em 10 de junho: «Entre as solenidades comemorativas avulta, pelo seu significado, a erecção, na histórica ilha do Índico, de um monumento, que, no porvir, passará a congregar a atenção das gentes em torno da memória do excelso poeta luso»[11]. O jornalista não estava devidamente informado, pois as festividades e a inauguração da estátua de Camões só ocorreram em novembro de 1969.

Embora a documentação publicada nos órgãos oficiais do aparelho estatal não mencione a data do 10 de junho, é provável, ou neste caso específico permitido supor, que os sucessivos atrasos possam de facto ter obrigado ao adiamento das festividades para novembro de 1969, ainda que a partir daquele dia de junho tenham começado a circular os selos postais e os envelopes comemorativos alusivos à efeméride camoniana[12].

No discurso proferido pelo governador-geral Baltazar Rebello de Souza [1921|1968-1970|2002], em 1 de janeiro de 1969, foi anunciada publicamente e pela primeira vez na Ilha de Moçambique a realização das celebrações em torno dos quatrocentos anos da estada de Camões na ínsula moçambicana: «este ano vamos celebrar, com júbilo e com festa esplendorosa, o 4.º Centenário da estadia nela do grande épico, do nosso maior poeta – Camões»[13]. Porém, nunca foi avançada uma data para a realização das celebrações.

11 Sá, J. de. (1969, 11 de maio). Camões em Moçambique. *Notícias*. Lourenço Marques, 14002, 11.

12 Parece corroborar a nossa posição a edição de dois envelopes comemorativos, um emitido pelo Clube Filatélico e Numismático de Moçambique e outro por uma associação desportiva de Lourenço Marques, este último ostentando já um selo postal das comemorações camonianas. *Envelope do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969*. Clube Filatélico e Numismático de Moçambique, Lourenço Marques, 1969; *Envelope do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969*. Tab. Desportiva - Lourenço Marques, 1969. Fundo Camoniano – Coleção Milton Pedro Dias Pacheco.

13 Souza, B. R. de. (1969). Dia de Paz. Visita à Ilha de Moçambique em 1-I-69. In *Um ano de governo 1968-1969: colectânea de alocuções e mensagens proferidas, de improviso, por sua Excelência o Governador-Geral de Moçambique, Dr. Baltazar Rebello de Souza, recolhidas*

Independentemente de ter sido fixada uma data para os inícios de 1969, as comissões e os artistas convocados há muito que se encontravam a trabalhar na sua organização. Estes, envolvidos na conceção das diferentes peças e obras, privilegiaram sempre a temática dita tradicional camoniana, recorrendo aos retratos mais antigos do grande Poeta português –segundo os cânones iconográficos fixados, reproduzindo a fisionomia de um rosto mutilado, a indumentária militar e o atributo apolíneo –, e à primeira edição de *Os Lusíadas* de 1572. Mas tendo em conta a dimensão histórica que revestia os eventos comemorativos associados à estada de Camões na ilha moçambicana foi necessário explorar os conteúdos históricos e as fontes iconográficas para a produção dos diversos conjuntos comemorativos, nomeadamente a coleção filatélica de selos postais.

I. A coleção filatélica de selos postais

De modo a assinalar a data comemorativa do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique*, o ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha [1920|1965-1973|2014], deliberou a emissão de um conjunto filatélico dedicado ao Poeta, tal como já se havia feito no passado[14]. Obtido o despacho ministerial, em 28 de maio de 1969, a Casa da Moeda procedeu à emissão de vinte milhões de selos postais a distribuir na Província de Moçambique a partir das estações centrais dos C. T. T. de Lourenço Marques e da Beira[15]:

*de elementos constantes dos boletins do Centro de Informação e Turismo e da imprensa e r*ádio. Lourenço Marques: Centro de Informação e Turismo de Moçambique, 85.

14 No decurso das comemorações do *IV Centenário do Nascimento de Luís Vaz de Camões* foi posta a circular, em 1924, uma coleção de sete selos da autoria de Alberto de Sousa, e nas do *IV Centenário da publicação de Os Lusíadas*, em 1972, apenas três. João, M. I. (2005). Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 6, 141-142; (1972, 23 de dezembro). Ministério das Comunicações – Correios e Telecomunicações de Portugal - Portaria n.º 771/72. *Diário do Governo* - I série*, 297/1972*, 2038.

15 (1969, 28 de maio). Ministério do Ultramar. Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. Serviços de Valores Postais - Portaria n.º 24090. *Diário do* Governo - I série, 126/1969,

> Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, que, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 37050, de 8 de Setembro de 1948, sejam emitidos e postos em circulação, na província de Moçambique, selos postais comemorativos do 4.º centenário de Luís de Camões na ilha de Moçambique, com as dimensões de 34,5 mm x 25,4 mm, nas quantidades, taxas, motivos e cores seguintes[16].

Através da série de selos comemorativos foi explorada uma narrativa biográfica de Luis Vaz de Camões associada a Moçambique e apresentada em cinco atos estampados: a figura retratada do Poeta; uma das possíveis embarcações marítimas que o transportaram até ao Oriente, nomeadamente para a Ilha de Moçambique; o território insular moçambicano representado através de um dos mais antigos mapas conhecidos; um dos poucos edifícios religiosos já existentes aquando das suas passagens pela Ilha; e, por último, *Os Lusíadas*, a obra revista e/ou concluída nessa mesma ilha segundo Diogo do Couto.

A conceção artística dos cinco selos temáticos, concebidos dentro dos modelos do naturalismo historicista[17], foi confiada ao pintor, escultor e medalhista José de Moura [1915-?], o artista responsável pela composição de outras coleções de filatelia e de medalhística destinadas a circular nas províncias ultramarinas e na metrópole em edições regulares e/ou comemorativas nos anos de 1968, 1969, 1970 e 1972[18].

---

590. O cotejo dos dados disponíveis permitem asseverar que foram impressos mais 2 000 000 de selos do que o conjunto filatélico produzido para o *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*, contabilizado em 18 000 000 de unidades. (1969, julho-agosto). Informações e Notícias. Comemorações do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama; Filatelia. Selos comemorativos. *Boletim Geral do Ultramar*, 529-530, 124-130, 196-197.

16 O conjunto tipológico de cinco selos postais foi litografado em papel esmalte, com desenho polícromo. Embora todos disponham da mesma dimensão, de 34,5 mm por 25,4 mm, em três dos selos a composição foi disposta na vertical e nos dois restantes na posição horizontal. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

17 Weber, C. (2011?). As artes plásticas e a arquitetura em Portugal no Estado Novo. *Comunicar na República. 100 Anos de Inovação e Tecnologia*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 98.

18 Entre as séries regulares refira-se a que foi emitida para Cabo Verde, em 1968, e entre as comemorativas as do *V Centenário de Vasco da Gama*, do *I Centenário da Publicação da*

Tudo aponta, porém, que os selos postais começaram a circular no território da então província moçambicana a partir do dia 10 de junho de 1969, inaugurando assim as comemorações camonianas, como sugerem dois envelopes celebrativos – um deles carimbado com aquela data – impressos fora do circuito oficial das comissões.

I. I. Selo do retrato de Luis Vaz de Camões:

O primeiro selo, com o valor comercial de $15 centavos[19], apresenta a efígie de Luis Vaz de Camões (Fig. 1) reproduzida fielmente segundo o retrato iluminado oferecido por Fernão Telles de Menezes [1530-1605] ao vice-rei da Índia, D. Luiz de Athayde [c.1516|1578-1581]. A preferência deste retrato de Camões (Fig. 2) para a estampa poderá estar associada à sua proveniência oriental, considerando a muito provável execução em Goa por volta de 1581[20], catorze anos após o seu regresso a Portugal[21].

Reforma Administrativa Ultramarina de Rebello da Silva, do *V Centenário do Nascimento de D. Manuel I (1469-1969)*, em 1969, ou ainda as do *V Centenário da Descoberta das Ilhas de São Tomé e do Príncipe por Pedro Escobar e João de Santarém*, em 1970. José de Moura foi ainda o responsável pela conceção da medalha cunhada em 1972 por ocasião das comemorações dos quatrocentos anos da primeira impressão de *Os Lusíadas*. (1969, janeiro-julho). Informações e Notícias. São Tomé e Príncipe – Artes e Letras/ Filatelia. *Boletim Geral do Ultramar*, 535, 202-203; (1968, setembro-outubro). Informações e Notícias. Filatelia: Cabo Verde. *Boletim Geral do Ultramar*, 519-520, 166-167; (1969, setembro-dezembro). Informações e Notícias. Filatelia: selos comemorativos. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 266-270; Silva, C. B. (2015?). *Vultos da nossa História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 135; Almeida, M. L. (1973) (dir.). *Medalhas Comemorativas do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», 28.

19 De acordo com a respetiva portaria era autorizada a emissão de 3 000 000 de selos com o retrato de Camões, assente numa paleta definida previamente e constituída de azul, vermelho, amarelo-palha, verde, azul-ultramarino, castanho-ouro, preto, amarelo, magenta, rosa, cinzento-azulado e verde-claro. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

20 O autor do retrato parece ter sido H. Lopes que o *pinto(u)* por volta de 1581. Coutinho, B. X. (1950, janeiro-junho). Uma revelação: o nome do autor do célebre retrato-iluminura de Camões datado de 1581. *Mvsev*, VI, 15-16, 116; Cidade, H. (1992). *Luís de Camões – O Lírico*. Lisboa: Presença, 96-97.

21 Rodrigues, A. A. G. (1968). *Camões e a sua vera efígie*. Lisboa: [s.n.], 19-20.

Retratado a meio corpo, Camões surge com a sua fisionomia convencional, rosto barbado, olho direito com a pálpebra cerrada – em virtude da lesão sofrida no Norte de África –, envergando armadura de cerimónia ornada com lacertídeos, gorjeira branca e coroa de louro. Em baixo, a ladear o Poeta surgem dois canídeos, dispostos sobre duas palmas a envolver um escudo esquartelado, junto do qual surge um livro aberto com a inscrição «AS LUSÍADAS 1581», sendo a data alusiva à possível execução do retrato.

Figura 1: Selo de $15 centavos com o retrato de Luis Vaz de Camões
José de Moura (desenho) - Casa da Moeda (litografia)
1969
Papel esmalte
Dimensões: 34,5 mm Alt. X 25,4 mm Larg.
Texto inscrito: REPÚBLICA PORTUGUESA/ IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969/ As Lusíadas 1581/ $15/ CORREIOS – MOÇAMBIQUE/ CASA DA MOEDA

Proveniência: Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra | Registo fotográfico: José Cura – 2022, março

FIgura 2: Retrato de Luis Vaz de Camões

H. Lopes (atrib.)
1581 (?)
Iluminura

Texto inscrito: OV RETRATO DE LVIZ DE CAMOES OFRESIDO O U REY D. LVIZ DE ATHAYDE POR FERNAO TELLES DE MENEZES

Proveniência: Coutinho, B. X. (1946). Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para a iconografia camoneana. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. I, fig. 2.ª, 8-10.

Todo o quadro, concebido sobre fundo azul, é profusamente ornado com uma composição de fauna e flora maioritariamente exóticas, e do qual foram excluídos os seis pequenos fólios esvoaçantes contendo os respetivos textos – «Dev notas Lvsyo da Asseensão marvjo», «Dev notas para u retrato Joze Penqvynho», «Dev notas Henrique Mascarenhas», «Dev notas Francisco Mascarenhas», «A firma ter Parsencas todos» e «Goa 1581 Pinto»[22] – em virtude da impossibilidade de os textos serem legíveis no selo.

22 Coutinho, B. X. (1946). *Camões e as Artes Plásticas: subsídios para a iconografia camoneana*. Porto: Livraria Figueirinhas, I, 9-18; Rodrigues, A. A. G., *Camões e a sua vera efígie*, 19-20.

I. II. Selo da nau portuguesa

Com a taxa de $50 centavos[23], o segundo selo apresenta como elemento ornamental a nau portuguesa São Bento (Fig. 3). Segundo a *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha como qve Vasco da Gama partio ao descobrimento de la por mamdado de ElRei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Xpõ de 1497* – obra usualmente designada de *Livro das Armadas* –, a nau São Bento (Fig. 4) foi capitaneada por Fernão d'Álvares Cabral da Cunha [1514-1571] «No Anno de 553 [...] Pera a India» e que «a tornada pera portugal se perdeo, na terra do natal»[24]. Tudo aponta para que a escolha do modelo desta embarcação quinhentista esteja diretamente relacionada com os dados documentais associados à partida de Camões para a Índia na expedição liderada por Cabral da Cunha em março de 1553[25].

23 Do selo dedicado à nau quinhentista foram emitidos 5 000 000 exemplares, com as cores base de azul, verde, vermelho, preto, castanho, sépia, azul-ultramarino e violeta. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

24 Albuquerque, L. (1979). *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha como qve Vasco da Gama partio ao descobrimento de la por mamdado de ElRei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Xpõ de 1497*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Ed. fac-similada comemorativa do 2º centenário da Fundação da Academia das Ciências no Segundo Centenário da sua fundação, 5, 24/ fac-simile 65/38.

25 Matos, M. V. L. de. (2011). Biografia de Luís de Camões. In Silva, V. A. e (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, 83-85.

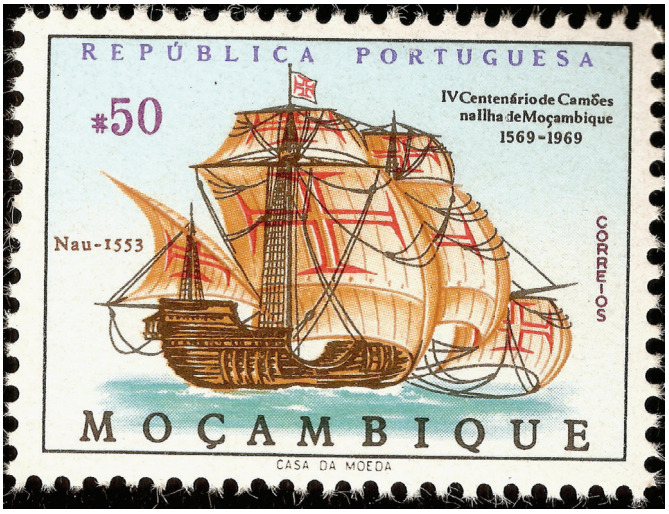


Figura 3: Selo de $50 centavos com a representação da nau São Bento

José de Moura (desenho) - Casa da Moeda (litografia)
1969
Papel esmalte
Dimensões: 25,4 mm Alt. X 34,5 mm Larg.

Texto inscrito: REPÚBLICA PORTUGUESA/ IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969/ $50/ Nau – 1553/ CORREIOS – MOÇAMBIQUE/ CASA DA MOEDA

Proveniência: Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra | Registo fotográfico: José Cura – 2022, março

Figura 4: Detalhe da nau «S. Bento | Fernão dalvz cabral da cunha | a tornada pera portugal se perdeo, na terra do natal»

Proveniência: Albuquerque, L. (1979). Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha como qve Vasco da Gama partio ao descobrimento de la por mamdado de ElRei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Xpõ de 1497. Lisboa: Edição da Academia das Ciências de Lisboa no Segundo Centenário da sua fundação, fac-simile 65/38.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

O desenho reproduzido mostra uma nau composta de casco de madeira dotado de quatro aparelhos vélicos suportados por mastros e por um intrincado jogo de enxárcias, escotas e outros cabos. As velas mostram no seu interior o único elemento simbólico e histórico presente na composição: a vermelha cruz da Ordem Militar de Cristo[26].

I. III. Selo do mapa da Ilha de Moçambique

Na terceira estampilha (Fig. 5), dotada da taxa de 1$50[27], a ilustração evoca uma das mais antigas representações cartográficas da

26 O modelo da nau revela muitíssimas similaridades com o da nau Loreto, igualmente incluída na rota portuguesa oriental, que foi representada no flanco frontal com os elementos constituintes comuns a tantas outras embarcações reproduzida no *Livro das Armadas*. Albuquerque, L. (1979). *Memoria das Armadas*, fac-simile 65/38.

27 O selo dedicado à representação da Ilha de Moçambique teve uma emissão de 6 000 000, o maior número de toda esta coleção de 1969. As cores selecionadas para

Ilha de Moçambique (Fig. 6), a *Insulae et arcis Mocambique descriptio ad fines Melinde sitae ebano puriß. auro et ambare odorato affluentis hinc magnus seruorum numerus in Indiam abducitur, Linschoten inuent*, de 1599[28], gravura colorida reproduzida diretamente da peça do *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert* do navegador holandês Jan Huygen van Linschoten [1563-1611] datada de 1596[29].

Ligeiramente alterada face ao desenho original, a composição mostra o mais importante entreposto português da Carreira das Índias estabelecido na costa oriental africana[30], onde Camões desembarcou uma primeira vez, chegado de Lisboa, em 1553, e depois uma segunda, desta vez vindo de Goa, em 1567, e onde estanciou até 1569[31]. Pese embora as várias imprecisões cartográficas, o desenho (Fig. 5) mostra a Ilha de Moçambique enquadrada naquela região africana, pontuada já com algumas das construções mais antigas erguidas pelos portugueses – entre as quais se destaca o primitivo baluarte e a pequena capela anexa –, e a baia/enseada onde as navegações portuguesas ancoravam. Há ainda a assinalar que as ilhas de São Jorge e de São Tiago – as atuais Ilhas de Sena e de Goa – (Fig. 6), as elevações do território continental e algumas pequenas embarcações foram suprimidas da estampa, mantendo-se, no entanto, praticamente todos os restantes elementos.

---

a sua composição foram o amarelo, preto, verde, vermelho, castanho, azul-ultramarino, ouro e verde-mineral. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

28 (1599). *Insulae et arcis Mocambique descriptio ad fines Melinde sitae ebano puriß. auro et ambare odorato affluentis hinc magnus seruorum numerus in Indiam abducitur, Linschoten inuent*. Hagae-Comitis: ex officina A. Henrici, impensis authoris et C. Nicolai, prostantque apud Aegidium Elsevirum.

29 Linschoten, J. H. (1596). *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert/ van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*. Amesterdão: por Cornelis Claesz op't Vvater, grav. 1, 6-7.

30 Correa, M. (1613). *Os Lvsiadas do Grande Lvis de Camoens. Principe da Poesia Heroica*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 25.

31 Cruz, M. A. L. (2011). Camões e Diogo do Couto. In *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, 135.

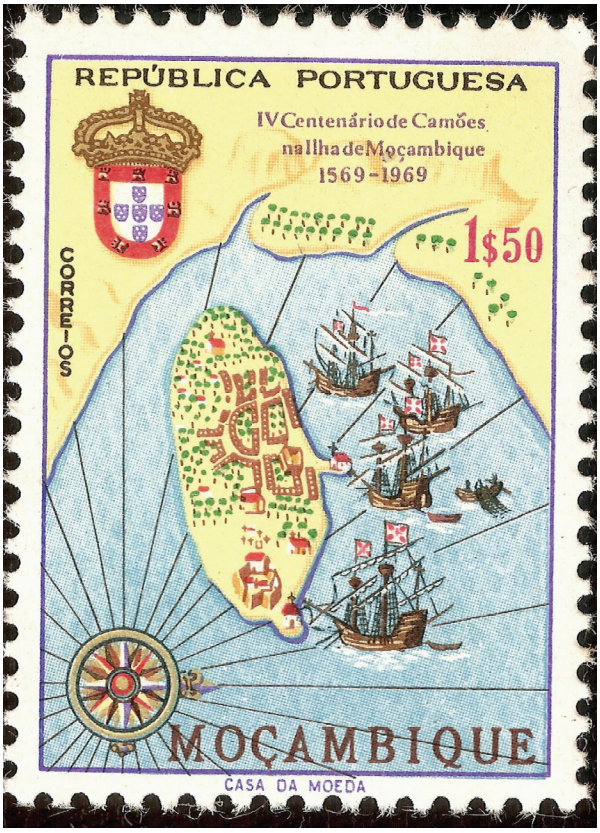


Figura 5: Mapa da Ilha de Moçambique no selo de 1$50

José de Moura (desenho) - Casa da Moeda (litografia)
1969
Papel esmalte
Dimensões: 34,5 mm Alt. X 25,4 mm Larg.

Texto inscrito: REPÚBLICA PORTUGUESA/ IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969/ 1$50/ CORREIOS – MOÇAMBIQUE/ CASA DA MOEDA
Proveniência: Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra | Registo fotográfico: José Cura 2022, março

Figura 6: Ilhas de Moçambique, São Jorge e São Tiago e território continental (detalhe)

Joannes a Doetecomius Junior fecit
1599
Gravura colorida

Proveniência: (1599). Insulae et arcis Mocambique descriptio ad fines Melinde sitae ebano puriß. auro et ambare odorato affluentis hinc magnus seruorum numerus in Indiam abducitur, Linschoten inuent. Hagae-Comitis: ex officina A. Henrici, impensis authoris et C. Nicolai, prostantque apud Aegidium Elsevirum.

I. IV. Selo da Capela de Nossa Senhora do Baluarte

O selo de 2$50, o quarto da série comemorativa camoniana de 1969[32] (Fig. 7), ilustra o mais antigo edifício de matriz religiosa construído pelos portugueses no atual território moçambicano, a Capela de Nossa Senhora do Baluarte (Fig. 8). Este é um dos poucos edifícios já construídos na Ilha de Moçambique aquando da sua passagem em 1553 e da estada de 1567-1569. Edificada em 1522, a pequena capela está localizada «numa ponta da Ilha de Moçambique, ao bordo da água, e também da fortaleza de Moçambique»[33], sobre parte do perímetro da primeira estrutura defensiva, junto da qual se construiu mais tarde, já no século XVII, a imponente Fortaleza de São Sebastião.

A Capela de Nossa Senhora do Baluarte, célebre por albergar a sepultura do primeiro prelado episcopal do Japão e de se apresentar como um dos mais antigos exemplares de arquitetura dita manuelina no Oriente português, foi um dos primeiros edifícios da Ilha de Moçambique a ser classificado em virtude da antiguidade histórica e relevância arquitetónica na província moçambicana[34].

32 Com uma emissão de 3 000 000 de selos, a estampilha dedicada à Capela de Nossa Senhora do Baluarte teve como cores base o preto, violeta, azul-de-cromo, amarelo-palha, rosa, azul ultramarino, magenta, castanho e cinzento-esverdeado. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

33 Rodrigues, V. (c.1577). Primeiro Roteiro da Carreira da Índia. In Costa, A. F. (1940), *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 106.

34 A Capela de Nossa Senhora do Baluarte foi classificada como monumento histórico pela portaria provincial n.º 5093 em 3 de abril de 1943, integrando o complexo da Fortaleza de São Sebastião. (1955, 3 de maio). Ministério do Ultramar. Direcção-Geral de Administração Política e Civil - Portaria n.º 15366. *Diário do* Governo - I série, 96/1955, 353-354.

Figura 7: Capela de Nossa Senhora do Baluarte no selo de 2$50

José de Moura (desenho) - Casa da Moeda (litografia)
1969
Papel esmalte
Dimensões: 25,4 mm Alt. X 34,5 mm Larg.

Texto inscrito: REPÚBLICA PORTUGUESA/ IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569/ 1969/ 2$50/ Capela de N.ª S.ª do Baluarte/ CORREIOS – MOÇAMBIQUE/ CASA DA MOEDA

Proveniência: Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra | Registo fotográfico: José Cura 2022, março

Figura 8: Capela de Nossa Senhora do Baluarte na Ilha de Moçambique

Registo fotográfico: Milton Pacheco | 2011, agosto

I. V. Selo da portada da primeira edição de *Os Lusíadas* com a estrofe LIV do canto I alusiva à Ilha de Moçambique

O quinto e último selo da série filatélica foi dedicado à obra magna de Luis Vaz de Camões, *Os Lusíadas*[35] (Fig. 9). Conforme ficou relatado, Diogo do Couto veio a encontrar o Poeta na Ilha de Moçambique num estado de quase indigência[36]. Ainda assim, apesar das difíceis condições de habitabilidade na ilha durante os anos de 1567 a 1569, o vate durante

> aquelle inverno que esteve em Moçambique, acabou de aperfeiçoar as suas Lusiadas pera as imprimir, e foi escrevendo em hum livro, que hia fazendo, que intitulava *Parnaso de Luiz de Camões*, livro de muita erudição, doutrina e filosofia, o qual lhe furtáram, e nunca pude saber no Reyno delle[37].

Voltaria ao Reino, cerca de dezassete anos depois, somente com a sua obra magna[38]. Para a ilustração do selo de maior valor comercial foi escolhida a estância LIV do canto I de *Os Lusíadas* alusiva à estada do Poeta na Ilha de Moçambique (Fig. 9), inserida no interior da portada da primeira edição saída dos prelos lisboetas de Antonio Gõçalvez em 1572[39] (Fig. 10), tal como fora reproduzida já na coleção filatélica impressa em 1924[40].

35 O último selo, ornado com a moldurada da portada da primeira edição da obra magna de Camões, teve uma emissão de 3 000 000. As cores selecionadas para a sua execução foram o azul-ultramarino, laranja, preto, verde, magenta, castanho e azul-eléctrico. (1969, 28 de maio), Serviços de Valores Postais, 590.

36 Matos, M. V. L. de, Biografia de Luís de Camões, 90; Castro, A. P. de (2007). *Páginas de um Honesto Estudo Camoniano.* Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 15.

37 Couto, D. do, *Da Asia*, cap. XVIII, 233.

38 Castro, A. P. de, *Páginas de um Honesto Estudo Camoniano*, 18, 109; Cidade, H., *Luís de Camões*, 66.

39 Camões, L. V. de. (1572). *Os Lvsiadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gõçalvez.

40 A portada de *Os Lusíadas* fora já utilizada num dos selos emitidos no *IV Centenário do Nascimento de Luís Vaz de Camões* de 1924; João, M. I., Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões, 141-142.

Figura 9: Portada de *Os Lusíadas* no selo de 5$00

José de Moura (desenho) - Casa da Moeda (litografia)
1969
Papel esmalte
Dimensões: 34,5 mm Alt. X 25,4 mm Larg.

Texto inscrito: REPÚBLICA PORTUGUESA/ IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969/ 5$00/

"Lusíadas"
Esta Ilha pequena que habitamos,
É em toda esta terra certa escala
De todos os que as ondas navegamos
De Quíloa, de Mombaça e de Sofala:
E, por ser necessária, procuramos
Como próprios da terra de habitá-la.
E porque tudo em fim vos notifique,
Chamase a pequena Ilha Moçambique.
CANTO I ESTÂNCIA LIV
CORREIOS – MOÇAMBIQUE/ CASA DA MOEDA

Proveniência: Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra | Registo fotográfico: José Cura | 2022, março

Figura 10: Portada da obra magna de Luis Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa, Em casa de Antonio Gõçalvez, 1572.

Compositor anónimo da oficina de António Gonçalvez
1572
Gravura

Proveniência: Camões, L. V. de (1572). Os Lvsiadas. Lisboa: Em casa de Antonio Gõçalvez, cant. I, est. LIV, 10.
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP: cam-3-p).

I. VI. Envelopes postais comemorativos

A par do conjunto filatélico foram ainda postos em circulação na província moçambicana dois envelopes comemorativos alusivos à efeméride camoniana de 1969, um emitido pelo Clube Filatélico e Numismático de Moçambique[41] e outro por uma associação desportiva ambos sedeados em Lourenço Marques. Contudo, ao que tudo

41 Presidia à direção do Clube Filatélico e Numismático Júlio de Almeida Santos. (1969). *Anuário da Província de Moçambique*. Lourenço Marques, 49, 305.

indica, foram emitidos fora do programa e do circuito oficiais estatais das comemorações em curso.

Igualmente ilustrado com a portada da primeira edição de *Os Lusíadas* de 1572, contendo no interior a repetida estância LIV do canto I, disposta no lado esquerdo, o envelope comemorativo do Clube Filatélico e Numismático de Moçambique (Fig. 11) ostenta sobre o desenho a designação do evento celebrativo do «IV CENTENÁRIO DA ESTADIA DE LUÍS DE CAMÕES NA ILHA DE MOÇAMBIQUE 1569-1969», seguido da informação alusiva ao primeiro dia de circulação previsto para o dia 10 de junho de 1969[42]. O Clube Filatélico e Numismático de Moçambique, identificado em baixo, estabeleceu uma parceria com os C.T.T. de Lourenço Marques (Fig. 11), de modo a permitir a circulação do envelope no dia de Camões, conforme atesta o próprio carimbo composto pelo desenho da nau São Bento[43] (Fig. 4).

Figura 11: Envelope comemorativo do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique* editado pelo Clube Filatélico e Numismático de Moçambique
Oficina moçambicana (?) | 1969 (maio-junho?) | Envelope impresso

Proveniência: Fundo Camoniano – Coleção Milton Pedro Dias Pacheco

42 *Envelope do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969.* Clube Filatélico e Numismático de Moçambique - Lourenço Marques, 1969. Fundo Camoniano – Coleção Milton Pedro Dias Pacheco.

43 *Envelope do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969.*

Patrocinado pela Tab. Desportiva de Lourenço Marques[44], o segundo envelope foi ilustrado com a efígie do Poeta, seguindo os modelos iconográficos de fisionomia e indumentária tradicionais, mas com a introdução de um elemento novo, a mão esquerda a apoiar o maxilar. A colorida composição ilustrada, ornada de elementos geometrizantes e vegetalistas, contem em baixo, no interior de uma cartela, o título «Os Lusíadas». Em cima foi inscrita a informação alusiva à comemoração: «IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique/ 1569-1969/ PRIMEIRO DIA DE CIRCULAÇÃO», e em baixo a da entidade promotora «N.º 19 Edição da TAB. DESPORTIVA – L. MARQUES»[45].

II. A medalha comemorativa

Obtidas as autorizações do Ministério do Ultramar, a Comissão Executiva Nacional das Comemorações avançou, entre os finais de 1968 e os inícios de 1969[46], com a encomenda da primeira da peça comemorativa do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique*, a medalha dedicada ao Poeta lusitano e à sua obra *Os Lusíadas* (Figs. 12-13).

A medalha comemorativa camoniana, com 80 mm de diâmetro e 250 g de peso, foi executada em bronze, numa produção alargada,

44 Tratar-se-ia do Grupo Desportivo de Lourenço Marques presidido naquele ano pelo engenheiro Camilo Manuel Silveira da Costa? (1969). *Anuário da Província de Moçambique. 1969*. Lourenço Marques, 49, 306.

45 O carimbo que atesta o primeiro dia de circulação, com a data de 10 de junho de 1969, reproduz a matriz da portada de *Os Lusíadas* de 1572. *Envelope do IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969*. Tab. Desportiva, Lourenço Marques, 1969. Fundo Camoniano – Coleção Milton Pedro Dias Pacheco.

46 Com base na informação dada em fevereiro de 1969, tudo aponta para que o processo para a sua execução tenha sido desencadeado meses antes, provavelmente no último trimestre de 1968. (1969, janeiro-fevereiro). Objectiva do Ultramar. Medalha comemorativa do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique, Informações e Notícias. Três comemorações centenárias relativas ao Ultramar. *Boletim Geral do Ultramar*, 523-524, 120, 168.

e em prata, numa edição limitada[47]. Tendo por base o desenho do escultor António Duarte[48] [1912-1998], Joaquim Martins Correia [1910-1999], um dos escultores mais requisitados pelo Estado Novo[49], com obra produzida na metrópole[50] e nas colónias[51], nomeadamente na produção de medalhas comemorativas similares, concebeu o molde para cunhar o arquétipo medalhístico[52].

47 Silva, C. B., *Vultos da nossa História*, 24-25; Coutinho, B. X. (1974). *A medalhística camoniana do século XVIII aos nossos dias*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», 72-73.

48 O prolífico escultor-retratista António Duarte, com ampla obra produzida na metrópole e colónias, foi o responsável pelo desenho da medalha comemorativa do *V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama* de 1969. No final da vida viria ainda a conceber um busto de Camões. Nunes, P. S. (2005), Duarte, António, Pereira, J. F. (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 208; (1969, junho). Informações e Notícias. V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama. *Boletim Geral do Ultramar*, 528, 165-167.

49 Correia Martins foi premiado pelo Secretariado da Propaganda Nacional, em 1943, e pelo Secretariado Nacional de Informação, em 1947. França, J.-A. (1991). *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. Lisboa: Bertrand Editores, 278; Portela, A. (1982). *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 94, 149, 151.

50 Martins Correia e António Duarte, artistas da mesma geração, foram dois dos escultores requisitados para a *Exposição do Mundo Português* realizada em 1940 e para os ciclos de exposições artísticas organizadas em Lisboa nas décadas de 1940 e 1950. Santos, R. A. (1997). O design e a decoração em Portugal, 1900-1994, Pereira, P. (dir.), *História da Arte Portuguesa* (437-505). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 464, 487; Silva, C. B., *Vultos da nossa História*, 134-135; Portela, A., *Salazarismo e artes plásticas*, 94; Matos, L. A. (2003). *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 272-273, 357.

51 Martins Correia foi o autor das estátuas de Diogo Gomes, erguida na Praça da Alfândega na cidade da Praia, em Cabo Verde, e de Luis Vaz de Camões, inaugurada na cidade de Goa, Índia. Milheiro, A. V. (2013). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: itinerários pela Arquitectura Moderna Luso-Africana (1944-1974). Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, [9]; João, M. I., Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões, 146; Garcia, J. L. L. (2011). *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar: 1924-1974*. Coimbra: Tese de Doutoramento em História, especialidade em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 164.

52 (1969, janeiro-fevereiro). Objectiva do Ultramar. Medalha comemorativa do IV Centenário, 120.

O lado anverso da medalha mostra a efígie convencional do homenageado ocupando as seções central e direita da superfície do disco (Fig. 12). Camões foi representado de rosto barbado, com o olho esquerdo aberto e o direito fechado, em virtude do ferimento sofrido. O lábio inferior é ligeiramente mais protuberante em relação ao superior e o nariz é adunco, algo alongado, nitidamente diferente do que surge no retrato de Camões executado pelo artista espanhol Hernán Gomez [c.1548-1612] na década de 1570[53].

A figura surge com dois adereços utilitários amplamente divulgados nos modelos iconográficos camonianos, um de matriz histórica, a gorjeira, a larga gola de tecido enrodilhado, inspirada no suposto retrato quinhentista, e um de matriz simbólica, o laurel, a tradicional coroa de louros concedida aos poetas maiores, com um ramo ligeiramente pendido à esquerda numa clara falha de composição[54] (Fig. 12). No campo esquerdo surge representado, com formas bastantes estilizadas, o antigo brasão de armas da cidade de Moçambique, localizada na Ilha homónima, em cima um dos quatro escudetes carregados de cinco besantes dispostos em cruz de Santo André e em baixo duas das três torres que compunham o castelo/fortaleza, com respetivo vão de passagem.

53 Markl, D. L. (1973). *Fernão Gomes um pintor do tempo de Camões: a pintura maneirista em Portugal*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de os «*Os Lusíadas*», 39-43.

54 Apesar das nítidas diferenças, a composição do rosto e a disposição do laurel seguem um mesmo desenho esquemático da medalha (de menor dimensão) concebida por Martins Correia, peça que por ora não foi possível localizar, mas que está reproduzida em Almeida, M. L. (dir.) & Martins, J. V. P. (introd.) (1972). *Os Lusíadas 1572-1972: Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [grav. 9], 471 e em Coutinho, B. X., *A medalhística camoniana do século XVIII aos nossos dias*, 65-66.

O arquétipo escolhido para a modelagem do desenho da medalha aparenta ter sido a figura gravada por A. Paulus[55] (Fig. 14) para a ilustração da obra de Manuel Severim de Faria [c.1583-1655], *Discursos varios politicos*, saída dos prelos eborenses de Manoel Carvalho em 1624[56], uma das matrizes mais utilizadas na reprodução da figura do Poeta[57] logo a partir da primeira metade do século XVII[58] e que se perpetuaria até ao século XIX[59] (Fig. 15).

A composição figurativa é delimitada por uma simples orla moldurada na qual foi inserida, em letras capitais, a inscrição alusiva ao evento comemorativo: «IV · CENTENÁRIO · DA · ESTADA · Đ · CAMÕES · NA · ILHA · Đ · MOÇAMBIQVE · MDLXIX–MCMLXIX» (Fig. 12). No reverso da medalha, justaposta sobre uma estilizada cruz da Ordem de Cristo, foi disposta a cartela geometrizante contendo a estância LIV do canto I de *Os Lusíadas* alusivo à estada de Camões na Ilha de Moçambique[60] (Fig. 13), igualmente reproduzida no selo de 5$00 (Fig. 9) e no envelope comemorativo (Fig. 11):

55 Conforme asseverou Xavier Coutinho [1909-1987] não é possível averiguar qual o artista responsável pela abertura da gravura, se Antoniuus Paulus [?-1630], ativo em Roma, ou se Andreas Paulus, com oficina em Antuérpia. Coutinho, B. X. (1946). *Camões e as Artes Plásticas*, I, 23-29; Rodrigues, A. A. G., *Camões e a sua vera efígie*, 9.

56 Faria, M. S. de. (1624). *Discursos varios politicos*. Évora: por Manoel de Carvalho, impressor da Universidade.

57 Soares, E. (1971). *História da Gravura Artística em Portugal*. Lisboa: Livraria Samcarlos, II, 413.

58 A título de exemplo, das cinquenta gravuras compiladas e estudadas por Maria da Graça Silva Garcia, em 1983, somente em dezassete Camões não surge representado com armadura, gorjeira e laurel (gravuras 11, 14, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 35, 36, 37, 41, 44, 47, 48, 50). A mesma autora não só assevera que a gravura seiscentista foi aberta por Andries Pauli ou Pauwels [1600-1639], o velho, como sugere a atribuição do desenho primário a Gaspar Severim de Faria, sobrinho de Manuel Severim de Faria. Garcia, M. G. S. (1983). *Luís de Camões: álbum de estampas*. Lisboa: Banco de Portugal, estampas 1-50, 11-12.

59 Coutinho, B. X. (1946). *Camões e as Artes Plásticas*, I, 209, 212-214.

60 Camões, L. V. de (1572). *Os Lvsiadas*, cant. I, est. LIV, 10.

Figuras 12-13: Anverso e reverso da medalha brônzea comemorativa do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique*
Joaquim Martins Correia/ António Duarte | 1968-1969 | Medalha

Proveniência: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra | Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – registo fotográfico de Milton Pacheco | 2022, janeiro

Figura 14: Retrato de Luis Vaz de Camões

A. Paulus
Cerca de 1624 (1622?)
Gravura

Proveniência: Faria, M. S. (1624). Discursos Varios Politicos. Évora: Por Manoel Carvalho, Impressor da Universidade de Évora [entre fólios 87 e 88].
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC: VT 6-6-15)

Figura 15: Retrato de Luis Vaz de Camões

François Gérard (pintor) F. Lignen (escultor)
Cerca de 1817
Gravura

Proveniência: Luis de Camões (1817), Os Lusiadas, poema epico de Luis de Camões (edição de D. Joze Maria de Souza-Botelho, morgado de Mateus). Paris: Officina Typographica de Firmin Didot, impressor do Rei e do Instituto.
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP: cam-19-a_0010)

Esta Ilha pequena que habitamos,
He em toda esta terra certa escala,
De todos os que as Ondas navegamos,
De Quiloa, de Mombaça, & de Sofala.
E por ser necessaria, procuramos,
Como proprios da terra, de habitala.
E porque tudo em fim vos notifique,
Chamase a pequena Ilha Moçambique.

Na seção superior da orla foi inscrito o texto, também em letras capitais, da entidade ministerial promotora da peça brônzea, o «MINISTÉRIO · DO · ULTRAMAR», seguindo-se o da «PROVÍNCIA · DE · MOÇAMBIQVE», onde as celebrações tiveram lugar naquele ano de 1969. Acompanhando a curvatura exterior da orla surge, na seção inferior direita, também em letras capitais mas de menor dimensão, o nome do artista fundidor «MARTINS CORREIA» (Fig. 13).

III. A estátua de *Luis Vaz de Camões declamando Os Lusíadas* na Ilha de Moçambique

É na atual *Cidade de Pedra* da Ilha de Moçambique que vamos encontrar os principais marcos camonianos existentes naquele território africano: a estátua de *Luis Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*, inaugurada no decurso das comemorações de 1969; a denominada *Casa da Camões*, um edifício claramente posterior ao século XVI, simbólica mas erroneamente associado à estada no Poeta na Ilha; e ainda um retrato do mesmo Poeta depositado no museu instalado no antigo Palácio do Governador[61].

Continuamente evocada por um reputado escol de camonistas, mas ignorada pelos historiadores da arte, a obra escultórica dedicada a *Luis Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique* integra o lote das primeiras encomendas artísticas para as festividades comemorativas do *IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique* começadas a preparar no primeiro trimestre de 1968[62].

61 Localizámos o retrato de Camões no antigo Palácio dos Governadores, no corredor do flanco nascente orientado para o interior do pátio principal, em agosto de 2011. Contudo, a documentação oficial e os órgãos noticiosos não mencionam a oferta e/ou a encomenda de nenhum retrato de Camões entre os anos de 1969 e de 1972, por ocasião dos quatrocentos anos da estada da Camões na Ilha e da primeira impressão de *Os Lusíadas* respetivamente. Aguardamos pela oportunidade para avançar com os trabalhos de investigação em torno desta pintura.

62 (1968, março). Informações e Notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões, 118-119.

De acordo com o pensamento nacionalista e a posição política do jornalista João de Sá, mais do que a liquidação de uma dívida antiga, as comemorações camonianas de 1969 deveriam ser «uma tomada de consciência de todos os portugueses das regiões orientais» de modo a «se encontrarem com a obra do Poeta e meditarem nas generosas virtudes do Homem, no seu espírito de sacrifício à doação total e sem mácula ao seu concebimento de pátria»[63]. Sá chegou mesmo a afirmar que Moçambique foi distintamente agraciado pela declamação das estrofes do poema épico primeiro do que Portugal[64], tendo em conta que foi na Ilha que a obra foi revista e/ou terminada. E é essa mesma carga histórica-simbólica que foi conferida à estátua do Poeta a declamar a estância LIV do canto I de *Os Lusíadas*.

No âmbito do «programa iconográfico de celebração da presença colonial por meio da colocação de arte pública e estatuária em pontos fulcrais» pelo Estado Novo[65], as comissões oficiais propuseram a encomenda de uma estátua evocativa de Camões destinada a enobrecer um espaço urbano que veio a adquirir a toponímia do próprio Poeta.

A encomenda da obra escultórica acabou por ser incorporada no ambicioso plano de requalificação urbanística, beneficiação arquitetónica e musealização artística da Ilha de Moçambique implementado no segundo lustro da década de 1960 por Pedro Quirino da Fonseca[66],

63 Sá, J. de, Camões em Moçambique, 11.

64 Sá, J. de, Camões em Moçambique, 12.

65 Milheiro, A. V. (2012, julho-dezembro). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4, 2, 221.

66 As campanhas de obras na Ilha de Moçambique, iniciadas durante o governo-geral de Manuel Maria Sarmento Rodrigues [1899|1961-1964|1979] – mais tarde o ministro responsável pelo alargamento da área de proteção patrimonial da Ilha de Moçambique – e concluídas no de Baltazar Rebello de Souza, foram aceleradas a partir de 1969 de modo a fazer coincidir a inauguração de alguns estabelecimentos museológicos e monumentos históricos recuperados com as festividades duplo-comemorativas. Apesar do empenho assumido por Sarmento Rodrigues, o governador-geral Baltazar Rebello de Souza teve um papel fundamental no avanço do projeto em curso conforme ficou expresso: «[...] cremos firmemente que o impulso dado à Comissão dos Monumentos Nacionais pelo Governador-Geral

o arquiteto formado na Escola de Belas Artes de Lisboa que assumiu a direção da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique a partir de 1962[67].

Entretanto, em meados de julho de 1968, chegava a comitiva enviada com o propósito de avançar com o estudo prévio do local de implantação da estátua comemorativa, liderada pelo diretor-geral de Educação do Ultramar, Justino Mendes de Almeida [1924-2012], apoiada no terreno pelo secretário provincial da Educação de Moçambique, Francisco Maria Martins[68]. Na comitiva parece ter seguido ainda Mário Gonçalves de Oliveira [1914-2013], arquiteto da Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direção Geral das Obras

Dr. Baltazar Rebello de Souza, para actuar na arqueologia histórica, preservar o urbanismo tradicional das velhas povoações, restaurar monumentos, reintegrar conjuntos, fundar museus, adquirir espécies, e ao mesmo tempo estimular a produção artística contemporânea, estimando tanto o passado como o presente, é uma perspectiva nova no progresso cultural da Província». (1966). Actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1965. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, Lourenço Marques, 2, 69; (1967). Actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, Lourenço Marques, 3, 77; (1968). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 4, 71-72; (1969, janeiro-fevereiro). Informações e Notícias. Administração. Moçambique: Governador-Geral. *Boletim Geral do Ultramar*, 523-524, 198-199; Lobato, A. (1970). Conservar e modernizar, na Ilha de Moçambique. *Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 6, 10; (1973). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1972. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 9, 73; (1968). Actividade da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 4, 71-72; Knopfli, R. (1989). *A Ilha de Próspero: roteiro poético da Ilha de Moçambique*. Lisboa: Edições 70, 133; [Fonseca, P. Q. da.] (1970). Homenagem ao Dr. Baltazar Rebello de SOUZA. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 6, 5-6.

67 Mariz, V. F. (2013). A musealização de monumentos e o restauro arquitectónico em Moçambique. *Actas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: International Council of Museums, 240.

68 Embora as fontes sejam omissas, é muito provável que tenham sido acompanhados por Quirino da Fonseca e Marques Lobato [1915-1985]. (1968, julho-agosto), Informações e Notícias. Ensino, Investigação e Cultura: Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 517-518, 272-273.

Públicas e Comunicações, com sede em Lisboa[69], onde desempenhou funções entre 1947 e 1974[70].

Tanto quanto é possível apurar, a comitiva liderada por Mendes de Almeida permaneceu na Ilha entre 8 e 30 de julho de 1968, período durante o qual «tratou especialmente da localização do monumento comemorativo camoniano»[71]. Segundo o *Boletim Geral do* Ultramar, o arquiteto Mário de Oliveira teve um papel fundamental na conceção do equipamento urbano destinado à instalação da estátua camoniana: «na ilha de Moçambique será colocado um monumento evocativo, da autoria do arquitecto Mário de Oliveira»[72].

69 Este departamento, em funcionamento entre 1957 e 1974, teve origem no Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1951), mais tarde designado de Gabinete de Urbanização do Ultramar (1951-1957). Milheiro, A. V. & Fiúza, F. (2013). *A Arquitetura dos Gabinetes de Urbanização Colonial em Moçambique (1944-1974). Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, [1-2].

70 Gonçalves de Oliveira, um dos arquitetos com um maior número de projetos assinados nas províncias do então território colonial português em África, foi responsável pela projeção de edifícios e equipamentos públicos e a conceção de espaços e planos urbanísticos, nomeadamente: a Residência das Irmãs de Bissau, em 1948, o Hospital Central de Bissau, em 1951, o edifício residencial da Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos, em 1968, ou a Escola Técnica Silva e Cunha, em 1969, ambos em São Tomé. Em Moçambique foi responsável pelos projetos do Museu Regional – hoje Nacional de Etnografia – de Nampula, de 1955-1956, do Posto de Infeção e Desinfeção da Cidade da Beira e de um hotel para a cidade de Quelimane. (1968, junho). Objectiva do Ultramar. *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, 516, 129; Milheiro, A. V., *Cabo Verde e Guiné-Bissau*, [5]; Milheiro, A. V. & Fiúza, F. (2013). A Arquitetura dos Gabinetes de Urbanização Colonial em Moçambique (1944-1974), [8-9, 15-16].

71 As fontes consultadas não permitem conhecer com exatidão o período da estada da comitiva liderada por Mendes de Almeida na Ilha de Moçambique. O diretor-geral da Educação do Ultramar, chegado a Moçambique em 27 de junho de 1968, estava na Beira no dia 8 de julho e regressou a Portugal a 30 do mesmo mês, datas que permitem balizar a cronologia da realização da missão para estudo de implantação do monumento escultórico. (1968, julho-agosto), Informações e Notícias. Ensino, Investigação e Cultura: Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 517-518, 272-273.

72 (1969, janeiro-fevereiro). Informações e Notícias. Três comemorações centenárias relativas ao Ultramar, 168. A participação direta do arquiteto volta a ser referida num outro artigo noticioso o mesmo *Boletim*. (1968, março). Informações e Notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões, 118-119.

Analisado o plano de circulação viária no quadrante oriental da *Cidade de Pedra*[73], optou-se, decerto após o parecer favorável emitido pela Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique, por instalar a estátua no pequeno Largo de Camões, área urbana com ligação direta à Avenida Marginal[74] – a atual Rua dos Combatentes –, uma artéria que percorre uma grande extensão do ilhéu à beira mar. A escolha do local teve ainda em conta a ligação histórica do Poeta com a cidade de Goa, para e de onde partiu sempre via Ilha de Moçambique, motivo pelo qual, segundo cremos, determinou a orientação da estátua para Este.

Contrariamente a outros conjuntos escultóricos similares, como as estátuas de Vasco de Gama erguidas em algumas das principais praças citadinas africanas – como a da Praça do antigo Palácio dos Governadores na mesma Ilha de Moçambique e da Praça de Portugal na Ilha de São Tomé –, o equipamento público dedicado a Camões não beneficiou da constituição de um amplo e nobilitante enquadramento urbanístico junto dos principais edifícios institucionais, militares, religiosos ou mesmo residenciais de aparato existentes na Ilha. Contudo, é necessário ter em conta que a partir dos finais da década de 1960 assistiu-se a «um decréscimo acentuado da encomenda e da inauguração de monumentos e de estatuária pública, depois de uma notória abertura à renovação plástica da escultura pública»[75].

A inauguração da «estátua consagrada pela Província ao Poeta Luís de Camões como símbolo da Pátria espalhada pelo mundo»

73 Desconhecemos a verdadeira dimensão da intervenção urbanística operada neste quadrante da ilha, sendo provável que os arruamentos fossem já existentes.

74 [Pereira, T. & Alberto, C.(?)] (1969, 24 de novembro). Comemorando dois centenários: Revestiram-se do maior brilhantismo as solenes cerimónias realizadas ontem na histórica Ilha de Moçambique. O Governador-Geral presidiu aos diversos actos. *Notícias*, Lourenço Marques, 14545, 1.

75 Abreu, J. G. R. P. de. (2006). *Escultura p*ública e *monumentalidade em Portugal (1948-1998): estudo transdisciplinar de História da Arte e Fenomenologia Genética*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 556.

na manhã do dia 23 de novembro de 1969 foi, indubitavelmente, o ponto alto do programa festivo das comemorações camonianas realizadas na Ilha de Moçambique[76]. No dia do aviso da partida do governador-geral, Rebello de Souza, figura máxima das comemorações a decorrer na Ilha de Moçambique entre os dias 22 e 23 de novembro[77], o jornal diário *Notícias* publicava a fotografia da escultura de *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*[78]. A notícia publicada revelava, pela primeira vez e antes das festividades, o registo fotográfico da peça escultórica encomendada no âmbito das comemorações (Fig. 16), anunciava o artista responsável pela conceção do projeto artístico e divulgava o estaleiro envolvido na sua fundição:

> ESTA É A ESTÁTUA A LUÍS DE CAMÕES QUE NO DOMINGO SERÁ INAUGURADA NA ILHA DE MOÇAMBIQUE, DA AUTORIA DO ARTISTA LOCAL ANTÓNIO PACHECO E EM BRONZE, A ESTÁTUA FOI FUNDIDA NAS OFICINAS DOS CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE ONDE A FOTO MOSTRA POUCO ANTES DE EMBARCAR PARA O NORTE[79].

A autoria do projeto para a obra escultórica é ainda confirmada por uma fonte oficial, o *Boletim Geral do Ultramar* publicado no último quadrimestre de 1969[80].

---

76 A própria imprensa ultramarina fez eco disso: «A inauguração da estátua de Camões, esta manhã, foi o ponto mais alto das comemorações que se desenrolam na Ilha de Moçambique para assinalar a passagem do grande épico por esta terra». (1969, 24 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, Lourenço Marques, 6774, 1-3.

77 (1969, 22 de novembro). O Governador-Geral parte hoje para o Norte, 1, 4.

78 (1969, 22 de novembro). Esta é a estátua a Luis de Camões que no Domingo será inaugurada na Ilha de Moçambique. *Notícias*, Lourenço Marques, 14543, 4.

79 (1969, 22 de novembro). Esta é a estátua a Luis de Camões, 4.

80 (1969, setembro-dezembro). Informações e Notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 202.

O artista responsável foi António José Barroso Martins Pacheco [1929-2008], escultor português[81] formado com distinção na Escola Superior de Belas Artes do Porto no decénio de 1952-1962[82], durante a direção de Carlos Ramos [1897-1969] e a docência de Salvador Barata Feyo [1899-1990], Simão Dórdio Gomes [1890-1976] e Artur Nobre de Gusmão[83] [1920-2001]. Discípulo do mestre-escultor Barata Feyo, António Pacheco teve uma fase inicial de pendor classicista da qual por «exclusivo mérito pessoal buscou a evasão, em anos de esforço diário», procurando novas soluções nas influências estéticas e domínios técnicos do escultor bielorusso radicado em França, Ossip Zadkine [1890-1967], e do escultor inglês Henry Moore[84] [1898-1986].

No ano seguinte à conclusão dos estudos, em 1963, rumou para Moçambique – como tantos outros artistas que para as antigas colónias partiram[85] –, vindo a integrar os quadros de docência

81 Natural de Abadim, Cabeceiras de Basto, António Pacheco nasceu em 23 de fevereiro de 1929 e faleceu em 30 de dezembro de 2008. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto [CMCB], *Ata da Reunião da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto realizada no dia oito de janeiro de dois mil e nove*, 2009, 8 de janeiro, 2.

82 António Pacheco esteve inscrito de 1 de janeiro de 1952 a 9 de junho de 1962, e concluiu os estudos com 18 valores. Arquivo da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto [AFBAUP], *Inventário Alumni [da Escola de Belas-Artes do Porto]. (1836-1957) organizado por ordem alfabética*, 1836-1957, Porto, 17; *Livro de Matrícula*, n.º 5, 1949-1954, Porto – Cota 282.

83 Matos, L. A., *Escultura em Portugal no século XX*, 337-338, 377-381. Entre os muitos colegas contemporâneos matriculados nos anos de 1952 e 1953 destacam-se António Fernando de Sousa Pinheiro, António Costa Ferreira, Célio Melo da Costa, Domingos Pinto de Faria, Joaquim da Cruz Gomes, Maria Augusta Cramês (em escultura); Abel Almeida da Costa Mendes e António Lucena e Quadros (em pintura); Bento Lousan, Nikias Scapinakis, Raul Hestnes Ferreira (em arquitetura). [AFBAUP], *Inventário Alumni [da Escola de Belas-Artes do Porto]. (1836-1957) organizado por ordem alfabética*, 1836-1957, Porto, 1, 12, 15, 16, 17, 32, 34, 57, 59, 89, 96.

84 Saavedra, R. de. (1969, 3 de outubro). Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique – O escultor António Pacheco dará por concluído dentro em breve o seu novo monumento. *Notícias*, Lourenço Marques, 14495, 4.

85 Como Frederico Ayres [1887-1963], que se fixou em Lourenço Marques em 1941, ou Cruzeiro Seixas [1920-2020], que seguiu para Luanda nos inícios da década de 1950. Costa, A. (2013). *Arte em Moçambique: entre a construção da nação e o mundo*

de Artes na Escola Técnica Elementar General Joaquim José Machado, unidade de ensino de Lourenço Marques fundada em 1937[86] e à qual António Pacheco esteve ligado até pelo menos ao ano de 1973[87].

Durante a estada africana «deixou marcas distintivas do seu magnífico trabalho»[88], nomeadamente em Moçambique e na África do Sul[89]. Regressado a Portugal na década de 1970 instalou-se em Braga, onde fixou a oficina a partir do qual continuou a exercitar a atividade artística nos anos seguintes[90].

---

sem fronteiras (1932-2004). Lisboa: Verbo, 113; Matos, L. A., *Escultura em Portugal no século XX*, 458.

86 Costa, A. (2013). *Arte em Moçambique*, 117.

87 (1963). *Anuário da Província de Moçambique. 1963*. Lourenço Marques, 45, 228; (1965). *Anuário da Província de Moçambique. 1964-1965*. Lourenço Marques, 46, 232; (1966). *Anuário da Província de Moçambique. 1966*. Lourenço Marques, 47, 235; (1967). *Anuário da Província de Moçambique. 1967-1968*. Lourenço Marques, 48, 245; (1969). *Anuário da Província de Moçambique. 1969*. Lourenço Marques, 49, 305; (1973). *Anuário do Estado de Moçambique. 1972-1973*. Lourenço Marques, 214.

88 CMCB, Voto de pesar e homenagem – Escultor [António] José Barroso Martins Pacheco, 2.

89 Em Lourenço Marques, os conjuntos escultóricos de *Coimbra* e a *Justiça* para o Tribunal da Relação, a *Serenata* para a Associação dos Antigos Estudantes (de Coimbra?) e ainda uma outra peça para o Quartel da Polícia Militar; e em Durban, na África do Sul, concebeu *Os Ferreiros* para a Galeria Municipal de Durban (será a atual Durban Art Gallery?). Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

90 Da sua oficina saíram as obras do Imaculado Coração de Maria (1982?) e do Papa João Paulo II (1984?), em Braga; do São Bento (?), em São Bento da Porta Aberta, no Sameiro; do Monumento Comemorativo das Bodas de Ouro do Colégio de São Miguel de Refojos (1995), do Monumento ao Agricultor e do busto de José Maria Martins Pacheco (ambas de 1997), em Cabeceiras de Basto; do monumento *Ao Homem do Mar*; em Setúbal. CMCB, Voto de pesar e homenagem – Escultor [António] José Barroso Martins Pacheco, 2; Duarte, M. D. C. (2012). *Fátima e a criação artística (1917-2007): o Santuário e a Iconografia – a arte como cenário e como protagonista de uma específica mensagem*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, I, 401.

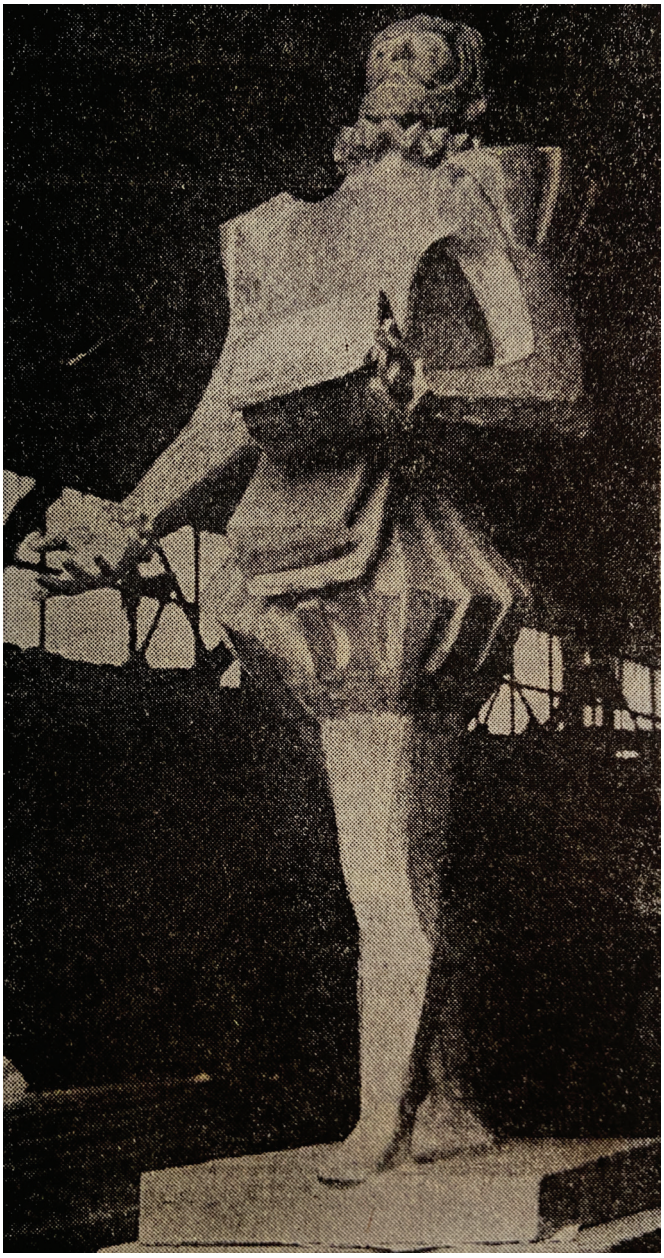


Figura 16: Estátua de *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique* depositada no estaleiro de fundição dos Caminhos de Ferro de Moçambique
António Pacheco (conceção) Caminhos de Ferro de Moçambique (fundição) | 1969 | Escultura

Proveniência: (1969, 22 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, Lourenço Marques, 6774, 1.

Desconhece-se, contudo, como decorreu o processo de seleção de António Pacheco para execução do projeto artístico da escultura do Poeta, assim como os procedimentos concursais públicos definidos para a sua contratação a partir do Ministério do Ultramar[91]. Com base no artigo assinado por R. de Saavedra, publicado em 3 de outubro de 1969, a obra escultórica foi encomendada – por volta de julho/agosto de 1969 – pelo secretário Provincial de Educação de Moçambique, Francisco Maria Martins, muito provavelmente, o mesmo responsável por providenciar a deslocação do artista à Ilha de Moçambique para «estudar o local e a composição ambiente» conjuntamente com o arquiteto Quirino da Fonseca[92].

Aprovada superiormente, o artista dedicou «todos os seus momentos livres na execução da obra, em certo armazém de empréstimo pertencente às Obras Públicas»[93], conforme o instante capturado pelo fotógrafo do jornal (Fig. 17). Segundo a notícia publicada, o discípulo de Barata Feyo elaborou um molde escultórico em apenas três dias, proeza alcançada somente devido ao domínio técnico e ao conhecimento artístico. Embora extenso valerá a pena reproduzir o seguinte excerto que destaca a sua capacidade laboral artística:

91 Os procedimentos oficiais adoptados para a execução da escultura terão sido, muito provavelmente, comuns aos que corriam em processos similares na metrópole, como revela o decreto referente ao concurso para a execução da escultura de Camões da autoria de Euclides Vaz para a Biblioteca Nacional. Embora o processo sofresse um profundo atraso, quem sabe se devido à mudança do local de exposição da peça – programada para o auditório em 1961, acabou por ser colocada no exterior da fachada principal em 1969 –, o decreto concedia as devidas autorizações para que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais celebrasse o contrato por ajuste direto com o escultor, fixando o prazo de entrega em 330 dias e estipulando o valor total de 175000$00 escudos. (1961, 12 de maio). Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Decreto n.º 43687. *Diário do* Governo, Lisboa, I série, 111/1961, 575.

92 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

93 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

> António Pacheco, apesar dos seus quarenta anos, vive em loucuras de juventude a obra que constrói. Antigo internacional de remo, conserva ainda agora aquele espírito desportivo de lutar contra o tempo e os rápidos para que o rio da vida o empurra. Realizar este «Camões» em três meses, por exemplo, talvez fosse para muitos realizar o impossível, se pensarmos que além disso teriam de cumprir horários a leccionar numa Escola Industrial, tal como ele cumpre. Pacheco mediu forças e pensou que três meses eram noventa dias e noventa noites. Assim, noite e dia, sem distinção, o suor em camarinhas a derreter-lhe o corpo todo e a ensalitrar o barro, os braços e os olhos já feitos [em] barro também, o artista continua na sua luta de campeão [...]. Tenho-o visto alheio ao mundo à volta duma ideia, em busca dum quase nada. As horas passam que passam. Destrói e constrói. Depois, como que em transe, acerta pormenores, dilacera fragmentos, até cair extenuado, como extenuado já o vi cair[94].

Concebido em argila para depois ser passado a gesso requerido para o processo de fundição da peça em bronze, o molde da escultura foi depurado, limpo e limado de todos os excessos, conforme sugere a entrevista dada pelo escultor. Saavedra chegou mesmo a afirmar que talvez «este «Camões» pouco venha a significar na carreira evolutiva de António Pacheco», em virtude de o pouco tempo de manobra o tenha obrigado a «cingir-se aos moldes clássicos»[95].

94 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

95 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

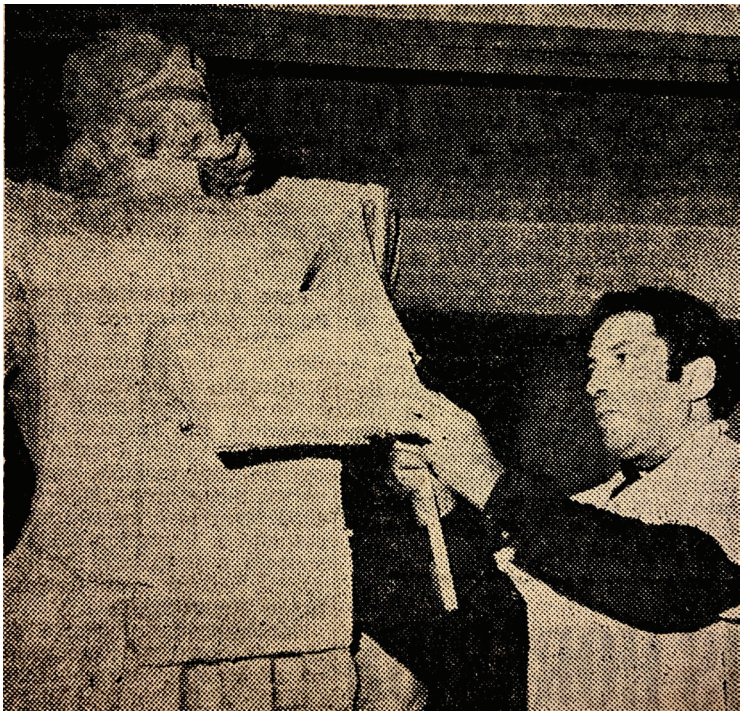


Figura 17: António Pacheco a trabalhar no molde da estátua de *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique* no armazém das Obras Públicas de Lourenço Marques
António Pacheco (conceção) | 1969 | Escultura

Proveniência: Saavedra, R. de (1969, 3 de outubro). Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique – O escultor António Pacheco dará por concluído dentro em breve o seu novo monumento. *Notícias*, Lourenço Marques, 14495, 4.

A escultura de *Luis Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*, o quinto monumento de grande envergadura da autoria de António Pacheco em território africano[96], mostra uma figura dotada de uma forte carga dramática destinada a ocupar um cenário teatral defronte ao mar, numa solução compositiva instrumentalizada de modo a captar a atitude solene e compenetrada exigida no momento da leitura dos versos da estrofe LIV do canto I da obra magna dedicados pelo Poeta à ilha que o acolheu por breves anos (Figs. 18-19).

96 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

A cabeça, bem modelada nas feições fisionómicas do rosto barbado, está erguida e não permite, à primeira investida do observador, reparar na mutilação do olho esquerdo (Figs. 20-21). Enquanto a mão direita está soerguida, com palma aberta, a esquerda empunha um fólio enrolado alusivo ao manuscrito de *Os Lusíadas*, atributo de maior valor simbólico associado ao Poeta e já explorado por muitos outros artistas, como Ernesto Canto da Maia [1890-1981], na escultura *Evocação do Génio de Camões* concebida para a sala IX do Pavilhão dos Descobrimentos da *Exposição do Mundo Português*, em 1940, ou Joaquim Martins Correia, na estátua executada para a velha cidade de Goa, em 1958[97]. A posição das pernas entreabertas (Fig. 18), com a esquerda avançada em relação à direita, insinua a influência do retrato de Camões de José Malhoa [1855-1933], depositado no Museu Militar de Lisboa.

O vestuário, constituído por calção e mangas tufadas e adornado com a gorjeira alta e os punhos rufados, todos volumosos e acentuadamente angulosos (Figs. 18-21), torna-se no principal elemento de representação histórica que geralmente permite caracterizar a indumentária nobre das personalidades de Quinhentos, e, em particular, a do Poeta português segundo as reinterpretações histórico-artísticas posteriores, sobretudo, a partir de Oitocentos.

Apesar da influência dos modelos ditos tradicionais das representações escultóricas de Camões e dos supostos moldes clássicos optados pelo artista, o mesmo jornalista acabou por reconhecer o carácter inovador da obra escultórica de António Pacheco na «convergência de linhas, um jogo de côncavos e convexos que, em recorte moderno, emprestam poesia e especial toque de orgulho à figura

97 Carvalho, G. (2011). *Martins Correia – Laureatus. O Mestre da forma e da cor*. Lisboa: Althum.com, 198. A figura escultórica de Camões concebida por José Simões de Almeida [1844-1926] reproduz a obra de *Os Lusíadas* mas sob o formato de um livro. Matos, L. A., *Escultura em Portugal no século XX*, 277-279; Nunes, P. S. (2005), Correia, Joaquim Martins, Pereira, J. F. (dir.). *Dicionário de Escultura Portuguesa* (161-165). Lisboa: Caminho, 163.

então desprezada que Pacheco pretende reconstruir»[98]. E remata ao afirmar que esta obra não representa

> a figura normal de Camões, sentado e pensativo; não é sequer aquela de António Carneiro lendo «Os Lusíadas» aos frades de S. Domingos; este Camões é um ser criado entre nuvens, perfeitamente aéreo, solitário, quase um Dom Quixote arremessando à imensidão do Índico os versos que os seus contemporâneos desconheciam ou ainda substimavam[99].

Apesar do relatório contraditório do jornalista, a composição escultórica de António Pacheco revela uma inequívoca influência do arquétipo da monumental estátua brônzea homónima concebido por Joaquim Martins Correia[100] para a cidade de Goa[101] (Fig. 22), concluída em 1958[102] e inaugurada em 10 de junho de 1960[103]. São, pois, inegáveis, a expressão dinâmica conferida à posição dos membros e à torção do corpo – com um ar quase quixotesco de facto –, a modelação plástica da indumentária, embora sem a capa caída pelas costas, e a adoção simbólica do mesmo atributo poético alusivo à obra magna do Poeta, com a ausência do também simbólico laurel.

98 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

99 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

100 O mesmo responsável pela modelação da medalha de 1969, atrás analisada, e o autor de várias obras escultóricas para as antigas cidades-capitais coloniais, nomeadamente em Lourenço Marques. Nunes, P. S., Correia, Joaquim Martins, 163.

101 Goa, tal como a Ilha de Moçambique, também ficou associada à composição parcelar de *Os Lusíadas*, representado simbolicamente nos fólios empunhados na mão esquerda da peça escultórica.

102 Nunes, P. S., Correia, Joaquim Martins, 162; França, J.-A., *A Arte em Portugal no Século XX*, 278.

103 A cerimónia de inauguração foi presidida pelo governador Manuel António Vassallo e Silva [1899-1985]. (1968, julho-agosto). Informações e Notícias. Museu Militar. *Boletim Geral do Ultramar*, 517-518, 241.

Figuras 18-19: Escultura de *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*

Registo fotográfico: Milton Pacheco | 2011, agosto

Figuras 20-21: Detalhes da escultura de *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*

Registo fotográfico: Milton Pacheco | 2011, agosto

Por sua vez, a peça escultórica de Martins Correia (Fig. 22), tida como um dos seus melhores trabalhos pelas soluções originais que aligeiraram o «solene compromisso oficial» da encomenda estatal[104], parece ter sido inspirada na ilustração de Camões da autoria do caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro [1846-1905], concebida para a rara e incompleta edição de *Os Lusíadas* (Fig. 23) impressa em Lisboa pela Tipographia Elzeviriana no ano de 1883, sob a direção conjunta de Joaquim Teófilo Braga [1843-1924], António Lopes dos Santos Valente [1839-1896], Jayme Victor [1855-1924], Francisco Manuel Raposo de Almeida [1817-1886] e Luiz Salvador Marques [1838-1907] e prefaciada por Manuel Pinheiro Chagas[105] [1842-1895].

104 França, J.-A., *A Arte em Portugal no Século XX*, 278.

105 No desenho de Bordallo Pinheiro, Camões empunha uma harpa e não o manuscrito de *Os Lusíadas*. Camões, L. V. de (1883). *Os Lvsiadas*, Braga, T., Valente, S., Victor, J., Almeida, F. de & Marques, S. (Dir.), Chagas, M. P. (Pref.) *Homenagem a Camões. Grande Edição Manuscripta dos Lusiadas pelos Contemporaneos illustres de Portugal e Brazil*. Lisboa: Tip. Elzeviriana. Porém, a indumentária de ambas as representações parece ter sido claramente influenciada pelo desenho que Francisco de Assis Rodrigues [1801-1877], discípulo de Joaquim Machado de Castro [1731-1822] e professor na Academia de Belas Artes, submeteu a concurso na Exposição da Academia Real de Belas-Artes, em 1843, *Camões coroado pelo génio da nação*. Coutinho, B. X. (1946). *Camões e as Artes Plásticas*, I, 343-344.

Figura 22: Escultura de Luis Vaz de Camões na cidade de Velha Goa, Índia (atualmente no Goa State Museum)

Joaquim Martins Correia
1958
Bronze

Registo fotográfico: Emissora de Goa (Porto: Artistas Reunidos – postal)
Proveniência: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP: pi-1331-p).

Figura 23: Luis Vaz de Camões

Raphael Bordallo Pinheiro
1883
Gravura

Proveniência: Camões, L. V. de (1883). *Os Lvsiadas*, Braga, T., Valente, S., Victor, J., Almeida, F. de & Marques, S. (Dir.), Chagas, M. P. (Pref.) Homenagem a Camões. Grande Edição Manuscripta dos Lusiadas pelos Contemporaneos illustres de Portugal e Brazil. Lisboa: Tip. Elzeviriana, 1. BGUC – Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

Por todos os motivos, mais facilmente António Pacheco teria tido conhecimento da obra escultórica do colega, inaugurada nove anos antes, do que com esta rara edição de Camões que, curiosamente, alude no texto do argumento do canto I ao território de Moçambique.

Se Martins Correia procurou quebrar os cânones estabelecidos no seu tempo[106], António Pacheco com esta peça dedicada a Camões não só o seguiu como o conseguiu superar, ao materializar um ensaio escultórico de vanguarda para a época – e sobretudo para aquele território – sob a clara influência dos cânones geometrizantes de Ossip Zadkine. Concebida numa escala contida adaptada ao espaço envolvente, a escultura apresenta formas volumetricamente geometrizadas e estilizadas, com linhas acutilantes de traços austeros sequenciados que anulam intencionalmente determinadas superfícies do corpo e do traje, mas não comprometem a carga dramática da figura retratada.

Conforme atesta o excerto da notícia publicada em 22 de novembro de 1969, os trabalhos de fundição do esboço engessado decorreram nos estaleiros dos Caminhos de Ferro de Moçambique, parcialmente reproduzidos na fotografia capturada[107]. As próprias siglas «C. F. M.» reproduzidas em duas faces da base da escultura, uma inscrita e outra justaposta com o logótipo da empresa estatal (Fig. 24), corroboram, de forma inegável, a participação dos Caminhos de Ferro de Moçambique, estabelecidos em Lourenço Marques desde 1895[108], em todo o processo de fundição da peça escultórica[109].

106 Matos, L. A., *Escultura em Portugal no século XX*, 353.

107 (1969, 22 de novembro). Esta é a estátua a Luis de Camões, 4.

108 Graça, P. B. (2011). Moçambique e os Territórios Vizinhos. Ensaio de Geo-História da I República, 110.

109 Supomos que o processo tenha decorrido durante a administração do engenheiro Fernando Seixas.

Figura 24: Pedestal do monumento escultórico erguido a *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique* com as duplas inscrições referentes aos Caminhos de Ferro de Moçambique
António Pacheco (conceção) Caminhos de Ferro de Moçambique (fundição) | 1969 | Escultura

Registo fotográfico: Milton Pacheco | 2011, agosto

A estátua, enviada de Lourenço Marques nas vésperas da inauguração[110], foi colocada sobre um pedestal, talhado num único bloco de pedra local e dotado de uma legenda inscrita, de modo a assinalar o evento comemorativo (Fig. 25):

A CAMÕES
NO IV CENTENARIO
DE SUA ESTADA NESTA
ILHA DE MOÇAMBIQUE[111].

110 Poderá a estátua ter sido enviada nas vésperas no paquete Infante D. Henrique, no célebre *cruzeiro dos centenários* que zarpou da cidade-capital em 18 de novembro e chegou à cidade islenha na madrugada de 22 seguinte? Ou teria ido numa outra data e por um outro meio de transporte? (1969, 12 de novembro). Um cruzeiro no "Infante D. Henrique" integrado nas comemorações camoneanas. *Diário de Moçambique*, 6763, 1; (1969, 22 de novembro). Esta é a estátua a Luis de Camões, 4; (1969, 24 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, 6774, 1.

111 A seção inferior possuía ainda uma segunda legenda, de imperceptível leitura a partir do único registo fotográfico conhecido do pedestal, muito provavelmente,

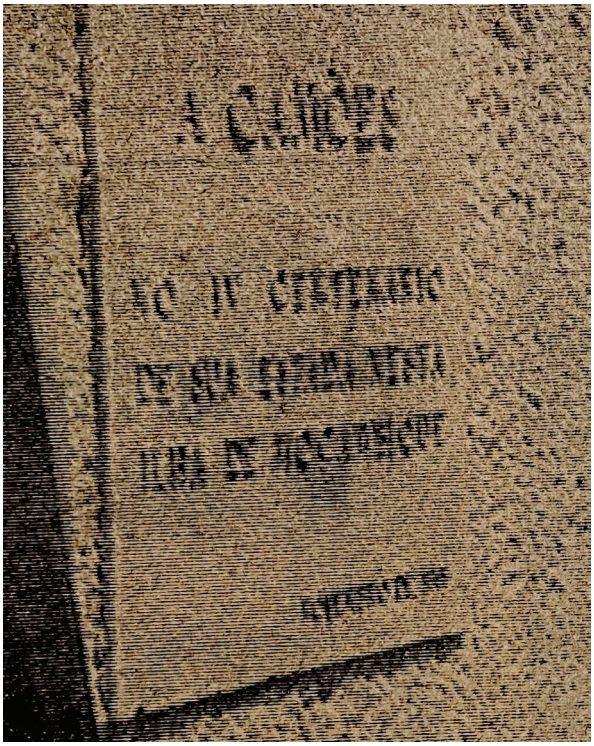


Figura 25
Pedestal do monumento erguido a *Luís Vaz de Camões declamando Os Lusíadas na Ilha de Moçambique*
Autor desconhecido | 1969, 23 de novembro | Fotografia

Proveniência: (1969, 22 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, Lourenço Marques, 6774, 1.

Embora o tema e o representado se inserissem na incontestável temática historicista do Império Ultramarino Português, a obra concebida parecia romper com os valores estéticos e os próprios programas artísticos propagados pelo regime político que a promovia. Imaginada para ocupar um espaço público da ínsula, afastado e secundário, a estátua de Camões integrava a galeria de «figuras de heróis, factos

com a indicação da data ou da comissão executiva responsável ou mesmo até do próprio ministério ultramarino. (1969, 22 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, 6774, 1.

históricos e empreendimentos patrióticos» da Nação envoltos num «registo simbólico e narrativo» apropriado pelo regime[112].

Em diversos momentos, os órgãos tutelares da máquina propagandística do Estado Novo encomendaram obras para «a glorificação de Camões», é certo, mas segundo uma «ideologia nacionalista que se serve da História não para distinguir o passado e presente, mas para sufragar um presente que prolonga um passado exemplar», sobretudo «nos territórios ultramarinos sob o domínio português»[113] que ameaçavam cortar os vínculos com a metrópole.

Conforme notou Lúcia Almeida Matos [1955], o aparelho central do Estado Novo serviu-se de «representações modernizadas de personagens distantes e, como tal, passíveis de uma indiscutida manipulação»[114]. Camões não poderia deixar de ser exceção! Ainda assim, e apesar das mudanças estéticas e até políticas já em curso, no mesmo ano em que foi inaugurada a estátua de Camões na ínsula moçambicana, na metrópole foi colocada na fachada principal da Biblioteca Nacional de Lisboa/Portugal a hierática escultura homónima da autoria de Leopoldo de Almeida [1898-1975], obra de clara linguagem classicista, comum a tantas outras imagens escultóricas dedicadas ao Poeta executadas pelos artistas ao serviço do Estado Novo ao longo das décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, como Canto da Maia, Barata Feyo, Euclides Vaz [1916-1991] ou Martins Correia[115].

A linguagem formal e a execução técnica impressas por António Pacheco neste Camões são reveladoras de uma clara tentativa de romper

112 Nunes, P. S. (2005), Arte Pública, Pereira, J. F. (Dir.). *Dicionário de Escultura Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 61.

113 Martins, S. (2007). As vidas de um poeta maior: sobre Camões e Aquilino Ribeiro. In I. Almeida, M. I. Rocheta & T. Amado (org.), *Estudos para Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*. Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 856.

114 Matos, L. A., *Escultura em Portugal no século XX*, 289.

115 (1961, 12 de maio). Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Decreto n.º 43687. *Diário do* Governo - I série, 111/1961, 575; João, M. I., Património e Memória da Nação: a Iconografia de Camões, 143-146.

com as normas classicistas vigentes, configuradas pelas diretrizes impostas pelo regime no campo da encomenda oficial. Ao observar um conjunto de outras obras camonianas coevas «constata-se que a linguagem plástica se altera progressivamente», vindo os artistas a optar por «algumas liberdades formais, nomeadamente poses menos hieráticas e de linhas mais modernas, que subtilmente assinalavam o abandono progressivo da fidelidade ao género clássico da estatuária»[116].

Embora aprovada superiormente[117], a obra encomendada parece não ter sido bem acolhida num momento em que o regime começara a manifestar as suas inevitáveis fragilidades. Por ocasião das comemorações não só a peça escultórica foi banida dos órgãos de comunicação, os oficiais e os de informação – com exceção dos artigos publicados no jornal diário *Notícias* antes da sua inauguração –, como o nome do artista raramente foi mencionado[118]. Nem mesmo nas datas evocativas celebradas nos meses seguintes, a peça escultórica dedicada ao Poeta seria explorada na imprensa moçambicana[119].

116 Elias, H., Marques, I. (2012, junho). As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965-1985). *on the w@terfront*, 23, 17.

117 Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4.

118 Basta mencionar que no *Diário de Moçambique*, nos dias 24 e 25 de novembro, foram publicadas cinco fotografias dos eventos oficiais de Camões e de Vasco de Gama e em nenhuma delas surge a estátua. Somente o plinto de suporte da estátua foi fotografado no momento do ato de descerramento promovido por Rebello de Souza. Contrariamente, foi divulgado o momento de implantação do padrão de Vasco de Gama na Ilha de Goa. Conforme ficou demonstrado, somente o jornal laurentino *Notícias* fez uma cobertura atenta da peça escultórica e do seu artista, nomeadamente no artigo do jornalista Saavedra, de 3 de outubro, no qual mostrava o artista a trabalhar no seu esboço escultórico. Porém, após a cerimónia de inauguração, a escultura voltou a ser ignorada uma vez mais. Na extensa peça publicada no *Notícias* dedicada aos centenários, em 6 de dezembro seguinte, em nenhuma das onze fotografias devidamente legendadas foi incluída a peça escultórica de António Pacheco. (1969, 24 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, 6774, 1, 3; (1969, 25 de novembro). *Diário de Moçambique*, 6775, 1, 3; Saavedra, R. de, Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique, 4; (1969, 6 de dezembro). Comemoração dos dois centenários. *Notícias*. Lourenço Marques, 14556, 16.

119 Durante as comemorações do Dia de Portugal realizadas em Moçambique em junho de 1970, alguns meses após a inauguração da escultura, não foi divulgada nenhuma notícia referente à escultura de Camões na Ilha de Moçambique. Nem

De acordo com o relato dos enviados especiais do jornal *Notícias*, Tito Pereira e Carlos Alberto, o «conhecido escultor António Pacheco [...] se deslocou à Ilha a convite do Governador-Geral» para assistir às cerimónias oficiais[120], porém, o seu nome e fotografia ficaram ocultados na imprensa jornalística da província e da metrópole[121]. No âmbito da divulgação do evento camoniano, somente a medalha e a coletânea de selos mereceram alguma atenção no *Boletim Geral do Ultramar*, o órgão noticioso da Agência-Geral do Ultramar[122], con-

mesmo nas festas do Dia da Cidade de Moçambique, celebradas nos dias 28 de fevereiro e 1 e 2 de março de 1970, o programa contemplou a peça escultórica ou sequer a figura histórica de Camões, estando, no entanto, prevista uma homenagem a Vasco da Gama. O Poeta foi somente lembrado num pequeno artigo dedicado à antiguidade e à multiculturalidade da Ilha de Moçambique e ao património digno de visitar – neste texto foi somente mencionado pela Ilha de Moçambique, identificada como um álbum de recordações e vivências, passaram heróis e santos, soldados e missionários, entre os quais Vasco da Gama, Luis de Camões, São Francisco Xavier, entre outros – e completamente olvidado no artigo dedicado à renovação material e promoção cultural daquele território insular. L. (1970, 12 de junho). Solenemente comemorado o "Dia de Portugal" em toda a Província. *Diário de Moçambique*, 6968, 1, 12; (1970, 14 de junho). Comemorado condignamente em Nampula o dia 10 de Junho – Dia da Raça. *Diário de Moçambique*, 6970, 13; (1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: Programa das festas da cidade de Moçambique. *Diário de Moçambique*, 6890, 5; (1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: a Ilha de Moçambique. Encontro de mil caminhos. *Diário de Moçambique*, 6890, 5; (1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: A nova velha ilha.... *Diário de Moçambique*, 6890, 6-7.

120 [Pereira, T. & Alberto, C.?] (1969, 23 de novembro). História Secular: a Ilha de Moçambique estará hoje em festa comemorando o IV Centenário da Estada da Camões. Imponentes cerimónias de extraordinário significado com a presença do Chefe da Província. *Notícias*, Lourenço Marques, 14544, 1.

121 Esta situação provoca de facto alguma estranheza. Somente com a análise do processo interino, com as propostas submetidas pelo artista contratado às entidades oficiais e a possível troca de correspondência – caso existam – será possível averiguar se o projeto foi devidamente validado superiormente pelos órgãos consultivos do regime – nomeadamente pelo gabinete da Educação do Ultramar/Junta Nacional da Educação ou eventualmente pela Academia Portuguesa de História –, ou se, porventura, a degradação dos serviços centrais com competências na encomenda da arte pública estatal nos finais da década de 1960 se revelou inoperante na sua apertada vigilância. Elias, H., Marques, I. (2012, junho). As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965-1985), 7-11.

122 (1969, janeiro-fevereiro). Objectiva do Ultramar. Medalha comemorativa do IV Centenário da Estada [120]; (1969, junho). Informações e Notícias. Filatelia. [Selos comemorativos do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique]. *Boletim Geral do Ultramar*, 528, 199.

trariamente às dos outros centenários, nacionais[123] e estrangeiros[124], amplamente divulgados conjuntamente com as respetivas coleções artísticas comemorativas.

Entretanto, nas vésperas da consolidação do processo de independência de Moçambique, o governo provisório decretou, em maio de 1975, o desmantelamento e acondicionamento dos conjuntos escultóricos erguidos pelos portugueses[125]. Cada um desses monumentos representava, de forma inequívoca, a presença física e a força material de um império assente num «mundo de estátuas e de símbolos [...onde...] cada inauguração, [c]ada discurso, cada estátua era um marco de posse»[126]. A estátua de Camões, apesar de retratar uma figura do passado aceite na longa história da Ilha de Moçambique, simbolizava também a génese do povo português, conquistador e dominador. Apesar dos versos sentidos que dedicara à pequena Ilha Moçambique na sua obra magna, Camões naqueles

123 (1970, 24 de junho). [Medalha comemorativa do V Centenário do Nascimento de D. Manuel I]. *Diário de Moçambique*, 6980, 10; (1970, 24 de outubro). Mini-monumental: uma desolação estatuária diminui uma cidade inteira. *Diário de Moçambique*, 7096, 2.

124 (1970, 29 de março). [Os Correios do Vaticano: Expo-70]. *Diário de Moçambique*, 6895, 5; (1970, 1 de julho). Medalha comemorativa do Concílio Vaticano I. *Diário de Moçambique*, 6987, 8; (1970, 12 de julho). [Suazilândia emite série de selos comemorativos para os Jogos da Commonwealth]. *Diário de Moçambique*, 6998, 10.

125 Verheij, G. (2014). Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais: a estatuária de Lourenço Marques. *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França. Sessões Simultâneas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 38. Na antiga capital, Lourenço Marques, os equipamentos escultóricos públicos começaram a ser desmantelados entre setembro de 1974 e junho de 1975, muito embora o decreto ministerial só tenha sido homologado em maio do último ano. Embora os dois autores mencionem por duas vezes o processo de remoção e restituição da estátua camoniana da Ilha de Moçambique, não indicam nenhuma data concreta, nem esclarecem quais os procedimentos institucionais implementados. Mendonça, L. F. & Mendonça, R. (2021). Culto dos monumentos históricos e projeto imperial na década de 1940: Negociando um passado colonial em Maputo e além, *Urbe: revista brasileira de gestão urbana*, 13, 2-4.

126 Conforme salientou Verheij, há muito que a imprensa nacional moçambicana lançara o debate sobre esta questão, nomeadamente o periódico *Notícias de Moçambique* nas edições de 21 de dezembro de 1974 e de 8 e 22 de fevereiro de 1975. Uma vez removidos esses monumentos deveriam ser acondicionados em espaços museológicos de modo a servirem de fontes de «estudo da história da ocupação colonial». Verhjei, G., Monumentos coloniais, 38, nt. 10, 39-40.

conturbados tempos de guerra passara a integrar o rol da herança colonial contestada.

Conforme salientou António de Figueiredo, a universal projeção alcançada por *Os Lusíadas* «também se deve em grande parte à forma como o poema se prestava ao enaltecimento do Imperialismo e da hegemonia europeus», de modo que no decurso do processo de descolonização nas antigas colónias tenha ocorrido «um momentâneo fenómeno de crítica rejeição de *Os Lusíadas* e de Camões» com implicações diretas no património histórico e artístico de origem portuguesa:

> Nos anos de 1974 e 1975, quando o processo de descolonização se acelerava e nas antigas colónias se demoliam estátuas de Vasco da Gama e Henrique, o *Navegador*, Camões era igualmente colhido na onda de protestos contra o passado colonial[127].

Com a implementação do decreto governamental, a estátua erguida na Ilha de Moçambique foi removida nos meses ou anos imediatos e posteriormente guardada – ao que tudo indica ou no antigo Palácio dos Governadores ou nos armazéns da alfândega[128] – e a placa inaugural disposta no plinto que a suportava destruída. Mas a forte ligação histórica de Camões àquele pedaço do território

127 Figueiredo, A. de (1981). Camões e o expansionismo europeu. *Estudos sobre Camões: p*áginas do Diário de Notícias dedicados ao poeta no 4.º Centenário da sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda/ Editorial Notícias, 51, 54.

128 Tendo em conta que o antigo edifício do Palácio dos Governadores retomou as suas funções museológicas logo em 1977, é possível que as imagens escultóricas removidas tenham sido lá depositadas ou entretanto transferidas, onde já se encontrava o retrato do Poeta e veio a ser depositada a primitiva porta principal do edifício residencial da dita Casa de Camões. Segundo as informações recolhidas junto dos técnicos do museu, em agosto de 2011, a estátua de Camões esteve algum tempo em depósito no edifício sem, contudo, haver a possibilidade de confirmar a data de ingresso da mesma. Porém, Boaventura de Sousa Santos [1940] asseverou, muito recentemente, que a estátua de Camões esteve depositada no edifício da antiga alfândega. Santos, B. de S. (2021, 25 de agosto). Borba Gato (1649-). O colonialismo não é passado. Se fosse, as estátuas pelo mundo afora estariam sossegadas e entregues às pombas. *Carta Maior. O Portal da Esquerda.*

moçambicano – ainda hoje manifestada de forma inequívoca pela população da ilha – determinou a sua restituição ao local primitivo muito antes da estátua de Vasco da Gama[129], situação que atesta o sentimento conferido ao Poeta[130].

A estátua parece ter sido recolocada na praceta original no decurso do programa de beneficiação patrimonial implementado no âmbito da candidatura da Ilha de Moçambique a Património Mundial pela UNESCO, processo concluído em 1991 com a sua inclusão na lista de bens classificados[131].

Ainda que a sua restituição seja reveladora de um compromisso de união entre os povos na aceitação do passado, mesmo quando este passado teve momentos tão dramáticos nas populações locais, não foi consensual. Alguns habitantes consideram o monumento

129 A estátua do navegador foi inaugurada em 25 de agosto de 1956, no âmbito da visita presidencial de Francisco Craveiro Lopes [1894|1951-1958|1964]. Verhjei, G. (2011). *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. Dois casos de estudo*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, 91, 125.

130 Para Gerbert Verheij, as duas estátuas foram recolocadas «por figurarem personagens historicamente ligadas à ilha». Verhjei, G., Monumentos coloniais, 40.

131 No âmbito da nossa investigação não foi possível determinar as datas precisas de remoção, acondicionamento e restituição da estátua de Camões na Ilha de Moçambique, muito embora tudo aponte para que tenha sido removida ainda em 1975 e recolocada nos inícios da década de 1990, portanto vários anos antes da de Vasco da Gama, reintegrada no local atual em 2005. Até ao final do primeiro lustro da década de 1980 não havia vestígios da estátua de Camões na Ilha de Moçambique, ou mesmo da de Vasco da Gama, conforme atesta o relatório da Ilha de Moçambique elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique com a parceria da Escola de Arquitetura de Aarhus da Dinamarca. (1985). *Ilha de Moçambique. Relatório. 1982-85*. Lourenço Marques: Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique/ Arkitekskolen I Aarhus. Nas muitas publicações editadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 paira um total silêncio sobre a estátua camoniana, como no catálogo da exposição realizada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1983, ao que tudo indica um evento organizado com a intenção de avançar com a recuperação patrimonial e a consequente classificação da Ilha de Moçambique como Património Mundial da UNESCO, o arquiteto português Viana de Lima mencionou a figura histórica de Camões na Ilha de Moçambique, mas omitiu qualquer referência escrita ou visual da obra escultórica de 1969. Lima, A. V. (1983). *A Ilha de Moçambique em perigo de desaparecimento: uma perspectiva histórica, um olhar para o futuro*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 19, 27-28, 78; Lisboa, E. (1996). Camões, a Ilha de Moçambique e Nós. *Oceanos*, 25, 77.

camoniano, assim como tantos outros, como um símbolo da ainda dominação colonial, extensível agora a um plano patrimonial e cultural da história da própria Ilha de Moçambique:

> A destruição das estátuas coloniais, que constituíam símbolos da dominação portuguesa no território moçambicano logo após a independência nacional, foi como se fosse uma revolta o não reconhecimento dos feitos daqueles que deram suas vidas no solo moçambicano. As estátuas do Vasco da Gama e do Camões foram removidas e só voltaram a ser implantadas com a patrimonialização da Ilha. As pessoas queriam que, no lugar dessas estátuas portuguesas, fossem colocadas estátuas de personalidades nacionais que demonstraram a sua valentia nas guerras de resistência à penetração colonial em Moçambique; dos estivadores nos portos que durantes séculos trabalharam e se revoltaram contra a exploração, a dominação colonial. [...] As histórias do Vasco da Gama, Luís de Camões, estas estão se perpetuando, porque estão escritas e documentadas e monumentadas[132].

Este sentimento do espectro colonial português na Ilha de Moçambique[133] nem sempre é assim entendido por todos os habitantes daquela região. Durante a nossa estada em agosto de 2011, enquanto alguns anciãos nos explicavam, com inequívoco orgulho, que foi nela que Camões *escreveu* os seus *Lusíadas* – validando assim uma herança histórica conturbada, mas ainda assim comum a ambos os povos –,

132 O testemunho prestado por Chehe Hafiz Jamú, coordenador do projeto comunitário da Ilha de Moçambique, foi recolhido por Lúcia Omar entre fevereiro e março de 2012. Omar, L. L. & Júnior, E. S. (2014, dezembro-2015, abril). Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique. *Revista CPC*. São Paulo, 18, 13, 17.

133 Na alocução proferida em Quissico, em 6 de outubro de 1963, o governador-geral de Moçambique, Manuel Maria Sarmento Rodrigues – o anterior ministro do Ultramar – declarou publicamente que: "Moçambique só é Moçambique porque é Portugal". Graça, P. B. (2011). Moçambique e os territórios vizinhos: ensaio de geo-história da I República. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Volume dedicado ao Sesquicentenário da Ascenção ao Trono do Rei D. Luís e ao Centenário da Proclamação da República, Lisboa, 129, 1-12, 107.

muitas foram as crianças que nos agarraram na mão primeiro para nos conduzir até à suposta casa e depois à estátua do Poeta.

Considerações finais:

A figura incontornável da cultura nacional, Luis Vaz de Camões, o *poeta-viajante* envolvido direta e ativamente no processo de expansão territorial portuguesa no Oriente a partir do século XVI, e que o próprio imortalizou na sua obra magna de *Os Lusíadas*, teve no decurso das comemorações celebrativas de 1969 a sua efígie multiplicada nos modelos de representação tradicionalmente aceites pelos especialistas.

Os festejos comemorativos dos quatrocentos anos da saída definitiva de Camões da Ilha de Moçambique destacar-se-iam das restantes quatro comemorações ocorridas em 1969 – como as de Vasco da Gama por exemplo – pela menor expressão celebrativa entre as sociedades locais e as da metrópole, em dimensão e na duração dos eventos. Tanto quanto sabemos, somente as festividades camonianas não dispuseram de um evento em Lisboa.

Circulando com maior ou menor impacto na província moçambicana, até alcançar inevitavelmente a metrópole portuguesa, as edições comemorativas móveis e de pequeno porte – as coleções filatélicas e as séries medalhísticas –, foram permitindo contribuir para a difusão do programa final das comemorações oficiais a decorrer naquela pequena ilha africana. Enquanto os selos postais foram produzidos em suporte de papel com uma ampla margem de distribuição, as medalhas, cunhadas em bronze e em prata, foram difundidas essencialmente nos meios mais elitistas dos círculos institucionais e dos circuitos colecionistas.

Mas entre as diversas obras comemorativas promovidas pelas comissões ganhou destaque, pela imponência física, simbologia histórica e exclusividade material, a escultura de Camões empunhan-

do o manuscrito de *Os Lusíadas* na Ilha de Moçambique, segundo uma imagem idealizada e algo romantizada integrada no projeto de recuperação e beneficiação dos principais eixos urbanísticos e arquitetónicos daquele território insular.

No quadro político-ideológico da época, as comemorações camonianas de 1969 permitiram à máquina propagandística e ideológica do Estado Novo continuar a difundir uma mensagem de cunho histórico-nacionalista português e europeísta, vincada por um sentimento de partilha e pertença identitária expresso na obra de *Os Lusíadas*. Contudo, não foi apenas o regime salazarista que se aproveitou politicamente da obra e do seu autor.

O mesmo Camões que fora recrutado pelos republicanos contestatários ao regime monárquico nos finais do século XIX[134], associando-o aos anseios de luta pela liberdade «cerceada pelo despotismo» – e que para muitos falecera em 1580, o ano em que D. Filipe I de Portugal [1527|1581-1598] começara a forjar a Monarquia Dual Ibérica com entrada no Reino[135] –, acabara por ser convocado uma vez mais para legitimar a presença portuguesa nos territórios em que começaram a irromper os movimentos independentistas da denominada Guerra da Libertação de Moçambique a partir de 1964.

Independentemente da forma e da matéria, e do impacto de cada peça ou conjunto, os elementos comemorativos camonianos permitiram assinalar o acontecimento histórico e impulsionar uma vez mais a biografia e a obra do Poeta. E neste caso, a escultura camoniana

134 Ramalho, A. C. (1975). *Estudos Camonianos*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 101-102.

135 Esta visão idealizada por Teófilo Braga e partilhada por muitos outros autores oitocentistas, como Ramalho Ortigão [1836-1915], Jaime Batalha Reis [1847-1935] ou Magalhães Lima [1850-1928], esteve patente ao longo do Tricentenário da Morte de Camões celebrado em 1880. João, M. I. (2011). Camões, símbolo da nacionalidade, *Sínteses afectivas: Teófilo Braga e os centenários*. Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores/ Direção Regional da Cultura/ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, 17-18, 21-23, 29-30.

concebida por António Pacheco ocupou um lugar preponderante entre as demais peças celebrativas promovidas.

Mesmo que a estátua não tenha sido do agrado de todos e tenha, eventualmente, provocado alguns incómodos entre os membros das comissões e/ou do aparelho do Estado, tornar-se-ia de imediato num novo símbolo da presença histórica de Camões na Ilha de Moçambique. Poucos anos depois da sua inauguração, no decurso da visita realizada à Ilha na companhia de Amílcar Fernandes e de Rui Knopfli [1932-1997], o escritor Jorge de Sena [1919-1978] evocou a imagem escultórica no poema intitulado *Camões na Ilha de Moçambique*, redigido em 20 de julho de 1972, quem sabe se diante da própria estátua, muito embora esta não tivesse um atributo evocado, o laurel:

> Não é de bronze, louros na cabeça,
> nem no escrever parnasos, que te vejo aqui[136].

O Poeta maior português, com ou sem estátua erigida diante do imenso mar que banha a Ilha de Moçambique, «pressente-se em tudo o que olhamos e nos rodeia, as vozes do passado... e no ar, perpassam nas brisas acariciantes os versos de Camões, que pelo entardecer afagam a velha cidade»[137].

> Este estudo é dedicado às belas Margaridas e ao seu fiel "jardineiro" que fizeram florir a nossa estada naquela camoniana Ilha de Moçambique...

136 Sena, J. (1978). Camões na Ilha de Moçambique, *Poesia - III*. Lisboa: Moraes Editores, 189-190. Embora referindo-se ao monumento escultórico de Luis de Camões erguido em Lisboa na praça homónima, Joaquim Montezuma de Carvalho num artigo de opinião a criticar a entrevista cómica encenada por Raul Solnado, considerou o Poeta "mais monumental que o bronze". Carvalho, J. M. de (1969, 2 de agosto). Camões "entrevistado". *Notícias*, Lourenço Marques, 14434, 11.

137 (1970). *Livro de Ouro do Mundo Português*. Lourenço Marques [Maputo]: s.n., 309.

BIBLIOGRAFIA

FONTES ICONOGRÁFICAS:

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos | Fundo medalhístico.

Medalha comemorativa do *IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique* | 1969.

Coleção Milton Pedro Dias Pacheco | Fundo Camoniano.

Série filatélica IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969 | C.T.T. | Lourenço Marques | 1969.

Envelope do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969 | Clube Filatélico e Numismático de Moçambique - Lourenço Marques | 1969.

Envelope do IV Centenário de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969 | Tab. Desportiva | Lourenço Marques | 1969.

Seção Filatélica da Associação Académica de Coimbra.

Série filatélica IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. 1569-1969 | C.T.T. | Lourenço Marques | 1969.

FONTES DATILOGRAFADAS:

Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. (2009). Voto de pesar e homenagem – Escultor [António] José Barroso Martins Pacheco. *Ata da Reunião da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto realizada no dia oito de janeiro de dois mil e nove*.

FONTES IMPRESSAS:

Camões, L. V. de. (1572). *Os Lvsiadas*. Lisboa: em casa de Antonio Gõçalvez.

Camões, L. V. de. (1883). *Os Lvsiadas*. Braga, T., Valente, S., Victor, J., Almeida, F. de & Marques, S. (dir.), Chagas, M. P. (pref.). *Homenagem a Camões. Grande Edição Manuscripta dos Lusiadas pelos Contemporaneos illustres de Portugal e Brazil*. Lisboa: Tip. Elzeviriana.

Camões, L. V. de. (1980). *Rimas*. Estudo introdutório de Silva, V. M. de A. e. Braga: Universidade do Minho. Reprodução fac-similada da edição de 1598.

Camões, L. V. de. (1595). *Rhythmas de Lvis de Camoes, diuididas em cinco partes, dirigidas ao muito Illustre Senhor D. Gonçalo Coutinho*. Lisboa: por Manoel de Lyra.

Correa, M. (1613). *Os Lvsiadas do Grande Lvis de Camoens, Principe da Poesia Heroica*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

Couto, D. (1786). *Da Asia: dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e no descubrimento das terras, e mares do Oriente. Decada Oitava*. Lisboa: Regia Officina Typographica.

Faria, M. S. (1624). *Discursos varios politicos*. Évora: por Manoel Carvalho, Impressor da Universidade de Évora**.**

Linschoten, J. H. (1596). *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert/ van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*. Amesterdão: por Cornelis Claesz op't VVater.

Mariz, P. (1613). Ao estudioso da lição Poetica. Correa, M., *Os Lvsiadas do Grande Lvis de Camoens. Principe da Poesia Heroica*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck**.**

FONTES DE IMPRENSA:

Autores Anónimos/ Vários:

(1963). *Anuário da Província de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 1963*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1965). *Anuário da Província de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 1964-1965*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1966). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1965. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1966). *Anuário da Província de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 1966*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1967). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1966. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1968). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1967. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 4, 71-72.

(1968). *Anuário da Província de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 1967-1968*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1968, março). Informações e notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 513, 118-119.

(1968, junho). Objectiva do Ultramar. *Boletim Geral do Ultramar*, 516, 129.

(1968, julho-agosto). Informações e notícias. Ensino, investigação e cultura: Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 517-518, 272-273.

(1968, julho-agosto). Informações e notícias. Museu Militar. *Boletim Geral do Ultramar*, 517-518, 241.

(1968, setembro-outubro). Informações e notícias. Filatelia: Cabo Verde. *Boletim Geral do Ultramar*, 519-520, 166-167.

(1969). *Anuário da Província de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

(1969, janeiro-fevereiro). Informações e notícias. Três comemorações centenárias relativas ao Ultramar. *Boletim Geral do Ultramar*, 523-524, 168.

(1969, janeiro-fevereiro). Objectiva do Ultramar. Medalha comemorativa do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 523-524, [120].

(1969, janeiro-julho). Informações e notícias. São Tomé e Príncipe: Artes e Letras/ Filatelia. *Boletim Geral do Ultramar*, 535, 202-203.

(1969, junho). Informações e notícias. V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama. *Boletim Geral do Ultramar*, 528, 165-167.

(1969, junho). Informações e notícias. Filatelia: [selos comemorativos do IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique]. *Boletim Geral do Ultramar*, 528, 199.

(1969, julho-agosto). Informações e notícias. Comemorações do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama. *Boletim Geral do Ultramar*, 529-530, 124-130.

(1969, julho-agosto). Informações e notícias. Filatelia: selos comemorativos. *Boletim Geral do Ultramar*, 529-530, 196-197.

(1969, 17 de agosto). Audiência no Vaticano. Um exemplar da primeira edição de "Os Lusíadas" oferecido ao papa por filiados da M. P. *Notícias*. Lourenço Marques, 14448, 1-32.

(1969, setembro-dezembro). Informações e notícias. II Centenário da Transferência da capital de Timor para Díli. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 256.

(1969, setembro-dezembro). Informações e notícias. IV Centenário da Estada de Luís de Camões na Ilha de Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 201-202.

(1969, setembro-dezembro). Informações e notícias. Arte e Letras: Moçambique. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 257.

(1969, setembro-dezembro). Informações e notícias. Filatelia: selos comemorativos. *Boletim Geral do Ultramar*, 531-534, 266-270.

(1969, 3 de novembro). [Cerimónias comemorativas do V aniversário do nascimento de Vasco da Gama]. *Notícias*. Lourenço Marques, 14524, 1.

(1969, 6 de novembro). [Vista aérea da Ilha de Moçambique [...] onde no corrente mês se efectuará o encerramento das comemorações centenárias do nascimento de Vasco da Gama e da estada de Camões naquelas praias de encanto]. *Notícias*. Lourenço Marques, 14527, 1.

(1969, 12 de novembro). Programa Oficial. O V Centenário de Vasco da Gama e a Estada de Camões na Ilha de Moçambique solenemente comemorados. *Notícias*. Lourenço Marques, 14533, 3.

(1969, 12 de novembro). Um cruzeiro no "Infante D. Henrique" integrado nas comemorações camoneanas. *Diário de Moçambique*, 6763, 1.

(1969, 20 de novembro). Chegou ontem à Beira o "Infante D. Henrique" em viagem para a Ilha de Moçambique. *Notícias*. Lourenço Marques, 14541, 1-2.

(1969, 20 de novembro). O "Infante Dom Henrique" chegou ontem à Beira. *Diário de Moçambique*, 6770, 2.

(1969, 22 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, 6774, 1.

(1969, 22 de novembro). Esta é a estátua a Luis de Camões que no Domingo será inaugurada na Ilha de Moçambique. *Notícias*. Lourenço Marques, 14543, 4.

(1969, 22 de novembro). O Governador-Geral parte hoje para o Norte. As cerimónias de amanhã na histórica Ilha de Moçambique. *Notícias*. Lourenço Marques, 14543, 1, 4.

(1969, 24 de novembro). A estátua de Camões foi ontem inaugurada na Ilha de Moçambique pelo Governador-Geral. *Diário de Moçambique*, 6774, 1-3.

(1969, 25 de novembro). *Diário de Moçambique*, 6775.

(1969, 6 de dezembro). Comemoração dos dois centenários. *Notícias*. Lourenço Marques, 14556, 16.

(1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: A Ilha de Moçambique. Encontro de mil caminhos. *Diário de Moçambique*, 6890, 5-6.

(1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: programa das festas da cidade de Moçambique. *Diário de Moçambique*, 6890, 5.

(1970, 2 de março). Dia da Cidade de Moçambique: a nova velha ilha.... *Diário de Moçambique*, 6890, 6-7.

(1970, 29 de março). [Os Correios do Vaticano: Expo-70]. *Diário de Moçambique*, 6895, 5.

(1970, 14 de junho). Comemorado condignamente em Nampula o dia 10 de Junho – Dia da Raça. *Diário de Moçambique*, 6970, 13.

(1970, 19 de junho). Comemorações do "Dia de Portugal". *Diário de Moçambique*, 6975, 7.

(1970, 24 de junho). [Medalha comemorativa do V Centenário do Nascimento de D. Manuel I]. *Diário de Moçambique*, 6980, 10.

(1970, 1 de julho). Medalha comemorativa do Concílio Vaticano I. *Diário de Moçambique*, 6987, 8.

(1970, 12 de julho). [Suazilândia emite série de selos comemorativos para os Jogos da Commonwealth]. *Diário de Moçambique*, 6998, 10.

(1970, 24 de outubro). Mini-monumental: uma desolação estatuária diminui uma cidade inteira. *Diário de Moçambique*, 7096, 2.

(1972). *Comemorações do IV Centenário da Publicação de "Os Lusíadas"*. Lourenço Marques: [Comissão das Comemorações do IV Centenário da Publicação de "Os Lusíadas"].

(1973). Actividades da Comissão dos Monumentos Nacionais durante o ano de 1972. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 9, 73-75.

(1973). *Anuário do Estado de Moçambique: informações oficiais, comerciais, geográficas e históricas. 1972-1973*. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

Carvalho, J. M. (1969, 2 de agosto). Camões "entrevistado". *Notícias*. Lourenço Marques, 14434, 11-12.

L. (1970, 12 de junho). Solenemente comemorado o "Dia de Portugal" em toda a Província. *Diário de Moçambique*, 6968, 1, 12.

[Pereira, T. & Alberto, C.?]. (1969, 23 de novembro). A Ilha de Moçambique na véspera das comemorações centenárias. *Notícias*. Lourenço Marques, 14544, 1, 4.

[Pereira, T. & Alberto, C.?]. (1969, 23 de novembro). História Secular: A Ilha de Moçambique estará hoje em festa comemorando o IV Centenário da Estada da Camões. Imponentes cerimónias de extraordinário significado com a presença do Chefe da Província. *Notícias*. Lourenço Marques, 14544, 1, 4.

[Pereira, T. & Alberto, C.(?)]. (1969, 24 de novembro). Comemorando dois centenários: Revestiram-se do maior brilhantismo as solenes cerimónias realizadas ontem na histórica Ilha de Moçambique. O Governador-Geral presidiu aos diversos actos. *Notícias*. Lourenço Marques, 14545, 1, 4.

[Pereira, T. & Alberto, C.?]. (1969, 24 de novembro). Património comum da grei: apoteose condigna de um grande acontecimento nacional. *Notícias*. Lourenço Marques, 14545, 1, 4.

Sá, J. (1969, 11 de maio). Camões em Moçambique. *Notícias*. Lourenço Marques, 14002, 11-12.

Saavedra, R. (1969, 3 de outubro). Estátua de Camões para a Ilha de Moçambique: o escultor António Pacheco dará por concluído dentro em breve o seu novo monumento. *Notícias*. Lourenço Marques, 14495, 4.

FONTES DE LEGISLAÇÃO:

(1955, 3 de maio). Ministério do Ultramar. Direcção-Geral de Administração Política e Civil - Portaria n.º 15366. *Diário do* Governo - I série, 96/1955, 353-354.

(1961, 12 de maio). Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Decreto n.º 43687. *Diário do* Governo - I série, 111/1961, 575.

(1969, 28 de maio). Ministério do Ultramar. Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações. Serviços de Valores Postais – Portaria n.º 24090. *Diário do* Governo - I série, 126/1969, 590.

(1972, 23 de dezembro). Ministério das Comunicações – Correios e Telecomunicações de Portugal - Portaria n.º 771/72. *Diário do* Governo - I série, 297/1972, 2038.

OBRAS E ESTUDOS GERAIS:

Autores Anónimos/Vários:

(1985). *Ilha de Moçambique. Relatório. 1982-85*. Lourenço Marques: Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique/ Arkitekskolen I Aarhus.

(1970). *Livro de Ouro do Mundo Português*. Lourenço Marque: [s.n.].

Abreu, J. G. R. P. (2006). *Escultura p*ública e *monumentalidade em Portugal (1948-1998): estudo transdisciplinar de História da Arte e Fenomenologia Genética* (Dissertação de Doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Albuquerque, Luís de [coord.]. (1979). *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia. E esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de ElRei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Xpõ de 1497*. Lisboa: Edição da Academia das Ciências de Lisboa.

Almeida, M. L. (dir.) & Martins, J. V. P. (introd.). (1972). *Os Lusíadas 1572-1972: Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Almeida, M. L. (dir.). (1973). *Medalhas Comemorativas do IV Centenário da Publicação de* «*Os Lusíadas*». Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas».

Azevedo, M. A. S. (1972). Uma nova e preciosa espécie iconográfica quinhentista de Camões. *Panorama: revista portuguesa de arte e turismo*, 42-43, 96-103.

Carvalho, G. (2011). *Martins Correia, Laureatus: o mestre da forma e da cor*. Lisboa: Althum.com.

Castro, A. P. (2007). *Páginas de um Honesto Estudo Camoniano*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

Cidade, H. (1992). *Luís de Camões: o Lírico*. Lisboa: Presença.

Costa, A. (2013). *Arte em Moçambique: entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (1932-2004)*. Lisboa: Verbo.

Coutinho, B. X. (1946-1948). *Camões e as artes plásticas: subsídios para a iconografia camoneana*. Porto: Livraria Figueirinhas. 2 volumes.

Coutinho, B. X. (1982). *Camões no mundo do espaço cultural*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. Separata de: "Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo".

Coutinho, B. X. (1980). *A edição* «princeps» de «Os Lusíadas». Braga: [s.n.]. Separata de: *Bracara Augusta*, 77, 90.

Coutinho, B. X. (1975). *Ensaios III: Camões, arte e história portuense*. Porto: Livraria Fernando Machado.

Coutinho, B. X. (1974). *A medalhística camoniana do século XVIII aos nossos dias*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas».

Coutinho, B. X. (1950, janeiro-junho). Uma revelação: o nome do autor do célebre retrato-iluminura de Camões datado de 1581 (113-116). *Mvsev*, 6, 15-16.

Cruz, M. A. L. (2011). Camões e Diogo do Couto. In Silva, V. A. e (coord.). *Dicionário de Luís de Camões* (134-140). Lisboa: Editorial Caminho.

Duarte, M. D. C. (2012). *Fátima e a criação artística (1917-2007): o Santuário e a Iconografia: a arte como cenário e como protagonista de uma específica mensagem* (Dissertação de doutoramento). Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. 4 volumes.

Ferro, M. (2003). A épica rejeitada. *Santa Barbara Portuguese Studies*. Santa Barbara: Center for Portuguese Studies at the University of California S*pecial issue Luiz Vaz de Camões Revisitado, 7,* 221-243.

Figueiredo, A. (1981). Camões e o expansionismo europeu. In *Estudos sobre Camões: p*áginas do Diário de Notícias dedicados ao poeta no 4.º Centenário da sua morte (49-57). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda/ Editorial Notícias.

Fonseca, P. Q. (1972). Algumas descobertas de interesse histórico-arqueológico na Ilha de Moçambique. *Monumenta: publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 8, 55-71.

[Fonseca, P. Q. da]. (1970). Homenagem ao Dr. Baltazar Rebello de Souza. *Monumenta: boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 6, 5-6.

França, J.-A. (1991). *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. Lisboa: Bertrand Editores.

Garcia, J. L. L. (2011). *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar. 1924-1974 (*Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Garcia, M. G. S. (Org.), França, J.-A. (Pref.). (1983). *Luís de Camões: álbum de estampas*. Lisboa: Banco de Portugal.

Graça, P. B. (2011). Moçambique e os territórios vizinhos: ensaio de geo-história da I República. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 129, 1-12, 107-115. Volume dedicado ao Sesquicentenário da Ascensão ao Trono do Rei D. Luís e ao Centenário da Proclamação da República

Iria, A. (1969). Prefácio. *Catálogo da Exposição Itinerante, Cartográfica e Iconográfica, Comemorativa do* [I]*V Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

João, M. I. (2011). Camões, símbolo da nacionalidade. In *Sínteses afectivas: Teófilo Braga e os centenários* (16-43). Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores/ Direção Regional da Cultura/ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

João, M. I. (2005). Património e memória da nação: a iconografia de Camões. *Discursos. Língua, cultura e sociedade*. Lisboa: Universidade Aberta, 6, 121-152.

Knopfli, R. (1989). *A Ilha de Próspero: roteiro poético da Ilha de Moçambique*. Lisboa: Edições 70.

Lima, A. V. (1983). *A Ilha de Moçambique em perigo de desaparecimento: uma perspectiva histórica, um olhar para o futuro* [catálogo da exposição]. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lisboa, E. (1996). Camões, a Ilha de Moçambique e Nós. *Oceanos*, 25, 76-80.

Lobato, A. M. (1970). Conservar e modernizar, na Ilha de Moçambique. *Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, 6, 7-10.

Lobato, A. M. (1969, novembro). *Comemorações do IV Centenário da Publicação de "Os Lusíadas"* [Programa]. Lourenço Marques: Comissão Provincial *do IV Centenário da 1.ª Publicação de «Os Lusíadas»*.

Lobato, A. M. (1969, novembro). *Programa dos festejos centenários na Ilha de Moçambique. Ilha de Moçambique. IV Centenário da Estada de Camões na Ilha de Moçambique. V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Provincial dos Centenários.

Lobato, M. (1996). A Ilha de Moçambique antes de 1800. *Oceanos*, 25, 8-26.

Mariz, V. F. (2013). A musealização de monumentos e o restauro arquitectónico em Moçambique. In *Actas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa* (237-244). Lisboa: International Council of Museums.

Mariz, V. F. (2014). A salvaguarda do património arquitectónico ultramarino durante o Estado Novo (1958-1974). In Farré Torras, B. (coord.), *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França* (28-35). Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

Martins, S. (2007). As vidas de um poeta maior: sobre Camões e Aquilino Ribeiro. In I. Almeida, M. I. Rocheta & T. Amado (org.), *Estudos para Maria Idalina Resina Rodrigues,*

Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos (851-866). Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Markl, D. L. (1973). *Fernão Gomes, um pintor do tempo de Camões: a pintura maneirista em Portugal*. Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de os «Os Lusíadas».

Matos, L. A. (2003). *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Matos, M. V. L. de (2011). Biografia de Luís de Camões. In Silva, V. A. e (coord.), *Dicionário de Luís de Camões* (80-94). Lisboa: Editorial Caminho.

Nascimento, A., Rocha, A., Rodrigues, E. (2009). *Ilha de Moçambique*. Maputo: Alcance Editores.

Nunes, P. S. (2005). Arte Pública. In Pereira, J. F. (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa* (58-64). Lisboa: Caminho.

Nunes, P. S. (2005). Correia, Joaquim Martins. In Pereira, J. F. (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa* (161-165). Lisboa: Caminho.

Nunes, P. S. (2005). Duarte, António. In Pereira, J. F. (dir.), *Dicionário de Escultura Portuguesa* (208-215). Lisboa: Caminho.

Pacheco, M. P. D. (2021). Evocações camonianas: o IV Centenário da Estada de Luis Vaz de Camões na Ilha de Moçambique (1569-1969). Parte I. *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 51, 157-192.

Pacheco, M. P. D. (2014). Do mito para a tela: as representações das Tágides camonianas na arte portuguesa de Oitocentos. In Vilela, A. L., Esteves, E., Mário, F. S. & Refóios, M. (ed.), *Representações do Mito na História e na Literatura* (279-292). Évora: Centro de Estudos em Letras/ Instituto de Investigação e Formação Avançada/ Universidade de Évora.

Pereira, J. C. S. (2007). Notas sobre Camões e o(s) Modernismo(s) em Portugal. In *Estudos para Maria Idalina Resina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos* (519-536). Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Portela, A. (1982). *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Ramalho, A. C. (1975). *Estudos Camonianos*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Rodrigues, A. A. G. (1968). *Camões e a sua vera efígie: a* propósito de um retrato desconhecido. Lisboa: [s.n.].

Rodrigues, V. (c.1577). Primeiro Roteiro da Carreira da Índia. In Costa, A. F. (1940), *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI* (87-116). Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Rosas, F. & Brito, J. M. B. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. [Lisboa]: Círculo de Leitores. 2 volumes.

Santos, R. A. (1997). O design e a decoração em Portugal, 1900-1994. In Pereira, P. (dir.), *História da Arte Portuguesa* (437-505). [Lisboa]: Círculo de Leitores.

Sena, J. (1978). Camões na Ilha de Moçambique, *Poesia - III*. Lisboa: Moraes Editores.

Silva, C. B. (2015?). *Vultos da nossa História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Soares, E. (1971). *História da Gravura Artística em Portugal*. Lisboa: Livraria Samcarlos, II.

Souza, B. R. (1969). *Um ano de governo, 1968-1969: colectânea de alocuções e mensagens proferidas, de improviso, por sua Excelência o Governador-Geral de Moçambique, Dr. Baltazar Rebello de Souza, recolhidas de elementos constantes dos boletins do Centro de Informação e Turismo e da imprensa e rá*dio. Lourenço Marques: Centro de Informação e Turismo de Moçambique.

Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo:. ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2 volumes.

Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Edições Minerva.

Verheij, G. (2014). Monumentos coloniais em tempos pós-coloniais: a estatuária de Lourenço Marques. In Farré Torras, B. (coord.), *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França* (36-45). Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

Verhjei, G. (2011). *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940. Dois casos de estudo* (Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea). Lisboa.

FONTES DIGITAIS:

Arquivo da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto [AFBAUP**]:**

"António José Barroso Martins Pacheco". *Inventário Alumni [da Escola de Belas-Artes do Porto] (1836-1957) organizado por ordem alfabética*, 1836-1957, Porto.

https://arquivo.fba.up.pt/docs/Alumni_1836_1957.pdf

Livro de Matrícula, n.º 5, 1949-1954, Porto – Cota 282

https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/1280

Elias, H. & Marques, I. (2012, junho). As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965-1985). *on the w@terfront*, 23, 5-29.

https://www.researchgate.net/publication/277062018_As_ultimas_encomendas_de_arte_publica_do_Estado_Novo_1965-1985

Milheiro, A. V. (2013). Cabo Verde e Guiné-Bissau: itinerários pela Arquitectura Moderna Luso-Africana (1944-1974*)*. In Roque, A. C., Torrão, M. M. & Marques, V. R. (coord.), *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, [20 pp.].

https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p05c01-ana-vaz-milheiro.pdf

Milheiro, A. V. (2012, julho-dezembro). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *Urbe: revista brasileira de gestão urbana*, 4, 2, 215-232.

https://www.scielo.br/j/urbe/a/ZR5BhzSm6h4wMpTtfL4zTyw/abstract/?lang=pt

Milheiro, A. V. & Fiúza, F. (2013). A Arquitetura dos Gabinetes de Urbanização Colonial em Moçambique (1944-1974). In A. C. Roque & E. Rodrigues (coord.), *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, [23 pp.].

https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/09/t06c05-ana-milheiro-final_corrigido.pdf

Mendonça, L. F. & Mendonça, R. (2021). Culto dos monumentos históricos e projeto imperial na década de 1940: negociando um passado colonial em Maputo e além. *Urbe: revista brasileira de gestão urbana*, 13, 1-17.

https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200157

Omar, L. L. & Júnior, E. S. (2014, dezembro-2015, abril). Patrimônio cultural e memória social na Ilha de Moçambique. *Revista CPC*. São Paulo, 18, 4-28.

https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/74968

Santos, B. de S. (2021, 25 de agosto). Borba Gato (1649-). O colonialismo não é passado. Se fosse, as estátuas pelo mundo afora estariam sossegadas e entregues às pombas. *Carta Maior. O Portal da Esquerda*.

https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Borba-Gato-1649-/4/51409

Weber, C. (2011?). As artes plásticas e a arquitetura em Portugal no Estado Novo. *Comunicar na República. 100 Anos de Inovação e Tecnologia* (97-105). Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

http://bh1.fpc.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=55F84C358C5C424282CF825A3D8FB743&doc=10151&img=2924

(Página deixada propositadamente em branco)

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_8

Atividades culturais 2021

Cultural activities 2021

Maria Luísa Sousa Machado[1]
José Alberto Mateus[2]

A agenda cultural da Biblioteca Geral engloba um conjunto de atividades internas e externas que anualmente se realizam e que abrangem um leque diversificado de iniciativas de natureza cultural.

No decurso do ano de 2021, ainda muito marcado pelos efeitos da pandemia, a Biblioteca não deixou de concretizar um programa de atividades, nas suas instalações e/ou *online,* abrangendo um variado leque de públicos, que tiveram uma adesão muito significativa.

Assim, neste número do Boletim da Biblioteca damos nota de todas essas atividades, nomeadamente, as exposições, os colóquios, as conferências, as tertúlias, os lançamentos de publicações e os cursos, entre outras. Incluem-se também aqui os textos e alguns dos catálogos produzidos das referidas exposições.

Algumas destas iniciativas foram realizadas conjuntamente com outras entidades, com particular destaque para aquelas que foram promovidas em colaboração com a APECER-UC (Academia para o Encontro de Culturas e de Religiões da Universidade de Coimbra) e com a LIBUC (Liga dos Amigos da Biblioteca Geral).

1 Bibliotecária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – lmachado@bg.uc.pt
2 Bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – jomat@bg.uc.pt

EXPOSIÇÕES E MOSTRAS BIBLIOGRÁFICAS

SALA DO CATÁLOGO

"Sou um tipo que faz coisas": Cruzeiro Seixas | 1920-2020

A exposição dedicada à obra de Cruzeiro Seixas marcou a abertura do conjunto de exposições realizadas no decurso do ano de 2021. Esta exposição bibliográfica e iconográfica, organizada por José Alberto Mateus e Maria Luisa Sousa Machado, esteve patente na Sala do Catálogo de 3 de março a 7 de maio de 2021. O catálogo então realizado encontra-se publicado na respetiva secção deste *Boletim*.

Livros Sagrados

A segunda exposição realizada na Sala do Catálogo, patente de 17 de maio a 11 de junho, foi organizada por Maria Luísa Sousa Machado e por José Alberto Mateus. O respetivo catálogo também se publica neste número.

Fernando Pessoa: 1888 - 1935 | Exposição Bibliográfica

No âmbito da iniciativa promovida pela BGUC e pela sua Liga de Amigos, a LIBUC, intitulada "Portugal no seu melhor", em que a comunidade universitária escolheu as figuras portuguesas mais relevantes no panorama da ciência, da cultura e das artes, foi realizada uma exposição para complementar um ciclo de tertúlias que se iniciou com a figura Fernando Pessoa.

Realizada por José Alberto Mateus e Maria Luisa Sousa Machado, esta mostra esteve patente na Sala do Catálogo de 14 a 25 de junho.

José Saramago: 1922-2010

Igualmente integrada na iniciativa "Portugal no seu melhor", foi organizada na Sala do Catálogo da BGUC uma exposição bibliográfica, coincidente com a tertúlia que decorreu no dia 30 de junho. Esta exposição esteve patente na Sala do Catálogo de 30 de junho a 30 de julho, tendo sido realizada por José Alberto Mateus e Maria Luisa Sousa Machado.

Centenário da "Seara Nova" | Exposição bibliográfica

A exposição comemorativa do 1º. centenário da revista "Seara Nova" esteve patente na Sala do Catálogo, de 17 de setembro a 22 de outubro de 2021.

A revista "Seara Nova" nasceu na sequência de uma reunião realizada na Biblioteca Nacional, entre Raul Brandão, Raul Proença, Aqui-

lino Ribeiro, Ferreira Macedo, Jaime Cortesão e Luís da Câmara Reis, corria o ano de 1920.

Além da criação da "revista quinzenal de doutrina e crítica", foi igualmente criada a Empresa de Publicidade "Seara Nova", constituída em 1921, a qual, paralelamente à revista, editou dezenas de títulos dos quais se destacam os que se publicaram na "Coleção Seara Nova" e nos "Cadernos Seara Nova", em várias séries.

Inicialmente, o grupo propunha-se realizar um programa de ações políticas e sociais no sentido da transformação e revitalização da sociedade portuguesa, acolhendo todos aqueles que pudessem de algum modo contribuir positivamente para a dinamização destas ações e para a sua implementação a nível nacional.

Durante um século, em que por força da conjuntura política conheceu alguma irregularidade (na periodicidade, no número de páginas e na própria configuração do corpo redatorial), a revista "Seara Nova" desenvolveu uma notável ação sociocultural (no domínio científico, filosófico, literário e político), para a qual contribuíram, a par dos fundadores, intelectuais brilhantes como Abel Salazar, António Sérgio, Rodrigues Lapa, Augusto Abelaira, Agostinho da Silva, Castelo Branco Chaves, Adolfo Casais Monteiro ou Alves Redol, entre outros.

A presente exposição visa assinalar o centenário da revista que, no dizer de António Pedro Pita, "desenvolveu, desde a sua fundação em 1921 até ao final da década de setenta, um excecional trabalho cívico, cultural e pedagógico, centrado na necessidade de (re)descoberta do elemento social da democracia, na definição da verdadeira identidade das elites intelectuais, na atualização de soluções para os problemas estruturais da sociedade portuguesa, cujo diagnóstico sistemático não foi das suas menores preocupações."

Esta exposição foi realizada por José Alberto Mateus e Maria Luísa Sousa Machado.

Exposição bibliográfica comemorativa do centenário da Faculdade de Farmácia da UC (1921-2021)

Por ocasião do primeiro centenário da Faculdade de Farmácia da UC, esteve patente na Sala do Catálogo de 15 de novembro a 15 de dezembro uma exposição bibliográfica comemorativa segundo a orientação e seleção das obras do Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, Doutor João Rui Pita.

O catálogo da exposição, com a reprodução das obras expostas e as respetivas referências bibliográficas, foi realizado por José Alberto Mateus e Maria Luisa Sousa Machado, com textos dos Profs. João Gouveia Monteiro e João Rui Pita, cujo texto se reproduz na publicação que fazemos do catálogo, na secção respetiva.

SALA DE SÃO PEDRO

Japão e Portugal : a fusão de duas culturas nas Artes e nas Letras no século XVI

Enquadrada no 12º. Festival das Artes, subordinado ao tema "Outros Mundos", realizou-se de 20 a 30 de julho a exposição "Japão--Portugal: A fusão das Artes e das Letras no século XVI" com o objetivo de celebrar a chegada dos portugueses ao Oriente.

A exposição reuniu um conjunto de obras de arte cedidas por *Jorge Welsh Works of Art*, além de livros e mapas pertencentes aos fundos da Biblioteca Geral, produzida pela Fundação Inês de Castro, com curadoria da arquiteta Cristina Castel-Branco e coordenação por parte da BGUC do Dr. A. E. Maia Amaral.

Transcreve-se seguidamente o texto de apresentação do Catálogo da exposição, da autoria do Prof. Doutor João Gouveia Monteiro.

"As bibliotecas são espaços de cultura, lugares de partilha de conceitos, de ideias e de perspetivas. São polos de mudança, de dinamismo e de resiliência. A programação da Biblioteca Geral da U.C. (BGUC) tem funcionado como elemento agregador, envolvendo não só a comunidade académica, mas também o público em geral.

Temos por isso apresentado uma oferta diversificada, centrada em três grandes eixos: i) a promoção do livro, da leitura e do gosto pela escrita; ii) a sensibilização para a sustentabilidade ambiental; iii) o diálogo cultural e inter-religioso. Mais do que dar respostas, temos levantado questões.

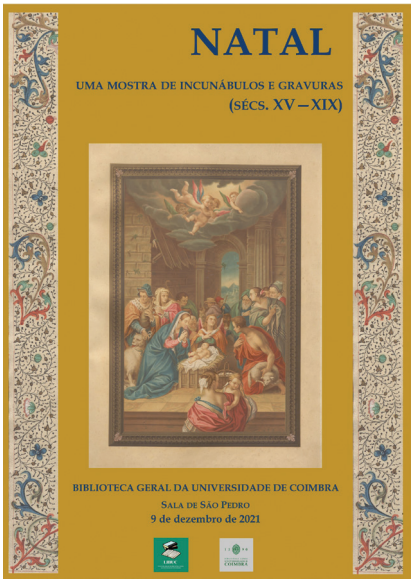
Em 2019, foi criada a Academia Para o Encontro de Culturas e de Religiões. Sediada na BGUC, a APECER-UC visa cultivar a unidade na diversidade, promovendo o respeito, o pluralismo e a abertura de novos horizontes, ao arrepio do ódio e do extremismo.

Estamos também empenhados em aprofundar os laços a Oriente, juntando-nos a iniciativas como a presente exposição, dedicada aos contactos entre Portugal e o Japão. Desejamos construir pontes e conectar as pessoas, pois, como explicou Amin Maalouf, estamos mais próximos de qualquer contemporâneo que habite do outro lado do globo do que dos nossos próprios antepassados!

Não só de sebentas, frequências e exames se faz uma universidade. Ela compõe-se de pessoas e de vontades … de pensar, de construir, de avançar, de resistir. A Universidade e a vida fazem-se de cultura. Porque a cultura é, como disse Aimé Césaire, "tudo aquilo que o Homem produziu para tornar o Mundo mais vivível e ser capaz de enfrentar a morte".

Delfim Leão (Vice-Reitor UC), Carina Gomes (CMC) e Cristina Castel-Branco (FIC)

NATAL: uma mostra de incunábulos e gravuras (sécs. XV-XIX)



No âmbito da colaboração entre a LIBUC e a Biblioteca Geral foi realizada uma mostra de incunábulos e gravuras dos séculos XV a

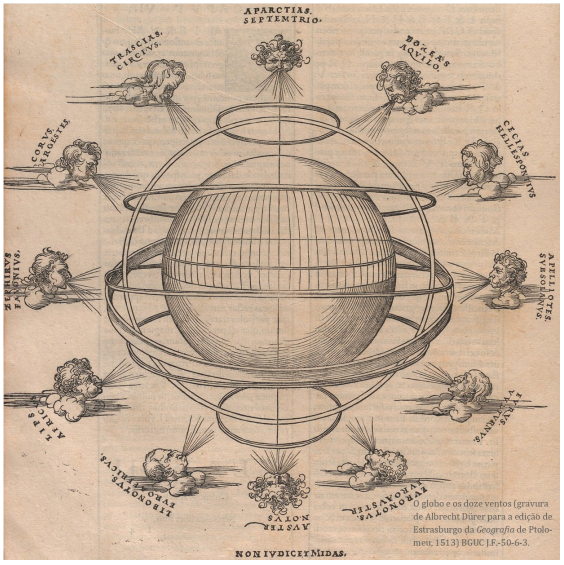
XIX dedicada ao Natal, que decorreu de 9 de dezembro de 2021 a 25 de fevereiro de 2022.

Esta mostra foi comissariada pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, tendo a pesquisa, legendagem e montagem sido realizados por José Mateus e Maria Luisa Sousa Machado, a colaboração técnica de Fátima Bogalho e Maria José Silva Pereira e digitalização a cargo de José Neto. Na ocasião foi proferida uma comunicação pelo Pe. Nuno Santos, Reitor do Seminário Maior de Coimbra.

O texto de apresentação da exposição e o catálogo são publicados na respetiva secção deste *Boletim*. O catálogo teve edição em papel, de tiragem reduzida, da responsabilidade da Noozle Lda. (Nuno Nina Martins).

BIBLIOTECA JOANINA

"Toda a redondeza do mundo" : Magalhães-Elcano, 1519-1522 - Exposição bibliográfica



O globo e os doze ventos (gravura de Albrecht Dürer para a edição de Estrasburgo da *Geografia* de Ptolomeu, 1513) BGUC J.F.-50-6-3.

A exposição intitulada "Toda a redondeza do Mundo", que tinha estado patente na Sala de S. Pedro de 27 novembro 2020 a 19 feve-

reiro 2021, foi reposta no piso intermédio da Biblioteca Joanina de Março de 2021 a janeiro de 2022. Esta segunda apresentação esteve prevista desde o início e tinha justificado a tradução atempada de todos os painéis em inglês e em espanhol.

A exposição foi comissariada por António Eugénio Maia do Amaral, por parte da BGUC, e contou com o apoio do Dr. José Marques da Estrutura de Missão para o V Centenário da Circum-navegação de Fernão de Magalhães, e dos Professores Doutores João Paulo Oliveira e Costa, Francisco Contente Domingues (recentemente falecido e que aqui homenageamos) e Vítor Gaspar Rodrigues.

OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS

BIBLIOTECA JOANINA

Concerto

Realizou-se o Concerto II - Recital de Canto e Piano, por Cristiana Oliveira e Jaime Mota, que foi transmitido em *streaming* na Sala Virtual do IX Ciclo de Requiem - Coimbra 2021, no dia 1 de maio.

Foram interpretadas as "Quatro últimas canções" de Richard Strauss (1864-1949), as peças "Da triste e bela Inês" e "Era pedra e sobre essa pedra", da obra "Canções para Inês", de António Chagas Rosa (textos de Bocage e Natália Correia) e as "Quattro Canzoni d'Amaranta" de Francesco Paolo Tosti (1846-1916).

SALA DE SÃO PEDRO

Ciclo "Linhas Cruzadas"

Afonso Reis Cabral, João Gouveia Monteiro (BGUC) e Cristina Robalo Cordeiro (FLUC)

Inserida no ciclo "Linhas Cruzadas", uma paceria com o TAGV e com o Centro de Documentação 25 de Abril, realizou-se no dia 19 de maio de 2021 a tertúlia "Ler porquê e para quê?", com a participação da Professora Cristina Robalo Cordeiro e do escritor Afonso Reis Cabral.

Na sessão, moderada pelo diretor da biblioteca, Professor João Gouveia Monteiro, debateu-se a importância da leitura, tendo os oradores dado o seu testemunho enquanto escritores e leitores.

À Descoberta dos Tesouros da BGUC

Promovido em parceria com a Liga dos Amigos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o Ciclo "À Descoberta dos Tesouros da BGUC" teve duas sessões. A primeira, intitulada *Livro de Horas da BGUC* (séc. XV) contou com a participação da Professora Maria José Azevedo Santos e da bibliotecária Dra. Isabel Ramires, no dia 2 de junho de 2021. A segunda, intitulada À Descoberta de uma Edição Invulgar d'Os Lusíadas (1898), foi proferida pelo Professor José Augusto Bernardes e pelo bibliotecário Dr. Maia do Amaral, no dia 16 de junho de 2021.

Lançamento da obra *Correspondência*

O volume publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra – *Carolina Michaëlis de Vasconcelos/Ricardo Jorge "Correspondência"*, da autoria da Professora Maria Manuela Gouveia Delille e a Dra. Isabel João Ramires, foi lançado no dia 1 de julho.

Esta obra resulta da troca epistolar entre uma filóloga e um médico epidemiologista, ambos celebridades nacionais e internacionais.

Centrada predominantemente em assuntos de natureza histórico-literária, a correspondência não deixa de trazer novos dados sobre o perfil humano, familiar e cultural das duas personalidades e sobre o respetivo contexto sociopolítico e científico-literário das primeiras décadas do século XX, revelando-se ainda como um testemunho valioso das afinidades existentes entre as chamadas ciências exatas e as letras.

A apresentação esteve a cargo dos Professores José Augusto Cardoso Bernardes e Rita Marnoto, da Faculdade de Letras.

"Flor de Lótus", grandes clássicos de música, cinema e literatura

O festival cultural "Flor de Lótus: grandes clássicos de música, cinema e literatura", composto por cinco sessões temáticas dedicadas a alguns dos clássicos mais marcantes da cultura contemporânea, decorreu entre 11 e 19 de outubro de 2021.

Com a colaboração de vários especialistas nos diferentes temas, foram visionados e comentados excertos dos seguintes filmes: no dia 11 de outubro: "O nome da rosa", por João Gouveia Monteiro (FLUC)

e Maria de Lurdes Rosa (FCSH/NOVA); no dia 13 de outubro, "Blade Runner", com João Arriscado Nunes (CES) e Maria Jorge Ferro (FP-CEUC); no dia 14 de outubro: "O Padrinho", com Jorge Seabra (FLUC) e Rita Marnoto (FLUC); no dia 15 de outubro, "A Lista de Schindler", com António Sousa Ribeiro (FLUC) e Sérgio Dias Branco (FLUC); e no dia 19 de outubro, "Doutor Jivago", com Abílio Hernandez Cardoso (FLUC) e Rui Bebiano (FLUC).

Apresentação da obra "Visto de Coimbra"

José Bernardes (FLUC), Pedro Casaleiro (OAUC), Carlota Simões (FCTUC) e Margarida Miranda (FLUC)

Em resultado das várias contribuições para o Colóquio "Visto de Coimbra - O Colégio de Jesus entre Portugal e o Mundo" que decorreu na Universidade em maio de 2017, foi realizada no dia 16 de novembro de 2021 a apresentação da obra com o mesmo nome.

A apresentação esteve a cargo do Prof. Doutor José Augusto Bernardes, contando ainda com a participação da Profª. Doutora Carlota Simões, Profª. Doutora Margarida Miranda e do Doutor Pedro Casaleiro.

Curso Livre da APECER

Realizou-se o II Curso Livre da APECER: Histórias das Religiões dedicado às Religiões Orientais (Hinduísmo, Budismo, Confucionismo, Taoísmo e Xintoísmo), de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2021.

A Coordenação científica pertenceu ao Doutor João Gouveia Monteiro, tendo como oradores Anselmo Borges, João Carlos Loureiro, Fernando Florêncio, Krishna Kripa Dasa, Sofia Beato, Cristina Zhou, Zhao Yanxia, Francisco Díez de Velasco e António Barrento.

Lançamento da edição fac-similada "Pharmacopea Bateana"

Dando continuidade ao protocolo entre a Biblioteca Geral e a Bluepharma, realizou-se no dia 14 de dezembro o lançamento da edição fac-similada (com a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra) da obra "Pharmacopea Bateana", com apresentação a cargo do Doutor João Rui Pita.

Alexandre Dias Pereira (IUC), Paulo Barradas Rebelo (Bluepharma), Delfim Leão (Vice-Reitor UC) e João Rui Pita (FFUC)

Colóquio Internacional "sustentabilidade e património: os desafios do turismo"

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e o Conselho Geral da Universidade de Coimbra (Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto) promoveram o Colóquio Internacional "Sustentabilidade e património: os desafios do turismo", que se realizou nos dias 7 (Auditório da Reitoria) e 8 de outubro (Sala de São Pedro).

Este colóquio teve como objetivo lançar o debate com o objetivo de promover a sustentabilidade entre património e turismo.

João Gouveia Monteiro (Diretor da BGUC), Alfredo Dias (Vice-Reitor UC), Maria Gravari-Barbas (UNESCO), Norberto Santos (DEPGEOTUR)

Eventos *on-line*

Eventos marcantes da História de Portugal

O ciclo *online* promovido pela BGUC, em parceria com a LIBUC, que decorreu em quatro sessões entre 7 e 28 de abril, foi dedicado a alguns dos eventos mais significativos da História de Portugal.

A primeira sessão, da responsabilidade de João Gouveia Monteiro, intitulada *Nun'Álvares e a Batalha de Aljubarrota (1385)*, ocorreu no dia 7 de abril; a segunda sessão, designada *D. Sebastião e a Batalha de Alcácer Quibir (1578)*, foi realizada por Luís Costa e Sousa e decorreu do dia 15 de abril; seguiu-se a sessão sobra *A Guerra Colonial (1961-74) – que memória, 60 anos depois?*, por Luís Alves de Fraga, no dia 22 de abril; e, por último, a sessão com o tema *A fundação da Universidade de Coimbra no contexto da Europa do seu tempo* foi assegurada por João Gouveia Monteiro, no dia 28 de abril.

Ciclo "Verde Contínuo"

Decorreu por *Zoom* a tertúlia "Alterações Climáticas: e agora?", terceira sessão do ciclo "Verde Contínuo", que a BGUC iniciou no ano transato.

Esta sessão foi realizada no dia 26 de maio, com a participação do Doutor Filipe Duarte Santos, professor da Universidade de Lisboa, figura reputada do meio académico, interveniente em variados projetos nas áreas do ambiente e alterações globais e coordenador do primeiro e único "Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal", editado em 1991.

Portugal no seu melhor (1ª fase)

Foi lançado um desafio à comunidade UC no sentido de escolher as cinco figuras portuguesas mais relevantes no panorama da ciência, da cultura e das artes.

Na sequência deste desafio, durante o mês de junho realizou-se um ciclo de tertúlias, em colaboração com a Liga dos Amigos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sobre quatro das personagens "eleitas", nomeadamente: no dia 8, sobre *Fernando Pessoa* com a participação do Prof. Doutor António Apolinário Lourenço (FLUC); no dia 14, sobre *Pedro Nunes* pelo Prof. Doutor João Filipe Queiró (FCTUC); no dia 22 sobre *Siza Vieira* pelo Arq. José António Bandeirinha (FCTUC); e no dia 30 sobre *José Saramago* pela Profª. Doutora Ana Paula Arnaut (FLUC).

Portugal no seu melhor (2ª fase)

Decorrente da votação para a eleição das 10 figuras mais relevantes nas áreas da ciência, da cultura e das artes, que a comunidade UC selecionou, realizou-se um segundo ciclo de tertúlias sobre outras quatro personalidades.

No dia 26 de outubro, sobre *Egas Moniz*, pelos Professores João Rui Pita (FFUC) e Ana Leonor Pereira (FLUC). Em novembro, realizaram-se mais três sessões: no dia 2 sobre *Luís de Camões*, com uma comunicação do Professor José Carlos Seabra Pereira (FLUC); no dia 9 sobre *Eça de Queirós*, pelo Professor Carlos Reis (FLUC); e no dia 17 com a participação de Frederico Santiago, Jorge Cravo e Miguel Carvalho; esta sessão intitulou-se *De Amália a Zeca Afonso: o Fado de Lisboa e a Canção de Coimbra*.

https://doi.org/10.14195/2184-7681_52_9

Catálogos de exposições bibliográficas[1]

Exhibitions catalogues

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

1 A publicação de catálogos de exposições tem como objetivo deixar memória de acontecimentos efémeros, de que muitas vezes não restaria outra memória física. Na compilação para este *Boletim*, passamos a incluir, se não tiver sido publicado já noutro local, a respetiva Apresentação (ou, não existindo esta, o texto do *Press Release*) e a Ficha Técnica, para deixar explícitas as razões e o enquadramento que presidiram à iniciativa e vincar que nenhuma exposição é uma ilha ou a obra de uma só pessoa, mas um produto coletivo de todas as valências que nela estão envolvidas. Assim, a todos fica manifestado o devido reconhecimento.

(Página deixada propositadamente em branco)

"Toda a redondeza do mundo" : Magalhães-Elcano (1519-1522) / "All the roundness of the world" : Magellan-Elcano (1519-1522)[1]

Sala de São Pedro da BGUC, 27 novembro 2020 a 19 fevereiro 2021
Biblioteca Joanina, 24 junho 2021 a 31 janeiro 2022

Ficha técnica
Conceito e textos:
A. E. Maia do Amaral
Apoio científico:
Francisco Contente Domingues
João Paulo Oliveira e Costa
Vítor Luís Gaspar Rodrigues
Traduções em inglês:
Marta Amaral
David Hardisty
A. E. Maia do Amaral
Tradução em espanhol:
María Luisa Aznar
Grafismos:
Nuno Nina Martins (Noozle Lda.)

1 Note-se que neste catálogo as obras figuram pela ordem da sua apresentação na exposição, o que - no entendimento da técnica bibliográfica que tem o autor - dispensa a inversão do último apelido, recurso apenas relevante para a ordenação alfabética e que, quando não seja absolutamente necessário, prejudica a leitura e a inteligibilidade do catálogo.

Digitalizações:
José Neto
Logística, montagem e desmontagem:
Margarida Quinteira
Carla Simões
Samuel Arrojado
José Joaquim Simão
Humberto Martins
Celeste Mateus
Maria Luísa Sousa Machado
José Mateus
Promoção:
Ana Laura Martins
Apoios:
EMCFM - Estrutura de Missão V Centenário Circum-navegação Fernão de Magalhães (2019-2022)

Abertura

Uma biblioteca é uma janela aberta para o mundo. E, dentro das suas muralhas, não se folheiam só livros, revistas e jornais; não se dispõem apenas computadores portáteis, cadernos e materiais didáticos pelas mesas, convidando a longas tardes de estudo por parte de jovens que encontram nas nossas salas de leitura o abrigo quente e iluminado de que não dispõem nos quartos que arrendam e partilham durante todo o ano académico.

Não. Uma biblioteca é muito mais do que isso. Da interação entre o leitor e o conhecimento condensado nos cartazes, nas vitrines expositivas e nas linhas dos livros que os olhos devoram pouco a pouco resulta algo que é, talvez, o principal fator de desenvolvimento da mente humana: a *curiosidade*. Foi ela que, aliada à *necessidade*, nos afastou dos primatas nossos parentes diretos (os mais desenvolvidos dos quais partilham cerca de 98% do nosso código genético) até ao Homem atual, o *Homo sapiens sapiens* que há cerca de 40 mil anos surgiu na Europa, na sequência de um longo processo evolutivo iniciado perto de 150 mil anos antes.

Diversos estudos (destaco os de Nicholas Humphrey, o famoso neuropsicólogo inglês nascido em 1943 e radicado em Cambridge) mostram claramente a importância da interatividade para o desenvolvimento da inteligência humana. A metáfora clássica é a de Robinson Crusoe, a personagem central do célebre romance de Daniel Defoe publicado pela primeira vez em 1719: só quando encontra o nativo Sexta-Feira é que Robinson, obrigado a uma gestão permanente de emoções, de espaços, de carências, de tentações e de equilíbrios na sua relação com o *outro*, vai ser capaz de mobilizar no mais fundo de si próprio a plenitude fulgurante das suas capacidades. E, como a necessidade aguça o engenho, foi como uma cortina que se rasgou, abrindo novos horizontes ao náufrago que se perdera do Mundo.

As bibliotecas também servem para cruzar biombos e para salvar os náufragos da vida e do conhecimento. Por isso, elas não podem deixar que os leitores se encerrem nos seus casulos de circunstância, dominados pelas demandas pontuais e pelas urgências práticas que resultam dos exames e outros trabalhos académicos. Não. Uma biblioteca viva é um espaço de permanente estímulo à curiosidade e à inteligência dos seus utilizadores. Hoje em dia, os *curricula* universitários são em boa parte (sobretudo na área das Humanidades) construídos para atrair, para *seduzir* os alunos. Mas estes precisam, isso sim, é de ser *desafiados*, postos à prova, interpelados por iniciativas e projetos inesperados e até exteriores às suas áreas de interesse imediato. É isso que faz crescer os nossos jovens leitores e os amadurece, com a força bruta da surpresa e o encanto da novidade. Isto chama-se convocar o leitor e lembrar-lhe que a vida não se resume no manual que precisa de ser estudado para o exame da semana seguinte.

Por todas estas razões, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, investe, desde há largos anos, muito do seu esforço na organização de exposições didáticas, várias delas itinerantes e bilingues, que apresenta em cenários diversos, consoante as tipologias e as circunstâncias. Em 2020, por exemplo, passaram já – pela

Sala de São Pedro, pela Sala do Catálogo ou pelo Piso Intermédio da Biblioteca Joanina – exposições sobre José Régio, sobre a correspondência do exílio trocada entre os manos Armando e Jaime Cortesão, sobre a Revolução Liberal de 1820, sobre Isaac Asimov, sobre o livro infantil ou sobre Fernando Assis Pacheco, entre outras. Mas havia uma efeméride que, mesmo num ano maldito como o de 2020, nós não poderíamos falhar: a da viagem de circum-navegação iniciada em Sanlúcar de Barrameda, em 1519, por Fernão de Magalhães, na companhia de duas centenas e meia de companheiros, incluindo quatro dezenas de portugueses. Tanto quanto se sabe, foi só em finais de novembro de 1520 que, depois de muitos perigos e aventuras, a pequena esquadra de cinco navios ao serviço do imperador Carlos V (Carlos I de Espanha) encontrou a estreita passagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico e penetrou nas águas calmas do 'Mar do Sul'.

É esse momento mágico que, quinhentos anos depois, a BGUC pretende evocar com a inauguração desta mostra a 27 de novembro de 2020; porque também esse instante simboliza esse curto *caminho das pedras* que nos separa do futuro e da descoberta de um admirável mundo novo. Mas é claro que a exposição considera toda a viagem que Magalhães iniciou e conduziu até à sua morte espúria nas Filipinas, em abril de 1521, aos 41 anos de idade. Como é bem sabido, o projeto sobreviveu ao seu mentor e a viagem de circum-navegação veio a ser completada pelo navegador basco Juan Sebastián Elcano, que em setembro de 1522 aportou em Sanlúcar de Barrameda, ao comando da nau Victoria, o único navio sobrevivente da primeira esquadra que deu a volta ao Mundo.

A história desta extraordinária epopeia é, em grande medida, facilitada pela existência de um precioso códice que a BGUC se orgulha de possuir no seu espólio: o diário de Antonio Pigafetta, o marinheiro, geógrafo e escritor italiano (da região de Veneza) que parece ter pago do seu próprio bolso um lugar na expedição que

zarpou da atual província de Cádis em 1519; a Fortuna permitiu que Pigafetta fosse um dos únicos 18 sobreviventes da viagem de 1519-1522, o que torna o seu relato ainda mais valioso.

Assim se juntaram a *vontade* e a *possibilidade*, fazendo com que esta exposição configure um dos momentos mais altos da programação cultural da BGUC em 2020. Venham os jovens leitores, e os menos jovens, os da comunidade académica e os de toda a região, visitar o que a BGUC, com todo o carinho e com os meios ao seu dispor, preparou para o período compreendido entre 27 de novembro de 2020 e 19 de fevereiro de 2021.

Cabe-me, por fim, fazer aqui alguns agradecimentos sentidos. Ao Dr. António Eugénio Maia do Amaral, Diretor-Adjunto da BGUC e Comissário desta exposição, pela ideia, pelo projeto que esboçou praticamente sozinho e pelo empenho na respetiva concretização. À Estrutura de Missão para o V Centenário da Circum-navegação de Fernão de Magalhães, na pessoa do seu Presidente, Dr. José Marques, pelo apoio e pelo entusiasmo, que nos motivaram e que permitirão que esta mostra possa dar, também ela, a volta ao Mundo! Aos Professores Doutores João Paulo Oliveira e Costa (que também acedeu a fazer a intervenção de fundo na sessão inaugural desta exposição), Francisco Contente Domingues e Vítor Gaspar Rodrigues, pelo aconselhamento científico amigo e muito competente, que nos permitiu construir com muito maior certeza o guião de «Toda a redondeza do Mundo: Magalhães-Elcano, 1519-1522». A todos o nosso bem-haja.

27 de novembro de 2020
João Gouveia Monteiro

«*¿Quién dirá que la nao* Victoria*, digna, cierto, de perpetua memoria, no ganó la victoria y triunfo de la redondez del mundo ... pues dio vuelta al mundo, y rodeó la inmensidad del gran océano? ¿A quién no le*

parecerá que con este hecho mostró, que toda la grandeza de la tierra, por mayor que se pinte, está sujeta a los pies de un hombre, pues la pudo medir?»

(José de Acosta, Historia natural y moral de las Indias, Cap. II)

1 A forma e as dimensões do planeta

Desde Pitágoras que os gregos especulavam sobre a esfericidade da Terra. Aristóteles demonstrou-a com o argumento da sombra projetada durante os eclipses da Lua. E, no século 3 a.C., Eratóstenes de Cirene, o sábio bibliotecário de Alexandria, conseguiu mesmo determinar aproximadamente as suas dimensões: 250 mil estádios gregos de perímetro, equivalentes a 41 mil quilómetros. Hoje, calcula-se a circunferência da Terra em 40.075 km, no Equador.

1.1 O Mundo é redondo

O "rosto" da primeira compilação publicada de relatos de viagens (1507) é ilustrado pela imagem de um mundo esférico e cristianizado pela cruz. Verdadeiro êxito editorial do século 16, esta obra inclui, entre outros, os relatórios da chegada de Cabral ao Brasil e da primeira viagem de Colombo, além das cartas de A. Vespucci ao seu patrono Lorenzo Pietro di Medici.

Fracanzano da MONTALBODDO, *fl*. 1507-1522, compil.

Paesi nouamente retrouati et Nouo Mondo da Alberico [sic] Vesputio Florentino intitulato.

Vicentia : Henrico Vicentino & Zãmaria suo fiol, 1507, 3 de Nouembre.

BGUC V.T.-19-7-17

1.2 Na esteira de Colombo

Depois de Eratóstenes, Posidónio de Rodes, refez os cálculos e obteve uma dimensão menor, que nos chegou pelo testemunho de

Cleomedes. Ptolomeu adotou-a, o que muito ajudou à argumentação de Colombo e de Magalhães: é que sendo o planeta menor, a Índia estaria mais perto de Espanha, navegando para Ocidente.

CLEOMEDES, séc. 2

… Meteora graece et latine : A Roberto Balforeo ex ms. codice Bibliothecae illustrissimi Cardinalis Joyosii multis mendis repurgata ….

Burdigalae : apud Simonem Milangium, 1605.

BGUC 4 A-25-8-15

1.3 Procurando uma passagem

A conjetura do piloto João de Lisboa sobre a facilidade em navegar do Brasil ao Extremo Oriente pois "*não hā* mais de 600 milhas até Malaca" foi divulgada na Europa através da *Copia der Newen Zeytung auß Bresillg Landt* (1515) e influenciou Johann Schöner (retrato ao lado) a imprimir um globo que pode ter inspirado Magalhães, ao mostrar um canal na costa brasileira, aos 40 graus Sul.

Johann SCHÖNER, 1477-1547

Opera mathematica.

Norinbergae : in officina Ioannis Montani et Ulrici Neuberi, 1551.

UCFCT Matemática RA. 09.10

1.4 Sem se saberem as longitudes

Sem forma de medir as longitudes no mar, as novas terras descobertas eram colocadas no mapa com muitas imprecisões. Neste *mapamundi* de Lorenz Fries, datado de 1522, o mesmo ano em que a nau *Victoria* regressava a Espanha, ainda não existe clara diferença entre a América e a Ásia, tal como Colombo julgou, depois da sua primeira viagem ao Novo Mundo.

PTOLOMEU, séc. 2

… Geographicae enarrationis libri octo / ex Bilibaldi Pirckeymheri tralatione...

Lugduni : ex officina Melchioris et Gasparis Trechsel Fratrum, 1535.

BGUC J.F.-50-6-3

2 A divisão do globo entre Portugal e Castela

Em 1494, os monarcas portugueses e castelhanos partilharam entre si todo o Mundo (descoberto e a descobrir) num Tratado retificado pelo Papa. Tordesilhas dava a Portugal todas as terras situadas a Oriente de uma linha imaginária norte-sul que passava 370 léguas (1.770 km) a oeste de Cabo Verde e dava a Castela-Aragão todas as terras a Ocidente desse semi-meridiano.

2.1 Divisão por um semi-meridiano

Ficou claro depois de Tordesilhas que Portugal dominaria a maior parte do Atlântico. Nem Castela lhe contestou a posse do Brasil, que depois se veio a descobrir. Com o avanço dos portugueses para Oriente, levantar-se-á a questão de saber por onde passaria a linha oposta a esse limite de Tordesilhas: o chamado anti-meridiano.

Pedro de MEDINA, 1493?-1567?

Regimiento de navegacion en que se cõtienen las reglas, declaraciones y auisos del libro del arte de nauegar.

En Seuilla : por Juã Canalla, 1552.

BGUC RB-28-22

2.2 E onde passará o anti-meridiano?

O geógrafo sevilhano Martin Fernández de Enciso, o português Pedro Margalho e toda a Escola de Salamanca garantiam a Carlos I

que o anti-meridiano de Tordesilhas se situava a 200 léguas de Malaca, deixando as Molucas, o único lugar onde se produzia o cravinho da Índia, dentro do hemisfério espanhol.

(Na exposição mostrou-se uma infografia com diversas propostas de anti-Meridiano)

2.3 Um fantástico "mapa do tesouro"

Antonio de Herrera y Tordesillas, cronista oficial dos Filipes, escrevendo no final do século 16, ainda considerava que "*la navegacion y descubrimiento que compete a los Castellanos*" incluía as Molucas, as Celebes, as Filipinas, o Bornéu e, claro, a China e o Japão. Este mapa de Herrera (já atrasado 100 anos) ainda se publicava na edição de 1725 ou 1730.

António de HERRERA Y TORDESILLAS, 1559-1625
Descripcion de las Indias Ocidentales...
Madrid : en la Oficina Real de Nicolas Rodriguez Franco, 1730.
Data emendada na portada gravada.
BGUC 1-16-11-231 (vol. 1)

3 Objetivo: as Ilhas das Especiarias

Só em 1510 se revelou a origem do cravinho nas ilhas Molucas, pela publicação do relato de uma viagem (em parte imaginária) à Insulíndia por Ludovico de Varthema. Assegurar o acesso de Castela a tais especiarias foi a grande motivação por trás da viagem de Magalhães, como escreve Maximilianus Transilvanus, em 1522: "Contudo, quer fosse a avareza, quer a insaciável avidez, com desregrada gula fomos coagidos a procurar as especiarias neste desconhecido mundo" (trad. de Reis Brasil).

3.1 Um *blackout* informativo

A Coroa portuguesa queria subtrair às rivais todas as informações de valor estratégico, como a localização de recursos exploráveis,

chame-se-lhe ou não uma "política de sigilo". O completíssimo relatório de Tomé Pires sobre o Oriente só conseguiu ser publicado por Ramusio numa versão da qual fora removida toda a informação sobre as Molucas e até o nome do seu autor.

Tomé PIRES, 1465?-ca. 1527

Sommario di tutti li regni, citta & populi orientali…

In:

Giovanni Battista Ramusio, 1485-1557, ed. lit.

Primo volume, & seconda editione delle navigationi et viaggi : in molti luoghi corretta, et ampliata...

In Venetia : nella Stamperia de Giunti, 1554. F. 358v-372v. 3 vol.

BGUC 1-6-14-471 (vol. 1)

3.2 A origem do cravinho da Índia

O cravinho era a mais valiosa das especiarias e era nativa do "Maluco" (do malaio "*Maluku*"), como os portugueses chamavam ao arquipélago das Molucas, na atual Indonésia. Antes dos portugueses, a especiaria chegava à Europa (Veneza) através dos árabes, que a obtinham em entrepostos javaneses. Garcia de Orta deu-lhe o nome latino que usara Plínio-o-Velho, *Caryophyllum*.

Garcia de ORTA, 1499?-1568

Due libri dell'historia de i semplici, aromati, et altre cose...

In Venetia : Apresso Francesco Ziletti, 1582.

BGUC R-74-41

3.3 Da noz-moscada e da "mácide"

Além do cravinho, o médico sefardita português Garcia de Orta descreveu em Goa outras especiarias da região, a noz-moscada e a raríssima "mácide" ou "macia" (*macis*), obtida do invólucro da semente da mesma planta. Clusius (Charles de l'Escluse, 1526-1609) ilustrará

e traduzirá a obra para Latim e irá publicá-la na Oficina de Plantin, divulgando-a por toda a Europa.

Garcia de ORTA, 1499?-1568

Aromatum, et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium história ...

Antuerpiae : Ex Officina Plantiniana : apud Viduam & Ioannem Moretus, 1593.

BGUC RB-33-13

3.4 Ternate e Tidore

Os primeiros europeus a chegar (1512) foram os portugueses. Com o acordo do sultão local, que se declarou amigo e vassalo do Rei de Portugal, instalaram-se na ilha de Ternate e aí fariam uma fortaleza, em 1522. Os castelhanos, evitando os portugueses e aproveitando as rivalidades locais, privilegiariam contactos com a ilha rival de Tidore.

Willem Janszoon BLAEU, 1571-1638

Theatrum orbis terrarum, sive Atlas novus, in quo tabulae et descriptiones omnium regionum.

Amsterdami : apud Iohannem [et] Guiljelmi F. Blaeu, 1645-[1650]. 4 vol.

BGUC 1-6-16-572 (vol.2)

4 Convencer Carlos I

Escreveu João de Barros que "*El Rey de Castella como estava namorado das cartas e pomas* (globos) *de marear que Fernam de Magalhães lhe tinha mostrado*" (Década 3ª, f. 147) acolheu a sua proposta de achar um caminho para as Ilhas da Especiarias, navegando pelo hemisfério espanhol. Para sustentar a ideia, Fernão de Magalhães ia munido do conhecimento português: um Regimento do bacharel Rui Faleiro, mapas encomendados aos Reinel e a correspondência trocada com o amigo Francisco Serrão.

4.1 Cumprir um destino imperial

Em 1516, um comentador do Salmo 19 chamava a atenção para a descoberta de "novas terras", iniciada por Cristóvão Colombo, estar a cumprir as palavras do Rei David "*In omnem terram exivit sonus eorum et in fines orbis terrae verba eorum*" (a Sua voz ressoa por toda a Terra e as Suas palavras até aos confins do mundo). Tal desígnio elevava-se bem à altura de um rei que tinha adotado como lema pessoal "*Plus ultra*" (Mais além).

BÍBLIA. A.T. Salmos. Poliglota

Psalterium, Hebr[a]eum, Gr[a]ecu[m], Arabicu[m], & Chald[a]eu[m], cu[m] tribus latinis i[n]terp[re]tat[i]o[n]ibus & glossis.

[Genuae] : [impressit miro ingenio Petrus Paulus Porrus] : [in aedibus Nicolai Iustiniani Pauli], [anno christiane salutis, millesimo quingentesimo sextodecimo] [1516].

BGUC RB-21-4

4.2 Apresentou-se com um livro na mão

Em 1518, Fernão de Magalhães levando certamente outra edição (Roma, 1510?) deste livro, cujo autor tinha conhecido em Cananor ou Cochim, foi propor a Carlos I de Castela, futuro Imperador Carlos V do Sacro Império, o projeto de ir até às Molucas (e voltar) navegando pelo hemisfério espanhol e assim demonstrar que as ilhas se situavam na área de influência daquele Rei.

Ludovico de VARTHEMA, 1465-1517

Itinerario del venerable varon micer Luis patricio romano.

[Seuilla] : [por Jacobo crõberger aleman], [1520].

BGUC V.T.-20-10-7

4.3 Uma larga experiência de Oriente

Com oito anos ao serviço da Coroa portuguesa, Fernão de Magalhães tinha sido um dos primeiros europeus a conhecer o Sudeste

asiático. Castanheda diz que se apresentou ao rei castelhano como "*tẽdo a certeza õde aquelas ilhas jazião*", o que talvez seja exagerado, se acaso Magalhães não acompanhou a primeira expedição de António de Abreu, em 1512.

António de HERRERA Y TORDESILLAS, 1559-1625

Descripcion de las Indias Ocidentales...

Madrid : en la Oficina Real de Nicolas Rodriguez Franco, 1730.

BGUC 1-24-4-260

4.4 A correspondência com Francisco Serrão

Desde que naufragara em Luco-Pino, nas ilhas Banda, em 1512, residia em Ternate um grande amigo (e primo?) de Magalhães, como nesta carta diz o seu sultão: "… *em meu poder tenho Francisco Serrão que tu a esta terra enviaste*…". Este teria conseguido remeter a Magalhães missivas encorajadoras e informações suficientemente convincentes para os patrocinadores da expedição.

Bayan SIRRULLAH, Sultão de Ternate

Carta deste Rey a Affonso d'Albuquerque [manuscrito]. [Ternate, s.d.]. F. 107-107v.

Cópia do século 18.

BGUC Ms. 166

5 Um saber português

A viagem de circum-navegação foi feita com meios castelhanos e com tecnologias portuguesas, superiores na construção naval, na instrumentação, na cartografia. Mas, para lá das tecnologias, a modernidade científica começou no início do século 16 com os portugueses, que rejeitaram os Antigos a favor da experiência como único critério de verdade, muito antes de Galileu, Bacon, Descartes ou Newton.

5.1 Desconstruindo o mundo medieval

Figuras como Duarte Pacheco Pereira, Fernando de Oliveira, Diogo de Sá, Garcia de Orta ou D. João de Castro não só observaram, experimentaram e descobriram, como teorizaram, no Portugal do século 16, o primado da experiência para o entendimento do mundo. Esta atmosfera científica "moderna" estava generalizada entre as elites portuguesas ligadas à expansão.

Diogo de SÁ, fl. 1549

De nauigatione libri tres quibus mathematicae disciplinae explicantur ...

Parisiis : ex officina Reginaldi Calderii, et Claudii eius filii, 1549.

BGUC R-24-16

5.2 O incontornável Zacuto

Abraão ben Samuel Zacuto tinha trabalhado, até 1496, como astrónomo da Corte portuguesa e publicou em Leiria as suas tábuas de declinação do Sol, simplificadas pelo judeu português José Vizinho. Na segunda Década da sua *Historia general*, Antonio de Herrera y Tordesillas confirma o uso pelos pilotos de Magalhães, no Rio de Janeiro, das "*tablas del Zacuto*".

Abraão ZACUTO, ca. 1450-ca. 1532

Almanach perpetuu[m] exactissime nuper eme[n]datu[m] omniu[m] celi motuum cum additionib[us] in eo factis tenens complementum.

[Venetijs] : [per Petrus Liechtenstein], [15 de julho de 1502].

BGUC R-25-2

5.3 A matematização do mundo físico

O Cosmógrafo-mor Pedro Nunes (1502-1578) foi dos maiores matemáticos do seu tempo. Este professor da Universidade de Coimbra

escreveu que "*manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes, não se fizeram, indo a acertar; mas partiam os novos mareantes mui ensinados, e providos de instrumentos e regra de astrologia. Levavam cartas mui particularmente rumadas e não já as de que os antigos rezaram*".

Pedro NUNES, 1502-1578

Libro de Algebra en arithmetica y geometria.

En Anvers : en casa de los herederos d'Arnoldo Birckamn a la Gallina gorda, 1567.

BGUC R-16-7

5.4 Matemáticas aplicadas

A ideia de que Portugal no século 16 só produziu o "grande" Pedro Nunes, esquece todas as matemáticas associadas às necessidades do comércio e do cálculo. Nomes hoje quase esquecidos no domínio das matemáticas são, por exemplo, os de Gaspar Nicolas, Domingos Peres, Ruy Mendes e Bento Fernandes.

Gaspar NICOLAS, séc. 16

Pratica d'arismetica.

Envers : Erederos de Arnoldo Byrkman, 1573.

BGUC RB-16-21

5.5 Contra o "sigilo", a espionagem

Jaime Cortesão encontrou evidências na correspondência diplomática espanhola da ambivalência ou mesmo da corrupção de astrónomos e cartógrafos portugueses, Diogo Lopes de Sequeira, Lopo Homem (ambos representantes portugueses na Junta de Badajoz-Elvas), Simão Fernandes e um dito "*el Negro*", que será o afro-lusitano Pedro Reinel (*ca*. 1462-*ca*. 1542).

Jaime CORTESÃO, 1884-1960

[Carta de] Jaime Cortesão [para] Armando Cortesão, [França], 9 maio 1939 [manuscrito]. 1 f. (4 p.).

BGUC Ms. AC 3 / 46

6 As fontes da época

Além das fontes literárias, são importantes para o conhecimento da viagem de Magalhães-Elcano os interrogatórios a marinheiros, os roteiros dos pilotos e os relatórios enviados para o Rei português a partir das Molucas, que se conservaram manuscritos. Aqui, mostram-se apenas algumas fontes publicadas no século 16 e inícios do 17.

6.1 A carta de Maximiliano Transilvano

O primeiro relato em latim que, pela sua novidade, foi logo impresso em Colónia (janeiro de 1523), fora enviado ao cardeal-arcebispo de Salzburgo, Matthäus Lang (1469-1540) por Maximiliano Transilvano (Maximiliaen von Sevenborgen), que entrevistou os sobreviventes da viagem à sua chegada a Espanha, em 1522.

MAXIMILIANUS TRANSYLVANUS, ca. 1490-ca. 1538

Epistola ... nellaquale si descriue l'admirabile & stupenda nauigatione...

In:

Il viaggio fatto da gli spagnivoli a torno a'l mondo.

[Venezia] : [Stamperia de Giunti], [1536].

BGUC R-35-6

6.2 O testemunho de Pigafetta

O testemunho presencial que Antonio Pigafetta redigiu em francês e ofereceu pelas cortes europeias só foi impresso anos mais tarde, primeiro abreviadamente em francês e, depois, nesta tradução em

italiano. É considerada a principal fonte literária sobre a expedição de Magalhães-Elcano.

Antonio PIGAFETTA, ca. 1480-ca. 1534

Descrittione seconda del sopradetto viaggio.

In:

Il viaggio fatto da gli spagnivoli a torno a'l mondo.

[Venezia] : [Stamperia de Giunti], [1536].

BGUC R-35-6

6.3 A chegada à historiografia

As primeiras referências à viagem publicadas em Espanha existem nas *Décadas* de Pedro Mártir, na raríssima edição de Alcalá, de 1530, que a BGUC não possui.

Só em 1552, se volta a fazer uma extensa referência a Magalhães, nos capítulos 90 a 97 da *Historia* de Francisco López de Gómara, que existe nos nossos fundos e se mostra aqui.

Francisco LÓPEZ DE GÓMARA, 1511-1562?

La Historia general de la Indias, y todo lo acaescido en ellas dende que se ganaron hasta agora. Y la conquista de Mexico, y de la nueva España.

En Anvers : por Martin Nucio, [1554]. 2 vol.

BGUC R-7-15 (apenas o vol. 1)

6.4 Em letra de forma, em Coimbra

Castanheda é o primeiro cronista português a referir-se numa obra impressa à viagem, que trata com mais detalhe no Livro VI (cap. vi-x), publicado em 1554. Os oito volumes da *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses* de Castanheda começaram a editar-se em 1551 em Coimbra, onde Castanheda era Bedel de Artes e Guarda da Livraria da Universidade.

Fernão Lopes de CASTANHEDA, m. 1559

História do descobrimento e conquista da India pelos portugueses.
Coimbra : por João de Barreyra : [João Alvarez], 1551-[1561]. [8] vol.
BGUC V.T.-18-9-6 (Livro 6, vol. 5)

6.5 As fontes privilegiadas de Barros

João de Barros descreve a viagem nos capítulos 8 a 10 da sua *Década* terceira. Tendo sido feitor da Casa da Índia e da Mina, conheceu detalhes sobre a estadia dos espanhóis nas Molucas, por via do relato do seu parente Duarte de Resende, que teve na mão papéis dos cosmógrafos Rui Faleiro e Andres de Sán Martín, além dos inquéritos aos sobreviventes da travessia do Pacífico.

João de BARROS, 1496-1570

Terceira decada da Asia de Joam de Barros : dos feytos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente.

Em Lisboa : Por Joam de Barreira, 1563.

Biblioteca Central UCFL CF D-8-15

6.6 Visto pelo cavaleiro António Galvão

No mesmo ano em que Barros edita a sua *Terceira Década*, publica-se também em Lisboa, postumamente, o estimado *Tratado* de António Galvão. Apesar de ter sido comandante da fortaleza de S. João Batista de Ternate, nas Ilhas Molucas, a passagem da "Armada das Especiarias" ocupa-lhe aí poucas folhas (44v-45 e 46v-47).

António GALVÃO, 1490?-1557

Tratado … dos diuersos & desuayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India às nossas partes ...

[Lisboa] : em casa de Ioam da Barreira, Rua de Sã[o] Mamede, 15 Dezembro 1563.

BGUC R-14-4

6.7 A visão de Damião de Góis

Como não podia deixar de ser, o cronista Damião de Góis refere-se à "traição" de Fernão de Magalhães na Quarta Parte da sua *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*. A sua fonte é sobretudo Barros. Mostra-se aqui um dos 3 exemplares da edição *princeps* que a BGUC possui nos seus fundos reservados e que também disponibilizou em *Alma Mater*.

Damião de GÓIS, 1502-1574

Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes diuidida em quatro partes...

Em Lisboa : em casa de Francisco Correa, 1566-1567. 4 v.

BGUC RB-22-6

6.8 A crítica de Jerónimo Osório

O humanista D. Jerónimo Osório acentua no seu *De rebus Emmanvelis regis Lusitaniae* impresso em Lisboa, por António Gonçalves, em 1571 (ou 1572), a questão moral da "traição" e as questões científicas da determinação da longitude, mas da viagem propriamente pouco diz.

Jerónimo OSÓRIO, 1506-1580

De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis libri duodecim.

Olysippone : apud Antonium Gondisaluu[m], 1571.

BGUC V.T.-18-10-22

6.9 A última fonte

Porque representa o fim do ciclo moluquenho, fechamos esta bibliografia quinhentista sobre Magalhães-Elcano com a obra já tardia de Bartolomé de Argensola, que trata especificamente da conquista das Molucas, uma encomenda feita ao autor pelo presidente do *Consejo de Indias*, Don Pedro Fernández de Castro, Conde de Lemos (1576-1622).

Bartolomé LEONARDO DE ARGENSOLA, 1562-1631
Conquista de las Islas Malucas al rey Felipe III N.S.
En Madrid : por Alonso Martin, año 1609.
BGUC 1-21-5-332

7 O valor da viagem de Magalhães-Elcano

Magalhães realizou um feito extraordinário de navegação por mares totalmente desconhecidos, mas foi morto nas Filipinas, numa bravata suicidária. Elcano conseguiu trazer a nau *Victoria* de volta a Espanha, completando a viagem de circum-navegação sem apoios em terra e evitando os navios portugueses. Ambos foram extraordinários e devem ser comemorados. Comemorar quer dizer "*lembrar em coletivo*" o que deve ser feito por Portugal e por Espanha, sem vedetismos nem exclusividades.

7.1 A circum-navegabilidade do globo

Nesta obra geográfica, Piccolomini (o futuro Papa Pio II) duvidava, como outros intelectuais da Idade Média, da possibilidade de circum-navegação da Terra. Se não demonstrou a esfericidade (que não precisava de mais demostração), a viagem de Magalhães-Elcano provou, pelo menos, que os mares não eram fechados e que o globo era circum-navegável.

Enea Silvio Bartolomeo PICCOLOMINI, 1405-1464
…Opera geographica et historica…
Helmstadii : Impensis Joh. Melch. Süstermanni, [1699].
Acrescento de f. preliminares e novo rosto, com a data de 1707.
BGUC S.P.-Y-2-7

7.2 Os conhecimentos geográficos

A viagem proporcionou-nos a visão de um planeta coberto sobretudo por mares, desvendou a verdadeira dimensão do que se

chamava o *Oceanus Orientalis,* ou *Mar do Sul*, conhecido depois de Fernão de Magalhães (que assim o nomeou) como *Oceano Pacífico* e apressou à distinção entre a Ásia e o novo continente americano.

PTOLOMEU, séc. 2

Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini / olim a Bilibaldo Pirckheimherio trãslata…

Venetiis : apud Vincentium Valgrisium, 1562.

BGUC 1-6-4-338

7.3 As novas antropologias

Não foram só novas terras e mares, a viagem mostrou novos seres humanos, presentes em todas as latitudes do mundo, desde os "gigantes" da Patagónia aos chamorros de Guam (Ilha dos Ladrões), que desconheciam a propriedade privada e que tomaram posse de tudo o que lhes agradou nos navios da "Esquadra das Especiarias".

Joris van SPILBERGEN, 1568-1620

Miroir Oost en West-Indical, auquel sont descriptes les deux dernieres Navigations, faictes es années 1614. 1615. 1616. 1617. & 1618...

Amstelredam : chez Ian Iansz. sur l'Eau, a la Pas-carte, 1621.

BGUC 1-6-10-233

7.4 Mal-visto em Portugal

Portugal parece não ter perdoado a traição do português mais famoso em todo o mundo. Sintomático disso mesmo é que do testemunho essencial de A. Pigafetta se tenham feito (até 1975) 10 edições francesas, 14 italianas, 15 espanholas, 14 inglesas e apenas 1 tradução portuguesa, que aqui se mostra. Só recentemente o texto em português voltou a ficar acessível entre nós.

4º VISCONDE DE LAGOA, 1898-1957

Fernão de Magalhães : a sua vida e a sua viagem.

Lisboa : Seara Nova, 1938. 2 vol.
I. Hist Exp Ultramarina UCFL 6-3-25/26 (VL)

7.5 Um feito irrepetível

No seu relato, Pigafetta escreveu: "*Et je crois que jamais homme n'entreprendra de faire tel voyage*", no que teve alguma razão: os espanhóis utilizaram para o comércio com o Oriente e a China quase exclusivamente a rota do Galeão de Manila a partir de Acapulco, sem recurso à perigosa travessia do Estreito de Magalhães.

Nicolas de LARMESSIN, 1632-1694
Fernand Magellan [iconografia].
In:
Academie des sciences et des arts / par Isaac Bullart.
A Brusselle : chez François Foppens, libraire, 1695.
BGUC 1-23-11-201 (vol. 2)

“Sou um tipo que faz coisas” : Cruzeiro Seixas (1920-2020) / “I’m a stuff maker” : Cruzeiro Seixas (1920-2020)

Sala do Catálogo da BGUC, 3 março a 7 maio 2021

Ficha técnica
Conceção e realização:
José Alberto Mateus
Maria Luísa Sousa Machado

Artur do Cruzeiro Seixas, um dos nomes maiores do Surrealismo português e europeu, nasceu a 3 de dezembro de 1920, na Amadora.

Frequentou, a partir de 1935, a Escola de Artes Decorativas António Arroio, em Lisboa, onde conheceu Marcelino Vespeira, António Domingues, Fernando José Francisco, Fernando Azevedo, Júlio Pomar e, em especial, Mário Cesariny, com quem manteve uma longa e intensa amizade.

Depois de uma breve incursão pelo Neorrealismo, Cruzeiro Seixas ligou-se ao movimento surrealista. Veio a integrar o Grupo Surrealista de Lisboa, fundado em 1947 e liderado por Cesariny, de que se tornou uma das figuras de destaque, juntamente com António Maria Lisboa, Pedro Oom e Carlos Calvet, entre outros.

O fascínio das viagens levou-o a ingressar, em 1950, na Companhia Nacional de Navegação e a viajar até às antigas colónias, percorrendo

a Índia e o Extremo Oriente, até Macau e Timor. Acabou por fixar-se, em 1951, em Angola. Aí permaneceu durante catorze anos, visitando o interior em descoberta da arte indígena, o que lhe permitiu reunir uma valiosa coleção etnográfica. Em Angola, desenvolveu também uma parte significativa da sua obra, artística e literária. Em Luanda realizou mesmo a sua primeira exposição individual, a 24 de outubro de 1953, nos Salões do Cinema Restauração. Saiu de Angola em 1964, para fugir à guerra colonial.

Após o regresso a Lisboa dirigiu, entre 1968 e 1974, a Galeria São Mamede, e aí realizou diversas exposições de artistas, como Mário Cesariny, Júlio, Vieira da Silva, Mário Botas ou Henri Michaux.

Nos anos seguintes participou em diversas exposições individuais e coletivas, como na XII Exposição Surrealista de S. Paulo (em 1969), numa exposição com Raúl Perez e Philip West (em Amsterdão, em 1977), na exposição *Presencia Viva* de Wolfgang Paalen (no Museu do México, em 1979) e, em 1984, em Montreal, na coletiva *Le Surréalisme Portugais*, entre outras.

Em 1993, Cruzeiro Seixas doou uma parte dos seus trabalhos à Biblioteca Nacional; em 1999, fez à Fundação Cupertino de Miranda a doação da sua valiosa coleção, com vista à criação do Centro de Estudos do Surrealismo e do Museu do Surrealismo.

Em 1986, publicou o livro de poemas "Eu falo em chamas", com ilustrações surrealistas e uma introdução de André Coyné. No mesmo ano, foi publicado pela Fundação Cupertino de Miranda um álbum com a reprodução de 230 obras, de vários autores, da coleção de Cruzeiro Seixas adquiridas por esta fundação.

O álbum de desenhos e poemas "O que a luz oculta" foi editado em 2000, ano em que foi publicado também, pelo Centro de Estudos do Surrealismo, "Retrato sem rosto", que reuniu em livro os seus poemas.

Artista multifacetado, Cruzeiro Seixas repartiu a sua atividade criativa pelo desenho, pintura, produção de objetos, execução de cenários para a Companhia Nacional de Bailado e para o Bailado

Gulbenkian e ainda a ilustração de livros assinados por autores como Mário Cesariny, Mário Henrique Leiria ou Natália Correia.

Foi homenageado em 2018 pelo Presidente da República e pelo Centro Português de Serigrafia, que editou durante muitos anos a sua obra e que lançou, nesta ocasião, o "Catálogo de Obra Gráfica e Múltiplos de Arte".

A sua obra está representada nas coleções de diversas instituições, como a Biblioteca Nacional de Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Cupertino de Miranda, o Museu do Chiado e o Museu Nacional de Machado de Castro, entre outras.

Artur do Cruzeiro Seixas faleceu em novembro de 2020, a poucos dias de completar o seu centenário.

Catálogo

ANTOLOGIA de poesia portuguesa erótica e satírica : (dos cancioneiros medievais à actualidade). Sel., pref. e notas de Natália Correia ; il. de Cruzeiro Seixas. [S.l.] : Ed. de Fernando Ribeiro de Melo, [1966?].

RB-2-39

CESARINY, Mário, 1923-2006

A cidade queimada : poema de Mário Cesariny de Vasconcelos ; com um frontispício do A. e três desenhos hors-texte de Artur do Cruzeiro Seixas. Lisboa : Editora Ulisseia, 1965.

RB-42-6

- Titânia. Desenhos de Cruzeiro Seixas. Lisboa : Assírio & Alvim ; Vila Nova de Famalicão : Fundação Cupertino de Miranda, 2007.

9-(1)-6-27-26

CRUZEIRO Seixas : sou um tipo que faz coisas : objetos, colagens, programação cultural. [Coord. Ed. Rui Manuel Almeida, Susana Pina]

; [textos João Lima Pinharanda, Perfecto E. Cuadrado, Rui Manuel Almeida]. [Lisboa] : Museu da Presidência da República, D.L. 2015.
4-(1)-8-2-30

CUNHA, Hélio, 1948-
Pintura desenho palavras. [Pref. de Cruzeiro Seixas] ; [textos de Aida Sousa Dias ... et al.]. 1.ª ed. Lisboa : Chiado Editora, 2016.
4-(1)-1-36-53

DE MÁRIO Cesariny para Artur Manuel do Cruzeiro Seixas. Il. Cruzeiro Seixas ; posf. Ernersto Sampaio ; ed. Perfecto E. Cuadrado. Lisboa : Assírio & Alvim ; Vila Nova de Famalicão, cop. 2009.
10-(1)-1-20-11

GALERIA São Mamede
Primeira exposição do surrealismo ou não. [Org.] Galeria S. Mamede ; coord. Artur do Cruzeiro Seixas, Francisco Pereira Coutinho. [Lisboa] : Galeria S. Mamede, 1994.
5-10-72-129

GUERRA, Álvaro, 1936-2002
Do general ao cabo mais ocidental. [Lisboa] : Edições Afrodite, [1976].
5-33-50-65

HÉLDER, Herberto, 1930-2015
Flash. [S.l.] : H. Helder, 1980 imp. (Lisboa : Tip. Ideal).
5-6-53-62

LEIRIA, Mário Henrique, 1923-1980
Casos de direito galático : o mundo inquietante de Josela : (fragmentos). Il. de Cruzeiro Seixas. [Lisboa] : Editorial República, imp. 1975.
5-33-44-39

- Casos de direito galático e outros textos esquecidos. 1.ª ed. Silveira : E-Primatur, 2016.
4-(1)-8-11-5

- Imagem devolvida : poema-mito. Il. Cruzeiro Seixas ; nota Mário Cesariny de Vasconcelos. Lisboa : Plátano Editora, 1974 imp.
5-43-75-14

- Obras completas de Mário-Henrique Leiria. Introdução, organização e notas de Tania Martuscelli ; [il. de Cruzeiro Seixas]. 1.ª ed. Silveira : E-Primatur, 2017- (3 vols.).
4-(1)-15-3

LETRIA, José Jorge, 1951-
Cruzeiro Seixas : a liberdade livre. Rev. Helder Guégués. 1.ª ed. Lisboa : Guerra & Paz, 2014.
9-(1)-8-29-95

MATSINHE, Inácio, 1945-
Pinturas de Inácio Matsinhe. [Lisboa : Prisma 73, 1974].
6-19-16-38

MEIRELES, Isabel, 1929-
Le livre du tigre. Dessins de Cruzeiro Seixas. [S.l.] : Ed. do A., 1976, imp. 1977 (Lisboa : Tip. Henrique Torres).
6-9-10-92

PESSANHA, Camilo, 1867-1926
Clepsydra. Ensaio de ed. de Gustavo Rubim. Des. de Cruzeiro Seixas. Lisboa : Colóquio/Letras, 2000.
8-(2)-18-22-27

ROSA, António Ramos, 1924-2013

Declives. Desenhos de Cruzeiro Seixas. Lisboa : Contexto, imp. 1980.

5-43-69-49

SALAVISA, Eduardo, 1950- ; MATOS, Margarida Gaspar de

Linguagem visual. Apres. Cruzeiro Seixas. [S.L.] : Luso Livro, 1993 (Lisboa : Lit. Amorim).

5-32-11-21

SEIXAS, Cruzeiro, 1920-2020

Cruzeiro Seixas expõe 24 desenhos de 1972. Lisboa : Galeria S. Mamede, 1972.

5-17-30-153

- Cruzeiro Seixas de 1940 a 2017 : exposição de pintura. Textos de Ernesto Sampaio, Mário Cesariny, Cruzeiro Seixas ; [org. Galeria o Rastro, Artview] ; [design, fotografia Jaime Serpa]. Figueira da Foz : Galeria O Rastro, D.L. 2017.

4-(1)-9-28-12

- O espírito das coisas invisíveis. 1.ª ed. Vila Nova de Famalicão : Loja das Quasi, 2008.

9-(1)-9-33-2

- Eu falo em chamas : poemas. Introd. de André Coyné. Guimarães : Galeria Gilde, 1986.

6-42-6-8

- Nos labirintos que inventei. [Coordenação Alexandra Silvano] ; [textos Bruno Navarro, Alexandra Silvano] ; [tradução Mário Reis] ; [fotografia Francisco Palma, Paulo Costa]. [S.l.] : Fundação Côa Parque, 2019.

4-(1)-28-30-8

- O que a luz oculta : poemas. Pref. Maria João Fernandes. Porto : Galeria Arte & Manifesto, D.L. 2000.
6-9 A-1-56

- Obra poética. Org. de Isabel Meyrelles. 1.ª ed. Vila Nova de Famalicão : Quasi Edições, 2002-
8-(2)-17-6 (V. 1)

- Obra poética. Org. Isabel Meyrelles. 1.ª ed. Vila Nova de Famalicão : Quasi : Fundação Cupertino de Miranda, [200-?]-. (Vol. 2 e 3)
8-(2)-17-6

- Onze gavetas forradas de espelho : poemas inéditos. Pesquisa, transcrição, fixação do texto e estudo prefacial de António Cândido Franco ; pesquisa, transcrição, fixação do texto e projecto gráfico de Luiz Pires dos Reis ; [fot. Xénia Pereira e Raquel Nobre Guerra]. [S.l.] : Edições Sem Nome, 2018 (Europress - Indústria Gráfica)
4-(1)-22-21-7

- Os passos lado a lado : com artistas do Hospital Júlio de Matos. Org. Hospital Júlio de Matos... [et al.] ; colab. Sandro Resende ; fot. José Azevedo, Sandro Resende. [Lisboa] : Sala Polivalente Hospital Júlio de Matos, D.L. 2001.
6-9 A-1-91

- Viagem sem regresso : poesia e pinturas. Lisboa : Tiragem Limitada, 2001.
5-11 A-1-59

SEIXAS, Cruzeiro, 1920-2020; LUZ, Alfredo
- Impossivelmente real : cadáver escondido. [Org. Galeria Artview, Galerio O Rastro]. Lisboa : Artview ; Figueira da Foz : O Rastro, D.L. 2019.
4-(1)-28-30-6

VARELA, Joana Morais, 1952-

Os amores perfeitos. Il. [de] Artur Cruzeiro Seixas. Lisboa : Contexto, imp. 1983.

5-17-19-3

Livros sagrados / Sacred books

Sala do Catálogo, 17 maio a 11 junho 2021

Ficha técnica
Conceção e realização:
José Alberto Mateus
Maria Luísa Sousa Machado
Fotografia:
José Alberto Mateus

Os livros sagrados são escritos de inspiração divina que definem o sistema de crenças e de práticas das religiões, suportam a busca espiritual do homem e orientam milhões de pessoas na senda do sobrenatural.

As principais tradições religiosas possuem um ou mais textos sagrados. Em alguns casos, a sua existência atribui-se a pessoas tidas por iluminadas – os profetas, ou os 'sábios videntes', a quem foi revelada a mensagem divina e a incumbência de a divulgarem.

A religião hindu tem nos Vedas (coleções de hinos, de cânticos e de fórmulas sacrificiais compostas a partir de 1500 a. C.) a sua pedra angular. Mas outros textos se acrescentaram, como as Upanixades (diálogos entre mestre e discípulo) ou a *Bhagavad-Guitá*, baseada no *Yoga* e extremamente popular.

Na China, desenvolveram-se religiões «místicas e sapienciais», onde os deuses contam pouco e o esforço se centra na autossuperação e na descoberta da jóia que existe dentro de nós. É o caso do Budismo de Siddhârta Gautama (que nasceu na Índia, mas derivou para leste),

do Confucionismo (expresso nos Analectos: «conversas» de K'ung Fu-tzu com os alunos) e do Taoismo (a via do «vazio perfeito» e do regresso à natureza, cuja bandeira é o *Tao Te Ching* atribuído a Laozi).

As três grandes religiões abraâmicas (Judaísmo, Cristianismo e Islão) são conhecidas como as «religiões do livro», pois a sua conceção do divino (seja Javé, Deus ou Alá), encontra-se plasmada no *Tanakh*, na Bíblia cristã e no Alcorão.

A *Torah* (uma das peças do *Tanakh*) narra a história da criação do Mundo, de Abraão, da sua descendência e de Moisés. É a base dos monoteísmos, impregnados por uma visão ética do Mundo. A Bíblia cristã acrescenta-lhe o Novo Testamento, que faz evoluir a imagem justiceira de Deus para uma ideia de humanidade, sofrimento e redenção expressa nas figuras de Jesus e Maria. Tanto uma como outra foram escritas ao longo de mais de mil anos! Já o Alcorão é um texto revelado pouco a pouco pelo anjo Gabriel a Maomé, no século VII d.C.

A presente exposição inclui ainda outros textos sagrados matriciais de diversas tradições espirituais, como religiões do Mediterrâneo e do Crescente Fértil, do Japão, ameríndias ou nativas americanas.

Catálogo das obras expostas:

Hinduísmo

BHAGAVAD-GITÁ : como ele é. 5ª ed., rev. e ampliada. por A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada. Los Angeles, [etc.] : The Bhaktivedanta Book Trust, cop. 2009.

8-(2)-23-39-54

DeROSE, 1944-

Sutras : máximas de lucidez e êxtase : insights sobre o amor, a vida, e a natureza humana. Porto : Afrontamento, 2006.

9-(1)-4-48-15

DVAIPAYANA, Veda-Vyasa

Bhagavad-gitá = A canção do Senhor. Trad. do sânscrito para português José Carlos Calazans. 1.ª ed. Lisboa : Ésquilo, 2010.

9-(1)-3-48-6

RAJAGOPALACHARI, Chakravarti

Mahabharata. 15th ed. Bombay : Bharatiya Vidya Bhavan Chowpatty, 1975.

6-9-10-45

RANGANATHANANDA, Swami

The massage of the Upanisads : an exposition of the Upanisads in the light of modern thought and modern needs. 2nd ed. Bombay : Bharatiya Vidya Bhavan, 1971.

5-33-77-5

THE SIVA-PURANA. Transl. by a Board of Scholars. Delhi : Motilal Banarsidass, 1970.

6-29-8

SUBRAMANIAM, Kamala, 1916-

Mahabharata. 20th ed. Mumbai : Bharatiya Vidya Bhavan, 2017.

4-(1)-22-9-31

OS UPANISHADES. Trad. da versão inglesa de Inês Busse. Mem Martins : Europa-América, [D.L. 1982].

6-48-1-317

THE UPANISHADES. Transl. by F. Max Muller. Delhi : Motilal Banarsidass, 1981. 2 vols.

5-22-32-34/35

VYASSA; CAIXEIRO, Mariana Cândida
Poema do Senhor = Bhagavad-Guitá. 1.ª ed. Lisboa : Relógio d'Água, 1996.
6-33-35-20

Budismo

BORGES, Paulo, 1959-
O sorriso do Buda : [uma introdução ao budismo]. 1.ª ed. Amadora : Farol, 2020.
4-(1)-32-17-31

BUDA
Dhammapada : o caminho da perfeição. Trad. José Luís Santos. Mem Martins : Livros de Vida, D.L. 1996.
6-33-16-82

DHAMMAPADA : las palabras del Buda. Versión trad. del Pali, introd. y notas de José Carlos Calazans ; posfacio de José Carlos Fernández. 1.ª ed. Badajoz : Esquilo, 2007.
9-(1)-6-19-34

KELSANG GYATSO, Geshe, 1932-
As instruções orais do Mahamudra : a verdadeira essência dos ensinamentos, de Sutra e de Tantra, de Buda. 1.ª ed. São Paulo : Tharpa Brasil, 2016 ; ([Sintra : Tharpa Portugal]).
4-(1)-4-22-36

LIVRO tibetano dos mortos : a grande libertação pela escuta nos estados intermédios. Composto por Padmasambhava ; revelado por Terton Karma Lingpa ; comentário introd. de Sua Santidade o Dalai Lama ; trad. Paulo Borges e Rui Lopo ; ed. Graham Coleman com Thupten Jinpa. 1.ª ed. Lisboa : Ésquilo, 2006.
9-(1)-4-8-17

SCHWARZ, Fernand, 1951-

Bardo Thödol : o livro Tibetano dos mortos. Trad. José Maria Caselas ; rev. Eduardo Amarante, Dulce Abalada. 1.ª ed. Lisboa : Nova Acrópole, 1998.

6-33-49-59

Confucionismo (I-Ching)

CONFÚCIO, 551 a.C.-479 a.C.

Os analectos. [Trad. Maria de Fátima Tomás]. Mem Martins : Europa-América, [D.L. 1982].

6-48-1-327

- Os analectos. [Trad., int., comentários e notas Giorgio Sinedino]. [S.l.] : Levoir : Público, cop. 2017.

4-(1)-13-28

- O caminho do homem para uma vida espiritual. 1.ª ed. [S.l.] : Largebooks, 2010.

10-(1)-5-41-41

GUITA, Rui

I-Ching para portugueses. Carcavelos : Angelorum-Novalis, 2005.

8-(2)-25-6-42

SANTANA, Manuel Madeira de

I Ching : pergunte ao I Ching, pense nas repostas, decida por si. [Pref. Pedro Rolo Duarte]. 1.ª ed. Lisboa : Pergaminho, 2015.

8-110-7-30

Taoismo

LAO ZI

Tao Te Ching : livro da via e da virtude. Tradução, pref. e notas de António Graça de Abreu. 1.ª ed. Lisboa : Nova Vega, cop. 2013.

10-(1)-15-46-1

Judaísmo

BÍBLIA. A.T. Pentateuco.

Pentateuco. Estudos introd. por Manuel Augusto Rodrigues, Manuel Cadafaz de Matos. Faro : Governo Civil, 1991.

5-10-72-106

BÍBLIA. A.T. Pentateuco

Tora. [Ed. lit.] Sporpress ; trad. e introd. Luís Filipe Sarmento. 1.ª ed. Mem Martins : Sporpres, 2003.

8-(2)-19-39-38

EIKANN, Alain, 1950-

Mitzváh. Trad. Giulia Lanciani ; rev. Sofia Graça Moura. 1.ª ed. Lisboa : Cavalo de Ferro, 2005.

8-(2)-25-18-105

GIRÓN BLANC, Luis Fernando

El Talmud. 1.ª ed. Madrid : Ediciones del Orto, 2006.

7-75 A-36-44

KABBALA denudata seu Doctrina hebraeorum transcendentalis et metaphysica atque theologica. Sulzbaci : typis Abrahami Lichtenthaleri, 1677.

4A-16-11-20

THE ZOHAR. By Rav Shimon bar Yochai from the Book of Avraham ; with the Sulam commentary by Rav Yehuda Ashlag ; edited and compiled by Rabbi Michael Berg. 4th printing. New York : Los Angeles : Kabbalah Centre International, 2011.

8-(2)-29-18-1/23

Islamismo

BIBLIANDER, Theodor, 1509-1564, e outros

Machumetis Saracenorum Principis, Eiusque Successorum Vitae, Doctrina, Ac Ipse Alcoran ... Quae Ante Annos 400 ... D. Petrus Abbas Cluniacensis, Per Uiros Eruditos [robertum Retenensem, & Hermannum Dalmatum] ... Ex Arabica Lingua in Latinam Transferri Curauit. ... Cum Doctiss. Uiri Philippi Melanchtonis Praemonitione. ... Adiuncti Sunt Etiam De Turcarum, Siue Sarracenorum ... Origine, Ac Rebus Gestis, À 900 Annis Ad Nostra Usque Tempora, Libelli Aliquot ... Haec Omnia in Unum Uolumen Redacta Sunt, Opera & Studio Theodori Bibliandri. [S.l.: s.n.], 1550.

2-8-21-2

[INTERPRETAÇÃO do último décimo do Alcorão Sagrado] ; [e em seguida Regras que interessam a todo muçulmano]. [S.l.] : [s.n.], [D.L. 2017].

4-(1)-5-18-78

MAHOMET

L'Alcoran de Mahomet. Version angloise de M. George Sale. Nouvelle edition. Amsterdam ; Leipzige : chez Arkstée & Merkus, 1775.

4 A-16-3-7

- Alcorão. Versão portuguesa de Bento de Castro. Lourenço Marques : Oficinas Gráficas de J. A. Carvalho, 1964.

5-38-8

MUSAVI LARI, Sayyid, 1935-

Os fundamentos da doutrina islâmica: Livro II - sobre a profecia. Trad. do espanhol por Jamil Ibrahim Iskandar. 3rd reprint. Qom : Fundation of Islamic, 2011.

7-6-28-23

Cristianismo

ANTIGO testamento : Génesis, Êxodo e Cântico dos Cânticos. Il. de Marc Chagall; trad. de Herculano Alves, D. António da Rocha Couto e José Tolentino de Mendonça. Lisboa : Relógio d'Água, cop. 2013.

6-31-2-108

BIBLIA Sacra polyglotta complectentia textus originales, Hebraicum, cum Pentateucho Samaritano, Chaldaicum, Graecum. Versionumque antiquarum, Samaritanae, Graecae LXXII interp. Chaldaicae, Syriacae, Arabicae, Aethiopicae, Persicae, vulg. Lat. Quicquid comparari poterat. Cum textuum, & versionum Orientalium translationibus Latinis ... Cum apparatu, appendicibus, tabulis, variis lectionibus, annotationibus, indicibus, & c. Opus totum in sex tomos tributum.. Londini : Imprimebat Thomas Roycroft, MDCLV [1655]-MDCLVII [1657].

J.F. 70-1-1

BÍBLIA : Novo Testamento : os quatro Evangelhos. Trad. do texto grego, apres. e notas por Frederico Lourenço ; [coord. Francisco José Viegas]. 1.ª ed. Lisboa : Quetzal Editores, 2016.

6-50-60

BÍBLIA sagrada [documento electrónico]. Fátima ; Lisboa : Difusora Bíblica, [200-?].

CD-A-183

A BIBLIA sagrada contendo o Novo e o Velho Testamento. Trad. em portuguez pelo Padre João Ferreira d'Almeida ... Londres : impresso na officina de R. e A. Taylor, 1819.

7-40-25-1

DORÉ, Gustave, 1832-1883

A Bíblia : 230 ilustrações de Gustavo Doré com extractos do Antigo e do Novo Testamento. [Estarreja] : Moderna Editorial Lavores, 2003.

RC-65-27

Outras religiões

Mórmon

O LIVRO de Mórmon : outro testamento de Jesus Cristo. Salt Lake City : A Igreja de Jesus dos Santos dos Últimos Dias, cop. 1995.

5-38-34

Xintoísmo - Japão

PHILIPPI, Donald L., 1930-1993

Kokiji : with an introduction and notes. Tokyo : University of Tokyo Press, 1968.

5-11-80-1

Maia, Azteca e Inca

POPOL Vuh. Versão, pref. e notas Ernesto Sampaio. Lousã : Hiena, 1994.

6-68-2-20

MONACO, Emanuela

Quetzalcoatl : saggi sulla religione azteca. Roma : Bulzoni Editore, cop. 1997.

7-67-17-21

EL CÓDICE Mendoza : un inestimable manuscrito azteca. Comentarios de Kurt Ross. Barcelona : Ediciones del Serval, 1985.

RC-37-2

Antigo Egipto

O LIVRO dos mortos do antigo Egipto. Lisboa : Assírio & Alvim, 1991. (Assíria ; 4).

6-14-34-23

Grécia Antiga

HESÍODO, séc. IX a.C.?

Teogonia ; Trabalhos e dias. Pref. Maria Helena da Rocha Pereira ; introd., trad. e notas Ana Elias Pinheiro, José Ribeiro Ferreira. 2.ª ed. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2014.

10-(1)-17-25-4

Fernando Pessoa (1888-1935)

Sala do Catálogo da BGUC, 14 a 25 junho 2021

Ficha técnica
Conceção e realização:
José Alberto Mateus
Maria Luísa Sousa Machado

Fernando António Nogueira Pessoa, nasceu a 13 de junho de 1888, em Lisboa, tendo ficado órfão de pai aos 5 anos. Em 1896 mudou-se para a África do Sul acompanhando a família aquando da colocação do padrasto em Durban, onde foi colocado como cônsul de Portugal. Aí recebeu uma educação tipicamente britânica ao longo de nove anos, tendo estudado no St. Joseph Convent School, um colégio de freiras, na Durban High School e na Commercial School. Aí ganhou o prémio Rainha Vitória na Universidade do Cabo da Boa Esperança, em 1903, no exame de admissão, quando contava 15 anos. Em 1905, regressou a Portugal para frequentar o Curso Superior de Letras, que viria a abandonar em 1907.

Nos anos subsequentes, desenvolveu diversas atividades, como editor, crítico literário, jornalista, publicitário e tradutor. Criou em 1909 uma pequena tipografia, «Empreza Ibis - Typographica e Editora», que faliu pouco tempo depois.

Conjuntamente com outros intelectuais, onde se destacam os nomes de Mário de Sá Carneiro e José de Almada Negreiros, fundou, em 1915, a revista *Orfeu*, da qual apenas seriam publi-

cados dois números. Nesta revista foram publicados os poemas "Ode Triunfal" e "Opiário", escritos por "Álvaro de Campos", que causaram na altura reações violentas. Cerca de dez anos depois, dirigiu com o pintor Ruy Vaz, a revista *Athena*, da qual apenas se publicaram, entre outubro de 1924 e fevereiro de 1925, cinco números.

Pessoa mostrou muito pouco do seu trabalho em vida, publicando apenas quatro obras: *35 Sonnets* e *Antinous*, ambas em 1918, *English Poems*, em 1921 e *Mensagem*, em 1934, obra que foi premiada, pelo Secretariado de Propaganda Nacional.

Referiu-se, do seguinte modo, aos vários heterónimos que adotou (Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis), em carta dirigida a Adolfo Casais Monteiro, datada de 13 de janeiro de 1935: "pus no Caeiro todo o meu poder de despersonalização dramática, pus em Ricardo Reis toda a minha disciplina mental, vestida da música que lhe é própria, pus em Álvaro de Campos toda a emoção que não dou nem a mim nem à vida".

Tendo sido internado no dia 28 de novembro de 1935, no Hospital de S. Luís dos Franceses, onde lhe foi diagnosticada uma cólica hepática, Fernando Pessoa veio a falecer no dia 30.

Bibliografia ativa

1. Poesia

PESSOA, Fernando, 1888-1935
Antinous : a poem. Lisbon : Monteiro & C., 1918.
RB-3-35

- 35 sonnets. Lisbon : Monteiro & C., 1918.
RB-3-34

- English poems: I - II. Lisbon : Olisipo, 1921.
RB-3-35 A

- Mensagem. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934.
RB-25-29 e 29 A

- Mar portuguez: doze poemas. Macau: Ed. Propaganda Cultural, 1936.
RB-9-21

- À memória do Presidente-Rei Sidónio Paes. [Lisboa]: Editorial Império, 1940.
RB-25-28

- Mensagem. 2.ª ed. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1941.
RB-4-33

2. Obras completas

PESSOA, Fernando, 1888-1935
Poesias de Fernando Pessoa. Lisboa : Ática, 1942.
5-33-29

- Poesias de Álvaro de Campos. Lisboa : Ática, 1944.
5-33-29

- Odes de Ricardo Reis. Lisboa : Ática, 1945.
5-33-29

- Poemas de Alberto Caeiro. Lisboa : Ática, 1946.
5-33-29

- O encoberto: poema que em versos lusiadas compoz Fernando Pessoa. [Porto: s.n., 1951?].

5-44-27

- Poemas dramáticos. Lisboa : Ática, 1952.

5-45-21

- Poemas ocultistas. Seleção e glosa de Petrus ; [des. de Manuel Lapa]. [S.l. : s.n., D.L. 1952].

5-46-2

- Poemas inéditos destinados ao nº. 3 do "Orpheu" ; com um pref. de Adolfo Casais Monteiro ; [retrato inédito de Rodríguez Castañé]. Lisboa : Inquérito, 1953.

5-48-17

- Distância constelada. Porto: Parnaso, [1955?].

5-44-5

- Poesias inéditas (1930-1935). Lisboa : Ática, 1955.

5-39-3

- Ode marítima. [Lisboa] : Ática , imp. 1959.

5-44-45-19

- Hora absurda: (ortografia da época). [Lisboa] : Jorge Cabrita, 1988.

6-38-21-98

3. Prosa

PESSOA, Fernando, 1888-1935

Ultimatum de Álvaro de Campos. "Portugal Futurista". Lisboa. Nov. 1917, p. 30-34.

RC-1-37

- Ultimatum de Álvaro de Campos sensacionista. Porto : Editorial Cultura, [1951?].

5-45-22

- Aviso por causa da moral e outros textos de intervenção de Álvaro de Campos. Lisboa : Editorial Nova Ática, DL 2007.

9-(1)-9-20-75

- O interregno: defeza e justificação da dictadura militar em Portugal. [Porto] : Documentos Poíticos C.E.P., [1952?].

5-46-7

- A maçonaria vista por Fernando Pessoa e Norton de Matos. [Porto : C.E.P.], [1952?].

5-46-2

- A nova poesia portuguesa. Pref. de Álvaro Ribeiro. Lisboa : Editorial Inquérito, 1944.

9-(11)-19-1-43

- Páginas de doutrina estética. Selecção, pref. e notas de Jorge de Sena. Lisboa : Editorial Inquérito, imp. 1946.

5-40-23

- O preconceito da ordem: com uma nota de Álvaro Bordalo. Porto : [s. n.], 1949.

5-43-29

- A nossa crise: seus aspectos político, moral e intelectual; com uma nota de Ávaro Bordalo. Porto : [s. n.], 1950.

5-44-5

- Apreciações literárias : bosquejos e esquemas críticos. Porto : Editorial Cultura, [1951?].

5-45-3

- Narração exacta e comovida do que é o conto do vigário. Porto : [s.n.], imp.1951.

RC-98-19

- Crónicas intemporais. Selecção e comentários de Petrus. [S. l.] : Centro Editorial Português, [1952?].

9-(11)-17-2-38

- Sociologia do Comércio. [Porto] : C.E.P., [195-?].

9-(11)-17-2-31

- Análise da vida mental portuguesa : ensaios críticos. 1. ed. Porto : Edições Cultura, [D. L. 1951?].

5-45-3

- Regresso ao sebastianismo : Fernando Pessoa e outros lusíadas. Porto : [s.n., 1952?].

5-46-2

- Hyram: filosofia religiosa e ciências ocultas. Notas e postfácio de Petrus. [Porto] : C.E.P., [1953?].

5-47-16

- Elogio da indisciplina: páginas livres. [Porto] : C. E. P., [1953?].

5-46-32

- O "Orpheu" e a literatura portuguesa. Trad. Tomaz Kim. Lisboa : Tricórnio, [1953?].
5-46-39

- Ensaios políticos : ideias para a reforma da política portuguesa. Porto : Edições Acrópole, C. E. P., [1954?].
5-10-19

- Exórdio em prol da filantropia e da educação física: (páginas desconhecidas); [des. de Manuel Lapa]. Porto : Editorial Cultura, [1956?].
5-23-37

- Apologia do paganismo. Porto : Editorial Cultura, [1957?].
5-52-25-28

- O banqueiro anarquista e outros contos de raciocínio. Antologia organizada e prefaciada por Fernando Luso Soares. Lisboa : Editora Lux, 1964.
5-42-22

- Almas e estrelas : Horas espirituais. Porto : Arte e Cultura, [1966?].
5-30-7

- Páginas de estética e de teoria e crítica literárias. Textos estabelecidos e pref. por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho ; trad. dos textos ingleses por Jorge Rosa. Lisboa : Ática, [1967?].
5-47-1

- Textos para dirigentes de empresas. Lisboa : Cinevoz, 1969.
5-7-31-60

- Barbearias ; Fot. Alexandre Delgado O'Neill. 1ª ed. Lisboa : Rolim, 1986.
5-11-41-71

- A hora do diabo. Posf., pesq., trans. e org. de texto de Teresa Rita Lopes. Lisboa : Assírio e Alvim, imp. 1997.
6-47-33-52

- Como organizar Portugal. Lisboa : Nova Ática, imp. 2006.
10-(1)-10-8-4

- A essência do comércio e outros textos de teoria económica. Lisboa : Nova Ática, imp. 2006.
10-(1)-1-1-53

4. Colaboração em publicações periódicas

PESSOA, Fernando, 1888-1935
A nova poesia portugueza sociologicamente considerada. *A Águia.* Porto. S. 2, n. 4 (abr. 1912), p. 101-107.
9-(3)-20-36

- Impressões do crepúsculo. *A Renascença*. Lisboa. N. 1 (fev. 1914), p. 11.
10-11-7-7

- O marinheiro: drama estático em um quadro. *Orpheu.* Lisboa. Reedição. A. 1, n. 1 (jan./mar. 1915), p. 33-53.
10-17-18-7

- O banqueiro anarchista. *Contemporanea*. Lisboa. Ed. fac-simil. A. 1, n. 1-3 (maio-jul. 1922), p. 5-21.
10-9-18

- Athena. *Athena*. Lisboa. V. 1, n. 1 (out. 1924), p. 5-8.
10-1-15-9

- A essência do comércio. *Revista de Comércio e Contabilidade*. Lisboa. V. 1, n. 1 (jan. 1926), p. 7-11.
10-1-15-2

- Do Livro do Desassossego, composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. *Presença*. Coimbra. N. 34 (nov.-fev. 1932), p. 8.
10-3-18-10

5. Traduções

PESSOA, Fernando, 1888-1935
Ode maritime. Traduit du portugais par Armand Guibert. Paris : Pierre Seghers, cop. 1955.
6-9-5-33

- Autopsühhograafia : luulevalimik. portugali keelest tõlkinud [ja järelsõna kirjutanud] Ain Kaalep. Tallinn : Perioodika, 1973.
7 B-6-3-6

- Oda marítima de Alvaro de Campos. Trad. y nota introd. de Carlos Montemayor ; [il. de Daniel Kent]. México, D.F. : Universidad Autónoma de México, Dirección General de Difusión Cultural, Departamento de Humanidades, [198-?].
7 B-6-3-3

- Ploaie oblica. Trad. si cuvint inainta de Roxana Eminescu. Bucuresti : Editura Univers, 1980.
6-27-9-10

- The book of the disquietude. Translated with na introduction by Richard Zenith. Manchester : Carcanet : Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.
7-63-2-1

- Mensaje = Mensajem. Presentación de Eduardo Lourenço ; versión española de Jesús Munárriz. Madrid : Hiperión, 1997.
7 B-6-2-51

- Le banquier anarchiste. Traduit du portugais par Françoise Laye. [Paris] : Christian Bourgois Éditeur, cop. 2000.
7 B-6-2-48

- El banquero anarquista. Trad. y pról. de Jorge Gimeno. Valencia : Pre-Textos, 2001.
7 B-6-2-24

- Message. Il. Pedro Sousa Pereira ; transl. Richard Zenith. 1.ª ed. Cruz Quebrada : Oficina do Livro, cop. 2008.
9-(1)-10-12-11

- Mensagem = Mensaje. 2.ª ed. bilingue. Introd. José Luís Fontela. Pontevedra ; Braga : Centro Internacional de Estudos Lusófonos das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2011.
10-(1)-10-42-19

- Mensaje. [Introducción Mariana Lages Gomes] ; [traducción y revisión Luxury Route]. Porto : Lello Editores, 2017.
4-(1)-7-16-73

- Messaggio. [Introduzione Mariana Lages Gomes] ; [traduzione e revisione Luxury Route]. Porto : Lello Editores, 2017.
4-(1)-7-16-75

Bibliografia passiva

LANCASTRE, Maria José de, 1946-
Fernando Pessoa: immagini della su vita. Milano : Adelphi, imp. 1988.
7-75-14-39

- Fernando Pessoa: uma fotobiografia. Lisboa : Quetzal, 1996.
5-56-30-9

- Fernando Pessoa: uma fotobiografia. 3.ª ed. Lisboa : INMC, Centro de Estudos Pessoanos, 1984 imp.
5-22-29-30

NOGUEIRA, Manuela
Fernando Pessoa: imagens de uma vida. 2.ª ed. Lisboa : Assírio e Alvim, 2005.
8-(2)-25-15-56

ZENITH, Richard, 1956-
Fotobiografias século XX: Fernando Pessoa. Lisboa : Círculo de Leitores, 2008.
8-(2)-26-30-34

(Página deixada propositadamente em branco)

José Saramago (1922-2010)

Sala do Catálogo da BGUC, 30 junho a 30 julho 2021

Ficha técnica
Conceção e realização:
José Alberto Mateus
Maria Luísa Sousa Machado
Produção:
Noozle Lda.

José Saramago nasceu a 16 de novembro de 1922, em Azinhaga, concelho da Golegã, filho de José de Sousa (1896-1964) e de Maria da Piedade (1898-1982), originariamente agricultores que se mudaram para Lisboa em 1924, ainda Saramago não completara dois anos, numa altura em que o pai ingressou na Polícia de Segurança Pública.

O apelido Saramago advém-lhe do facto de, aquando da sua inscrição na escola primária, o funcionário do Registo Civil da Golegã ter incluído no apelido a alcunha familiar.

A maior parte da sua vida decorreu em Lisboa, onde realizou estudos liceais e técnicos e onde desenvolveu a sua atividade profissional: inicialmente como serralheiro mecânico, depois como desenhador, funcionário da saúde e da previdência social, mais tarde como tradutor, editor ou jornalista.

Foi crítico literário na revista Seara Nova e, entre 1972 e 1973, jornalista no *Diário de Lisboa*, como comentador político e como coordenador do suplemento cultural. Foi ainda colunista na *Capital*, no *Jornal do Fundão*, no *Diário de Lisboa* e no *Diário de Notícias*, entre outros.

O seu primeiro livro, o romance *Terra do Pecado*, foi publicado em 1947. Em 1966, surgiu o seu primeiro livro de poesia, intitulado *Os Poemas Possíveis*.

A sua obra reparte-se por variados géneros literários, com especial enfoque no romance mas incluindo também poesia, teatro, conto, diários, crónicas, relatos de viagens e livros infantis.

José Saramago integrou diversas instituições. Pertenceu à Direção da Associação Portuguesa de Escritores, foi presidente da Assembleia Geral da Sociedade Portuguesa de Autores (de 1985 a 1994) e foi também diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias* num período muito conturbado (entre abril e novembro de 1975).

A partir de 1976 dedicou-se exclusivamente ao trabalho literário, como autor e tradutor, tendo traduzido escritores como Maupassant, Colette ou Bonnard, entre outros. Deve-se-lhe também a tradução de uma das mais famosas obras do grande historiador francês Georges Duby, *O Tempo das Catedrais*.

Em 1988, casou com a jornalista espanhola Pilar del Río, repartindo, a partir de 1993, a residência entre Lisboa e Lanzarote, nas Canárias.

Ao longo da sua carreira literária, José Saramago recebeu inúmeras distinções e prémios, sendo o único escritor português a ganhar o Prémio Nobel de Literatura, que lhe foi atribuído em 1998.

O escritor faleceu a 18 de junho de 2010, depois de doença prolongada.

Catálogo das obras expostas:

SARAMAGO, José, 1922-2010

Terra do pecado : romance. Lisboa : Editorial Minerva, imp. 1947.
RC-96-26

- Os poemas possíveis. Lisboa : Portugália Editora, 1966.
RC-96-30

- Provavelmente alegria. Lisboa : Livros Horizonte, [1970].
RC-96-28

- Deste mundo e do outro. Lisboa : Editora Arcádia, imp. 1971.
RC-96-32

- A bagagem do viajante. Lisboa : Editorial Futura, 1973.
RC-96-20

- O embargo. Il. Fernando Azevedo. Lisboa : Estúdios Cor, 1973.
RC-96-25

- As opiniões que o DL teve. Lisboa : Seara Nova, Futura, 1974.
RC-96-21

- O ano de 1993. Lisboa : Editorial Futura, 1975.
RC-96-27

- Os apontamentos. Lisboa : Seara Nova, 1976.
RC-96-33

- Manual de pintura e caligrafia: Ensaio de romance. Lisboa : Moraes Editores, 1976.
RC-96-31

- Objecto quase : contos. Lisboa : Moraes Editores, 1978.
RC-96-29

- A noite. Lisboa : Editorial Caminho, 1979.
RC-96-23

- Poética dos cinco sentidos : la dame à la Licorne. Lisboa : Bertrand, 1979.
RC-96-2

- Levantado do chão. Lisboa : Editorial Caminho, 1980.
RC-96-24

- Que farei com este livro?. Lisboa : Editorial Caminho, 1980.
RC-96-22

- Viagem a Portugal. Lisboa : Círculo de Leitores. 1981.
RC-96-1

- Memorial do Convento. Lisboa : Editorial Caminho, 1982.
RC-96-4

- O ano da morte de Ricardo Reis : romance. Lisboa : Editorial Caminho, 1984.
RC-96-18

- A jangada de pedra: Romance. Lisboa : Caminho, 1986.
RC-96-17

- A segunda vida de Francisco de Assis. Lisboa : Caminho, 1987.
RC-96-16

- História do cerco de Lisboa: Romance. Lisboa : Caminho, 1989.
6-14-59-40

- O sabor da palavra liberdade. Barreiro : Câmara Municipal, 1990.
5-6-47-13

- Obras de José Saramago. Porto : Lello e Irmão, Editores, 1991.
5-46-129

- O evangelho segundo Jesus Cristo : Romance. Lisboa : Caminho, 1991.
RC-96-39

- In nomine dei : teatro. Lisboa : Caminho, 1993.
RC-96-15

- Cadernos de Lanzarote : Diário I. Lisboa : Caminho, 1993.
RC-96-35

- Cadernos de Lanzarote : Diário II. Lisboa : Caminho, 1995.
RC-96-36

- Ensaio sobre a cegueira : romance. Lisboa : Caminho, 1995.
RC-96-10

- Cadernos de Lanzarote : Diário III. Lisboa : Caminho, 1996.
RC-96-37

- Moby Dick em Lisboa : crónicas. Lisboa : Expo'98, 1996.
6-40-17-45

- Cadernos de Lanzarote : Diário IV. Lisboa : Caminho, 1997.
RC-96-38

- O Conto da ilha desconhecida. Lisboa : Expo'98; Assírio e Alvim, 1997.
RC-96-19

- Todos os nomes : romance. 11.ª ed. Lisboa : Caminho, 1997.
10-(1)-10-9-3

- Discursos de Estocolmo. Lisboa : Caminho, imp. 1999.
RC-96-5

- Folhas políticas : 1976-1998. Lisboa : Caminho, 1999.
RC-96-14

- Viagem a Portugal. Lisboa : Círculo de Leitores, imp. 1981.
RC-96-1

- A caverna : romance. Lisboa : Caminho, 2000.
RC-96-13

- Memorial do convento. Pinturas de José Santa-Bárbara. Lisboa : Caminho, 2002.
RC-96-4

- A maior flor do mundo. Il. João Caetano. Lisboa : Caminho, 2002.
RC-96-3

- O homem duplicado : romance. Lisboa : Caminho, 2002.
RC-96-8

- Ensaio sobre a lucidez. Lisboa : Círculo de Leitores, 2004.
RC-96-7

- Don Giovanni ou O dissoluto absolvido : teatro. Lisboa : Caminho, 2005.
RC-96-11

- As intermitências da morte. Lisboa : Círculo de Leitores, 2006.
RC-96-6

- As pequenas memórias. Lisboa : Caminho, 2006.
RC-96-9

- A viagem do elefante. Capa Rui Garrido. Lisboa : Caminho, imp. 2008.
9-(1)-9-40-19

- Caim: romance. 10.ª ed. Lisboa : Caminho, imp. 2010.
10-(1)-10-9-4

O caderno: textos escritos para o blog : Setembro de 2008 - Março de 2009. [Lisboa] : Caminho, 2009.
RC-96-12

- Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas. Porto : Porto Editora, 2014.
10-(1)-14-29-48

- O lagarto. 1.ª ed. Porto : Porto Editora ; [Lisboa] : Fundação José Saramago, 2016.
9-13-37-117

- Claraboia. 1.ª ed. Porto : Porto Editora, 2017.
4-(1)-15-2-4

(Página deixada propositadamente em branco)

Japão e Portugal : a fusão de duas culturas nas Artes e nas Letras no século XVI / Japan and Portugal : the fusion of two cultures in Arts and Letters in the 16th century[1]

Sala de São Pedro da BGUC, 19 a 30 julho 2021

Ficha técnica

Curadores:

Luísa Vinhais (*Jorge Welsh Works of Art*)

A. E. Maia do Amaral

Montagem:

Luísa Sousa Machado

José Mateus

A. E. Maia do Amaral

Logística:

Carlos Gonçalves

Ana Laura Martins

Samuel Arrojado

Colaboração e patrocínios:

12º Festival das Artes de Coimbra

Embaixada do Japão em Lisboa

Rui Simões (ESCS)

1 Note-se que neste catálogo as obras figuram pela ordem da sua apresentação na exposição, o que - no entendimento da técnica bibliográfica que tem o autor - dispensa a inversão do último apelido, recurso apenas relevante para a ordenação alfabética e que, quando não seja absolutamente necessário, prejudica a leitura e a inteligibilidade do catálogo.

Portugal e Japão: encantos mil

Com o Festival das Artes de Coimbra tem a Biblioteca Geral da UC uma parceria que lhe tem permitido fazer anualmente um desafio:

> 2019, tema "Luz e Sombra": exposição "*Os Lusíadas* : Utopias de Luz e de Sombra na ilha dos amores", comissariada por José Augusto Bernardes;
> 2018, tema "Amores & Desamores": exposição iconográfica e documental "*Tu, só tu, puro Amor* : visões camonianas de Inês de Castro", pela equipa de Livro Antigo da BGUC;
> 2017, tema "Metamorfoses": exposição "*Mutatis Mutandis*: os dramas da forma", comissariada por Margarida Miranda.

Creio que não haverá muitas bibliotecas capazes de responder a desafios assim, variados e exigentes. Qualquer que seja o mote proposto, temo-lo convertido numa exposição coesa, digna e educativa. Sobretudo, educativa, uma exposição que ensine alguma coisa sem maçar ninguém.

Não sei se será a morbidez dos tempos da pandemia que vivemos, pessoalmente, ou a consciência do tempo longo de existência da Biblioteca da Universidade que, profissionalmente, me recordam hoje a efemeridade desta passagem pela vida e pela profissão e me convocam a um registo mais pessoal: deixar testemunho público do prazer intelectual que tem sido trabalhar numa biblioteca tão rica e tão cheia de possibilidades.

Quando Carlos Fiolhais tomou posse como diretor da Biblioteca Geral, fez-me a proposta de uma exposição sobre "Monstros marinhos". Ainda hoje não sei se o tema lhe pareceu prometedor ou se apenas me quis testar. Deixei de me preocupar quando percebi que, num período curto do século dezasseis, no início da taxonomia, já dragões, unicórnios e sereias eram suspeitos, mas os naturalistas

não se atreviam a descartá-los dos livros, apenas porque Plínio os tinha descrito. Descobri que nos fundos da Biblioteca Geral quase nada faltava dos tratados muito ilustrados dessa época, de Conrad Gesner, Ulisses Aldovrandi e Ambroise Paré ou de imagens avulsas, em obras de G. Antonio Cavazzi, Olaus Magnus e Athanasius Kircher, por exemplo.

Sejam sobre "monstros marinhos" ou sobre a evolução do Livro, António Ramos Rosa ou Judeus e Cristãos-Novos, Camilo Pessanha ou Luiz Pacheco, a Bíblia ou a Independência do Brasil, todos os desafios expositivos podem ser enfrentados pela BGUC com confiança. Mais do que biblioteca universitária, biblioteca "universal" esta.

A prerrogativa do Festival das Artes tem sido desafiar-nos cada ano. Desta vez, o mote "Outros mundos" veio com um caderno de encargos específico: a fusão cultural *Portugal-Japão*, por forma a integrar peças *Namban* da coleção Jorge Welsch.

É certo que a fusão cultural de Portugal com o Japão nos parecia desde logo evidente, por exemplo, na gastronomia, na língua, nas festividades ou na arte *Namban*, presente nesta exposição. Também não é difícil de encontrar uma fusão em práticas científicas japonesas dos séculos dezasseis e dezassete (medicina, astronomia e linguística) ou em tecnologias (armaria, fortificação, marinharia e cartografia), mas já não é tão fácil de mostrar com livros e mapas. Principalmente quando nos faltam os melhores exemplos, os impressos produzidos em português, latim e japonês, durante o "século Cristão", tão raros que de alguns deles não sobreviveu qualquer exemplar. A BGUC nada tem impresso em Nagasaki ou Amakusa e dá-se por satisfeita em possuir exemplares da primeira *Gramática* e *Dicionário* de língua japonesa impressos na Europa, em 1632[3].

Hesitámos só por momentos: os mapas pareceram "incontornáveis" e o tema dos *livros em viagem* foi belíssima sugestão de João

3 Diego Collado, *Dictionarivm sive thesavri lingvæ Iaponicæ compendivm* [seguido de] *Ars grammaticae iaponicae lingvae*... Romae, 1632.

Paulo Oliveira e Costa, consultor científico deste e de outros projetos da Biblioteca Geral.

Nos primeiros anos de contactos portugueses com o Japão, os livros representaram, reciprocamente, um exotismo: os primeiros *Atlas* europeus que chegaram foram examinados pelos nobres japoneses com a mesma estranheza e curiosidade com que nós olhámos para as lacas. Apreciados pela elite, cópias de *mapas-mundi* e de panoramas de cidades europeias proliferaram logo na decoração de biombos.

Mas, o encanto terá sido recíproco. O trânsito desses objetos de desejo não parou mais. Conta o jesuíta António Franco sobre as cartas do *daímio* de Bungo que do Japão trouxe para Goa o Irmão Pedro de Alcáçova, em 1554, que o Padre Belchior Nunes Barreto foi pedir autorização ao Vice-Rei para passar àquele Reino e "*indo falar com elle, o achou lendo as cartas que lhe vieram de Japam*" [4], circunstância que entendeu como coincidência auspiciosa. Ocorre-me pensar se não se tratou antes de uma vaidosa encenação de D. Afonso de Noronha, pela raridade e valor atribuível a tais documentos, naquele tempo. Afinal, como impressionar o Provincial da Companhia de Jesus e Doutor em Cânones por Coimbra?

E diria que o encantamento pelo Japão permanece hoje na Biblioteca Geral: em 2014, acolhemos uma coleção bibliográfica muito relevante sobre a cultura japonesa (Projeto *Read Japan*, da Nippon Foundation) e a língua japonesa está presente nos produtos de divulgação turística da Biblioteca Joanina, sobretudo graças ao empenho de Ayano Shinzato Dias Pereira[5]. O Japão também tem sido nos últimos anos tema de diversas exposições bibliográficas, com a colaboração da bibliotecária Sayuri Goda. Lembro apenas a mais visível, a que organizámos na Sala de S. Pedro para integrar o

4 António Franco, *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra*… [Coimbra], 1719, vol. 1, p. 365.

5 José Augusto Cardoso Bernardes [et al.] [*Biblioteca Joanina : uma biblioteca viva*]. Coimbra, cop. 2019. ISBN 978-989-26-1728-2.

programa social da Conferência anual da Associação Europeia de Estudos Japoneses (EAJS2017), realizada em Lisboa. O encanto não se extingue facilmente.

Para a parte bibliográfica desta exposição selecionámos 18 livros, dispostos pelos dois temas:

Cem anos portugueses na cartografia do Japão;
Cultura e livros em viagem.

Que estes livros a todos possam instruir e a ninguém aborrecer!
A. E. Maia do Amaral

1 Cem anos portugueses na cartografia do Japão

1.1

Marco Polo tinha escrito no século 14 acerca de uma grande ilha no Mar da China chamada "Zipangu", e de que ele apenas ouvira falar. Antes de os portugueses lá terem chegado, foi sempre representada de forma fantasiosa. De todas estas representações imaginárias, como no mapa de Gastaldi/Ramusio, a deste famoso "Isolario" (compilação de mapas de ilhas) é, certamente, a mais bela.

Benedetto BORDONI, 1460-1531
Ciampagu. [1528].
In: *Isolario … ne qual si ragiona di tutte l isole del mondo...ricorreto et di nuovo ristampato* ... Venetia : per Francesco di Leno, [1540].
J.F.-69-6-16

1.2

Logo na década de 1560, o cosmógrafo Bartolomeu Velho introduziu esta representação do Japão como um arquipélago estreito, orientado sensivelmente NE-SW. A influência portuguesa é evidente

na toponímia da carta e na localização de "*Minas da prata*", a principal mercadoria que os portugueses aí buscavam para trocar por sedas.

BARTOLOMEU VELHO, ? -1568

Asiae Nova descriptio. [antes de 1570].

In: Abraham Ortelius, 1527-1598 - *Theatrum orbis terrarum* … [material cartográfico]. Antuerpiae : auctoris aere & cura impressum, absolutumque apud Christophorum Plantinum, 1579. Ex. colorido.

R-70-10

1.3

Ortelius introduziu na edição de 1584 do seu *Atlas* um mapa da China, onde a representação (marginal) do Japão retrocede para a forma de meia-Lua, um desenho conhecido como *tipo-Vaz Dourado*, do nome do cartógrafo goês que o traçou primeiro, em 1568. Esta carta da China é creditada a outro português, Luís Jorge de Barbuda, entretanto passado para o serviço de Espanha.

Luís Jorge de BARBUDA, fl. 1575-1584

Chinae, olim Sinarum regionis, nova descriptio. [ca. 1575-1584].

In: Abraham Ortelius, 1527-1598 - *Theatrum orbis terrarum* ... [material cartográfico]. Editio ultima. [Antuerpiae : apud Ioannem Bapt. Vrintium : typis Roberti Bruneau, 1603]. Ex. colorido.

R-70-11

1.4

A primeira carta própria do Japão incluída num atlas europeu é do cartógrafo Luís Teixeira. Tendo seguido, inicialmente, Vaz Dourado, deve ter acedido a outras informações e mudou radicalmente a sua representação do Japão, em 1591-1592. Esta carta marcou durante muito tempo a representação do país.

Luís TEIXEIRA, 1564–1604

Iaponiae Insulae descriptio Ludoico Teisera auctore. 1595, privileg.

In: Abraham Ortelius, 1527-1598 - *Theatrum orbis terrarum* ... [material cartográfico]. Antuerpiae : Ex officina Plantiniana : Abrah. Ortelij aere & cura, 1595.

J.F.-59-3-1

1.5

Produzido em contexto jesuíta, este mapa incorporou informações geográficas que a Companhia reunia desde que o cartógrafo Inácio Moreira esteve pelo menos duas vezes no Japão. Surge detalhado, com as fronteiras eclesiásticas marcadas, inúmera toponímia e ilustrado com o galeão que levou S. Francisco Xavier ao Japão, em 1549.

António Francisco CARDIM, 1596-1659

Iapponiae nova & accurata descriptio … [antes de 1646].

In: António Francisco Cardim, 1596-1659, S.J. - *Fascicvlvs e lapponicis floribvs, suo adhvc madentibvs sangvine*. Romae : Typis Heredum Corbelletti, 1646.

RB-37-35

1.6

O mapa, no formato popularizado pela família Teixeira, figura desde esta primeira edição da coletânea. João Teixeira Albernaz I, ou o Velho (? -ca. 1662), foi o mais prolífico cartógrafo português do século 17. O Japão é aqui representado como quatro ilhas: Bungo, Touça, Meaco e Ieso (*Hokkaido*).

João Teixeira ALBERNAZ, o Velho

[Extremo Oriente]. 1664.

In: Melchisédech Thévenot, 1620?-1692 - *Relations de divers voyages cvrieux, qui n'ont point esté pvbliees*... A Paris : De l'imprimerie de Jacques Langlois : Chez Gaspard Meturas pere et fils ... [et al.], 1663-[1672].

1-6-24-588 (apenas o vol. 2)

1.7

Depois da expulsão dos missionários (e dos mercadores portugueses, sempre proselitistas), só os holandeses estavam autorizados a frequentar portos japoneses. Assim, terminou o nosso contributo para a cartografia deste arquipélago, não deixando de ser curioso referir que o autor italiano deste mapa estudou dois anos em Coimbra.

Martino MARTINI, 1614-1661

Iaponia Regnvm. [1658?].

In: Joan Blaeu, 1596-1673 – *Atlas mayor, sino Cosmographia Blaviana*… Amsterdam : Juan Blaeu, 1659-1672.

S.P.-Af-12-1 (apenas o vol. 6)

2 Cultura e livros em viagem

2.1

Belchior (ou Melchior) Nunes Barreto (ca. 1520-1571) jesuíta e Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi "um homem de prodigiosa cultura" (M. Cadafaz de Matos), que levou para o Japão a primeira *biblioteca* digna desse nome, cuidadosamente constituída para servir as necessidades do estudo pessoal, das práticas do seu ministério, da catequese e do ensino jesuíticos.

Tomás de AQUINO, Santo, 1225-1274

... Contra genti. Aurea summa cõtra gentiles... nouiter sue reddita itegritati. Alijsq3 nouis... additionibus... Venetiis : Octavianus Scotus, 1522.

RB-9-9

EUSÉBIO, de Cesareia, ca. 265-ca. 340

Hystoria dela yglesia que llamã ecclesiastica y tripartita. Coimbra : por Juan Aluarez, 27 Agosto 1554.

Disponível em *Alma Mater*.

R-21-17

RODRIGO, do Porto, 15—

Manual de confessores & penite[n]tes em ho qual breue & particular & muy verdadeyramente se decidem & declarã quasi todas as duuidas & casos... Coimbra : por Ioã da Barreyra & Ioã Aluares, 1549.

Disponível em *Alma Mater*.

R-3-25

2.2

Com as *Cartas* do ano de 1557, veio um "Édito" redigido em japonês, cujos carateres serão inabilmente copiados e impressos em Coimbra, em 1570. Trata-se de uma carta patente de Ōtomo Sōrin, ou Yoshishige, o *daimyo* do Bungo (*Kyūshū*), concedendo aos jesuítas permissão para construir uma igreja, em 1552, o primeiro documento japonês alguma vez publicado na Europa.

COMPANHIA DE JESUS

Cartas qve os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreverão dos Reynos de Iapão & China … desdo anno de 1549 atè o de 1580... Em Euora : por Manoel de Lyra, 1598.

V.T.-18-9-17 (apenas o vol. 1)

2.3

Nesta terceira (e melhor) edição da história das Missões orientais, do jesuíta de Coimbra Manuel da Costa, incluiu-se o mesmo "Édito", com o título *Specimen quoddam litterarum vocumque Japonicarum; desumptum e regis Bungi diplomate*, reproduzido em novas xilografias e com tradução "caráter-a-caráter", por Giovanni Pietro Maffei.

Manuel da COSTA, 1541-1604

Rerum a Societate Jesu in Oriente gestarum volumen : in quo haec ferme continentur … epistolarum liber I : De Japonicis rebus ad annum usque MDLXV.… Neapoli : apud Horatium Salvianum, 1573.

1-12-2-53

2.4

No regresso da Delegação *Tenshō* ao Japão, foram embarcadas em Lisboa uma pequena tipografia, imagens devotas, obras de arte, livros e mapas, nomeadamente uma edição atualizada (1584) de Ortelius e um *Atlas* de Georg Braun, oferecido aos legados japoneses, em Pádua, pelo botânico alemão Wieland (ca. 1520-1589). Alguns destes materiais inspirariam a decoração de biombos *Namban*.

Abraham ORTELIUS, 1527-1598

Indiae Orientalis insvlarvm qve adiacientivm typvs [material cartográfico]. [Antuerpiae] : [s.n.], [1595].

NC-854 (Gaveta 4)

2.5

Quando os ingleses capturaram (agosto de 1592) a magnífica nau *Madre de Deus*, encontraram ali um "tesouro" remetido de Macau. Segundo o relato de Richard Hakluyt, este livro impresso por tipógrafos cristãos japoneses foi encontrado fechado numa caixa de cedro, enrolado 100 vezes por um tecido fino de Calecute, tratado como a mais preciosa das joias.

Duarte de SANDE, 1531-1600, S.J.

De missione legatorvm Iaponensivm ad Romanam Cvriam… In Macaensi portu Sinici regni : in domo Societatis IESV, 1589.

Atrib. a Duarte de Sande. Versão A, segundo M. Cadafaz de Matos. Ex. reencadernado em 2018 com as pastas originais.

R-13-17

2.6

Com a unificação do Japão, o Cristianismo começou a ser considerado uma força subversiva e consequentemente perseguido. As notícias das perseguições aos cristãos japoneses chegavam em cartas

como esta, escrita em papel oriental. A encadernação é feita à europeia, mas num papel com um padrão com a heráldica (*mom*) do Clã *Toyotomi*. É claramente um documento de fusão das duas culturas.

Cristóvão FERREIRA 沢野忠庵, *ca*. 1580-1650

Ânua de Japão de 618 [manuscrito]. Japão, 8 jan. 1619.

Carta autógrafa. Papel oriental.

Ms. 2853

2.7

Dos pouquíssimos ocidentais que permaneceram no país sob o *sakoku*, só o *alumnus* conimbricense Cristóvão Ferreira estaria habilitado a traduzir para japonês textos como este *De Sphaera Mundi*, ou tratados de cirurgia "holandesa". Depois da expulsão, os japoneses passaram a chamar "holandeses" a todos os conhecimentos e tecnologias *Namban*, de origem portuguesa.

Cristóvão GALO, *fl*. 1625

Commentarius in sphaeram Ioannis de Sacro Bosco [manuscrito]. Ulisipone, 1621.

Disponível em *Alma Mater*.

Ms. 192

2.8

O último "monumento" de fusão de um texto português com uma forma japonesa é a edição de *O culto do chá* (Kobe, 1905), feita no Japão, recorrendo a papel, técnicas e encadernações locais. Em Portugal, tentou-se copiar com a exatidão possível as caraterísticas desta edição japonesa numa segunda edição da Casa Ventura Abrantes.

Venceslau de MORAIS, 1854-1929

O culto do chá / illustrações de Yoshiaki. Kobe : Typ. do Kobe Herald, 1905.

Disponível em *Alma Mater*.

R-36-18

O culto do chá / illustrações de Yoshiaki. Lisboa : Casa Ventura Abrantes Livraria Editora, [1933].

Cópia da ed. de 1905.

Col. particular do Prof. Doutor Rui Simões (ESCS)

Exposição bibliográfica comemorativa do centenário da Faculdade de Farmácia da UC (1921-2021) / Bibliographic exhibition on the centenary of the Faculty of Pharmacy of the University of Coimbra

Sala do Catálogo da BGUC, 15 novembro a 15 dezembro 2021

Ficha técnica
Comissário:
João Rui Pita
Organização:
BGUC
FFUC
Pesquisa e textos:
João Rui Pita
Coordenação e montagem:
Maria Luísa Sousa Machado
José Mateus

Apresentação

No dia 18 de janeiro de 2021 comemorou-se o primeiro centenário da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra: isto é, cem anos da passagem da Escola Superior de Farmácia a Faculdade de Farmácia.

É o seu primeiro centenário enquanto Faculdade. Contudo, o ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra tem uma história multissecular — mais de quatrocentos anos — sendo o mais antigo de Portugal e um dos mais antigos do mundo ligado a uma instituição universitária.

Assim, no final do século XVI, ainda no reinado de D. Sebastião, fundou-se um curso de boticários na Universidade de Coimbra. Este curso foi remodelado através da reforma pombalina da Universidade (1772); os estatutos pombalinos inscreveram um curso de boticários lecionado dentro da Universidade de Coimbra contrariamente ao regime anterior, pois a aprendizagem era realizada numa botica aberta ao público. Em 1836, enquadrada nas reformas de ensino de Passos Manuel, foi fundada a Escola de Farmácia de Coimbra, tal como a de Lisboa e a do Porto. Em 1921, depois de um trajeto algo sinuoso, as Escolas deram lugar a Faculdades através de um diploma que foi comum às três instituições do país. O Decreto nº 7238 de 18 de janeiro, promulgado pelo então Presidente da República, António José de Almeida. Os regulamentos de cada uma das Faculdades foram estabelecidos através de diferentes decretos promulgados em 1921 e, no caso da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, do Decreto nº 7668.

A presente exposição pretende comemorar o primeiro centenário do estabelecimento da Faculdade, mostrando algumas publicações realizadas por professores e cientistas da instituição e de algumas instituições afins e que foram relevantes para o ensino da farmácia e das ciências farmacêuticas na Universidade de Coimbra. Contribui-se deste modo para dar a conhecer o labor da instituição e a importância do livro e das publicações farmacêuticas.

A exposição está estruturada, numa primeira parte, em função de diferentes áreas do saber farmacêutico; e, numa segunda parte, acha-se dividida em tipologia de publicações, como sejam dissertações e revistas.

João Rui Pita

(Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra)

Foi com muito entusiasmo que a BGUC decidiu acolher nas suas instalações uma exposição bibliográfica alusiva à comemoração do centenário da Faculdade de Farmácia (1921-2021), uma vez que se trata de uma efeméride relevante para a história da Universidade e da sua vida académica. A opção de exibi-la na Sala do Catálogo prende-se com a nossa vontade de lhe proporcionar a maior visibilidade possível, junto das várias centenas de utilizadores que nos visitam regularmente.

Esta mostra visa celebrar o primeiro centenário da Faculdade de Farmácia enquanto tal; porém, esta instituição orgulha-se de transportar consigo o peso de vários séculos de ensino farmacêutico, remontando a sua origem ao reinado de D. Sebastião (1558-1578), período em que ocorreu a criação de um curso para boticários. Corria já o ano de 1772 quando este curso se viu reconhecido pelos Estatutos da UC, juntamente com o Dispensário Farmacêutico, no contexto da Reforma Pombalina. Volvida quase uma centúria, em 1836, foi criada a Escola de Farmácia. Esta, em 1915, fixou-se no Palácio dos Melos e, três anos depois, passou a designar-se Escola Superior de Farmácia, autonomizando-se da Faculdade de Medicina. Em 1921, adquiriu o estatuto de Faculdade (que mais tarde perdeu para depois o recuperar, em 1968). Nascia, assim, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Na exposição que aqui se apresenta, optou-se por fazer incidir o foco em alguns dos vultos que mais marcaram a história desta instituição, tendo sido selecionadas obras assinadas ou traduzidas por professores da Escola/Faculdade de Farmácia. Foram ainda escolhidos trabalhos que configuraram referências científicas na área. Para este efeito, não foram considerados autores ainda no ativo.

Preenche as nossas vitrines um escol de livros e de artigos de revistas, estudos de investigação e tratados de âmbito farmacêutico. Alguns artigos de divulgação foram igualmente incluídos, ou não fosse o conhecimento produzido para ser partilhado. O

volume mais antigo remonta a 1704, contrastando com o mais recente, publicado em 2015. Como se depreende, estas balizas cronológicas espelham claramente a já longa tradição científica associada a esta Casa.

Em paralelo, compõem também esta mostra bibliográfica algumas revistas farmacêuticas relacionadas com Coimbra, bem como obras farmacêuticas editadas na cidade. Figuram aqui, igualmente, alguns exemplares que, não se encontrando no espectro temático abordado, remetem para autores sobejamente conhecidos no meio científico.

Pelas piores razões, os últimos dois anos mostraram de um modo inequívoco a suma importância da investigação científica no campo da saúde, vital para a sustentabilidade de um mundo paralisado por uma pandemia que vitimou já milhões de pessoas. Os anos de 2020 e 2021 evidenciaram também a relevância da cultura perante um cenário desesperante que testou os limites da nossa resiliência individual e coletiva. Neste período, a BGUC procurou reinventar-se, empenhando-se em não confinar a cultura. Imbuída deste espírito de pró-atividade, promoveu eventos à distância e organizou também iniciativas presenciais, garantindo sempre o cumprimento estrito de todas as regras em vigor. É neste contexto que nos orgulhamos de apresentar hoje um dos momentos mais marcantes e simbólicos da nossa programação de 2021.

João Gouveia Monteiro
(Diretor da BGUC)

Catálogo

I. Farmacopeias

1. SANTO ANTÓNIO, Caetano de, O.S.A.,?-1730

Pharmacopea Lusitana methodo pratico de preparar, & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais oferecida a sagrada, e sempre observante Congregaçaõ dos Conegos Regulares de Sancto Augustinho do Reyno de Portugal &c. por D. Caietano de Santo Antonio. Coimbra : Joam Antunes, 1704.

R-41-17

2. PINTO, Agostinho Albano da Silveira, 1785-1852

Codigo pharmaceutico lusitano, ou Tratado de pharmaconomia, no qual s'explicão as regras e preceitos com que se escolhem, conservão e prepárão os medicamentos, e se appresentão as virtudes, usos e dóses das fórmulas pharmaceuticas. Coimbra : na Imprensa da Universidade, 1835.

7-48-25-35

3. PHARMACOPÊA portugueza. Edição official. Lisboa : Imprensa Nacional, 1876.

7-46-10-24

4. PHARMACOPEIA geral para o reino, e dominios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelissima D. Maria I. Ed. facsimil. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

10-(1)-15-34-16

II. Farmácia galénica e tecnologia farmacêutica

5. TAVARES, Francisco, 1750-1812

Medicamentorum sylloge propriae pharmacologiae exempla sistens in usum Academicarum praelectionum. Conimbricae : ex Typographia Academico-Regia, A.C., : prostat aput J.P. Aillaud, 1787.

2-22-1-17

6. CORDEIRO, C. J. X.

Elementos de pharmacia theorica e práctica : contendo muitos artigos proveitosos para o exercicio quotidiano da farmácia. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1859-1860. 2 vol.

7-46-23-6/7

7. BOTTE, Júlio de Sande Sacadura, 1839-1899

Elementos de pharmacotechnia. 2.ª ed. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1890.

7-24-32-80

8. ALVES, A. Correia

Farmacologia das sulfamidas. Coimbra : [s. n.], 1945.

Sep. de "Notícias Farmacêuticas". Coimbra. 11, 5-6, (1945), p. 241-246.

5-27-24-257

9. SANTOS, Maria Serpa dos, 1916-2011

Aferição da penicilina. Coimbra : [s.n.], 1945.

Sep. de: "Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra". Coimbra. 5, 42 (1945).

5-19-5

10. BRÓJO, António Pinho, 1927-1999

Estabilidade de medicamentos. Coimbra : Escola de Farmácia, 1964.

Sep. de: "Boletim da Escola de Farmácia Universidade de Coimbra". Coimbra. 24, (1964).

5-14-18-57

11. VALE, José Baeta Cardoso do

Comprimidos. Coimbra : [s.n.], 1968.

Sep. de: "Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra". Coimbra. (1968), [4], 477 p.

5-23-12-20

III. Farmacognosia e plantas medicinais

12. SILVA, J. dos Santos e

Ensaios chimicos sobre a essencia da pimenteira falsa. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1875.

Sep. de: "Instituto de Coimbra". Coimbra. 19, (1875), p. 209-224.

7-60-23-99

13. COSTA, Aloísio Fernandes

Farmacognosia. 2.ª ed. Lisboa : Fundação Calouste, 1968-1982.

5-70-41

14. COSTA, Aloísio Fernandes

Farmacognosia. 6.ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

5-57-4 (V.1)

15. CUNHA, A. Proença da, 1931- ; ROQUE, Odete Rodrigues

Especiarias e plantas : origem, composição e utilização. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

10-(1)-17-24-16

IV. Química, toxicologia, ecologia e bromatologia

16. SILVA, Joaquim dos Santos e, 1842-1906

As aguas alcalino-gazosas de Vidago (Fonte Campilho): analyse chimica, seguida de breves considerações sobre as suas qualidades e usos therapeuticos pelo Dr. Raymundo da Silva Motta. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1884.

7-56-16-58

17. SILVA, Joaquim dos Santos e, 1842-1906

Elementos de analyse chimica qualitativa. 3.ª ed. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1891.

7-44-14-21

18. GRILO, Maria Cornélia Teles, 1915-2003

A proteção às crianças em caso de ataque aéro-químico. [s. l. : s. n.], 1941.

Sep. de "Notícias Farmacêuticas". Coimbra. (1941), 31 p.

5-14-6

19. NEVES, André da Silva Campos, 1926-2014

Algumas reacções de oxidação em química orgânica. Coimbra : [s. n.], 1964.

Sep. de: "Boletim da Escola de Farmácia". Coimbra. 24, (1964), 18 p.

5-14-23-259

20. SILVEIRA, Maria Irene O. C. Bettencourt Noronha da, 1944-2013

Intoxicações alimentares. Coimbra : [s. n.], [1974].

Sep. de: "Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra". Coimbra. I-V (1973), 37 p.

6-25-16-146

21. FABRE, René, 1889-1966; TRUHAUT, René, 1909-1994

Toxicologia. Trad. de A. S. Campos Neves, J. A. Almeida Ribeiro, J. J. Nunes de Oliveira. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1977.

5-70-32

22. VALE, José Cardoso do, 1911-2010

Ecologia e meio ambiente : ciclos biogeoquímicos : cadeias alimentares : poluição. Coimbra : Biblioteca da Faculdade de Farmácia, 1984.

6-34-34

V. Física e análise instrumental

23. SANTOS, Maria Serpa dos, 1916-2011
Física aplicada à farmácia. Coimbra : Coimbra Editora, 1962.
Sep. de: "Boletim da Escola de Farmácia". Coimbra. Supl. ao vol. 21, (1961), 312 p.
5-68-14-20

24. WILLARD, H.; MERRIT JR., L.; DEAN, J.
Análise instrumental. Trad. de Maria Serpa dos Santos. 2.ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1979.
5-70-19

VI. Microbiologia e análises clínicas

25. BANDEIRA, José Ramos, 1906-1991
Laboratório do farmacêutico. [S.l : s.n.], 1939 (Alcobaça : Tip. José de Oliveira Júnior).
Vol. 1: Análise de urinas
5-46-9

VII. História e legislação farmacêutica

26. DENIS, José Cipriano Rodrigues, 1876-1954
A farmácia em Portugal. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1926.
Oração de sapiência proferida na sessão solene de abertura da Universidade, 1 Dez. 1925.
Sep. de: "O Instituto". Coimbra. 73, 5 (1926), 29 p. + [1 p. desdobrável].
IC-1-3-8-126

27. CUNHA, Guilherme de Barros e, 1898-1985?
Sobre a data em que começaram os exames de farmácia em Portugal. Coimbra: [s. n.], 1936.

Sep. de: "Notícias Farmacêuticas". Coimbra. (1936), 8 p.
7-36-18-19

28. COSTA, Manuel José Fernandes, 1870-1952
O edifício da Escola Superior de Farmácia de Coimbra e as suas instalações. Coimbra: [s. n.], 1937.
Sep. de: "Notícias Farmacêuticas". Coimbra. 13, (1937), 35 p.
5-30-23

29. CUNHA, Guilherme de Barros e, 1898-1985?
Doutrina acerca de certas incompatibilidades do exercício profissional. [s. l. : s. n.], 1942.
Sep. de: "Notícias Farmacêuticas". Coimbra. (1942), 10 p.
5-28-24-218

30. BANDEIRA, José Ramos, 1906-1991
Universidade de Coimbra : edifícios do corpo central e Casa dos Melos. Coimbra : [s.n.] : Casa do Castelo Editora, deposit., 1943-1947. 2 vols.
RB-4-19/19 A

31. BANDEIRA, José Ramos, 1906-1991, e outros
Debatendo problemas farmacêuticos. Coimbra : [s.n.], 1959-1960.
5-62-26-18/18 C

32. SANTOS, António de Almeida, 1926-2016, e outros
António Pinho de Brojo (1927-1999) : olhares de saudade. Lisboa : Associação Nacional das Farmácias, D.L. 2000.
6-37-49-51

VIII. Dissertações e teses

33. ALMEIDA, Luys d´

A pharmacia e o exercício profissional : (a traços rápidos). Coimbra : Imprensa da Universidade, 1904.

Dissertação de concurso ao Magisterio Pharmaceutico da Universidade.

5-56-29-4

34. COSTA, Manuel José Fernandes, 1870-1952

Hypericum Androsæmum, L. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1904.

Dissertação para o concurso a um lugar de professor da Escola de Farmácia de Coimbra.

5-56-29-2

35. BANDEIRA, José Ramos, 1906-1991

Sobre a aferição de vacinas bacterianas. Coimbra : [s.n.], 1944.

Tese de Doutoramento em Farmácia, Porto, 1944.

5-56-29-12

36. CARVALHO, Luís da Silva

Contribuição para o estudo farmacotécnico de soluções de isobutirato de novocaínio (produto de Régnier). Subsídios particulares para a preparação de soluções destinadas à aplicação ocular. Coimbra : [s. n.], 1947.(Coimbra: Imp. Coimbra Editora).

IC-18-1-3-60

37. NEVES, André da Silva Campos, 1926-2014

Contribuição para a síntese parcial da aldosterona. Coimbra : [s.n.], 1958 (Coimbra : Coimbra Editora).

Dissertação apresentada à Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto para prestação de Provas de Doutoramento.

9-(4)-14-10-44

38. CUNHA, A. Proença da, 1931-

Análise de misturas de estreptomicina e di-hidro-estreptomicina : contribuição para o seu estudo. Coimbra : [s. n.], 1963.

5-6-74-130

IX. Revistas

39. NOTÍCIAS Farmacêuticas : jornal bi-mensal científico-profissional. Prop. e red. Guilherme de Barros da Cunha, Aloísio Fernandes Costa, José Ramos Bandeira e Francisco de Sousa Inês ; dir. Guilherme de Barros da Cunha. Coimbra : G. B. Cunha, 1934 - 1954.

Cont. por: "Boletim da Escola de Farmácia. Edição didáctica".

A-1-39

40. REVISTA portuguesa de farmácia : órgão e propr. do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos. Dir. e ed. Manuel Pinheiro Nunes. Lisboa : S.N.F., 1951- .

(Vol. exposto, 13, 3 (Set. 1963). A capa tem uma alusão às 2ªs. Jornadas Farmacêuticas Portuguesas realizadas em Coimbra).

A-6-19

Natal : uma mostra de incunábulos e gravuras (sécs. XV-XIX) / Christmas: an exhibition of incunabula and prints (XVth-XIXth c.)

Sala de São Pedro da BGUC, 9 dezembro 2021 a 25 fevereiro 2022

Ficha técnica
Comissária:
Maria José Azevedo Santos
Organização:
LIBUC - Liga dos Amigos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BGUC
Pesquisa, legendagem e montagem:
Maria Luísa Sousa Machado
José Mateus
Colaboração técnica:
Maria de Fátima Bogalho
Maria José Silva Pereira
Digitalização:
José Neto
Participação:
Padre Nuno dos Santos

Tempo de nascer

Falar de incunábulos é falar dos primeiros livros saídos de prensas gráficas cujo termo latino incunābŭla (pl. neutro) foi criado pelo

bibliófilo alemão Bernhard von Mallinckrodt (1591-1664), deão da catedral de Münster. De singular etimologia, *in cuna*, aquele vocábulo remete-nos para o episódio universal do nascimento, do berço, ou, em sentido figurado, da origem, dos inícios, neste caso, da tipografia ou escrita mecânica.

Todavia, Mallinckrodt concedeu à palavra em epígrafe, e ao que ela representa na história, uma esperança de vida que ainda hoje é discutida: cerca de 50 anos. De facto, para ele o termo *a quo* da proto-história dos impressos deve contar-se a partir de 1450 e o termo *ad quem* não ultrapassa o ano 1500. Posta de lado esta convenção, certo é que nunca saberemos quantos livros foram produzidos nesse espaço de tempo, na Europa de fins de Quatrocentos, sobretudo, porque, entretanto, muitos foram destruídos.

Do património incunabular da Universidade de Coimbra sabemos, por trabalho recente de Teresa Martins e Maria Branco (2020) que, por exemplo, na atual Biblioteca das Ciências da Saúde foi possível identificar 5 exemplares, 4 deles de Comentários às obras de Avicena. Por sua vez, Maria da Graça Pericão, em estudo de 2009, dá conta de que a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é possuidora de 210 incunábulos, produzidos em diversos prelos europeus, número assinalável se compararmos com a Biblioteca Nacional de Portugal que conserva c. 216 entre os quais devemos realçar os dois mais antigos incunábulos conhecidos escritos em português: o *Sacramental de Valdeiras* e o *Tratado de Confissom*. Contudo, um dado significativo é-nos dado a conhecer por Artur Anselmo. O distinto especialista escreve: "mais de dois terços dos incunábulos conhecidos em todo o Mundo são redigidos em latim e, destes cerca de metade tem carácter religioso".

Mas deixemo-nos conduzir à Exposição cuja lembrança este Catálogo guardará, passado que esteja o tempo do "posto à vista".

A tipografia quatrocentista e quinhentista marca o tempo de rutura com o manuscrito, a *ars scribendi* e a habilidade inigualável dos

monges copistas que com o pergaminho, as tintas ferro-gálicas e a pena, realizaram obras-primas para a eternidade.

O século XV traz-nos as oficinas com os seus prelos ou prensas, as tintas negras (do principal componente, a fuligem), os caracteres móveis metálicos, mas também os caixotins e as caixas, enfim o tempo da *arte negra* ou dos *livros em letra de forma*. A fascinação mantém-se com outros cheiros, outras cores, e até ruídos, se lembrarmos as pancadas secas do prelo que a força braçal dos impressores fazia estrondear ainda no século XX.

Dos vários incunábulos selecionados para esta Mostra, é obrigatório realçar o n.º 1, pois trata-se da conhecida *Bíblia Latina* "dita" de 48 linhas (A. E. Maia do Amaral, 2009). É o 1.º livro impresso conhecido com data cronológica, 1462, tópica, Mogúncia, e o nome dos autores, J. Fust e P. Schöffer, sócios de Gutenberg.

Mas admiremos ainda outras, em latim, impressas em papel, cujas características codicológicas, e a família gráfica (gótica librária), não podem negar o irreprimível mimetismo dos belos códices medievais. Veja-se o caso da n.º 4, da qual se mostra apenas o último volume, o 5.º, que contém o Novo Testamento. Olhemos o texto a duas colunas, as cercaduras de matriz manuscrita, as iluminuras, os caldeirões a azul e vermelho, entre outros elementos.

Dignos de realce são também o livro de Boccaccio, n.º 6, editado em Veneza, em 1494, *Civitate Dei*, de Santo Agostinho, impresso, igualmente, em Mogúncia por P. Schöffer, e o *Poemata Cataldis*, de Cataldo P. Sículo, saído dos prelos do nosso famoso impressor Valentim Fernandes, em Lisboa, no ano 1500.

Passado o tempo dos incunábulos podemos ver a *arte negra* em várias obras ilustradas (n.ºs 11 a 20). Predominam os Missais Romanos e Cistercienses. Destacamos o n.º 15 por ter sido impresso por António Mariz, na cidade de Coimbra, em 1589. Em 1599, diga-se, por curiosidade, que para se livrar da peste foi para Cernache onde prosseguiu a sua atividade de impressor. Já do séc. XVIII, merece a

nossa atenção o livrinho "Vozes da noute de Natal a Deos peqenino" (n.º 19), com xilogravura, de rara beleza, inspirada no Natal.

A Mostra encerra com um conjunto de gravuras dos séculos XVIII e XIX que interpretamos como hinos de glória ao Nascimento do Menino Jesus pelo resplendor, e a luz cintilante, que, de algumas delas, se desprende.

Maria José Azevedo Santos

(Presidente da LIBUC, Liga dos Amigos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

I. Incunábulos

1. BÍBLIA. Latim. 1462

[Bíblia Latina]. [Mainz] : [Johannes Fust et Peter Schöffer], [14 agosto 1462].

Cofre 24

Bíblia latina da Mogúncia, impressa por Johannes Füst et Peter Schöffer, com texto em carateres góticos, a duas colunas de 48 linhas.

É a primeira Bíblia datada. Possui 38 iniciais capitais iluminadas a ouro, 48 iniciais capitais filigranadas e pequenas capitais a azul e vermelho. Exemplar adquirido a 25 de maio de 1796.

A encadernação é do século XVIII, em pele, com o super-libros da Livraria da Universidade gravado a ferros dourados.

2. BÍBLIA. Latim. 1478

[Bíblia sacra latina]. Nurnbergn : per Antoniu Coburger, [14 abril 1478].

R-67-7

Bíblia latina impressa em Nuremberga, um dos centros impressórios quatrocentistas de maior relevo.

O texto é impresso a duas colunas em caracteres góticos. Contém iniciais capitais iluminadas a ouro e cores, iniciais capitais ornamentadas a cores e iniciais capitais a vermelho e azul.

Encadernação em pele e gravada a ferros dourados com o super-libros da Livraria da Universidade.

3. BÍBLIA. Latim. 1480

[Bíblia latina]. Venetijs : per Franciscus de Hailbrun, 1480.

R-39-7

Bíblia latina com texto impresso a duas colunas em carateres góticos. Contém iniciais capitais a azul e vermelho.

Possui dois pertences manuscritos: "Da Livraria do Real Colégio de S. Pedro" e "Colegij Paris. Soc. Jesu", riscado.

Encadernação heráldica, em pele, com as armas de Claude de Tudert, Conselheiro eclesiástico do Parlamento de Paris, gravadas a ferros dourados em ambas as pastas; na lombada o título, a data de publicação e o super-libros de Claude de Tudert gravado a ferros dourados.

4. BÍBLIA. Latim. 1481

[Biblia cum glossa ordinaria Walafridi Starbonis aliorumque et interlineari Anselmi Laudunensis]. [Strasbourg] : [Adolf Rusch], [1481].

R-68-6 (Tomo 5)

Obra, em cinco volumes, impressa em caracteres góticos. Publicada cerca de um quarto de século após o primeiro livro impresso, conserva as características dos manuscritos. Ao centro, texto a duas colunas, cercado por comentários nas margens.

O tomo 5 contém o Novo Testamento. No início de cada livro, o texto e os comentários estão inseridos em cercaduras decoradas com gravinhas e outros motivos fitomórficos, iniciais capitais, letrinas, títulos e rubricas a vermelho e azul ao longo do texto iniciais, capitais caudadas a ouro e cores e caldeirões a azul e vermelho. Possui o pertence manuscrito "F. D. Motlet cure de Jambles".

Encadernação em pele gravada a ferros dourados, na lombada o título "Biblia Sacra C. Litteris et ornament coloribus de pict. et de

aura. Editio prínceps cisca [sic] anno 1478", destaca a singularidade desta editio prínceps.

5. BÍBLIA. Latim. 1494

Biblia cum concordantiis veteris et novi testamenti. [Lyon] : per Mathiam Huss Alemanum, 1494.

R-28-1

Incunábulo impresso a duas colunas em carateres góticos. Contém iniciais capitulares filigranadas a vermelho e caldeirões a vermelho.

A anteceder o texto, na página preliminar, tira de papel colada com título impresso: "Biblia cum concordantiis veteris et novi testamenti" e o "Anno 1494" manuscrito.

Encadernação em pele com o super-libros da Livraria da Universidade e lombada gravada a ferros dourados.

6. BOCCACCIO, Giovanni, 1313-1375

Genealogiae Ionnis Bocatii cum demonstrationibus in formis arborum desgnatis... [Venetiis : Bonetus Locatellus-Octauianus Scotus, 1494].

R-59-10

Incunábulo impresso em Veneza pelos impressores Boneto Locatelli e Ottaviano Scotto. A obra contém a representação de 13 árvores genealógicas de página inteira, xilogravadas, no início dos 13 primeiros livros. Possui também iniciais capitais xilogravadas com motivos antropomórficos, zoomórficos e fitomórficos. Pertence manuscrito na página de título "Da Livraria do Colégio Real".

Encadernação em pele gravada a ferros secos em ambas as pastas e lombada gravada a ferros dourados.

7. ORÓSIO, Paulo, ca. 385-424?

Pauli horosii ...Adversu[m] cristiani nois q[ue]rulos prologus i[n] libros septe[m]. [Augsburg] : [Iohanne[m] Schuszler], [1471].

V.T. 20-9-2

O incunábulo possui iniciais capitais a vermelho.

Tem um pertence manuscrito do "Colegii Societatis Jesu Burg... Agº 1633». Esta obra faz parte da biblioteca particular do Visconde da Trindade legada em testamento à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Encadernação moderna simulando um catenatus ou livro encadeado.

8. AGOSTINHO, Santo, 354-430

[De civitate Dei]. Mogutina : Petru Schoiffer de gernshein, 1473, 5, Septembris.

R-56-8

A Cidade de Deus, é uma das obras de Santo Agostinho (Agostinho de Hipona), escrita para reconfortar os cristãos após o saque pelos bárbaros visigodos à cidade de Roma, em 410.

Este incunábulo foi impresso em Mogutina (Mainz) por Petru Schoiffer de Gernshein. Do fólio 285 ao 364 os caracteres são de menor dimensão, com iniciais capitais e caldeirões a vermelho.

Possui o pertence manuscrito "Liber Collegii Megnns (?) Societ. Iesu" e algumas notas manuscritas. Está encadernada com a obra "De Trinitate", [Strasburg : Henricus Ariminensis, 1474], do mesmo autor.

Encadernação em pele com o super-libros da Livraria da Universidade e lombada gravada a ferros dourados.

9. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1276-1277 (João XXI)

Textus omnium summulae pe. hy. Reutlinge[n] : Johãnis otmar, 1486.

V.T. 20-9-10

Este incunábulo possui capitais iniciais pintadas à mão, a vermelho.

Pertence à Livraria do Visconde da Trindade, ostentando o Ex-libris do Baron de Bellet.

Encadernação com pastas de madeira e lombada em pergaminho, com fecho de metal ao centro.

10. SÍCULO, Cataldo Parísio, 1455?-1517?

Poemata Cataldis. [Lisboa] : [Valentim Fernandes], [1500].

R-37-10

Cataldo Sículo, poeta e humanista italiano, viveu em Portugal e foi perceptor de príncipes e de membros da nobreza. Esta obra em latim foi impressa em Lisboa em 1500, data considerada como limite da produção de incunábulos.

Possui notas marginais manuscritas, encontrando-se encadernada conjuntamente com a obra do mesmo autor "Epistole Cataldis ".

Encadernação em pele gravada a ferros dourados.

II. Obras ilustradas dos sécs. XVI a XIX

11. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal Cisterciense

Missale ordinis cistercien[sis] quibusuis i[n] eo requisitis exuberantissimu[s] p[er] que[n]dam] Cistercii religiosum, bachalareu[m] in theologia formatu[m] ad vera[m] matris Cistercii forma[m] multa cu[m] sedulitate redactu[m] suu[m] hic sumit exordiu[m] in quo per eiusde[m] opera[m] plurima religiosis ordinis eiusde[m] no[n] inutilia sed p[er]fecto gratissima apposita videbunt[ur]. [Parisii] : venit apud Englebertu[m] de Marnef, mora[m]te[m] in pellicano, Joham[m]em Kaerbria[m]d al[ia]s Huguelin in Crati ferrea manentem, necnon apud Ambrosium Gerault in argentei leonis intersigno, [1526].

RB-25-22

Texto impresso a vermelho e preto, a duas colunas e com carateres góticos. Apresenta iniciais capitais a vermelho, algumas historiadas, e caldeirões a preto e rubricas a vermelho.

Contém diversas xilogravuras historiadas de quarto de página e pequenas ilustrações (algumas historiadas).

A gravura exposta (fólio 43) representa a Natividade da Virgem Maria.

12. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal romano

Missale ad sacrosancte Romana Ecclesie usum a variis mendis quibus scatebat emendatu[m] aliquot missarum officiis que in ceteris desyderantur cui etiam accesseru[n]t loci fere omnes ex sacris bibliis deprompti ad marginem adscripti. Prostat Parisijs : in vico diui Jacobi, apud Jolandam Bonhomme viduam spevtabilis viri Thielma[n]ni Kerver, ad signum unicornis, ubi et excusum fuit anno domini MDXLII [1542] (In alma Parisiorum academia, anno ab incarnatione domini MDXLII septimo calendas Martii [i.é. 26 de Março de 1542]).

Cofre 32

No rosto, ao centro, ostenta o brasão de armas de Jean de Roncherolles, abade comandatário das abadias de Gard e de Mortemer.

Texto impresso a duas colunas, a vermelho e negro, em carateres góticos. Iniciais capitais e miniaturas historiadas alusivas a cenas da Bíblia a ouro e a cores.

A xilogravura exposta (fólio 7v) representa a Natividade.

13. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal Cisterciense

[Missale ad usum sacri Ordinis Cisterciensis, nuper a mendis quam plurimis repurgatum, ac denuo accuratius per viros probos eiusdem ordinis, auctum & recognitum]. [Parisiis] : [apud Hieronymum de Marnef sub Pelicano monte D. Hylarij], [1556].

2-8-19-2

Texto impresso a vermelho e preto, a duas colunas em caracteres góticos. Possui caldeirões a preto e iniciais a vermelho e as iniciais capitais historiadas e ornamentadas com cenas bíblicas xilogravadas.

A gravura exposta (fólio 7) representa o Nascimento de Jesus.

14. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal. Latim, 1558

Missale iuxta vsum & ordinem Almae Bracarensis Ecclesiae Hispaniaru[m] Primatis, summo studio atque diligentia nouiter excusum, & multis insuper scitu dignis, ac clero pernecessarijs auctum. Lvgdvni : sumptibus Io. à Burgundia, Bibliopolae Regis Lusitanorum, 1558 (Lvgdvni : excudebat Petrus Fradin : sumptibus Ioannis à Burgundia, Bibliopôlae Lusitanoru[m] Regis, 1558).

Cofre 29

Edição rara do Missal Bracarense de Frei Baltasar Limpo, executada em Lyon pelo Arcebispo Dom Baltazar Limpo e mandada imprimir por João de Borgonha em 1558.

Frontispício arquitetónico, ao gosto italiano, com retábulo renascentista e entablamento com busto da Virgem Maria e o Menino, ladeado em edículas dos Santos Bispos da igreja bracarense, bustos de São Pedro, São Martinho, São Frutuoso e São Geraldo. Na predela, entre dois animais fantásticos, o brasão heráldico do arcebispo Baltasar Limpo, xilogravado.

O título é impresso a vermelho e preto, ilustrado com notações musicais.

O Missal tem uma encadernação com pastas de madeira revestidas a marroquim, colorido a vermelho, ricamente decorado com motivos fitomórficos gravado a ferros dourados em ambas as pastas com brochos de cobre e fechos de metal, corte gofrado a dourado com botões bordados com fio de prata.

A xilogravura exposta (fólio 30r), representa a Natividade do Menino Jesus.

15. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual

Missale Romanum, ex decreto sacro sancti Concilii Tridentini restitutum Pii V Pont. Max. Conimbricae : Antonii à Mariz, 1589.

RB-6-21

Obra impressa por António Mariz, com oficina tipográfica em Coimbra no ano de 1556 e com trabalhos realizados em Braga, Lei-

ria e Cernache. A 8 de abril de 1599 instalou-se em Cernache para fugir à peste, onde se imprimiu a 2ª edição dos Diálogos, de seu filho Pedro de Mariz.

Possui um pertence manuscrito de "Domingos; Joze Antonio(?)".

Encadernação com pastas de madeira revestidas a pele, gravadas a ferros secos, com vestígios de fechos de metal.

16. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal

Missale Romanvm ex decreto Sacrosancti Concilii Tridentini restitutum. Pij V. Pont. Max. iussu editum, et Clementis VIII. primum, nunc denuo Urbani Papae octavi auctoritate recognitum, in quo missae propriae de sanctis omnes ad longum positae sunt ad maiorem celebrantium commoditatem. Antuerpiae : Ex Officina Plantiniana apud viduam & heredes Balthasaris Moreti, 1680.

R-40-11

Texto em latim a duas colunas, a vermelho e preto.

Está encadernada com a obra "Missae propriae festorvm ordinis Fratrvm Minorvm...".

Encadernação com pastas de madeira revestidas a veludo vermelho.

A gravura exposta, de página inteira (p. 20), representa a Sagrada Família e a adoração dos Pastores.

17. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal

Missale romanvm... : in quo Missae propriae de Sanctis ad longum positae sunt ad maiorem celebrantium commoditatem. Antverpiae : Ex Officina Plantiniana : Balthasaris Moreti, 1686.

R-38-16

A obra tem a seguir ao rosto intercaladas, por defeito de encadernação, 4 p. da "Missa in festo Beati Lavrentii Ivstiniani...". Encadernado com mais quatro obras, entre elas "Missae novae in missali romano...", Ulyssippone Occidentalii : Typis Emmanuelis Fernandes A Costa, 1739.

Encadernação revestida a veludo vermelho sobreposta com decoração filigranada em prata.

A gravura exposta, de página inteira (p. 46), representa a Sagrada Família e a adoração dos Reis Magos.

18. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal Cisterciense

Missale cisterciense ad usum Sacrae Congregationis Divi Bernardi, in Lusitaniae, & Algarbiorum Regnis. Antuerpiae : ex Architypographia Plantiniana, 1738.

4-26-7-2

Encadernação em pele gravada a ferros secos com vestígios de fechos de metal.

A gravura exposta, de página inteira (f. XXIII v.), Maria recebe o anúncio do anjo (Anunciação), realizada pelo artista holandês Michael Heylbrouck.

19. REGIS, Vicente Joseph, 17 -

Vozes da noute de Natal, a Deos Menino recem-nascido na lapinha de Bethelem. Dadas á luz do prelo por Vicente Joseph Regis. Lisboa : Off. dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galraõ, 1753.

Misc. 4, nº. 111

Pequeno folheto de oito páginas em verso com o título "Falla da noute da Lapinha de Bethelem".

Na página de título, pequena xilogravura, representando a Natividade com o Menino Jesus, a Virgem Maria e São José.

20. IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual. Missal

Missal pontifical de Estevam Gonçalves Netto... fac simile ... precedido de um estudo acerca das illuminuras e adornos dos manuscritos portuguezes... Paris : Maçiá & Cia, [ca. 1879]

RB-42-7

Fac-simile do Pontificales Missae de Gonçalves Estevão Neto que se encontra na Academia das Ciências de Lisboa, datado de 1610.

Encadernação editorial em pele com o super-libros o brasão da cidade de Viseu a dourado.

Gravura de página inteira representando a Adoração dos Pastores.

III. Gravuras

21. MASSON, Alphonse-Charles, 1814-1898

Adoration des Bergers. Masson sculp. Paris : Imp. F. Chardon ainé, 30 r. Hautefeuille, [1857]. 1 gravura : buril, p&b ; 26,9x17 cm.

P17-E36

Gravura da adoração dos pastores, episódio da Natividade do Menino Jesus, segundo o Evangelho de São Lucas. Representação dos pastores a fazer as suas oferendas (cordeiros e outros produtos das colheitas) ao Menino Jesus que se encontra nas palhinhas deitado em manjedoura (resplandecente). À esquerda, em pé, sua mãe Maria Santíssima, à direita, em pé, seu pai José, por trás os animais (o burro e a vaca) que bafejam o Menino no estábulo; em cima junto ao telhado, uma pomba branca pousada; outros personagens se seguem para ver o Menino Jesus no exterior do estábulo; no canto inferior esquerdo, os cães que guardam os rebanhos descansam. Em segundo plano, a cidade de Belém.

22. METZMACHER, Emile Pierre, 1815-1890

Adoration des Rois. Metzmacher sc. Paris : Imp. F. Chardon ainé, r. 30 Hautefeuille, [1857]. 1 gravura : buril, p&b ; 26,7x17 cm.

P17-E37

Gravura da adoração dos Reis Magos, episódio da Natividade do Menino Jesus, segundo o Evangelho de São Mateus. Representação do estábulo onde nasceu Jesus e a chegada dos Reis Magos, Reis do Oriente, que vieram a Belém adorar o Menino Jesus com oferendas

(ouro, incenso e mirra), coroas dos dois primeiros reis colocadas no chão, cada um é acompanhado por três crianças com as ofertas, seguem-nos uma multidão. Em segundo plano, a cidade de Belém. No canto superior esquerdo, a Estrela que guiou os Reis Magos até ao local do nascimento do Menino Jesus.

23. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Menino Jesus]. N. Muxel aq. f.. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 31,2x24,2 cm.

P12-E80

Gravura do Menino Jesus, sentado em uma almofada de veludo, com a mão direita levantada a dar a sua bênção.

24. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Conversação sagrada]. N. Muxel a. f.. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 23,6x29,2 cm. (oblonga)

P12-E16

Gravura de "Conversação sagrada", Virgem Maria com o Menino Jesus ao colo e com a mão esquerda sobre a cabeça de um doador rodeada por Santa Catarina, São João Batista e Santa Madalena.

25. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Virgem Maria com o Menino Jesus e São João]. N. Muxel aq. f. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 27,8x23 cm.

P12-E63

Gravura, oval, da Virgem Maria com o Menino Jesus ao colo e São João. O Menino Jesus segura um pau com filactera legendada "[Ecce Agnus Dei,] ecce qui tol[lit] [peccata] mun[di]"; São João, menino, suplica à Virgem Maria e Jesus esboça um gesto de bênção nos braços de sua mãe.

26. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Virgem Maria com o Menino Jesus]. N. Muxel aq. f. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 30,8x23 cm.

P12-E81

Gravura da Virgem Maria a segurar o Menino Jesus no colo, com o braço direito apoiado no joelho, em atitude de reverência, com afetos maternos.

27. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Sagrada Família]. N. Muxel aq. f. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 23,2x31,5 cm. (oblonga).

P12-E101

Gravura da Sagrada Família. Santa Isabel e São João, junto ao cordeiro, ajoelham-se adorando o Menino Jesus, que se inclina em sua direção. Maria, sentada, segura o Menino com as duas mãos, enquanto Zacarias conversa com José. Ao fundo, vislumbra-se uma povoação.

28. MUXEL, Johann Nepomuk, 1790-1870

[Circuncisão do Menino Jesus]. [S.l.] : [s.n.], [18--]. 1 gravura : água forte, p&b ; 28x23,4 cm., sobre cartolina de 37,5x26 cm.

P12-E64

Gravura da circuncisão do Menino Jesus. Cirurgião (sacerdote) faz a circuncisão, Anjo segura uma bandeja, acompanhados por outros sacerdotes. A Virgem Maria e José esperam que o sacerdote faça a circuncisão; São João Baptista, menino, junto ao cordeiro imaculado, segura na mão esquerda um pau com fita legendada "[Ec]ce Agnus [Dei, ecce qui tollit peccata mundi]".

Sob a gravura, nome do pintor do original "Guido".

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA